



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**BRUNO GUEDES DE CARVALHO**

**NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS: as demandas dos militares subalternos  
através da coluna "Plantão Militar" (1957-1964)**

Niterói, abril de 2013.

**BRUNO GUEDES DE CARVALHO**

**NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS: as demandas dos militares subalternos  
através da coluna "Plantão Militar" (1957-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

**Área de concentração: História Social**

Orientadora: **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venâncio**

Niterói, abril de 2013.

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

C331 Carvalho, Bruno Guedes de.

Nas prensas e nos quartéis: as demandas dos militares subalternos através da coluna “Plantão Militar” (1957-1964) / Bruno Guedes de Carvalho. – 2013.

186 f.

Orientador: Giselle Martins Venâncio.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 176-179.

1. Militar. 2. Brasil. 3. Última Hora (jornal). I. Venâncio, Giselle Martins. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 355

**BRUNO GUEDES DE CARVALHO**

**NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS: as demandas dos subalternos militares  
através da coluna "Plantão Militar" (1957-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

**Área de concentração: História Social**

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venâncio** – Orientadora

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Jorge Ferreira** – Arguidor

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Rodrigo Patto Sá Motta** – Arguidor

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juniele Rabelo** – Suplente

## RESUMO

A presente pesquisa trata das demandas dos militares subalternos das Forças Armadas, em especial a graduação dos sargentos, não apenas em prol de melhorias em seu duro cotidiano profissional, como também na busca pela extensão de direitos básicos de cidadania. Reivindicações que encontraram espaço e difusão privilegiados na coluna "Plantão Militar", assinada pelo jornalista, e sargento reformado do Exército, João Batista de Paula, no jornal *Última Hora*, durante a segunda metade da década de 1950 e a primeira de 1960. Através da análise sobre as várias edições da coluna, procurou-se atestar como se dava a discussão sobre questões profissionais específicas que, em grande medida, afetavam o cotidiano profissional destes militares. Problemas como a falta de leis gerais relativas à promoção ao círculo dos oficiais, a má qualidade da alimentação servida em algumas unidades militares e a falta de assistência trabalhista a que estavam sujeitos os funcionários civis das Forças Armadas. Questões relacionadas à extensão de certos direitos básicos, relativos ao exercício da cidadania, dos quais muitos sargentos estavam excluídos, também foram objeto de debate em "Plantão Militar": o direito ao voto, ao casamento e acesso à casa própria. A comparação da situação vivida pelos sargentos com a dos demais trabalhadores, no meio civil, era, quase sempre, inevitável. Fator que levava a abordagem jornalística *in loco*, de caráter opinativo, empreendida por seu colunista sobre o setor militar, a considerar os rumos pelos quais certos debates de caráter político mais geral eram encaminhados dentro das Forças Armadas. Iniciativa que, necessariamente, implicava em considerar a conjuntura política que o cercou durante os anos de publicação de sua coluna, bem como seus efeitos dentro da Instituição Militar.

**Palavras-chave:** sargentos – jornal "Última Hora" – Plantão Militar.

## ABSTRACT

This research addresses the demands of the military subordinates of the Armed Forces, in particular the degree of sergeants, not only towards improvements in their everyday hard work, but also in seeking the extension of basic rights of citizenship. Claims that found diffusion and privileged space in the column "Military Duty", signed by journalist and retired Army sergeant, João Batista de Paula, in the newspaper *Última Hora*, during the second half of the 1950's and the first of 1960's. Through the analysis about the various editions of the column, tried to attest how was the discussion of specific professional issues that largely affect the daily lives of these professional military. Problems such as lack of general laws relating to promotion to the circle of officers, poor quality of food served in some military units and the lack of labor assistance to which the civilian employees of the Armed Forces were subjected. Issues related to the extension of certain basic rights, relating to citizenship, from whom many sergeants were excluded, were also subject of debate in "Military Duty": the right to vote, access to marriage and homeownership. The comparison of the situation experienced by sergeants with other workers, amid civil, was almost inevitable. Factor that led to journalistic approach spot, opinionated character, undertaken by its columnist about the military sector, to consider the direction in which certain political debates were referred more generally within the Armed Forces. Initiative, which necessarily implied in considering the political situation that surrounded him during the years of publication of his column, as well as its effects within the Military Institution.

**Keywords:** sergeants – the newspaper *Última Hora* – Military Duty.

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizarmos qualquer trabalho que tenha nos exigido esforço e dedicação, somos levados à reflexão sobre o caminho que trilhamos, os obstáculos transpostos e o resultante crescimento pessoal e intelectual, fruto desta emocionante vereda a qual vou pisando meus últimos passos. Convicto, sigo em frente, na certeza de que muitas outras desafiadoras viagens de engrandecimento ainda estão por serem trilhadas, aguardando que eu as desbrave. Assumo, desde já, toda a responsabilidade pelas ideias e conceitos emitidos nesta pesquisa. Logo, compartilhar com as pessoas especiais, que exerceram, cada uma a sua maneira, papel importante nesta conquista, é mais que uma mera demonstração formal de gratidão. Trata-se de uma dupla questão de Justiça e – por que não? – de Carinho.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família pelo absoluto e incondicional apoio nesta jornada. A terna torcida de minha mãe, Sheila. A 'proximidade na distância' de minha irmã Priscila. O sorriso brilhante e altivo de minha "irmã do coração", Raffaella. Sem estes elementos, tenho a mais plena convicção de que não estaria, agora, escrevendo estas frases mal ajambradas, porém em absoluto sinceras no seu intento, para lhes dizer o quanto vocês são especiais em minha vida.

O amor que me une a você, Íris, definitivamente fez – e faz – enorme diferença em minha vida nestes mais de 10 anos de convívio. Sem o seu carinho, seu desprendimento, seu companheirismo e disposição de trilhar comigo esta vereda, nada disso teria sido possível.

À orientação da Prof.<sup>a</sup> Giselle Martins Venâncio, devo não apenas a propriedade de seus apontamentos, mas também o incentivo, a confiança e a torcida constantes. Palavras são insuficientes para externar o quanto lhe sou grato. Ao Prof.<sup>o</sup> Jorge Ferreira, minha gratidão e débito pelo auxílio no direcionamento desta carreira acadêmica ora em início. Ao Prof.<sup>o</sup> Rodrigo Motta, minha honra por tê-lo conhecido e por sua enriquecedora participação em minha banca de defesa.

Aos novos e valorosos amigos conquistados nesta aventura, meu sincero "Muito Obrigado" pela troca de ideias, o incentivo e a torcida: Paula Cresciulo, Tatiana Castro, Leandro Batista, Larissa Cestari, Misael Amaral. Aos velhos amigos, a honra de sua presença indispensável e gratificante: Elaine Barbosa e Carlos Roberto Torres Filho.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>p.1</b>
<b>CAPÍTULO 01. UMA BIOGRAFIA: JOÃO BATISTA DE PAULA .....</b>	<b>p.11</b>
1.1 – A biografia e seu uso pelos historiadores .....	p.11
1.2 – Um contador de histórias na grande imprensa: Samuel Wainer .....	p.18
1.3 – Um "sargento jornalista": Batista de Paula .....	p. 30
1.4 – Um ponto de encontro .....	p. 57
<b>CAPÍTULO 02. AS DEMANDAS PROFISSIONAIS DOS SARGENTOS E PRAÇAS, NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS</b>	<b>p.59</b>
2.1 – O problema das promoções .....	p.62
2.2 – A alimentação nos quartéis .....	p. 78
2.3 – O descaso com os trabalhadores civis das Forças Armadas .....	p. 93
2.4 – A estabilidade profissional dos sargentos sob ameaça .....	p. 113
<b>CAPÍTULO 03. NO CORPO DAS TROPAS, NA ALMA DA NOTÍCIA. DEMANDAS E QUESTÕES DE ORDEM POLÍTICA .....</b>	<b>p. 127</b>
3.1 – O direito ao voto para sargentos e praças .....	p. 127
3.2 – Outras questões .....	p.142
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>p.171</b>
<b>FONTES, REFERÊNCIAS VIRTUAIS E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>p.176</b>

## INTRODUÇÃO

As pessoas que passam pela experiência de uma infância saudável, alegre e bem vivida costumam ter claras em suas lembranças as brincadeiras com as quais costumavam se divertir quando crianças. Dentre estas brincadeiras, as cantigas de roda ocupam, por seu caráter lúdico, espaço especial na memória infantil, a ponto de muitas vezes, já adultos, nos lembrarmos de cada verso entoado – a frivolidade típica dos tempos de criança deixa, por vezes, experiências que se perpetuam nas lembranças por toda vida. Uma das mais antigas e conhecidas cantigas infantis nos fala da obrigatoriedade de todo soldado em “marchar direito”. Do contrário, não cumprindo tal determinação – vinda, plausível supor, de provável ordem de seu comandante –, este soldado vai acabar preso.

Num livre exercício interpretativo, nos damos conta de que, para a Instituição Militar, o “marchar direito” não se restringe apenas à proficiência que um recruta demonstra no ato de marcar o ritmo, a força e a sincronia de seus passos, quando perfilado junto a seus companheiros (ou "ordem unida", para usarmos jargão típico do treinamento nos quartéis). Dado o zelo despendido pelas Forças Armadas, durante o período de formação profissional a que se submetem seus futuros integrantes, no sentido de neles acomodar uma forma específica de compreensão da realidade, "marchar direito" também pode ser compreendido como "andar na linha". Quer seja cumprindo suas missões ou incumbências profissionais com presteza e competência, ou demonstrando total alinhamento ao ideal de coesão pressuposto por sua formação profissional – o chamado *espírito de corpo* –, "marchar direito" traz, para o militar, uma série de obrigações onde o que está em jogo é o sucesso alcançado na adequação do indivíduo à vida na caserna. É no âmbito dos indivíduos, suas convicções, atitudes e comportamentos resultantes de árduo período de preparação e formação, que as amplas coletividades que compõem a Instituição Militar demonstram sua força e influência.

Quando objeto de análise das Ciências Sociais, nelas incluída a História, as Forças Armadas geralmente aparecem vinculadas ao conceito de "instituição total". Procurando analisar, do ponto de vista qualitativo, a Instituição Militar, os trabalhos que tomam de empréstimo este conceito, cunhado pelo sociólogo canadense Erving Goffman em 1957 e aprimorado em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, partem de uma caracterização comum para as Forças Armadas. Estas são compreendidas como um espaço profissional que separa do convívio com o restante da sociedade, durante certo

período de tempo, um contingente considerável de pessoas, que são submetidas a um regime de isolamento e à forte ingerência sobre seu cotidiano.<sup>1</sup> Ingerência que, de acordo com o autor, interfere na vida desses mesmos indivíduos sob os mais variados aspectos; é prescrita, em igual intensidade, para as demais pessoas com quem convive e os submetem a um controle rigoroso e regrado de horários e cumprimento de atividades (que, geralmente, são sequenciais), estabelecidas numa escala hierárquica descendente por um corpo de funcionários. Atividades que, em última instância, seguem um planejamento racional voltado aos próprios interesses da instituição.<sup>2</sup>

De fato, quando os futuros membros das Forças Armadas alistam-se nas Academias Militares, o grande objetivo de seus comandantes é fazer com que suas "bagagens civis", oriundas das prévias vivências com a sociedade localizada "do lado de fora" dos muros dos quartéis, possam dar lugar à ótica, aos valores e princípios tidos como ideais pela Instituição Militar. São precisamente nessas ocasiões em que, segundo o autor, ocorre "(...) uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado."<sup>3</sup> No entanto, o regime de internamento imposto pelo treinamento e formação profissional característico das Academias Militares é apenas um dentre os vários aspectos que fazem parte do cotidiano dos militares. Além disso, as Forças Armadas são compostas por uma estratificação e escalonamento hierárquicos muito bem definidos, que não se limitam à simples distinção entre "internos" e "diretores". Estas, no geral, caracterizam as organizações manicomiais, ordens monásticas e entidades penitenciárias: "tipos ideais" da concepção de Erving Goffman sobre "instituições totais".<sup>4</sup> Nada que difira mais das instituições militares, onde, a partir de avaliações meritocráticas estabelecidas pelos comandantes, que atribuem conceitos relacionados à eficiência ou competência para as ações individuais dos membros sob seu comando, é possível uma ascendência individual por entre os vários escalões hierárquicos que a compõem. E mesmo as premissas de deferência e obediência que a Instituição Militar impõe aos seus membros, por força da influência dos princípios de hierarquia e disciplina, que alicerçam as esferas normativa e formativa da profissionalização castrense, a possibilidade de laços de amizade e simpatia entre os vários círculos de

---

<sup>1</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 8.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2010, p. 11.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>4</sup> O autor faz uma única referência à formação profissional militar: *The Military Academy as an Assimilation Institution*, de Sanford Dornbusch, datado de 1955.

oficiais, e entre estes e os praças, apesar do fosso institucional que entre eles se interpõe, é perfeitamente plausível.<sup>5</sup> Até mesmo estimulado pela Instituição, o que se explica, por exemplo, na existência dos vários níveis diferentes de círculos de convivência de oficiais e de praças. A profissionalização castrense, em suma, busca criar nos indivíduos que ingressam na vida militar uma nova dimensão de existência, sejam em suas redes de sociabilidade, no conjunto de valores e tradições, ou em relação a uma nova concepção de leitura de mundo. Busca, portanto, uma proeminência dos valores nos aspectos moral, intelectual e cultural em seus membros. Processo que se afasta da tensão entre o mundo externo e o ambiente de internamento que, de acordo com Erving Goffman, é um elemento estratégico no controle sobre os indivíduos pelas “instituições totais”, as quais “(...) realmente não procuram uma vitória cultural.”<sup>6</sup>

Outro aspecto, relacionado à jurisprudência específica que abarca as Forças Armadas, nos auxilia a compreender a amplitude de seu espectro de influência sobre seus integrantes. De acordo com o Parágrafo 3.º do Artigo 14 do Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880 de 09 de dezembro de 1980), “(...) a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos *em todas as circunstâncias da vida* entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.”<sup>7</sup> A formação profissional dos militares, portanto, deve ser entendida como um fenômeno que transcende os quartéis ou outros espaços oficiais de uso das Forças Armadas, se estendendo para seu cotidiano geral. Portanto, é factível pensar que esse mesmo espectro de influência de sua profissionalização acabe por moldar a forma pela qual os militares vivenciam seus fenômenos de sociabilidade, incluindo nesta consideração suas manifestações políticas. Os próprios círculos de convivência de oficiais e de praças, previstos em lei, acabam por exercer influência direta nessa questão, especialmente no que tange aos postos hierárquicos próximos entre si, já que os membros de uma patente superior necessariamente tiveram de passar pelos escalões imediatamente inferiores para chegar onde estão.<sup>8</sup> O período em que os militares de uma mesma patente convivem entre si é de fundamental importância para que entendamos o caráter geral das redes de relações sociais entre os militares e seus reflexos em outras dimensões de sua vida cotidiana, como a política. Sendo um

---

<sup>5</sup> No caso específico dos laços de camaradagem e amizade entre oficiais e praças, por força da própria hierarquia e das dificuldades institucionais que se colocam aos graduados em ascender na carreira militar, uma vez que estes alcançam o oficialato; geralmente estes costumam limitar-se aos postos mais próximos na escala de promoção, como entre sargentos, subtenentes ou suboficiais e tenentes, por exemplo.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>7</sup> Cf. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm) (acessado em 19/07/2012. Grifos meus).

<sup>8</sup> *Ibidem*. Verificar os Artigos 15 e 16 desta lei.

fenômeno social, logo histórico por excelência, as redes de sociabilidade militar pressupõem, dentre outros fatores, uma plena identificação de seus membros com determinados pontos que consideram pacíficos enquanto elementos que os unem numa mesma situação, que os permitem se enxergarem como parte de um mesmo grupo.

Em momentos chave da história republicana brasileira, a presença das Forças Armadas mostrou ser fator de importância fundamental. Sobretudo em episódios em que se viu envolvida diretamente “no olho do furacão”, como importante ator político, a Instituição Militar procurou, nestas ocasiões, demonstrar um grau de coesão institucional na defesa de seus interesses que, muitas vezes, não correspondia às suas reais fissuras internas; expressão da clara cisão que, historicamente, as Forças Armadas brasileiras estabeleceram entre oficiais e praças. Autêntica fenda institucional que se ilustrava em imposições legais que se abatiam sobre os militares subalternos, cuja função, primeira e última, era demarcar as diferenciações explícitas que cada uma das Forças Armadas delegava para os que integravam estas duas esferas hierárquicas. Diferenciações manifestas em graus claramente diferentes de ingerência da Instituição Militar sobre a vida privada de seus membros: bem maior e mais implacável para os praças, quando comparados aos oficiais.

Exemplos não faltam para ilustrar esse quadro de segregação institucional. Como no caso da permanência, pelo menos até a década de 1940, da obrigatoriedade do uso da farda para os praças, mesmo quando fora de seu ambiente profissional.<sup>9</sup> Ou ainda o cumprimento de certos requisitos para se obter permissão ao casamento, onde, de acordo com o Estatuto dos Militares vigente no início da década de 1960 (Decreto-Lei n.º 9698 de 2 de setembro de 1946), os praças deveriam estar na patente de subtenentes ou suboficiais; no caso dos sargentos, estes deveriam contar 25 anos de idade e mais 5 no respectivo posto. Em todos estes casos, os praças, ainda assim, estavam sujeitos ao parecer do comandante do corpo de tropa, navio ou repartição onde servissem.<sup>10</sup> Além desses problemas, outras questões de fundo para os militares subalternos contribuía

---

<sup>9</sup> No caso da Marinha, tal obrigação legal foi eliminada pelo Aviso n.º 1.826 de 30 de maio de 1933. In: Boletim do Ministério da Marinha n.º 23, de 08 de junho de 1944. Apud MOROSINI, Liseane. *Mais Deveres que Direitos. Os sargentos e a luta pela cidadania negada, 1930-1964*. Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado). UFRJ, 1998, p. 21.

<sup>10</sup> Para cabos e marinheiros, os requisitos eram de 3 anos de graduação e 10 no serviço ativo. A idade mínima de 25 anos era a única exigência para a obtenção do direito ao matrimônio que era exigida dos taifeiros da Marinha e da Aeronáutica. Direito, este, expressamente vedado aos cadetes e alunos das escolas preparatórias de oficiais. Conforme citado em PARUCKER, Paulo. *Praças em Pé de Guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p. 96-97.

para que seu cotidiano excludente ficasse ainda mais evidenciado, como a pouca clareza do texto constitucional da Carta de 1946, por exemplo, ao estabelecer o direito à aquisição da estabilidade profissional mediante a realização de cursos internos. Requisito que se chocava com a realidade profissional de muitos praças das Forças Armadas, que não ganhavam o suficiente para arcar com os custos de realização desses cursos e acabavam “envelhecendo no posto”. Situação que tornou ainda mais difícil quando, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, por determinação do Gen. Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, foi aprovada lei que previa a exclusão dos sargentos dos quadros funcionais das Forças Armadas passados 9 anos de serviço – lei que vigorou durante o transcorrer do conflito mundial.<sup>11</sup>

Estes eram alguns dos problemas vividos pelos militares subalternos, que se viram diante da necessidade imperiosa de conciliar a obediência intransigente à hierarquia e disciplina militares com a possibilidade de vislumbre a mudanças que tornassem seu cotidiano profissional, e existencial, mais justo e digno, condizentes assim às suas necessidades individuais e coletivas. Diante de tantos objetivos, e em meio a tantas restrições, aos praças restava transitar entre estas duas margens, procurando transformar certas proibições em benefícios, por mais restritas que fossem suas margens de manobra para a conquista ou a extensão de direitos. Dentro desse propósito, a existência de canais oficiais, ou mesmo extraoficiais, que os auxiliassem na conquista de suas demandas eram iniciativas bem vindas pelos graduados, que delas faziam uso para as difundirem na sociedade brasileira.

O objetivo deste trabalho concentra-se na pesquisa histórica sobre essas demandas, defendidas com afinco por sargentos e outros praças das Forças Armadas. Seu foco de atenção concentra-se, majoritariamente, na veiculação de tais reivindicações através da coluna “Plantão militar”, escrita pelo jornalista, e sargento reformado do Exército, João Batista de Paula, veiculada diariamente no jornal *Última Hora* entre fevereiro de 1957 e abril de 1964, com a outorga do golpe civil-militar. A coluna tinha como objetivo fazer uma abordagem *in loco* do setor militar, iniciativa pioneira no jornalismo impresso brasileiro; tanto no contexto histórico em que foi lançado, na segunda metade da década de 1950, quanto nos dias atuais. As Forças Armadas permanecem praticamente ignoradas pela imprensa brasileira, salvo notas muito esparsas ou menções ocasionais na mídia jornalística. Considerando os 21 anos de experiência ditatorial, quando os

---

<sup>11</sup> Decreto n.º 1187 de 4 de abril de 1939

militares assumiram o controle do Estado brasileiro, impondo o autoritarismo e a suspensão dos direitos de cidadania como política de governo, cerceando o trabalho de jornais e restringindo a liberdade de imprensa, é compreensível o temor dos grupos empresariais ligados ao jornalismo midiático – outrora fiéis da balança, dentre outros grupos civis conservadores que apoiaram o rompimento com a ordem democrática em 1964.

Como será possível atestar nas próximas páginas, a historiografia brasileira já dispõe de produção acadêmica profusa no que tange à temática militar. No entanto, os praças e sua abordagem nestes mesmos trabalhos acadêmicos têm merecido apenas abordagens ocasionais, voltadas, em sua maioria, ao entendimento do fenômeno da organização militar em seu aspecto geral. Além disso, parece haver na maior parte dos estudos sobre a Instituição Militar uma carência quanto ao trato dos escalões hierárquicos inferiores segundo uma perspectiva própria. As Forças Armadas são, quase sempre, vistas segundo o referencial da oficialidade – encarada como porta-voz da instituição, princípio de legitimação de pressões e exigências sociais as mais variadas e norte magnético que as orientam no que tange a questões políticas.<sup>12</sup> Ao colocar em segundo plano as reciprocidades nascidas do convívio que os militares mantêm entre si em seus círculos de convivência, a maior parte da produção historiográfica sobre esta temática,<sup>13</sup> ao privilegiar como objeto de estudo o escalonamento hierárquico inerente à instituição enquanto referencial ideal para sua abordagem, adota uma perspectiva que limita a compreensão de suas redes específicas de sociabilidades em todas suas potencialidades.

Dedicar-se ao esforço historiográfico de resgate dos militares subalternos faz parte de tarefa ainda muito recente encampada pelos pesquisadores; muito de seu território ainda está por ser explorado. E tal abordagem, ao considerar um veículo de

---

<sup>12</sup> Cf. PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação". In: ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 35.

<sup>13</sup> Até o momento da realização deste trabalho, o levantamento bibliográfico apontou poucos trabalhos acadêmicos recentes que tratam especificamente da questão: PARUCKER, Paulo Eduardo. *Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Niterói, UFF-ICHF, 1992., MOROSINI, Liseane. *Mais Deveres que Direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada, 1930-1960*. Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS, 1998, ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo Leme a Bombordo. Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. UFF-ICHF, 2010. e SANTOS, Stefan Freitas dos. *Batalha pela Democracia (1961-1964). Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart*. CPDOC-FGV, 2010. Contudo, é importante frisar que nenhum destes trabalhos acadêmicos opera com o recorte cronológico abordado na presente apresentação; quando muito, o mencionam de maneira episódica. Tampouco, fazem uso das opções teóricas e metodológicas norteadoras deste trabalho.

comunicação tão particular quanto a coluna "Plantão militar", necessariamente deverá considerar as demandas dos praças dentro de um contexto geral de movimentos políticos e sociais, apoiados pelo jornal *Última Hora*, que defendiam uma ampla reforma estatal e ampliação dos direitos de cidadania e participação na vida política do Brasil. Logo, o presente estudo, sem ter a pretensão de querer esgotar um tópico ainda em pleno processo de escrutínio acadêmico pelos historiadores, vem lançar contribuição neste propósito com uma abordagem não apenas inédita, dado o caráter quase específico de suas principais fontes de pesquisa - comentário que pode ser estendido a João Batista de Paula enquanto personagem histórica, como também necessária.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a forma pela qual as demandas de sargentos e demais praças das Forças Armadas, através da grande penetração de *Última Hora* – e, conseqüentemente, de "Plantão Militar" – junto ao público, vão se difundir para a sociedade brasileira. Revisitar sua atuação política, e sua manifestação em um veículo de comunicação que, apesar de reconhecidamente inclinado ao apoio das causas populares, era voltado ao grande público em geral, significa ter em mente os limitadíssimos canais de manifestação e margens de manobra que a Instituição Militar "abria" aos seus escalões inferiores. Situação que lhes obrigavam a buscar outros canais "extraoficiais" por onde pudessem difundir suas necessidades e propostas de mudança. Tal limitação impunha aos militares subalternos a necessidade de casar a dureza draconiana de seu cotidiano profissional com a possibilidade de mudanças em seu *status quo* pela solidarização de amplos setores da sociedade brasileira com suas reivindicações – tarefa na qual a coluna "Plantão militar" vinha prestar grande auxílio.

Em segundo lugar, dado o caráter de exclusão diuturna a que estavam submetidos pela Instituição Militar, no recorte temporal abordado neste trabalho, as reivindicações dos militares subalternos encontraram apoio de importantes grupos políticos e frações dos movimentos de esquerda.<sup>14</sup> Apoio que se operava tanto em função do afinco com

---

<sup>14</sup> Sobre as esquerdas militares: MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. e \_\_\_\_\_. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984. e \_\_\_\_\_. *A Vez e a Voz dos Vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003 (6ª ed.); CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2002.; RODRIGUES, Flávio Luíz. *Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.; MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Letras e Arte, 1963.; MOREL, Edgar (org). *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 e ALMEIDA, Paulo Roberto de.

que se dedicavam na defesa de melhorias para a "classe", quanto em função da radicalização crescente nos discursos e nas ações de alguns grupos de praças. Visando incrementar suas condições de vida e trabalho, as reivindicações dos baixos escalões hierárquicos militares foram acolhidas entre as pautas dos movimentos populares nacionalistas, cuja trajetória de radicalização vinha numa crescente desde fins do Estado Novo, em 1945. Gradualmente, esses movimentos sociais foram inclinando-se para posições onde quaisquer propostas que não orbitassem em torno da defesa intransigente de medidas que alargassem o pleno exercício da cidadania eram rechaçadas. As Forças Armadas, e nesse interesse os praças, não ficariam incólumes ante tal processo, absorvendo-o e relendo-o de maneira muito específica. É necessário lembrar que qualquer estudo histórico envolvendo militares irá lidar com uma instituição cujo processo de formação profissional é marcada pelo autoritarismo – expresso no cumprimento de ordens vindas sempre em sentido descendente, a partir de seu quadro hierárquico. Trata-se, aqui de uma formação profissional marcada por forte e arbitrária ingerência hierárquica no cotidiano de seus membros, mas que, paradoxalmente, deixa ao cargo de seus integrantes a liberdade de escolha por permanecer, ou não, em suas fileiras.

Em terceiro lugar, a experiência da segregação institucional a que os militares subalternos – especialmente os sargentos – estavam submetidos, quando observada sob a perspectiva de sua posição na hierarquia militar, exatamente na fronteira com a oficialidade, colocavam-nos em uma situação muito particular em relação a sua luta por melhorias profissionais e direitos políticos. Em grande medida, o apoio dedicado a uma iniciativa – "extraoficial", insisto – como uma coluna de jornal voltada ao setor militar, em um jornal de reconhecida penetração em amplos segmentos sociais, cujo articulista nunca escondeu sua identificação e solidariedade para com a "classe"; eram resultado da forte interdição a que os baixos escalões das Forças Armadas estavam sujeitos em matéria de exercício político. Interdição expressa numa retórica afetiva e familiar sobre a Instituição Militar, que encontrava no conceito de "espírito de corpo" sua principal expressão simbólica, e que, a rigor, buscava justificar tanto o caráter disciplinar quanto a ingerência dos comandantes em seu cotidiano profissional. Aos olhos dos comandos militares, tais experiências são classificadas segundo invariáveis e estigmatizadoras

---

"Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo". In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR. Ano 4, nº 12, 1999. pp. 35-66.

peças de insubordinação e quebra de hierarquia. No entanto, pontuar o fato dos praças serem membros integrante de uma instituição que tem por premissa a subordinação às autoridades hierárquicas não significa tomá-los por submissos. A aliança de suas próprias pautas reivindicatórias com proposta de mudanças nos alicerces da sociedade brasileira resultava num debate acerca da importância das demandas dos praças que não obedeceu aos limites da mera discussão política e ideológica. Na medida em que o clamor por uma maior humanização do serviço dos militares subalternos se encontrava com propostas de aprofundamento da cidadania no Brasil, o resgate das demandas dos praças das Forças Armadas, e sua veiculação e difusão através da coluna “Plantão militar”, nos permitem compreender a dimensão polissêmica das relações entre o mundo militar e o meio civil, assim como a real dimensão da cidadania na sociedade brasileira.

O capítulo que inicia esta dissertação traz uma discussão sobre o uso da biografia em pesquisas historiográficas. Subjacente às considerações sobre os níveis de acuidade e as modalidades de registro temporal que se fazem presentes em registros biográficos, está o debate acerca da real relevância dos indivíduos e suas memórias para a produção de conhecimento sobre o passado. Debate resultante do resgate teórico empreendido pela Nova História Política a partir do início da década de 1980, que encontra no conceito de "cultura política", trabalhado por historiadores franceses como Serge Berstein e Jean-Francois Sirinelli, elemento chave para a compreensão das trocas e releituras de valores, tradições, e fatores identitários; bem como o compartilhamento de comportamentos e interpretações da realidade que se operam entre os diversos segmentos da sociedade. Busca-se reiterar o caráter imprevisível e aleatório dessas interações sociais e sua ocorrência num dado contexto histórico, a despeito da influência de elementos condicionantes que por sobre elas venham a se acomodar.

Feitas as considerações descritas sobre o uso das biografias, o capítulo procederá à retomada das narrativas de duas personagens importantes ao propósito deste trabalho: Samuel Wainer, editor-chefe do jornal Última Hora; e João Batista de Paula, responsável pela coluna "Plantão Militar", que circulou naquele diário entre fevereiro de 1957 e abril de 1964. Estas duas trajetórias de vida guardam elementos em comum; fatores que explicam não apenas afinidades compartilhadas sob uma perspectiva pessoal. Ambos foram indivíduos nascidos em famílias pobres, viveram uma infância de fortes carências materiais e uma juventude envolta na necessidade de conseguir trabalho, se estabeleceram no ramo jornalístico graças à capacidade e talento para contar boas histórias nascidas da vida cotidiana, compartilhavam grande apreço pelas causas

dos setores mais humildes da sociedade brasileira manifestas sob as bandeiras do getulismo trabalhista. Para além dessas afinidades, a retomada destas duas trajetórias biográficas implicam em considerar, aliado às convicções políticas e valores culturais que lhes eram comuns, a compreensão de seu trabalho jornalístico como uma "tomada de posição" face à crescente oposição dos grupos militares e civis inclinados a soluções autoritárias para um contexto que encaravam como imerso em iminente "ameaça comunista".

No segundo capítulo iremos nos debruçar mais detalhadamente sobre a coluna "Plantão Militar": suas características editoriais mais comuns, o escopo dos assuntos tratados, a relação do articulista com seus "informantes" e, sobretudo, sua ressonância entre as Forças Armadas, seu público alvo. Em particular serão analisadas os problemas vividos pelos praças, com atenção particular para as demandas dos sargentos, bem como suas propostas de resolução. Como certos dramas individuais e coletivos vividos pelos sargentos – que, até certo ponto, também estiveram presentes na vida e na lembrança do colunista, ele mesmo, egresso desta graduação – são narrados na coluna e de forma estes atestam sua identificação e solidariedade para com a "classe".

Além destes problemas, trataremos, no terceiro capítulo, de outras questões igualmente importantes para os militares subalternos, a ponto de aglutiná-los a nível nacional em prol de sua apreciação pelos comandos militares em seus ministérios e chefias de Estado-Maior. Em especial será abordado o problema da jurisprudência específica quanto ao direito ao voto e ao alistamento eleitoral. Também será tratado a forma pela qual determinados políticos do período, bem como sua análise conjuntural, eram manifestos nos artigos e editoriais de "Plantão Militar". A abordagem dos problemas dos subalternos militares e sua difusão na coluna "Plantão Militar" irá considerar também a delicada posição institucional a que estavam submetidos, sobretudo no que se refere às interdições do comando das Forças Armadas na veiculação de suas demandas e nos passos pretendidos em questões políticas.

## CAPÍTULO 01. UMA BIOGRAFIA: JOÃO BATISTA DE PAULA

### 1.1 – A biografia e seu uso pelos historiadores

A simples perspectiva de manifestação política dos praças, fosse através de suas associações ou por momentâneas explosões de rebeldia, expondo o desejo de modificar o duro cotidiano profissional e institucional a que estavam submetidos, sempre representou preocupação constante para os altos comandos das Forças Armadas. Motivações concretas não faltavam para alimentar o clima de constante insatisfação dos militares subalternos. Vencimentos irrisórios, ausência de estabilidade profissional – mesmo após décadas de serviço – e a falta de assistência previdenciária somavam-se a outros problemas igualmente periclitantes: proibição ao matrimônio sem o consentimento do comandante; proibição de vestir-se como "paisano", mesmo durante períodos de folga; péssima qualidade da alimentação servida nos quartéis, sobretudo quando em comparação aos oficiais, dentre outros.

Estes problemas, todavia, não impediram os sargentos e demais praças de se mobilizarem visando abrandá-los. A forte demarcação institucional que as Forças Armadas brasileiras estabelecem entre os círculos dos praças e dos oficiais, somada à forte ingerência dos comandantes em seu cotidiano profissional eram variáveis que deviam ser consideradas nos cálculos desta equação. No entanto, os militares subalternos procuraram criar meios para que suas demandas encontrassem canais de difusão perante a sociedade, na qual buscavam respaldar suas ações e iniciativas. A começar pelo fenômeno do associativismo, manifesto sob a forma de criação de Ligas, Clubes e Caixas Beneficentes, cujas origens remontam às entidades similares de origem portuguesa, cujas atividades lembravam mais uma cooperativa do que propriamente uma associação. Espaços coletivos cuja existência justificava-se na iminência da morte no cumprimento do dever, quer fosse em conflitos armados ou durante o penoso treinamento a que estavam submetidos, parte fundamental de sua profissionalização. Tentando antecipar os transtornos que uma morte imprevista provocava na família do militar vitimado, a criação de tais entidades buscava aplacar "(...) a dor, a miséria e a vergonha [que] eram o único legado que muitos chefes de família deixavam depois da morte."<sup>15</sup> Haviam muitos motivos para que os militares subalternos se associassem a

---

<sup>15</sup> MOROSINI, Liseane. *Mais Deveres que Direitos. Os sargentos e a luta pela cidadania negada*. UFRJ. Rio de Janeiro, 1998 (Dissertação de Mestrado). p. 43.

tais entidades, que prestavam aos seus inscritos "(...) assistência médico-hospitalar, atendimento jurídico, recreativo e social, educacional, cultural, entre outros."<sup>16</sup>

O assistencialismo e a benemerência eram características que davam o tom da atuação de tais associações. No entanto, sobre elas pairava uma névoa de desconfiança que era nutrida pelos altos comandos das Forças Armadas, sobretudo no que se referia às reais motivações e objetivos de tais entidades. Logo, cientes de tais desconfianças, as primeiras associações de praças, surgidas em princípios do século XX, necessariamente precisaram considerar o peso e a influência dos comandos militares e seus pontos de vista, a fim de que pudessem sobreviver. De acordo com Liseane Morosini, é praticamente impossível tratar do associativismo militar no Brasil, pelo menos até 1930, sem que a forte ingerência dos comandos militares fossem levadas em conta.<sup>17</sup>

Ainda que a situação dos militares subalternos viesse ganhar uma visibilidade mais explícita a partir da segunda dos anos 1950, suas mais antigas demonstrações de insatisfação datam dos primeiros anos da República.<sup>18</sup> Mesmo o primeiro governo de Getúlio Vargas, que contou com ostensivo apoio de grande parte dos oficiais generais, em especial durante o regime estadonovista, não passaria incólume ante tal questão, ainda que a maior parte das demonstrações de rebeldia das praças, entre as décadas de 1930 e 1940, não ultrapassasse, no nível organizativo, os motins dentro dos quartéis. De acordo com José Murilo de Carvalho, "seu comportamento político era determinado antes pela condição militar do que pela condição de classe, materializando-se em rebeliões de quartel com limitado apoio externo."<sup>19</sup> Somente na década de 1930, este mesmo autor faz menção a duas rebeliões de sargentos ocorridas em Batalhões de caçadores em Teresina e Recife (1931), duramente reprimidas, e outras duas tentativas de motins desta mesma graduação no ano de 1933.<sup>20</sup>

As demandas, as lutas e os conflitos vividos pelos militares subalternos das Forças Armadas mostram-se particularmente vivos na memória de um personagem histórico

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>18</sup> Em seu livro *A Esquerda Militar no Brasil*, João Quartim de Moraes menciona duas rebeliões de sargentos ocorridas em 1915 e 1916, ambas reprimidas com rigor pelo alto comando do Exército, que contabilizou centenas de prisões e deportações de sargentos. De acordo com o autor, "(...) a chamada 'revolta dos sargentos' comportava (...) aspectos corporativos e aspectos políticos e (...) atraiu políticos e militantes de esquerda, alguns ligados ao movimento operário, notadamente Maurício de Lacerda e Barbosa Lima. (...) Além do estabelecimento de um plano de carreira e do aumento dos ínfimos soldos que recebiam, os sargentos pretendiam instituir um regime parlamentar e, para tanto, planejavam, com a ajuda de seus aliados civis, desencadear um levante." MORAES, João Quartim de. *Op. cit.*, p. 171-172.

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 70.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 67-68.

tão particular quanto João Batista de Paula. Sua experiência de vida como sargento reformado do Exército traz gravada justamente a perspectiva de quem sentiu na pele o que era "ser militar" e "ser sargento" no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Marcas que, de tão profundas, lhe serviram como força motriz para, ainda durante o tempo em que servia como militar da ativa, dedicar-se, de forma pioneira no Brasil, à atividade jornalística abordando o setor militar, tido como uma área delicada e envolta em melindres de toda ordem. E tal pioneirismo jornalístico se expressa não apenas no fato de Batista de Paula dedicar às Forças Armadas uma abordagem *in loco* - iniciativa, por si só, digna de nota, posto tratar-se ainda hoje de temática quase que completamente ignorada pela cobertura jornalística brasileira. O que torna a iniciativa jornalística empreendida por Batista de Paula de fato pioneira é o tratamento que dedicava à abordagem do setor militar. Qualquer que fosse a tônica dos assuntos em pauta, a constante preocupação em tentar conciliar o tratamento das questões militares com uma análise conjuntural do ambiente político que lhes circundava e influenciava dava o tom. No entanto, uma precaução era constante: a de que não fossem ultrapassados os limites impostos pelo zelo à Instituição Militar – preocupações moldadas à sua própria formação castrense: elemento que norteava sua abordagem jornalística.

Reconstituir uma trajetória de vida como a de Batista de Paula, onde as vivências profissionais e opções políticas mostram-se umbilicalmente intrincadas, logo impossíveis de se dissociar, pressupõe também transitar numa estrada de pesquisa margeada pelas esferas individual e coletiva de leitura e percepção do tempo. A tarefa que se abre diante do pesquisador que se propõe a realizar um estudo dessa natureza consiste na tentativa de se conciliar registros cronológicos muitas vezes assistemáticos e lacunares, características marcantes na maioria das memórias individuais, com o rigor científico e intelectual que é inerente a toda pesquisa histórica, quanto ao tratamento de suas fontes. Não existe, mesmo em nossos dias, um consenso muito claro na historiografia quanto à efetiva validade de se cruzar estas duas esferas temporais em um trabalho de pesquisa. Até tempos recentes, aliás, uma grande parte dos historiadores, sobretudo após o advento dos *Annales* e seu apreço metodológico pelo quantitativo e pelo serial, mostravam-se refratários quanto à utilização e produção de biografias ou outras produções pautadas no tratamento e utilização de memórias individuais como fontes primárias. Entretanto, ante a recente retomada da história política, e o resgate que empreendeu do indivíduo enquanto elemento de releitura de valores e tradições vindas das várias coletividades que o cercam, colocar estas duas concepções de temporalidade

em pólos opostos apenas restringe o campo de possibilidades de pesquisa do passado.

De acordo com Phellipe Levillain:

*"(...) O individualismo remete sempre a dois lados: o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação de valores. (...) [Procura] explicar as escolhas realizadas pelo indivíduo, partindo do princípio de que uma sociedade não é um sistema, e de que os fenômenos sociais são o resultado de um aglomerado de comportamentos. Resumindo, se os indivíduos são modelados pelas sociedades, eles manifestam preferências que devem ser explicadas."<sup>21</sup>*

Esse autêntico "resgate do indivíduo", promovido pela Nova História Política a partir, sobretudo, da década de 1980, acabou, por sua vez, minando os antigos alicerces teóricos que sustentavam uma concepção acerca da sociedade que era muito cara às interpretações de autores alinhados ao marxismo estruturalista, influente nos meios intelectuais e acadêmicos até, pelo menos, fins da década de 1960. Uma leitura da sociedade humana que a encara como um ente hermeticamente fechado, internamente coeso e dotado de uma lógica sistêmica de funcionamento, onde as crenças, valores e tradições das pessoas que a integram estão, absoluta e inelutavelmente, submetidas a desígnios supra-sociais que lhes eclipsam pensamentos e vontades. Portanto, o uso de um relato biográfico como o de uma personagem histórica específica como Batista de Paula insere-se na oportuna recomendação que nos é dada por Giovanni Levi. Este autor nos alerta sobre a efetiva amplitude da liberdade de escolha individual, que é feita sempre de maneira consciente pelos atores sociais. Escolhas que, em sua essência, permanecem receptivas às possibilidade de subverter ou reinterpretar "as regras do jogo", por mais organizado, coeso e estruturado que sejam os seus determinantes e influências sócio-culturais.<sup>22</sup> Portanto, em relação ao contexto onde o relato biográfico se desenrola, sua importância, de acordo com Giovanni Levi, reside na possibilidade de:

*"(...) Permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não*

<sup>21</sup> LEVILLAIN, Phellipe. "Os protagonistas: da biografia." In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 167-168 (adendos meus).

<sup>22</sup> LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 179-180.

*mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas.*"<sup>23</sup>

Cabe aqui uma importante ressalva: resgatar o indivíduo e, em consequência, revalorizar as biografias como fontes históricas não implicam, como que num reverso da moeda, na supervalorização de seus relatos. Como se estes fossem coerentes do ponto de vista sequencial, ou dotados de continuidade, acuidade e precisão semelhantes aos que caracterizam a sucessão temporal própria das pesquisas empreendidas pelos historiadores. Aquele que se debruça a escrever sobre a própria vida como uma história, pretendendo expô-la como um relato lógico, contínuo e preciso, incorre naquilo que Pierre Bourdieu define como "ilusão biográfica", dado que o real e sua experiência concreta pelos sujeitos da história são marcados, ao contrário, pela descontinuidade e a justaposição aleatória e imprevisível de elementos.<sup>24</sup> Logo, compreender um relato biográfico como uma sucessão auto-suficiente de fatos narrados "sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio",<sup>25</sup> é desconsiderar o processo de *envelhecimento social* a que seu protagonista está sujeito. Ou seja, implica não levar em conta a própria trajetória nos sucessivos estados de seu desenvolvimento, bem como a teia de relações que tornaram possível o contato do indivíduo biografado com outros elementos sociais pertencentes ao mesmo espaço ou campo de possibilidades.<sup>26</sup>

Os relatos biográficos e seus protagonistas, sujeitos cômicos de sua própria história, ainda que não possam ser encarados como detentores de plenos poderes para modelar a realidade que os cercam segundo ações plenamente deliberadas, não podem, no entanto, serem tomados como forças de segunda grandeza. São os indivíduos em sua vivência cotidiana, refletindo sobre os propósitos e objetivos de suas ações, que dão movimento às engrenagens do todo social e seus vários condicionantes. Nesse sentido, a própria relação da história com seu principal pano de fundo, o passado, deve também ser considerada. É sob esta perspectiva que Paolo Rossi contrapõe a história, e suas prerrogativas interpretativas e de distanciamento crítico em relação ao passado, à

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 180.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Op. cit.*, p. 185.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 190.

memória, que com este se relaciona de maneira passional e, por isso mesmo, traz como estigmas sua incompletude, suas inclinações tendenciosas e seu caráter fragmentário. Alinhando-se a uma proposta de Philippe Ariès, o autor defende a ideia de uma relação dialética entre história e memória:

*“(...) O apelo à memória coletiva e às memórias privadas permite aos historiadores abandonar o terreno dos eventos públicos, da cronologia oficial, para ocupar-se do mundo da vida privada, das “mentalidades”, das “histórias locais” que haviam sido submersas e derrotadas quando o triunfo da “história” sobre a “memória”.”<sup>27</sup>*

Em suma, a grande contribuição de uma trajetória biográfica para a pesquisa histórica está no fato de que seus protagonistas, agentes conscientes de sua história, são dotados de capacidade reflexiva e de liberdade de escolha. Avaliam as opções de ação possíveis num dado momento de suas vidas, assumindo um posicionamento ou tomando uma atitude ante uma circunstância qualquer, os quais resultam em mudanças, por ínfimas que sejam, nos ambientes sociais onde estão inseridos e suas redes de relações. Como será possível percebermos mais adiante, a atuação política de um protagonista biográfico como Batista de Paula caracteriza-se justamente por opções deliberadas e conscientes, em que ficam explícitas suas opções políticas e profissionais. Opções, estas, impossíveis de se dissociar, dado o caráter muito particular de sua posição ante uma fração social, uma coletividade, muito específica (militares em geral, com especial atenção aos graduados) com quem, através de um eficiente instrumento de comunicação (a coluna *Plantão Militar*), manteve, durante anos, interlocução constante e privilegiada.

Pautando os assuntos tratados em sua coluna com um comentário político referente a alguma questão de interesse para as Forças Armadas em geral, ou para os militares subalternos em particular, Batista de Paula contou com a valiosa ajuda de informantes dentro dos quartéis e importantes repartições militares. *Plantão Militar* caracterizou-se tanto pelo tratamento de questões próprias do cotidiano militar, quanto pela análise da conjuntura política dentro e fora da Instituição Militar. Dentro do escopo geral de assuntos tratados em *Plantão Militar*, os problemas referentes ao dia-a-dia das praças gozava de atenção especial do colunista – ele próprio sargento reformado do Exército.

---

<sup>27</sup> ROSSI, Paolo. “Relembrar e esquecer”. In: *O Passado, a Memória e o Esquecimento: seis ensaios da história das idéias*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 28.

Além disso, temas como as possíveis promoções dentro da esfera dos oficiais generais, bem como a correlação de forças entre as correntes políticas nacionalista e liberal, dentro e fora do Clube Militar, centro de debates e discussões políticas entre a oficialidade das forças de terra, eram assuntos constantes em sua coluna. Plantão Militar também serviu como um canal por onde queixas e demandas militares, em especial as nascidas no seio dos praças, encontravam difusão e ressonância entre os comandos militares.

### 1.2 – Um contador de histórias na grande imprensa: Samuel Wainer

Tendo crescido no bairro paulistano do Bom Retiro, oriundo de uma humilde família judia de imigrantes romenos, Samuel Wainer iniciou-se na carreira jornalística graças aos seus laços socioculturais com a comunidade judaica. Foi neste círculo de convivência, trabalhando na edição do jornal da Associação de Estudantes Israelitas e no *Almanaque Israelita*, que, em 1933, recebe uma oferta de emprego como repórter no *Diário de Notícias*. Neste jornal, ficou responsável por uma coluna onde expunha as perspectivas da comunidade judaica face ao fenômeno nazi-fascista, então em franca expansão na Europa. Os laços e a atividade jornalística na comunidade hebraica, em especial no Almanaque, o aproximaram de Antônio Azevedo Amaral, com quem lançaria a revista *Diretrizes* cinco anos depois, em 1938. Antes disso, Samuel Wainer chegou a trabalhar como secretário geral e repórter, respectivamente, nos periódicos *Revista Brasileira* e *Revista Contemporânea*, este pertencente a Caio Prado Jr.

Tais trabalhos eram financeiramente pouco rentáveis. Paralelo à atividade jornalística que realizava na comunidade judaica, Samuel Wainer chegou a leiloar produtos nas ruas e, durante seu período na *Revista Contemporânea*, exerceu a função de vendedor de óleos lubrificantes – todas estas, atividades cuja finalidade era complementar renda. Entretanto, mesmo frente a tais adversidades, continuar o exercício do jornalismo revelou-se decisão fundamental. Segundo Fátima Cristina Gonçalves Campos, o trabalho jornalístico, para Samuel Wainer, significava a entrada em um ambiente privilegiado:

*"(...) onde era possível conviver com grandes nomes do meio artístico, intelectual e político. (...) Valia a pena fazer um investimento simbólico neste campo, o mais atraente que para ele tinha sido aberto e através do qual ele poderia um dia vir a obter ganhos como prestígio social e reconhecimento através do contato com pessoas influentes e de destaque ou de seu esforço e dedicação ao trabalho."<sup>28</sup>*

Lançada em maio de 1938, a revista *Diretrizes* nasceu, segundo Samuel Wainer, com o nítido objetivo de discutir os aspectos políticos da vida nacional – mesmo que, num contexto onde o Congresso Nacional estava fechado, os partidos estavam proibidos

---

<sup>28</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Visões e Vozes. O governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora*. Niterói, 1996 (Dissertação de Mestrado). p. 32.

e a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sofisticava e alargava seu raio de ação, tal propósito se mostrasse absurdo. Iniciada a partir de uma subvenção que seu fundador, Azevedo Amaral, conseguira junto à *Light*, empresa com quem mantinha relações, *Diretrizes* não conheceu uma existência confortável. Não bastasse o quadro conjuntural adverso em que fora lançado, outros problemas assolariam o periódico ao longo de sua existência:

*"(...) Os salários eram baixos, a subvenção da Light era insuficiente para garantir uma folha de pagamentos atraente. O restante viria do dinheiro obtido com a venda dos exemplares. A redação (...) funcionava numa saleta do apartamento de Azevedo Amaral, e utilizávamos uma pequena oficina para a impressão. O ponto de encontro do pessoal de Diretrizes era o Amarelinho, um bar na Cinelândia que ainda hoje resiste à passagem do tempo, com suas mesas na calçada. Enfim, Diretrizes nasceu com todos os ingredientes para durar pouco. Mas durou bastante. Pelo menos o suficiente para fazer história."*<sup>29</sup>

*Diretrizes* congregou, em sua redação, o que pode ser considerada como a fina flor tanto do jornalismo quanto da literatura brasileira do período.<sup>30</sup> E, comparando-se à riqueza intelectual que compunha seu ambiente de trabalho, Samuel Wainer admitia-se constrangido diante de seus colegas e colaboradores, em virtude do pouco conhecimento que tinha das normas gramaticais da língua portuguesa. Educado durante toda a infância

<sup>29</sup> WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1987, p. 50.

<sup>30</sup> Fizeram parte da redação de *Diretrizes* nomes como Rubem Braga, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado, Otávio Malta, Moacir Werneck de Castro, Adalgisa Nery (cujo casamento com o chefe do DIP, Lourival Fontes, garantia relativa margem de liberdade para a revista) e mesmo Carlos Lacerda. Colaborando para *Diretrizes* e outros periódicos cariocas, a relação de Lacerda com os comunistas encontrava-se estremecida, em virtude de matéria publicada um ano antes, na revista *Observador Econômico*, ligada ao DIP, onde exortava a implantação do Estado Novo por ter extinto o Partido Comunista, cujas origens descreveu detalhada e minuciosamente. Não tardou para que a militância comunista reagisse com veemência à matéria de Carlos Lacerda, acusando-o de traição e desligando-o do partido. A redação de *Diretrizes* era composta por muitos simpatizantes e militantes comunistas, com os quais Lacerda vinha, desde muito tempo, tentando restabelecer relações. Tais iniciativas, no entanto, foram definitivamente frustradas mediante o veto da redação de *Diretrizes* em publicar uma carta de Carlos Lacerda ao Secretariado Geral do Partido Comunista, em que prestava apoio à tese de aliança nacional incondicional ao governo Vargas contra as forças nazi-fascistas do "Eixo" – defendida por Luís Carlos Prestes, que a exigiu de Carlos Lacerda como forma de retratação. Segundo Samuel Wainer, o corpo de jornalistas e redatores de *Diretrizes* apoiava outra tese, defendida por Agildo Barata, de que a construção de uma frente de luta contra o nazi-fascismo deveria ter abrangência reduzida – o que explicaria seu veto à carta de Lacerda. *Ibidem*, p. 71-74.

e parte da adolescência no *ídiche*, idioma semítico com o qual se comunicava tanto no círculo familiar quanto na comunidade de onde era egresso, Samuel Wainer travou contato tardio com o sistema regular de ensino brasileiro e as normas cultas de nosso idioma.<sup>31</sup> Entretanto, tais dificuldades de escrita eram compensadas com um constante interesse pelos aspectos administrativos referentes à gestão de um jornal, as constantes buscas por inovação quanto à apresentação gráfica das notícias, garimpadas em jornais e revistas estrangeiros, e, principalmente, a narrativa dos fatos noticiados – ou, pelos seus próprios termos, "como contar uma boa história". O gosto e o talento para narrar histórias, por certo, originam-se em seu humilde histórico familiar, onde a oralidade marcava o convívio cotidiano entre seus pares e constituía-se na tônica principal pela qual uma determinada identidade de grupo era elaborada. Some-se a isto o esmero de sua formação familiar no que tange à valorização do trabalho árduo como fonte de obtenção de realização e reconhecimento pessoal, tanto a nível material quanto simbólico – *habitus*<sup>32</sup> social que se expressava num histórico juvenil marcado por uma diária luta pela sobrevivência em meio a uma realidade de carência e dificuldades materiais intimidadores.<sup>33</sup>

A presença ostensiva de simpatizantes e militantes comunistas em sua redação fez com que *Diretrizes* atraísse uma incômoda e vigilante atenção, da parte dos censores do DIP, sobre seu trabalho jornalístico. Este problema, aliado à constante falta de recursos financeiros, acabaram ditando os rumos – e o próprio destino – do periódico. Ciente da "infiltração vermelha" na redação de *Diretrizes*, e procurando evitar problemas com os censores do Estado Novo, com os quais mantinha relações muito próximas, Azevedo Amaral vê-se obrigado a abandonar a chefia da revista, no que resultou em uma proposta de acordo feita por Samuel Wainer. Segundo os termos deste acordo, Samuel Wainer ficaria com o título do periódico, permitindo a seu sócio ficar com o dinheiro da

<sup>31</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Op. Cit.*

<sup>32</sup> Para os propósitos deste texto, adotaremos o conceito de *habitus*, segundo definido por Pierre Bourdieu, que o concebe como "(...) a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista constrói relações objetivas (isto é, econômicas e lingüísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural. (...) Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade." BOURDIEUR, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983, p. 46-47.

<sup>33</sup> CAMPOS, Fátima. *Op. cit.*, p. 41.

subvenção obtida junto a *Light* e trabalhar como correspondente internacional da revista. Os problemas financeiros continuavam emperrando os planos da revista em alçar voos mais altos. A venda dos exemplares e a veiculação de anúncios publicitários ainda não cobriam os gastos de *Diretrizes* com sua folha de pagamento, o que obrigou Samuel Wainer a recorrer ao auxílio de Maurício Goulart<sup>34</sup> para que este investisse um montante considerável a fim de manter o funcionamento do periódico.

*Diretrizes* viu-se, uma vez mais, às voltas com a interferência do DIP em seus editoriais. Trabalhando como orientador do periódico, Maurício Goulart, então notabilizado como ferrenho opositor do Estado Novo, pretendeu publicar artigo onde falava a respeito de uma missa que, juntamente a grupos de oposição em Minas Gerais, mandava rezar todos os anos em homenagem ao aniversário de Pedro Aleixo – participante da Assembleia Constituinte de 1934, mas que teve seu mandato parlamentar cassado com a outorga do regime estadonovista em 1937. O DIP, através de seu chefe departamental, Lourival Fontes, não apenas vetou o artigo de Maurício Goulart, como ainda ameaçou fechar as portas do periódico, caso este permanecesse na redação. Compreendendo a dimensão real da situação delicada em que Samuel Wainer se encontrava, ante o ultimato dado pelo chefe do DIP, Maurício Goulart decidiu, em consideração ao colega, deixar seu trabalho no periódico.<sup>35</sup> Isso permitiu a Samuel Wainer assumir total controle de *Diretrizes*, que, através da ajuda financeira de Maurício Goulart, mudou sua periodicidade, tornando-se semanal a partir do começo de 1941.

A partir de então, a linha editorial de *Diretrizes*, que se caracterizara por artigos de teor acadêmico direcionado a um público mais intelectualizado, passa a assumir uma feição cada vez mais popular e mais nitidamente política. Para Samuel Wainer, essa guinada editorial demonstrava ser uma iniciativa de tentar abrir caminho ante o fechamento imposto pela censura do DIP, que se tornaria uma sombra constante a

---

<sup>34</sup> "Em meados de 1929, estive em Buenos Aires, onde participei da articulação da Revolução de 1930. Voltando ao Brasil, liguei-me ao grupo liderado por Siqueira Campos, que preparava o movimento em São Paulo. Durante a Revolução de 1930, chefiou o serviço de comunicações do Destacamento Miguel Costa, que partiu do Rio Grande do Sul para São Paulo na vanguarda das forças revolucionárias. (...) Em 1935, Maurício Goulart ligou-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foi preso em São Paulo por participar de um comício da organização (...). Durante o Estado Novo, foi preso três vezes. Já na década de 1940, ainda sob o regime de exceção, orientou de março de 1941 a dezembro de 1942 a revista *Diretrizes* (...), fechada no início de 1945 por ordem do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)." In: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu (orgs.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (CD-ROM).

<sup>35</sup> WAINER, Samuel. *Op. Cit*, p. 64.

eclipsar o dia-a-dia da revista, através de constantes apreensões policiais contra suas tiragens. O recrudescimento da ação repressora do DIP contra *Diretrizes* era reforçada pelo fato de Samuel Wainer e seus colaboradores, face a crescente notoriedade da revista junto a um público leitor mais amplo – não mais restrito aos círculos intelectuais de esquerda, entre os quais já se consolidara como uma "trincheira" de oposição ao Estado Novo na imprensa –, elaborarem matérias e produzirem entrevistas sem as submeterem ao crivo avaliativo dos censores daquele departamento de governo.<sup>36</sup> Paralelamente, o periódico foi encampando uma série de campanhas que, de maneira geral, segundo os termos de Samuel Wainer, se enquadravam no "filão do nacionalismo", tais como a criação de uma siderurgia nacional e o combate à hegemonia das indústrias químicas estrangeiras.<sup>37</sup> Uma das mais importantes temáticas nacionalistas – e que, de acordo com Samuel Wainer, o acompanharia pelo resto de sua vida jornalística – dizia respeito à questão do petróleo:

*"Participamos ativamente da luta pela nacionalização que resultaria na Lei 395, destinada a assegurar ao Estado a posse de toda e qualquer jazida encontrada no subsolo. Em junho de 1939, por exemplo, fiz uma entrevista com o General Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Eu me aproximara de militares que integravam o CNP, e freqüentava a casa do coronel Ibá Meireles, genro e chefe de gabinete de Horta Barbosa. Nessa entrevista (...) o presidente do CNP reafirmava que havia petróleo no Brasil e que o governo estava decidido a garantir a exclusividade do Estado na exploração das jazidas. (...) Ali começariam a germinar as sementes da futura Petrobrás."*<sup>38</sup>

A despeito do direcionamento editorial de *Diretrizes*, na primeira metade da década de 1940, ter seguido uma nítida orientação de centro-esquerda, e da conquista de um público leitor cada vez amplo, sobretudo entre as classes médias; a insistência nas matérias e entrevistas sem o devido aval dos censores do DIP – com os quais, segundo Samuel Wainer, a revista travava "um eterno combate de gato e rato" –, se mostraria

<sup>36</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>37</sup> ABREU, Alzira; BELOCH, Israel (orgs). *Op. Cit.*

<sup>38</sup> WAINER, Samuel. *Op. Cit.*, p. 62.

especialmente problemática. Tal decisão, segundo Samuel Wainer, expressava a luta encarniçada que *Diretrizes* travou contra as interdições do DIP entre 1938 e 1944. Luta que, de acordo com suas palavras, "(..) [era] apoiada pelo entusiasmo ideológico e pela capacidade intelectual de cada um de seus componentes."<sup>39</sup> A junção dos insolúveis problemas financeiros e orçamentários da revista com a necessidade de desvencilhar-se constantemente, durante anos, da censura estadonovista se revelaria cansativa e custosa à sobrevivência da revista, encontrando seu ponto final em 4 de julho de 1944, numa entrevista de Samuel Wainer sobre o Gen. Miguel Costa e sua importância ao atuar na Coluna Prestes. Encaminhada a entrevista ao DIP, o parecer do órgão foi seco e categórico: o diretor do departamento ordenara o corte imediato das cotas de papel que tornavam viável a impressão do periódico, o que, na prática, significava decretar o seu fim.<sup>40</sup>

Ciente de que tal decisão do DIP certamente incorreria numa busca por seu enalço, Samuel Wainer buscou refúgio na embaixada mexicana e, graças ao auxílio de amigos que trabalhavam em *O Globo*, conseguiu de seu chefe, Roberto Marinho, uma credencial para trabalhar como correspondente internacional deste jornal. Antes de partir para os Estados Unidos, a fim de cobrir a Conferência de Paz que seria realizada na capital mexicana no início de 1945, realizou uma série de reportagens para *O Globo* sobre a existência de células fascistas na Argentina e da conspiração visando à derrubada da ditadura varguista no Brasil.<sup>41</sup> Uma vez tendo se instalado nos Estados Unidos, veio saber que tanto a ditadura estadonovista quanto o governo norte-americano mantinham-no sob constante vigilância, ainda que as ofertas de emprego, sempre bem remuneradas, que recebera de Nelson Rockefeller fossem financeiramente muito atraentes. Durante a cobertura da Conferência de Paz, um telegrama enviado por Roberto Marinho solicitando reportagem em que deveria entrevistar Anita Leocádia na Cidade do México, do qual resultou reportagem subsequente, foi a motivação de que Samuel Wainer precisava para voltar ao Brasil e tentar reabrir *Diretrizes*.

Juntando os poucos recursos financeiros de que dispunha e contando com a concessão, feita por outros jornais, de cotas de papel para impressão do jornal – que seria feita, por contrato, nas gráficas do Diário Carioca –, *Diretrizes* voltou à circulação, dessa vez como um jornal diário. Entretanto, apesar do fim iminente do Estado Novo ter

---

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 66-67 (adendos meus).

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 75-77.

proporcionado a liberdade de que o jornal precisava para, segundo Samuel Wainer, apressar a queda da ditadura, o renovado vigor político da redação de *Diretrizes* não era acompanhado pelo desempenho de suas finanças, cujos problemas avolumavam-se. Se durante o tempo em que sua periodicidade era semanal, o informativo já vivia sob grave restrição orçamentária, esta aumentou ainda mais quando o jornal passou a circular todos os dias. Além dos problemas financeiros, Samuel Wainer também credita os problemas vividos pelo jornal, após seu retorno ao Brasil, à hostilidade dos comunistas, que, orientados por Luís Carlos Prestes, teriam se recusado a imprimir os exemplares de *Diretrizes*, em protesto à reportagem que realizara no México com a filha do líder comunista – assunto que, mesmo entre a militância, era considerado tabu.<sup>42</sup> Percebendo que sua permanência resultaria na paralisia do jornal – e no consequente apuro financeiro para os integrantes de sua redação –, Samuel Wainer decidiu deixar a direção e o controle acionário de *Diretrizes*, vendidos, respectivamente, a seu velho colaborador e amigo Octávio Malta e a João Alberto Lins de Barros, antigo participante da Coluna Prestes que exerceu liderança na Revolução de 1930.

Com o dinheiro obtido na venda de *Diretrizes*, Samuel Wainer pode realizar importantes matérias como correspondente internacional – sobretudo no caráter exclusivo de alguns trabalhos jornalísticos, como a cobertura do Tribunal de Nuremberg e a entrevista feita com o Gen. Tito, líder da resistência antinazista nos Bálcãs. O trabalho como correspondente internacional, durante os dois anos em que viajou pelo Europa do imediato pós-guerra, trouxeram para Samuel Wainer grande prestígio como jornalista – graças ao seu reconhecido talento para "contar boas histórias" –, o que lhe valeu um convite para trabalhar como repórter *free lancer* na rede dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand.<sup>43</sup>

Neste mesmo período *Diretrizes*, após conhecer um tempo de altas tiragens de seus exemplares – algo próximo a 20 mil – vivia um difícil, e derradeiro, estrangulamento financeiro, graças ao descontrole administrativo de um de seus diretores, Osvaldo Costa, que procurou Samuel Wainer a fim de que este lhe concedesse um empréstimo de cem contos para saldar parte das dívidas do jornal. O referido empréstimo foi conseguido por Samuel Wainer junto ao diretor do Banco do Distrito Federal, deputado Drault Ernanny, que, como condição, pediu ao repórter uma série de matérias, a serem publicadas nos *Diários Associados*, sobre as refinarias de petróleo dirigidas por

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 83-84.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 100.

empresários ligados àquele banco. Graças à repercussão obtida com tais reportagens, Samuel Wainer é convidado por Assis Chateaubriand para assumir a chefia de *O Jornal*, onde teve oportunidade de por em prática todas as inovações quanto à organização e apresentação gráfica das notícias que vinha, desde muito tempo, pesquisando em periódicos estrangeiros – o que, entretanto, encareceu consideravelmente o preço do diário.<sup>44</sup> Tal circunstância serviu de argumento para que o dono dos *Diários Associados* transferisse Samuel Wainer de função, remanejando-o da chefia de *O Jornal* para a função de repórter. Sua fama em criar narrativas que atraíam a atenção do público consolidou-se ainda mais em 1948, quando foi convocando pelos *Diários* para mais uma cobertura jornalística internacional, dessa vez relacionada às tensões na região da Palestina, referentes à criação do Estado de Israel pela Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>45</sup> Notoriedade que, conforme frisou em suas memórias, era resultado mais do somatório de sua criatividade, autodidatismo e esforço pessoal do que de uma eventual proficiência intelectual – adjetivo que usa para qualificar muitos de seus colegas de profissão.

No ano seguinte Samuel Wainer testemunharia a consagração definitiva de seu trabalho no cenário jornalístico brasileiro. Enviado ao sul do país por *O Jornal* para fazer uma série de reportagens sobre a produção de trigo – as quais nem chegou a publicar, por considerá-las inviáveis<sup>46</sup> –, lembrou-se de um personagem que, passados quatro anos, era solenemente ignorado pelos grandes jornais do Rio de Janeiro: Getúlio Vargas. Simulando um pouso forçado do avião em que viajava nas terras da fazenda do ex-ditador na cidade de São Borja (RS), Samuel Wainer surpreendeu-se com a acessibilidade de Vargas em conceder-lhe uma entrevista onde, após divagar sobre os possíveis candidatos à Presidência da República nas eleições de 1950, afirmava que retornaria "não como um líder de partidos e sim como um líder de massas"<sup>47</sup>. Grande parcela da imprensa escrita brasileira do período ressentia-se da figura de Vargas, em virtude da pouca liberdade de expressão que marcara o transcorrer da maior parte de seu primeiro governo – problema que se agravou com a outorga do Estado Novo em 1937.

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 102-103.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>46</sup> Em seu livro de memórias, Samuel Wainer alega que a pretendida reportagem objetivava, ainda que de maneira enviesada, defender a posição de Assis Chateaubriand quanto à inviabilidade do Brasil em ser auto-suficiente na produção de trigo. De acordo com suas palavras, o dono dos *Diários Associados* considerava que isto afetaria o monopólio comercial do cereal por trustes internacionais – o que contrastava com a abundância na colheita daqueles grãos, que observara na região. *Ibidem*, p. 113.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 22.

De acordo com Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, desde o início a relação de Vargas com a imprensa foi marcada por constantes tensões e conflitos, pois:

*"(...) Dentre as expectativas criadas com a vitória da Revolução [de 1930], figurava a de liberdade de imprensa. Entretanto, instalado o regime revolucionário, com todos os poderes nas mãos de Vargas, após um rápido período de liberdade, a imprensa continuou sob censura. (...) Mas foi durante o Estado Novo que Vargas aprofundou sua incompatibilidade com a imprensa e criou uma imagem negativa junto aos intelectuais e jornalistas na medida em que a Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão do pensamento. Todos os meios de comunicação (...) foram submetidos a censura prévia, e não só isso: foi atribuído à imprensa o exercício de uma função de caráter público, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo."<sup>48</sup>*

Publicada na edição de 3 de março de 1949 de *O Jornal*, a entrevista de Samuel Wainer com Getúlio Vargas fez todas as tiragens daquele dia sumirem das bancas em poucas horas, tamanha a rapidez com que foram vendidas. Contrariando a postura adotada pela maioria dos jornais de grande circulação do período com relação à campanha presidencial de Getúlio Vargas (ao mesmo tempo em que estes a tratavam como se ela não existisse, atacavam-na violentamente quando assunto em pauta),<sup>49</sup> as entrevistas de Samuel Wainer com o ex-ditador lhe transformaram no mais importante repórter do país. Seus contatos com Vargas tornavam-se cada vez mais constantes, tornando-o não apenas personalidade cada vez mais requisitada por políticos, e também pela população, sobre o que se passava com o futuro presidente eleito, como também indivíduo que gozaria de grande prestígio junto ao chefe do Poder Executivo. Um prestígio de tal ordem que, mesmo em meio a um ambiente jornalístico hostil à figura de Vargas, permitiria a Samuel Wainer obter, junto ao presidente eleito no pleito de 1950, as condições financeiras e os contatos certos no meio empresarial para que pudesse comprar o parque gráfico e o prédio onde funcionava o jornal *Diário Carioca*,

<sup>48</sup> ABREU, Alzira Alves de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954". In: *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará. 1994, p. 27 [adendos meus].

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 28.

então à beira da falência. Ambos os bens foram dados como garantia junto ao Banco do Brasil, para que o empréstimo de 26 milhões de cruzeiros, cedido por aquele banco, pudesse ser liberado. Em suma, a notoriedade adquirida como jornalista entre a população, somada ao prestígio construído junto a Vargas após sua eleição em 1950 foram os fatores que permitiram a Samuel Wainer se aventurar em seu empreendimento mais ambicioso: o jornal *Última Hora*. Sobre a criação deste diário, um aspecto político importante precisa ser realçado:

*"(...) Ao incentivar e favorecer a criação do inovador jornal de Samuel Wainer, Vargas interviu diretamente no mercado, ou campo jornalístico, não apenas privilegiando a ação de um jornalista particularmente bem dotado, como subvertendo as regras de acesso ao fechado clube dos proprietários de jornal, dos fazedores de notícia".<sup>50</sup>*

Ilustrando as inúmeras pesquisas que Samuel Wainer procedera, durante anos, em jornais e revistas de outros países, em busca de novas e inovadoras formas de apresentação dos fatos que eram notícia ao seu público leitor, *Última Hora* trazia um tipo de configuração, até então, sem precedentes no jornalismo impresso brasileiro. Além de contar com diversos colaboradores, que abordavam temas sobre os quais os outros periódicos mostravam-se indiferentes (como as coberturas esportivas – em especial as voltadas ao futebol – e as matérias policiais, por exemplo), *Última Hora* possuía um espaço específico para a publicação de queixas e reivindicações populares (em seu 2º caderno), que se mesclavam às notas de colunismo social. A miríade de assuntos abordados, cada qual, em colunas específicas, ilustrando a diversidade própria dos diversos componentes de sua redação, demonstram o grande diferencial de *Última Hora* em relação aos demais periódicos que, a partir da publicação de seu primeiro número, em 12 de junho de 1951, lhe fariam encarniçada concorrência e oposição política: seu ecletismo temático.

Ecletismo que, no entanto, não implicou em plena liberdade para seus colunistas. *Última Hora* era, em sua essência, um empreendimento de cunho jornalístico e *empresarial*, com explícitas vinculações políticas de apoio ao segundo mandato de

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 29.

Vargas. Esse vínculo fazia com que os interesses do governo getulista se tornassem, por tabela, interesses da empresa de Samuel Wainer. Logo, sua linha editorial e posicionamento político encontravam na defesa do getulismo o norte magnético pelo qual se guiavam suas perspectivas de ação, bem como uma clara demarcação de limites na liberdade de seus colonistas. Apesar de afirmar, em suas memórias, que nunca obrigou qualquer um de seus colonistas a escrever reportagens ou artigos que lhes ferissem convicções ou pontos de vista, Samuel Wainer deixa claro que nunca deu permissão para que, com seus textos, os membros e colaboradores na redação de *Última Hora* se chocassem com os "interesses da empresa"<sup>51</sup>. Tais interesses foram reiteradamente manifestos em *Última Hora* desde a sua primeira edição<sup>52</sup>, e reforçados pela publicação diária, na terceira página, de uma coluna chamada "O dia do Presidente", dedicada a noticiar fatos relativos a Getúlio Vargas: "(...) acontecimentos engraçados, atos de governo, fatos relativos à sua vida privada. Esta seção se manteve até o dia do suicídio de Vargas."<sup>53</sup>

Para além das novidades visuais e temáticas, *Última Hora* também trazia como elemento inovador e diferenciador a abordagem das notícias feita a partir de uma linguagem próxima à dos setores sociais mais humildes; a estes dedicando, ao mesmo tempo, textos produzidos por jornalistas e intelectuais, que se preocupavam em trazer à baía assuntos de interesse popular (futebol, notas policiais, movimento sindical, política nacional, etc.). Mais do que isso: *Última Hora* procedeu a um resgate de elementos que eram identificados com o "povo", com o "popular", não apenas no nível vocabular, como também no que tange ao seu dia-a-dia, transformado em principal fonte de notícias e grande "filão" jornalístico do diário. Temáticas as quais, conforme já frisamos, eram de plena familiaridade de Samuel Wainer, em virtude não apenas de sua origem social, como também de uma identificação e encarnação de seus próprios ideais na figura de Vargas. Segundo Fátima Cristina Campos, apesar de um universo variado de colonistas e jornalistas, como parte integrante da redação de *Última Hora*, cada um deles seguia critérios para a produção do jornal muito bem definidos, cujo fio condutor

<sup>51</sup> WAINER, Samuel. *Op. Cit.*, p. 246.

<sup>52</sup> Logo na primeira página da primeira edição de *Última Hora*, está a íntegra uma carta de Getúlio Vargas, felicitando Samuel Wainer pela criação do diário. Um dos trechos dessa é lapidar quanto ao propósito do governo em manter relações tão estreitas com o jornal: "O jornalismo desempenha uma grande missão social, que é a de orientar a opinião pública, auxiliando eficientemente o Governo, hoje mais do que nunca. Os problemas sociais e políticos são de tal modo complexos, que só um contato vivo, perene e fecundo com a opinião pública de todo o país pode dar luzes e força ao Governo para enfrentá-los e resolvê-los." *Última Hora*, 12 de junho de 1951, 1.<sup>a</sup> página.

<sup>53</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 67.

era a defesa do getulismo, do nacionalismo e do reformismo. A relação de amizade que Samuel Wainer desenvolveu com Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que partia de uma clara identificação do jornalista com os planos de justiça social pretendidos pelo presidente eleito, representou-lhe também uma oportunidade única para consolidar sua realização como figura de relevo do jornalismo brasileiro. *Última Hora* manteve sua fidelidade ao nacionalismo e ao getulismo desde sua fundação, e durante todo o transcorrer da experiência democrática. Ainda que a proximidade com a figura de Vargas tenha permitido a Samuel Wainer lançar-se com proeminência no cenário jornalístico brasileiro, foi a identificação que o editor chefe de *Última Hora* estabeleceu entre o país que dera acolhida a uma humilde família judia imigrante e a mensagem getulista de promoção dos interesses populares, que bem conhecia, pois com eles se alinhava, que permitiu a seu vespertino alçar voos mais altos.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 69-71.

### 1.3 – Um "sargento jornalista": Batista de Paula :

Nascido em uma humilde família de agricultores da pequena cidade de Guareí, no interior e São Paulo, João Batista de Paula, seguindo o exemplo de muitos jovens interioranos de sua geração, saiu de sua cidade natal aos 15 anos. Foi quando decidiu "fazer a vida" na cidade grande. Trabalhou durante algum tempo em "bicos" como entregador de jornais, alfaiate, vendedor de sapatos e operário numa fábrica de cachimbos. Foi na função de datilógrafo em um escritório paulistano que conheceu um advogado chamado Paulo Lauro, amigo do interventor de São Paulo durante o Estado Novo, Adhemar de Barros. Na segunda metade da década de 1930, Batista de Paula, assim como outros jovens colegas seus, trabalhava de dia e estudava à noite nos antigos cursos de "Madureza", uma espécie de supletivo do período. Dessa forma conseguiu concluir o ginásial, optando, depois, pelo chamado "clássico", dada a dificuldade que tinha nas disciplinas do "curso ginásial": matemática, física e química.<sup>55</sup> A relação de amizade do jovem Batista de Paula com Paulo Lauro rendeu não apenas a aquisição de um imóvel próximo à Avenida São João, que serviria de república para outros jovens estudantes vindos do interior paulista, como também uma indicação para um cargo público na prefeitura de São Paulo.<sup>56</sup>

Batista de Paula entrou no Exército por volta do ano de 1939, movido por necessidades pragmáticas; problemas típicos de quem precisa transpor entraves burocráticos impostos aos jovens em busca de um emprego estável. A posse no cargo público para o qual havia sido nomeado na prefeitura paulistana não pode efetivar-se, em virtude de não ter, à época, o Certificado de Reservista, documento necessário para sua investidura como servidor público municipal. Por já possuir 18 anos, Batista de Paula falsificou a autorização paterna necessária à apresentação no respectivo quartel.<sup>57</sup> Sua entrada no Exército, porém, representou uma transformação radical, já que a classifica como uma experiência que iria moldar seus valores dali em diante. Valores, estes, que encontraram na hierarquia e na disciplina militares seus principais alicerces – mas que, não raro, também implicaram no testemunho de muitas injustiças e nas claras diferenças de tratamento, não apenas dentro da hierarquia do Exército, como também entre as demais Forças Armadas:

---

<sup>55</sup> SANTOS, Andréia Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras. História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo: USP-FFLCH (Dissertação de Mestrado). 1998, pp. 376-377.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 378.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

A experiência de entrar no Exército revelou-se, para Batista de Paula, como um evento transformador, já que sua juventude foi, definitivamente, moldada a partir de um sentido ordenador, resultado da influência da hierarquia e disciplina militares em sua formação - experiência, de início, chocante, mas com a qual acabou se acostumando com o tempo. Princípios que, de acordo com suas lembranças, foram reforçados com a iminência da Segunda Guerra Mundial e – uma vez que o Brasil se envolveu no confronto com o envio da Força Expedicionária Brasileira – adicionados à noção de “disciplina consciente”, adquirida no convívio com as tropas norte-americanas, durante o treinamento para as lutas na Itália. Sua entrada na vida militar também deixou marcas profundas quanto ao aspecto da injustiça a que estão submetidos muitos militares, em especial os jovens recrutas do Exército, que, além de não receberem tratamento digno, são muito mal treinados. Situação que contrasta com a vivida pelos recrutas da Marinha e da Aeronáutica, muito melhor tratados em função do treinamento para o serviço de taifa, praticado na Armada desde os tempos do Império e adotado pela Força Aérea em função desta ter se originado da junção de setores da Marinha com a Aviação Naval. No Exército, ao contrário, por não existir serviço de taifa, a seleção para as tarefas de cozinha nos quartéis congregava os recrutas inaptos nos treinamentos de "ordem-unida", o que acabava se refletindo na péssima qualidade da alimentação servida nos quartéis, especialmente para os praças.<sup>58</sup>

Os rumos da Segunda Guerra Mundial, e especificamente da participação das tropas brasileiras no conflito, mudariam os planos de Batista de Paula. Nem bem tinha completado dois meses dentro do Exército, toma ciência de que o Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, suspendera os licenciamentos *sine die* – anulando seus planos de dar baixa e voltar para a vida civil. Resignado, resolve fazer os quatro meses do curso de cabo e, posteriormente, os oito meses do de sargento do Exército. Uma vez completado os cursos e, ao final deles, tendo sido promovido a sargento do Exército, pode experimentar uma relativa melhoria nas condições de vida – lhe permitindo, por exemplo, pagar pelo aluguel de um quarto de pensão.<sup>59</sup> Batista de Paula e os demais sargentos com os quais fizera o curso foram designados para novas unidades blindadas que seriam espalhadas pelo país, a fim de que seus efetivos fossem, depois, enviados para auxiliar as tropas brasileiras em luta na Itália. A unidade a qual ajudou a formar, o 3º Batalhão de Carros de Combate (BCC), viajou de navio do Rio de Janeiro até a

---

<sup>58</sup> *Ibidem.*

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 379.

cidade de Santa Maria (RS) – o que, posteriormente, lhe valeu o título de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em virtude do constante risco de torpedeamento por submarinos alemães.<sup>60</sup>

Antes disso, realizou Curso de Motomecanização na Vila Militar, no bairro de Deodoro, Rio de Janeiro, cujo quartel era chefiado pelo então Tenente-Coronel Artur da Costa e Silva. Nessa guarnição se deparou com um problema recorrente na relação entre oficiais e praças: o da alimentação – ou "etapa", segundo o jargão militar próprio. De acordo com as Leis de Serviço Militar do período, o praça que comia nas dependências do quartel tinha a sua "etapa" descontada em seus vencimentos; os que comiam fora conseguiam preservar o valor de sua etapa nos contracheques. Passados dois meses no referido curso, Batista de Paula e demais sargentos, buscando aumentar um pouco mais sua renda, praticamente não se alimentavam mais no refeitório do quartel. Tal prática acabava representando, também, uma economia para o batalhão, cuja renda disponível servia aos constantes banquetes que o comandante daquela unidade gostava de oferecer a oficiais-generais.

Passados quatro meses, os sargentos daquela unidade – muitos deles estudantes universitários que, em função da convocação para a guerra, deixaram para trás, contrariados, seus respectivos cursos – decidiram fazer uma greve de fome, recusando-se a atender aos toques do "rancho" do café da manhã e do almoço. Era um protesto contra a má qualidade da comida servida aos praças naquela unidade – que, de acordo com Batista de Paula, compunha-se, invariavelmente, de carne seca com abóbora e arroz "unidos venceremos". Apesar da completa ausência de propósitos políticos mais concretos no referido episódio, o Ten. Cel. Costa e Silva repreendeu duramente seus comandados, acusando-os de insubordinação por influência comunista, decretando a prisão de todos os envolvidos, submetidos, cada um, a Inquérito Policial Militar (IPM). Lembrando que o país estava em guerra, e das prescrições regulamentares dos códigos militares para condutas daquela natureza, o referido oficial, prosseguindo em suas ameaças, chegou a cogitar a possibilidade de condená-los à morte por fuzilamento.

A narrativa deste episódio é importante para Batista de Paula, pois serve de ilustração para o fenômeno da politização nos quartéis. Mesmo que não pudesse ser considerado como um elemento de presença preponderante nos corpos de tropa, dado seu caráter ainda muito incipiente, a leitura de textos políticos, sobretudo os orientados

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 381.

para análises de esquerda, já se fazia notar entre alguns poucos indivíduos.<sup>61</sup> A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial através da FEB na primeira metade da década de 1940 foi, segundo suas perspectivas, de grande importância para que tal processo fosse, gradualmente, ganhando uma maior amplitude. Atribui como fatores relevantes nesse processo de politização o preparo psicológico das tropas, calcado no embate entre democracia e nazismo, resultante do convívio com os norte-americanos; além da presença de muitos oficiais da reserva com nível universitário, que levavam para suas unidades de combate um pouco de suas convicções políticas, adquiridas antes de sua convocação.

É a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o retorno ao Brasil dos contingentes da FEB, que Batista de Paula nota o início de uma atividade política mais clara dentro da Instituição Militar, cujo mote principal orbitava em torno da garantia dos direitos dos ex-combatentes pelo governo. Opiniões manifestas por militares sobre a questão tornaram-se mais explícitas, não apenas nos quartéis como também nos seus círculos de convivência, a exemplo do Clube Militar. Permanecia, entretanto, a restrição ao comunismo, que, segundo Batista de Paula, foi o grande "bode expiatório" do País. Fruto da reação ao levante de 1935, a pecha de "comunista" era acusação recorrente a qualquer atitude que se chocasse contra os valores da Instituição Militar. Segundo João Roberto Martins Filho:

*"Finda a Segunda Guerra Mundial (...), coube às Forças Armadas desempenhar o papel de ator principal no processo que levaria à queda de Getúlio Vargas e ao fim do estado Novo. (...) Os militares foram os avalistas da solução para a crise configurada a partir do momento em que várias forças sociais – inclusive o Partido Comunista – passaram a apoiar a continuidade do poder getulista. (...) Ao mesmo tempo, a divisão do mundo sob a guerra fria serviu para agravar as tendências*

---

<sup>61</sup> Ainda que o ambiente para tal politização não fosse dos mais propícios. Vivia-se então no auge da ditadura estadonovista, caracterizada pelo rígido controle sobre o acesso à informação, que era exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Some-se este dado à própria ingerência dos comandos militares, e sua formação profissional marcada por um empedernido anticomunismo, para que se compreendam as razões que restringiam tal processo de politização. *Ibidem*, p. 380.

*anticomunistas já existentes nas Forças Armadas, particularmente depois da rebelião de 1935".<sup>62</sup>*

Batista de Paula presenciou episódios onde o processo de politização dentro das fileiras do Exército, aliada ao sentido descendente da delegação de funções, próprias de uma organização tão ciosa de sua hierarquia quanto as Forças Armadas, produzia circunstâncias pantomímicas – para dizer o mínimo. Participando do quadro de praças que formaram o 3º Batalhão de Carros de Combate (BCC), certo dia ouviu partindo do gabinete de comando um tocar de cornetas que nunca antes escutara. Era o toque de reunião dos oficiais e dos praças, dado pelo corneteiro do batalhão. Avisado de que deveria comparecer, junto de seus colegas de tropa, ao gabinete do comandante, Ten. Cel. Ibsen Lopes de Castro, foi informado pelo assessor do Ministro da Guerra, Cel. Lima Figueiredo, de que o Gen. Eurico Dutra solicitava o apoio daquela unidade na deposição de Getúlio Vargas.

Segundo Batista de Paula, tal ordem ministerial foi recebida com um misto de surpresa e apreensão: "Nós quase caímos duros! Sabíamos do poder de Getúlio e a maioria era getulista. Nessa época ainda não era. (...) Virei Getúlio depois que ele foi derrubado. Aí fui estudar o que ele tinha feito."<sup>63</sup> Também foi informado de que o Ministro da Guerra, em pessoa, viria até sua unidade militar para certificar-se do apoio de seu efetivo ao golpe que então se desenhava. A recepção ao Ministro da Guerra no 3º BCC foi feita com pompa e circunstância pelo comandante da unidade e alguns oficiais. Logo depois, por ordem do Ten. Cel. Ibsen – certamente desejoso em causar boa impressão ao Ministro da Guerra –, todos os oficiais e sargentos daquela unidade que soubessem manejar seus tanques de guerra deveriam deslocá-los para as ruas próximas. O que se seguiu foi uma autêntica pantomima, pois como Batista de Paula e mais alguns poucos sargentos e tenentes daquele quartel eram as únicas pessoas que sabiam manusear os pesados tanques de guerra daquela unidade, acabaram sendo os escolhidos pelo Cel. Ibsen para uma encenação. Na chegada à unidade do Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, Batista de Paula e os poucos colegas que sabiam pilotar as potentes máquinas, a fim de impressionar o chefe militar, ligaram os motores dos tanques na máxima rotação, o que, além do barulho ensurdecador, fez tremer os frágeis

---

<sup>62</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. "Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

<sup>63</sup> SANTOS, Andrea Paula dos. *Op. Cit.*, p. 383.

tetos de zinco dos galpões. Por ordens do Cel. Ibson, saíram com os tanques em fila nas ruas, marcadas no asfalto pelas toneladas de aço dos veículos de combate, que passeavam barulhentos e empoeirados pelas cercanias do bairro do Maracanã. Na chegada e ao retirar-se do quartel do 3.º BCC, o Gen. Dutra passou a tropa em revista, inspecionando os tanques ligados a todo vapor – o que, certamente, deixara o chefe militar impressionado. No alto das torres de cada tanque, por trás das metralhadoras 'Ponto 50' anti-aéreas, estavam Batista de Paula e outros recrutas completamente alheios à *mise em scene*, na qual atuavam como coadjuvantes. O espetáculo, segundo Batista de Paula, serviu para enganar o Gen. Dutra e assustar as mães de família do Maracanã, que se trancafiaram em suas casas com os filhos.<sup>64</sup>

Após o fim da Segunda Guerra, Batista de Paula fez mais um curso, dessa vez voltado para o comando de pelotões, cuja conclusão lhe rendeu convite para trabalhar no prédio do Ministério da Guerra, no Departamento Geral de Administração (DGA), cujo comandante era o Gen. Newton Cavalcanti, que, segundo suas memórias, era conhecido como "fera", dado o rigor excessivo com que tratava seus subordinados. Tinha como chefes imediatos o Coronel Correia Lima e o Tenente-Coronel Olímpio Mourão Filho. Foi nesse período que Batista de Paula recebeu de um grande amigo, Ariosto Pinto, com quem havia servido anos antes, o convite para tentar a sorte na atividade jornalística em *Diretrizes*, diário criado por Samuel Wainer anterior ao seu maior e mais famoso empreendimento: o jornal *Última Hora*. De certo, Ariosto entusiasmara-se com seu talento para a escrita.

Apesar do clima de camaradagem que, de acordo com suas lembranças, imperava dentro da repartição onde trabalhou, sua passagem como servidor no Ministério da Guerra não o manteve livre de certos percalços. Episódios que, em última instância, reiteravam, no campo do convívio profissional, a clara cisão entre oficiais e praças que então perpassava as Forças Armadas de maneira geral, e o Exército em particular, e sua expressão nas prescrições penais contidas nos códigos de conduta militar.

Trabalhando no DGA, Batista de Paula era responsável pela datilografia do expediente feito pelo Ten. Cel. Mourão Filho. Certa vez, a pedido do Cel. Correia Lima, encarregou-se de datilografar um longo relatório, iniciado no dia anterior, quando um dos oficiais de sua repartição, Major Denizart Sampaio, ordenou que o sargento escrevesse com sua máquina um trabalho urgente. Batista de Paula negou-se a cumprir

---

<sup>64</sup> DE PAULA, João Batista de. *Plantão Militar (Miscelânea)*. s/d, pp. 21-22.

tal ordem, argumentando que já estava ocupado com o preparo do relatório do chefe da repartição, provocando, com isso, indignação e ira no Maj. Denizart, que passou a insultá-lo. Seguindo os princípios da disciplina militar, Batista de Paula procurou manter-se alheio aos impropérios que lhe eram dirigidos, tentando, em vão, contra-argumentar com o oficial, que se mostrava cada vez mais irritado e, no auge de seu acesso de raiva, chamou o sargento de "vagabundo". Perdendo de vez a paciência, Batista de Paula devolveu ao major o mesmo impropério, acrescentando comentários nada simpáticos quanto à educação deste oficial, surpreendendo-o e enfurecendo-o ainda mais, a ponto deste esboçar uma tentativa de agressão física, que não se concretizou graças à intervenção de outros colegas de repartição. Batista de Paula, que, sem pensar nas consequências de sua atitude, já empunhava sua própria máquina de escrever como instrumento de defesa, recebeu imediata voz de prisão de um dos oficiais que presenciara a cena. Pouco depois, ao relatar o ocorrido aos seus superiores, e com todos os ânimos já devidamente amainados, recebeu, resignado, sua sentença: 20 dias de prisão "sem serviço", que resultaram num corte de um terço em seus vencimentos. Punição que motivou comentário lapidar do Ten. Cel. Mourão Filho, que assim sintetizou o episódio e todo seu teor: "No Exército, meu filho, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco!"<sup>65</sup>

Iniciando seu trabalho jornalístico como revisor, logo começaria a fazer reportagens, graças ao auxílio de outro colega do Exército que fora seu ex-comandante em São Paulo, Doutel de Andrade. Neste período de sua vida, o trabalho como jornalista transcorria em paralelo às suas obrigações de sargento do Exército lotado no prédio do Ministério da Guerra – e sob as vistas grossas de seu comandante.<sup>66</sup> Não bastasse a dupla jornada de trabalho – que se tornaria tripla, após entrar, mais uma vez por intermédio de Ariosto Pinto, na redação do jornal *Diário Trabalhista* –, sua atividade jornalística, além de lhe abrir o acesso aos meandros que lhe permitiram fazer a cobertura do Legislativo federal, era marcada pela dubiedade.

---

<sup>65</sup> DE PAULA, João Batista. *Plantão Militar (Miscelânea)*. s/d, p. 12.

<sup>66</sup> A princípio, o Ten. Cel. Mourão Filho não concordara com o trabalho jornalístico de seu subordinado, ainda mais por este se realizar em um diário tido como comunista em virtude de sua franca postura de oposição, que sofrera sistemática perseguição política durante e mesmo após o Estado Novo. No entanto, sabendo das grandes qualidades intelectuais de seu comandante; e ciente de que este gostava de gabar-se vaidosamente delas, Batista de Paula pediu a Doutel de Andrade autorização para escrever um artigo em *Diretrizes* elogioso ao intelecto de seu chefe de repartição. O referido artigo saiu publicado em *Diretrizes*, a pedido de Batista de Paula, no dia do aniversário do Ten. Cel. Mourão Filho que, envaidecido e grato pela homenagem de seu subordinado, passou a fazer "vista grossa" à atividade jornalística de seu sargento. *Ibidem*, p. 2.

Apesar do trabalho em *Diretrizes* ser interessante considerando o contato diário não apenas com figuras proeminentes do Poder Legislativo e destacadas lideranças das Forças Armadas, ser um membro da redação no primeiro empreendimento jornalístico impresso de Samuel Wainer era pouco compensador do ponto de vista financeiro. Logo, o convite de Ariosto Pinto para trabalhar no *Diário Trabalhista* revelara-se boa oportunidade para Batista de Paula complementar sua renda, que se somaria aos seus vencimentos como sargento lotado no prédio do Ministério da Guerra, em um ramo profissional no qual vinha adquirindo experiência. No turno da manhã, trabalhava em *Diretrizes*, jornal de oposição ao governo do Presidente Eurico Dutra, ao qual atacava sem dó. Saía apressado da redação de *Diretrizes* ao meio-dia, para chegar a tempo ao seu turno matutino no Ministério da Guerra. Ao fim de seu expediente à tarde, corria ao *Diário Trabalhista* - diário que pertencia a Oliveira Rodrigues, genro do Presidente Dutra: logo, devia defendê-lo! Como suas matérias no *Diário Trabalhista* não eram assinadas, pode, durante alguns anos, manter esta jornada de trabalho pouco monótona. Por conta das constantes conversas sobre política, as quais Oliveira Rodrigues gostava de ter com seus colegas de redação, recebeu, graças ao traquejo que vinha demonstrando nos contatos com muitos parlamentares, proposta para fazer a cobertura do Poder Legislativo para o *Diário Trabalhista*. Os contatos estabelecidos na Câmara e no Senado federal, somados aos encontros constantes com destacados comandantes das Forças Armadas, seriam de importância fundamental para suas futuras incursões jornalísticas.<sup>67</sup>

O prestígio resultante de sua atividade jornalística junto a muitos colegas e comandantes do Exército rendeu a Batista de Paula o acesso para que adentrasse nos meandros do Legislativo federal, que cobria para o *Diário Trabalhista*. Durante a gestão do Gen. Zenóbio da Costa no Ministério da Guerra, obteve deste o apoio para que ficasse à disposição do Ministério da Justiça, trabalhando como servidor público lotado na Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) até que seu pedido de exclusão das fileiras do Exército fosse atendido. Suas primeiras incursões na Câmara dos Deputados foram facilitadas, primeiro, pelo secretário executivo do *Diário Trabalhista*, Raul de Oliveira, que o destacou para a cobertura parlamentar; depois, pelo presidente do Comitê de Imprensa da Câmara, José Irineu de Souza, que lhe apresentou a alguns deputados de pouca expressão que, no entanto, estavam ávidos por ganhar

---

<sup>67</sup> SANTOS, Andrea Paula dos. *Op. Cit.*, p. 385 (adendos meus).

notoriedade, através da publicação de seus nomes em algum jornal. Foi adquirindo, com o tempo, maior desenvoltura no transitar entre a maioria dos deputados federais, aos quais foi sendo apresentado por intermédio de Heráclito Salles, experiente correspondente do Legislativo que trabalhava para o *Correio da Manhã*.<sup>68</sup> Foi cobrindo a Câmara dos Deputados que conheceu Maurício Vaitsman, credenciado de *O Jornal*, dos Diários Associados, incumbido de transmitir as notícias do Poder Legislativo não apenas para a rede de periódicos de Assis Chateaubriand como também à Agência Nacional, que as repassavam a todos os jornais, revistas e rádios do país e as divulgavam diariamente às 19:00 horas na "Hora do Brasil".<sup>69</sup> A oportunidade de fazer a cobertura jornalística da Câmara dos Deputados foi, para Batista de Paula, de grande importância no ponto de vista profissional:

*"Além de conhecer e manter relacionamento com as figuras mais destacadas da República, pude observar de perto a fraqueza dos homens públicos, suas vaidades e ambições, normalmente sem limites. Mas havia os poucos que se destacavam pelo talento e pela cultura, e os que não tinham esses predicados e apareciam pelo esforço e dedicação à causa pública, que faziam do mandado popular uma missão séria, quase um sacerdócio".*<sup>70</sup>

Batista de Paula deu baixa no Exército em 1952, no mesmo período em que foi convidado por Samuel Wainer para integrar a redação do jornal *Última Hora*. Sabendo que seu antigo funcionário dos tempos de *Diretrizes* era não apenas egresso do Exército, como também profundo conhecedor dos meios militares, com trânsito até mesmo entre oficiais generais destacados, com os quais mantinha boas relações, o Editor Chefe de *Última Hora* o escolhe para fazer a cobertura de uma área sensível e, até então, envolta em tabus: o setor militar.

Apesar do apoio editorial e, até certo ponto, institucional que dispunha para o tipo de abordagem jornalística que se propunha a fazer, Batista de Paula viu-se obrigado a lidar, de forma incomodamente constante, com a forte oposição de muitos oficiais oriundos do Estado-Maior do Exército, que, segundo seus termos, "formava um círculo

---

<sup>68</sup> DE PAULA, João Batista. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>69</sup> *Ibidem*.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 4.

hermeticamente fechado, verdadeira Maçonaria."<sup>71</sup> Problema que, sob o prisma específico da crônica jornalística sobre as Forças Armadas – e considerando o ineditismo de tal iniciativa na imprensa brasileira do período –, ilustrava em grande medida a dura oposição política com que *Última Hora* defrontou-se ao longo de todo seu período de circulação, dentro e fora da Instituição Militar. Oposição, esta, que vinha dos grupos que combatiam a política getulista de apoio às reivindicações dos trabalhadores e sindicatos, e era capitaneada, sobretudo, pela ala da União Democrática Nacional (UDN) liderada por Carlos Lacerda e setores mais conservadores ligados ao Partido Social Democrático (PSD). No campo da imprensa escrita, a feroz oposição política contra Vargas contou com o apoio ostensivo de empresários ligados aos jornais de grande circulação, que, aliados aos oficiais superiores e generais nas Forças Armadas inclinados ao discurso golpista, defendido sem pudores pela ala lacerdista; constituiriam, ambos, um forte grupo de pressão contra *Última Hora* e seu declarado apoio ao trabalhismo getulista. Pressão que agia sobre o diário como um todo, e reverberava no cotidiano de seus repórteres e colunistas.

Ainda durante suas primeiras incursões como jornalista credenciado de *Última Hora* para a cobertura do Ministério da Guerra, Batista de Paula não passaria incólume à forte hostilidade dos oficiais de orientação udenista contra o diário. Certa tarde, foi interpelado pelo Gen. Coelho dos Reis<sup>72</sup>, chefe de gabinete do Ministro da Guerra do Presidente Juscelino Kubitschek, Gen. Henrique Teixeira Lott, a respeito de uma reportagem que escrevera e assinara. Tratava-se de matéria em que fazia duras críticas ao que considerava como falhas grosseiras em uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que dispunha sobre o aproveitamento de oficiais da reserva, vindos do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) – alguns destes veteranos da FEB com destacada participação no *front* italiano – em quadro próprio no serviço ativo: o Quadro Auxiliar de Administração (QAA). Após obter do ex-sargento resposta afirmativa ao perguntá-lo, um tanto autoritariamente, se o mesmo era o autor da referida matéria; o Gen. Coelho dos Reis, visivelmente alterado e gesticulando nervosamente a mão que segurava o recorte da reportagem, acusou Batista de Paula de fazer política no Exército. Em tom ameaçador, alertou-o de que, enquanto fosse chefe de gabinete do Gen.

---

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>72</sup> De acordo com suas memórias, o Gen. Coelho dos Reis, ainda durante seus tempos de capitão, na década de 1930, fora um truculento diretor do DIP, com uma particular predileção por perseguir jornalistas. Passados os anos, agora como general, o referido oficial mantinha as mesmas características de prepotente e autoritário. *Ibidem*, p. 8.

Henrique Lott, não aceitaria "o faccionismo da imprensa, e muito menos da *Última Hora*", que o senhor representa".<sup>73</sup> Prosseguindo no sermão e nas ameaças, o chefe de gabinete do Ministro da Guerra apontou o dedo indicador para o nariz do ex-sargento, que instintivamente o segurou com força e baixou energicamente, provocando no Gen. Coelho dos Reis, surpreso e indignado com tal gesto, um súbito mal estar cardíaco, grave o suficiente para mobilizar o atendimento médico do local.

O episódio acima ainda renderia a Batista de Paula sua primeira oportunidade de encontrar-se com o Gen. Henrique Lott na função de Ministro da Guerra.<sup>74</sup> Após comunicar aos seus colegas, na sala de imprensa do prédio ministerial, o seu entreencontro com o Gen. Coelho dos Reis – que não tardou em expedir ofício cassando sua credencial de representante de *Última Hora* no Ministério da Guerra –, foi aconselhado pelo próprio Samuel Wainer a continuar seu trabalho até que sua entrada naquela repartição fosse efetivamente impedida. Enquanto a referida proibição não se materializava, Batista de Paula foi aconselhado pelo Cap. Willian Stockler, ajudante-de-ordens do Gen. Henrique Lott, a narrar todo o ocorrido ao chefe do Exército, que possivelmente não estava ciente de toda confusão. Sendo informado pelo ajudante-de-ordens de que havia horário disponível naquela tarde para uma audiência com o Gen. Henrique Lott, Batista de Paula solicitou o agendamento de seu nome e foi, no horário marcado, ao encontro do Ministro da Guerra.

Ao entrar no gabinete ministerial, suas primeiras impressões sobre o Gen. Teixeira Lott foram de um chefe militar sério e sisudo, econômico nas palavras, porém energicamente seco em suas ordens. Tão logo recebeu Batista de Paula em sua sala, o Gen. Lott leu a matéria publicada em *Última Hora* que motivara o desentendimento com o Gen. Coelho dos Reis, bem como o ofício que este expedira cassando as credenciais do jornalista, impedindo-o de entrar na repartição militar. Após ler os dois documentos, o Ministro apertou um botão em sua mesa, solicitando ao seu ajudante-de-ordens que chamasse o Gen. Coelho dos Reis em seu gabinete. Aturdido com a presença de Batista de Paula, o Gen. Coelho dos Reis recebeu do Gen. Lott ordem para que restabelesse de imediato as credenciais do jornalista, voltando, assim, a liberá-lo para

---

<sup>73</sup> *Ibidem.*

<sup>74</sup> Batista de Paula já conhecia o Gen. Henrique Teixeira Lott antes de sua nomeação como Ministro da Guerra, pois o oficial general fora seu comandante

a cobertura do Ministério da Guerra. A ordem foi cumprida pelo Gen. Coelho dos Reis com um "Sim, senhor!" dito entre dentes.<sup>75</sup>

Batista de Paula teve de encarar, ao longo de toda sua carreira jornalística, um ambiente de franca hostilidade que contra ele foi, gradualmente, se erigindo não apenas dentro do Ministério da Guerra como também nas outras duas pastas ministeriais das Forças Armadas. Entre seus principais combatentes e detratores estavam os oficiais, nas três forças, alinhados à ala lacerdista da UDN, ponta de lança na luta que os demais jornais de grande tiragem promoviam contra *Última Hora*. Situação que se manteria quando, nos primeiros meses do governo de Juscelino Kubitschek, por sugestão do chefe do I.º Exército, Gen. Odylio Denys – então temeroso com algum possível rescaldo negativo para as Forças Armadas face a crescente oposição de membros da oficialidade militar ao diário –, Samuel Wainer decide criar uma seção diária em *Última Hora* dedicada exclusivamente aos assuntos militares. Dado o comprovado trânsito jornalístico inovador demonstrado por Batista de Paula no tratamento de questões militares, seu nome era a escolha lógica e mais adequada para assinar matérias deste mote. Nascia, assim, sob sua batuta, a coluna "Plantão Militar", responsável por cobrir as forças de terra, mar e ar, além das forças auxiliares – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, cuja estreia ocorreu na edição de *Última Hora* de 13 de fevereiro de 1957.

A atuação jornalística de Batista de Paula, cobrindo para *Última Hora* as notícias referentes às Forças Armadas e Auxiliares, foi marcada, justamente, pela quebra de tabus. Até então, era praxe entre os poucos jornalistas que faziam a cobertura do delicado setor restringir suas notas aos conteúdos que circulavam nos boletins oficiais – ou oficiosos – emitidos pelos comandos das unidades e repartições militares espalhadas pelo país. Batista de Paula, ao contrário, produzia suas reportagens nos próprios quartéis abordando toda gama de assuntos, inclusive os de teor político, relativos aos militares. Para tanto, a título de fontes privilegiadas de informação, contava sempre com o eficiente auxílio de oficiais, capitães em sua maioria, que trabalhavam como ajudantes-de-ordens de chefes militares e comandantes de tropa, bem como os sargentos motoristas de oficiais generais, que, por força de suas funções, mantinham com estes convívio diário, de onde acabavam se informando sobre fatos mais importantes.<sup>76</sup> A cobertura jornalística *in loco* realizada por Batista de Paula sobre o setor militar também foi objeto de muitas críticas da parte de vários oficiais comandantes, que enxergavam

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 9 e SANTOS, Andrea Paula. *Op. Cit.*, p. 387.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 30.

como uma intromissão indevida sua abordagem sobre assuntos de veiculação, até então, muito restrita. Tal era o caso, por exemplo, das promoções de patentes de oficiais superiores e de generais. Graças a sua experiência na cobertura política junto ao Poder Legislativo federal, Batista de Paula mantinha-se sempre a par dos debates e campanhas que demandavam melhorias nos vencimentos militares nas três forças, aos quais conseguia acompanhar pessoalmente por conta do bom relacionamento que construiu junto à maior parte dos parlamentares.

De forma geral, Batista de Paula iniciava todas as suas colunas diárias com um comentário sobre um assunto de interesse dos militares - em sua maior parte, eram abordados temas relativos aos problemas que afetavam alguns quartéis, tais como a qualidade da comida servida no racho, o tratamento dispensado aos jovens recrutas convocados para o serviço militar, ou ainda críticas às atitudes de algum chefe militar. Fossem positivos ou negativos, o teor desses textos temáticos, publicados geralmente segundo uma distribuição de três a quatro colunas dentro do espaço físico que *Última Hora* disponibilizava para sua publicação, provocavam pronta reação entre aqueles mencionados em sua coluna. Segundo afirma, bastaram alguns números para que a "Plantão Militar" se impusesse como leitura obrigatória em todos os escalões das Forças Armadas, permitindo a *Última Hora* gozar de um pouco mais de respeito entre os militares, sobretudo entre os círculos dos oficiais, que nutriam forte antipatia contra o vespertino. Uma das precauções que norteavam sua abordagem jornalística do setor militar, fruto direto de sua formação castrense, marca indelével em sua personalidade, era o de nunca divulgar assuntos secretos ou sigilosos que lhe chegassem ao conhecimento, que fossem perigosos a ponto de representarem ameaças à segurança nacional ou criarem problemas a alguns comandantes ou simples chefes de unidades. Outro cuidado constante era o de não revelar suas fontes de notícia, o que lhe valia a constante confiança de seus informantes. Este esquema de publicação manteve-se ao longo de todos os exemplares diários de sua coluna publicados em *Última Hora* até 1.º de abril de 1964 quando, de acordo com suas palavras, após a vitória do golpe civil-militar, "[sua coluna] morreu para sempre, sem sequer um pobre epitáfio, abatida pela espada".<sup>77</sup>

As incursões jornalísticas de Batista de Paula, tanto na cobertura das Forças Armadas quanto na do Poder Legislativo permitiram que se estabelecesse, com o tempo,

---

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 30 (adendos meus).

uma relação de grande proximidade entre o "sargento jornalista" e João Goulart. Ambos se conheceram durante a campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950, da qual Goulart participou como assessor. Recorda que, quando João Goulart foi nomeado por Vargas para o cargo de Ministro do Trabalho, em 1953, ia com frequência encontrá-lo naquele gabinete ministerial, a fim de lhe prestar algum auxílio. Batista de Paula encontrou-se várias outras vezes com Goulart nas posteriores campanhas presidenciais de Juscelino Kubitschek, em 1955, e do Mar. Henrique Lott, em 1960, nas quais concorreu como candidato à Vice-Presidente da República. Relação de proximidade que, com o tempo, transformou-se em amizade que perduraria até fins de março de 1964, quando o golpe civil-militar os forçou a se afastarem e tomarem destinos diferentes, mas que tinham no exílio a marca comum da busca pela autoproteção.

Sobre o amigo João Goulart, Batista de Paula rememorou não apenas os hábitos e trejeitos típicos do gaúcho da fronteira, como também, e sobretudo, o que considerava suas principais virtudes, as quais levou para sua vida pública. Ao relembrar de João Goulart, Batista de Paula enfatiza, em especial, seu bom coração, a forma sincera pela qual se identificava e aproximava dos trabalhadores, sua incapacidade de guardar rancor mesmo de seus piores inimigos políticos.<sup>78</sup> Exemplifica tais adjetivos mencionando uma reunião que arranjara entre João Goulart, já empossado Presidente da República, e o Sr. Ruy Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial, franco partidário da ala lacerdistas da UDN. Este, após o encontro, teria afirmado: "Quem realmente não gostar do Presidente, eu aviso, não converse com ele jamais. O Dr. João Goulart, além de simpático, simples, inteligente e agradável no trato, é muito envolvente. Devo mesmo dizer que ele é um perigo".<sup>79</sup> Num desses vários encontros com João Goulart, ocorrido ao longo do mês de maio de 1958, o amigo lhe fez o convite para que se filiasse ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente, concorresse a uma vaga de deputado federal pela legenda trabalhista. Alegando ter quase sido forçado a se alistar como candidato a uma vaga ao Legislativo federal por seus colegas de partido, Batista de Paula procura demonstrar que, para além do fato de sua candidatura a deputado federal ter sido feita, segundo seus argumentos, à sua revelia, sua campanha somente se viabilizou graças, principalmente, à mobilização de seus colegas sargentos.

*"– Vem cá, tchê! Tu és filiado ao PTB?"*

---

<sup>78</sup> Plantão Militar. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>79</sup> *Ibidem.*

– Não.

– Não pode!

– Não sou filiado, sou jornalista, livre atirador...

– De jeito nenhum!

Aí chamou um assistente, chefe de gabinete, chamado Godoy, era meu vizinho, e disse:

– Godoy, traz uma ficha para o De Paula. Preenche isso aqui...

Preenchi, ele assinou. Virei petebista, nunca tinha ido à sede do partido.

Em 58, meu prestígio devia ser tão sólido que oficiais e sargentos das Forças Armadas foram ao João Goulart (...) e lançaram minha candidatura a deputado federal, porque eu era afiliado a esse partido. Não tive opção, tive que enfrentar a campanha! E não tinha dinheiro nem jeito para ela. Mas teve a eleição, tive que participar.

A campanha foi financiada pelos próprios eleitores. Como os milicos são danados de organizados, imprimiram umas cédulas de 5, 10, 20 e 50, com minha foto no meio, e vendiam, passavam. Chamavam de bônus de campanha. (...) Mas não fiz nenhum esforço para me eleger. Eu saí como primeiro suplente na Guanabara, tive 17.700 e tantos votos." <sup>80</sup>

A derrota nas urnas, no entanto, não esmoreceu Batista de Paula em seu trabalho jornalístico em "Plantão Militar". Ao contrário; a partir, sobretudo, da crise institucional advinda à renúncia de Jânio Quadros, ao final do mês de agosto de 1961, quando os três ministros militares tentaram impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, as temáticas e o tom político de "Plantão Militar" ganhariam força nos artigos escritos por Batista de Paula a partir de então. E motivos não faltavam para isso. Em 26 de agosto, um sábado, dia de seu descanso semanal, Batista de Paula ligava constantemente para suas fontes tradicionais (oficiais ajudantes-de-ordens e sargentos motoristas de generais), à procura de informações sobre o desenrolar dos acontecimentos após a renúncia de Jânio Quadros, no dia anterior. Por sugestão de um colega de redação, o jornalista Arnaldo Vieira Júnior, decidiu fazer uma visita ao apartamento do Mar. Henrique Teixeira Lott, em Copacabana, quando anoitecesse. Acreditava que, de lá, partiriam as decisões militares mais importantes no sentido de resistir à iniciativa golpista que então se descortinava, pois o Mar. Henrique Lott ainda gozava de grande prestígio em todos os escalões hierárquicos do Exército.

<sup>80</sup> SANTOS, Andrea Paulo dos. *Op. cit.*, p. 391.

Ao cair da noite em Copacabana, foram recebidos na residência do ex-Ministro da Guerra de JK por seu enteado, Maj. Antônio José Duffles Amarante, Batista de Paula e Arnaldo Vieira Júnior. Depararam-se, então, surpresos, com o Gen. Olympio Mourão Filho, que acabara de redigir, em garranchos, um manifesto contrário à decisão dos ministros militares, ao qual o Mar. Henrique Lott relutava em assinar, face à virulência nas palavras empregadas por aquele general nas linhas rascunhadas que tinha em mãos. Mesmo as tentativas de Batista de Paula em demover o marechal de sua posição, alegando sobre a agressão que os três ministros militares promoviam contra a Carta de 1946, não o fizeram mudar de ideia. Alegava o ex-ministro que já tinha dado sua cota de contribuição para com o país e que, naquele momento, desejava apenas observar de fora o rumo dos acontecimentos. O colunista passou, então, a ligar para os principais chefes militares e parlamentares da ala legalista, no que resultou, uma hora depois, em um verdadeiro inchaço de militares e deputados, todos reunidos na casa do Mar. Henrique Lott. Somente após mudanças no texto do manifesto redigido pelo Gen. Mourão Filho, feitas por Batista de Paula com o auxílio do jornalista Pompeu de Souza e do futuro Primeiro-Ministro Tancredo Neves, tornando-o mais adequado ao temperamento do Mar. Henrique Lott, este finalmente concordou em assiná-lo.

Cópias fotoestáticas do manifesto foram providenciadas, e espalhadas para as rádios e jornais de todo país. Quando um dos repórteres presentes no apartamento do Mar. Lott, Pérez Júnior, da Emissora Continental, tentou ler via rádio os conteúdos do manifesto, sua transmissão foi simplesmente cortada pois a difusora fora retirada do ar, por ordens de Carlos Lacerda, que determinara a censura sobre todos os órgãos de imprensa da Guanabara. Único jornal que se atrevera a furar a censura de Lacerda, publicando o manifesto do Mar. Henrique Lott, o *Correio da Manhã* teve todas as suas edições do dia seguinte, 27 de agosto, apreendidas pela polícia civil. No mesmo dia, por volta das 18:00 horas, um pelotão da PM cercou o prédio onde funcionava a redação de *Última Hora*, com ordens para prender todos os membros de sua redação. Batista de Paula, que fora à tarde daquele domingo para a sede do vespertino, a fim de deixar prontos os textos e reportagens que seriam publicados no dia seguinte, percebeu o cerco da PM em volta de seu local de trabalho. Outro colega de redação que se encontrava no local, Ib Teixeira, sugeriu ao colunista para que fugisse pela janela que dava para os fundos do jornal. No entanto, "(...) preferi bancar o machão, enfrentar a situação, e de

cujo procedimento até hoje me arrependo."<sup>81</sup> Primeiramente, foi conduzido ao QG do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) da Guanabara, onde pernitoiu. No dia seguinte, às 07:00 horas da manhã, comandos da Marinha ordenaram sua transferência para o gabinete do Estrado-Maior da Armada, onde, apesar da situação de prisão, foi muito tratado pelos oficiais e sargentos daquela guarnição militar. Às três horas da manhã de 28 de maio, foi acordado por um agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e levado numa viatura fechada para a prisão da sede do Batalhão de Choque da PM. Devido ao constante latido dos cães que guarneciam o canil da Polícia Militar da Guanabara, Batista de Paula deduziu estar sendo levado à famosa "Invernada de Olaria".

Segundo seus relatos, a incomunicabilidade de sua prisão foi quebrada graças a intervenção do detetive Felipe, que tinha para com o colunista uma dívida de gratidão por ter facilitado a transferência de um irmão que era capitão. Segundo recordou Batista de Paula, também contribuiu para que a experiência de sua prisão fosse bem mais amena a prisão de Santos Vahlis, empresário do ramo da construção civil, amigo de Samuel Wainer. O detetive Felipe recebera ordens superiores para que mantivesse o empresário encarcerado sem roupa – o que, para azar de seu captor, acabou lhe provocando uma grave crise de asma. Em função da camaradagem construída durante os dias de cativo do colunista na "Invernada", o policial Felipe, contando com a cumplicidade de seu prisioneiro, confessou-lhe o medo que sentia ante a possibilidade do empresário morrer naquelas condições, já que não lhe fora dada nenhuma ordem por escrito determinando tais procedimentos. Aproveitando-se disso, Batista de Paula conseguiu que Santos Vahlis fosse transferido para a mesma cela em que estava preso, relembrando ao detetive Felipe das implicações criminais que sobre ele se abateriam caso o empresário de fato morresse. Relembra o colunista que o clima na prisão, após a mudança de Santos Vahlis para a mesma cela em que estava preso, ficou muito mais animado – para dizer o mínimo.

*"Nossa comida passou a ser fornecida por um bom restaurante de Copacabana, entregue na hora certa em "quentinhas", com bom vinho, e um litro de uísque escocês de 12 anos, que bebíamos com alguns policiais."*<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> PAULA, João Batista de. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 55.

Além de informar aos familiares do colunista sobre sua segurança, apesar de não poder colocá-los em contato com o prisioneiro, o detetive Felipe forneceu-lhe um radinho de pilha, com o qual podia acompanhar, ao lado de seus companheiros de cela, as notícias sobre a resistência legalista empreendida no Rio Grande do Sul pelo governador gaúcho Leonel Brizola. Foi com o mesmo radinho de pilha que a informação sobre a adesão do comandante do III.º Exército, Gen. Machado Lopes, às forças legalistas, foi recebida com explosiva alegria por todos os prisioneiros no local.

*"Nossa algazarra acordou os universitários da cela vizinha, e a alegria foi geral. Alguns policiais de serviço também acordaram, foram para a porta da nossa cela e participaram da festa. Aí o úisque do Santos Vahlis rolou solto."*<sup>83</sup>

Batista de Paula foi libertado no dia 6 de setembro de 1961. A partir de então, o tom político de seus editoriais ganhou maior ímpeto, em especial no que dizia respeito aos ataques direcionados contra Carlos Lacerda e seus aliados, quer fossem militares ou civis. Logo após sair da prisão, o colunista escreveu artigo em "Plantão Militar" denunciando toda a sequência de arbitrariedades que havia sofrido nos últimos dias. Direcionou então suas críticas sobretudo para o que denominou como "gang do Ardovino" – em referência ao chefe da Tropa de Choque da PM, Ten. Cel. Carlos Ardovino Barbosa, que coordenara todo seu encarceramento –; um grupo de dezesseis policiais notórios tanto por sua truculência quanto por suas ligações com cafetinagem e outras práticas criminosas.<sup>84</sup> Nas colunas redigidas logo após sua libertação, em setembro de 1961, não apenas exortou a importância do Mar. Henrique Teixeira Lott, ao aglutinar-se junto a Juscelino Kubitschek no sentido de tentar impedir o golpe dos ministros militares contra a posse do Vice-Presidente da República João Goulart, como discorreu sobre o drama e aflição vividos pela família do oficial-general e de outros jornalistas do "UH" presentes em sua residência, quando foi feito prisioneiro por homens do DOPS a mando de Lacerda.<sup>85</sup> Ainda de acordo com Batista de Paula, a postura assumida pelo Mal. Odylio Denys após a renúncia de Jânio Quadros, tanto na

---

<sup>83</sup> *Ibidem.*

<sup>84</sup> *Ibidem.*

<sup>85</sup> Segundo o colunista, a prisão do Mar. Henrique Lott representou clara subversão da hierarquia militar, pois foi ordenada por um general menos graduado – Gen. Syzeno Sarmiento. O Mar. Henrique Lott ficou prisioneiro na Fortaleza da Lage, situada no meio da Baía de Guanabara, se cercando da solidariedade dos oficiais e sargentos que lá também estavam encarcerados. *Última Hora*, 08 de setembro de 1961, página 5.

tentativa de impedir a posse de João Goulart quanto na ordem de prisão contra o Mal. Henrique Lott, com quem sempre mantivera, segundo pode atestar em várias ocasiões, uma convivência fraterna, somente poderia ser explicada pela influência política, junto ao então Ministro da Guerra, do Gen. Orlando Geisel, que naquele momento respondia pela chefia daquele gabinete ministerial. Apesar de não querer, com tal revelação, inocentar o Mal. Odylio Denys de seu papel de liderança na fracassada iniciativa golpista de fins de agosto de 1961, e parecendo subestimar o poder deletério que a vinculação ideológica consciente à uma das frações políticas então em conflito podia exercer – até mesmo sobre sólidas amizades –, Batista de Paula afirma categoricamente:

*"(...) Essa maldade, esse desprezo pela dignidade humana e pelo sentimento de amizade, expressos friamente contra companheiros de farda, para defender cargos e o poder, não poderiam fazer parte da formação do Ministro Odylio Denys. Tal procedimento (...) só poderia ter sido ditado pela mente fria, calculista e luterana de Orlando Geisel."<sup>86</sup>*

Batista de Paula vê como explicações para o fracasso da tentativa de golpe dos ministros militares a conjunção de alguns fatores. Primeiro, a perda de autoridade dos titulares ministeriais do Exército, Marinha e Aeronáutica, ao se proporem romper com o cumprimento da Constituição, o que teria insuflado a desobediência de seus comandados "em nome da defesa da Pátria, das leis e instituições, mesmo que ao preço de suas vidas". Segundo, a coragem do Mar. Henrique Lott, cujo manifesto, de 27 de agosto de 1961, provocou verdadeira reviravolta no posicionamento geral dos chefes militares em todo país, especialmente no Sul. Terceiro, a posição legalista de muitos generais que comandavam unidades militares no Rio de Janeiro (que considera como o QG da tentativa de golpe), como os Gen. Segadas Viana, Jair Dantas Ribeiro e Ladário Pereira Teles. Quarto, a resistência de algumas guarnições militares importantes, como o 8º Grupamento de Artilharia da Costa Motorizado (GACM), em Niterói; o 3º Batalhão de Carros de Combate (BCC), no Rio; e o 2º Batalhão de Caçadores (BC), em Santos (SP). Quinto, o grande contingente do III.º Exército (RS), com mais de  $\frac{2}{3}$  das tropas terrestres do país, dotado de grande mobilidade e alistamento de reservistas (inclusive entre mulheres, nas enfermarias e hospitais). Por último, o que considera fator especial e

---

<sup>86</sup> PAULA, João Batista de. *Op. cit.*, p. 70.

de destaque: a atuação dos sargentos, cujo cotidiano profissional coloca o cumprimento das leis em primeiro lugar; e, ao contrário, o desrespeito às mesmas, como crimes previstos nos códigos e regulamentos militares.<sup>87</sup>

Como conhecedor dos meandros dos comandos militares, Batista de Paula tinha ciência do quadro de radicalização política, à direita e à esquerda, que gradualmente se acirrara durante o governo de João Goulart. Sabia, também, que o Presidente da República precisaria de um esquema militar forte o suficiente para lhe respaldar, caso uma nova iniciativa golpista dos grupos conservadores militares e civis tentasse lhe apelar do poder. Entretanto, segundo suas avaliações, fora justamente esse o mais grave dos problemas que comprometeram, sob a perspectiva militar, a continuidade de João Goulart na Presidência da República. Conforme relembra Batista de Paula, o pretendido "dispositivo militar" de defesa do governo encontrou seu calcanhar de Aquiles na relação conturbada, por vezes conflituosa, entre o Ministro da Guerra Gen. Jair Dantas Ribeiro e o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Gen. Argemiro de Assis Brasil.

De acordo com seus relatos, várias foram as ocasiões em que os dois oficiais generais estiveram às turras. E o motivo dos constantes desentendimentos entre ambos residia na forma insistente com que o Gen. Assis Brasil intrometia-se em assuntos relativos a problemas internos do Exército, cuja decisão cabia apenas ao Gen. Jair Dantas Ribeiro, na qualidade de ministro de Estado. Segundo relata, por mais de uma vez o Ministro da Guerra de Jango mostrara-se bastante contrariado com tais posturas do chefe de seu Gabinete Militar, a ponto de ameaçar, mais de uma vez, deixar a pasta da Guerra. Por conta destes constantes desentendimentos, o colunista era constantemente requisitado por João Goulart para deixá-lo a par dos entreveros entre os dois comandantes.

Como exemplo das posições contrastantes entre os dois oficiais generais, Batista de Paula cita a organização para a realização do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Por decisão do Gen. Assis Brasil, todos os ministros militares deveriam comparecer ao evento, o que contrariou o Gen. Jair Dantas Ribeiro, que se recusou a comparecer ao comício alegando que não era político, mas soldado. No momento em que ocorria o comício no Rio de Janeiro, o Ministro da Guerra encontrava-se reunido

---

<sup>87</sup> Para Batista de Paula, também concorreu para tamanha mobilização dos sargentos o fato dos mesmos ministros militares golpistas, um mês antes da crise posterior à renúncia de Jânio Quadros, terem vetado um projeto de lei, já aprovado pelo Congresso Nacional, que lhes concedia estabilidade profissional após 5 anos de serviço. *Última Hora*, 11 de setembro de 1961, página 14 (segundo caderno).

com os chefes da Aeronáutica e da Marinha, Brig. Anísio Botelho e Alm. Paulo Mário da Cunha Rodrigues, mais o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Foi quando o chefe do Exército comunicou aos demais presentes na reunião da sua necessidade de afastamento por três dias, em virtude de uma intervenção cirúrgica que precisava fazer. Na avaliação do colonista, a ausência do Gen. Jair Dantas Ribeiro da pasta da Guerra, somada à falta de ação efetiva do Gen. Assis Brasil no sentido de suprir a ausência do titular ministerial das forças de terra, instaurou o clima de confusão no alto comando do Exército do qual se valeram os grupos golpistas dentro das Forças Armadas para conseguirem arregimentar o apoio de diversas unidades ao golpe então em curso.<sup>88</sup>

Na tarde de 1º de abril, Batista de Paula, alheio aos perseguidores da ala militar golpista que estavam em seu encalço, encontrava-se na garagem do Ministério da Guerra tentando um contato telefônico com a redação do *Última Hora*, que naquele exato momento estava sendo empastelada. Foi quando um amigo que integrava então o regimento que tomara o Palácio Duque de Caxias, Maj. Francisco Luna, o avistou e alertou para que fugisse do local o quanto antes. Pretendendo conduzir o colonista para fora do prédio do Ministério da Guerra em jipe de sua unidade, o Regimento Mecanizado do bairro de Campinho, o Maj. Luna não pôde por seu plano de fuga em prática. Tendo deixado seu fusca estacionado nas imediações do prédio do Ministério da Guerra, Batista de Paula apelou para a amizade e boa vontade do oficial que, arriscando-se, foi buscar o carro do colonista.

*"Agora não mais tão tranquilo, como pude  
observar em sua fisionomia, nos gestos bruscos, mas*

---

<sup>88</sup> Batista de Paula conta que, às 10:00 horas da noite de 31 de março de 1964, dois coronéis que trabalhavam no gabinete do Gen. Jair Dantas Ribeiro, Álvaro Fleury e Cyro Labarte, receberam um comunicado em forma de manifesto à Nação, que deveria ser copiado e lançado de avião sobre as tropas mineiras comandadas pelo Gen. Olympio Mourão Filho. Como nenhum dos dois oficiais superiores queriam se responsabilizar pelo documento, foram procurar pessoalmente o Ministro da Guerra no quarto em que se encontrava no Hospital dos Servidores do Exército. Ao encontrarem o chefe do Exército, narraram-lhe todos os fatos referentes à crise que se descortinava naquele momento, a necessidade de sua presença no comando das operações, em especial com relação ao contato com as grandes unidades militares, que, ao mesmo tempo desorientadas ante a iniciativa golpista, não aceitavam as ordens do chefe interino do Ministério da Guerra, Gen. Genaro Bomtempo. Após ouvir a narrativa dos últimos acontecimentos, o Gen. Jair Dantas Ribeiro teria pedido ao Cel. Fleury que instalasse uma central telefônica no apartamento reservado ao ministro, no 10º andar do Palácio Duque de Caxias. Conforme ficara acertado entre aqueles oficiais, uma vez instalados os telefones, desceriam ao térreo para receber o ministro, que chegaria de ambulância, entrando pelos fundos do prédio, e subiria pelo elevador de serviço, para que sua presença no comando não fosse notada. No entanto, com o passar da noite, e a demora no contato do ministro, resignaram-se frustrados ao saber que o Gen. Jair Dantas Ribeiro fora forçado a fazer uma nova cirurgia após uma crise repentina. Na tarde do dia seguinte, 1º de abril, ambos os coronéis foram presos pelas tropas do Gen. Arthur da Costa e Silva, indicado pelo Gen. Castello Branco para assumir o controle do Ministério da Guerra. PAULA, João Batista de. *Op. cit.*, p. 64-65.

*disposto a enfrentar a situação, Luna deve ter sentido a responsabilidade que assumira pela minha segurança diante dos poucos metros que faltavam para a transposição da barreira. Mantendo o olhar fixo num ponto imaginário, sussurrou-me entredentes um pedido para que, na passagem do corpo-da-guarda, eu mantivesse a cabeça voltada para o lado esquerdo, evitando assim que os oficiais agrupados no corredor à direita me reconhecessem: "Conserve a maior naturalidade possível e finja que estamos conversando...", ordenou-me sério, mas firme no volante do meu "Fusca", que deslizava cada vez mais devagar, transformando aqueles segundos de aflição numa eternidade.*

*Felizmente vencemos a barreira verde-oliva e nos encontramos, sem acreditar, livres na praça da Central do Brasil, onde Luna saltou do carro, abraçou-me demoradamente, com visível emoção, e desejou-me sorte." <sup>89</sup>*

Naquele mesmo momento, a residência do colunista transformara-se em alvo de constantes batidas realizadas por escoltas da Polícia do Exército (PE). Na primeira delas, para seu profundo desgosto, por falta de um efetivo material incriminatório mais consistente, os guardas da PE levaram várias pastas onde mantinha guardadas, devidamente separadas e sequenciadas, todas as reportagens e colunas jornalísticas que produziu em todos os periódicos onde trabalhou. A Polícia do Exército levava embora a sua história: "material para mim importante, valioso, que jamais consegui recuperar".<sup>90</sup> Em suas memórias, Batista de Paula narra este episódio com nítido sentimento de contrariedade. Contrariedade própria de um sujeito histórico cujo direito a recordar lhe fora cerceado pelo arbítrio de um poder ditatorial, que lhe arrancou das mãos o fruto de anos de trabalho árduo; material que lhe conferia identidade como indivíduo e, ao mesmo tempo, atestava, como fonte histórica, esse mesmo fator identitário. Material

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 77. Incursões policiais como a narrada pelo colunista renderam, ao que consta, histórias trágicas entre aqueles vitimados pelo arbítrio dos AI's. A perda da privacidade, a invasão do espaço sagrado do lar, a coação sobre seus habitantes são pontos comuns que costumam emergir na narrativa dos que sofreram com o autoritarismo do regime militar. No entanto, ocasiões como estas também renderam narrativas, até certo ponto, cômicas. Numa das batidas da PE ao apartamento do colunista, um jovem tenente integrante da escolta, após revolver alguns livros enfileirados em sua estante, localizada em ponto mal iluminado, encontrou um volumoso livro de capa vermelha. Entregou-o ao oficial que comandava aquela operação; que, certamente, pensava trata-se de alguma edição de "O Capital" ou alguma outra literatura comunista. No entanto, para grande decepção e contrariedade do comandante da PE, que atirou raivosamente a obra ao chão, alimentando gargalhadas jocosas dos filhos do colunista, e de outros jovens que se encontravam na casa do colunista naquele momento, estudando para uma prova, o título do livro, "A Vida Sexual dos Macacos", não mostrava-se afeito ao catálogo de leituras que se esperaria encontrar na estante de um pretenso agitador subversivo infiltrado no seio das Forças Armadas.

que, na possibilidade de estar em suas mãos, lhe permitiria operar um resgate do direito de *ter uma história*, narrá-la e expô-la às pessoas – o que, talvez, pudesse trazer de volta ao menos um traço de sua dignidade como protagonista de sua própria vida.

Chegando na Central do Brasil, aturdido e transtornado, andou sem rumo certo pelo centro do Rio, enquanto testemunhava, de longe, a "caça às bruxas" que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, empreendia contra as manifestações contrárias ao golpe, sobretudo de estudantes universitários. Entre os dias 1º e 7 de abril, o colunista pernoitou em casas e apartamentos diferentes, enquanto que várias escoltas do Exército vasculhavam sua casa, à procura de alguma coisa que o incriminasse. Cansado das constantes trocas de esconderijo, pediu ao amigo Dr. Danyllo Melchior, que sondasse alguns militares, inclusive generais de suas relações que haviam ganho posição de comando com o golpe, para saber a real gravidade da situação, e todos foram unânimes em sugerir a Batista de Paula que procurasse proteção em alguma embaixada. Mais uma vez Danyllo Melchior interveio e conseguiu estabelecer contato entre o colunista e o Cel. Frete Dasvallo, da representação diplomática do Paraguai. Uma hora após o contato telefônico, um carro com placa oficial da embaixada paraguaia estacionou e frente ao edifício em que Batista de Paula estava escondido em Copacabana, a fim de levá-lo à representação diplomática do país vizinho.

Dentro da embaixada paraguaia, o clima de calma e as especulações sobre uma possível reação legalista contra o golpe eram quebrados às 19:00 com a transmissão da "Hora do Brasil", com as notas oficiais do então autodenominado "Comando Supremo da Revolução". Batista de Paula e outros jornalistas que buscavam asilo naquela embaixada aguardavam, em especial, o dia 9 de abril: ocasião em que, segundo informações que obtiveram de visitantes e pessoas de fora, o comando militar golpista anunciaria, através de um Ato Institucional (AI), o expurgo de seus adversários. Chegada às 19:00 horas do nono dia de abril, os primeiros acordos da introdução de "O Guarany", de Carlos Gomes, puseram o colunista e os demais asilados na embaixada do Paraguai amontoados em frente ao rádio. Ouviam com atenção o édito introdutório do AI, no qual o "Comando Supremo" exortava o poder com o qual se investia, assim como deixava claro o rompimento com as normas constituintes anteriores a sua vitória. Uma vez lido o édito introdutório, prosseguiu o locutor na leitura de cada uma das 100 primeiras cassações de direitos políticos. Acompanharam as três primeiras sequências de cassações, que tratavam, respectivamente, da suspensão de mandatos e direitos políticos, da cassação de mandatos legislativos e da transferência para a reserva no

posto de oficiais das Forças Armadas. A quarta sequência de cassados, na qual estava incluso o nome de Batista de Paula, misturava militares e civis, figuravam como "subversivos" – o que, de acordo com o colunista, explicava a mescla de militares, como Nelson Werneck Sodré, que é citado como civil, sem sua patente de general de brigada, com jornalistas, como, por exemplo, Franklin de Oliveira.<sup>91</sup>

Enquanto esteve na embaixada paraguaia, Batista de Paula foi informado por sua filha Paula – que em sua ausência ia até a redação de *Última Hora* para receber o pagamento do pai – que o novo diretor do vespertino, Sany Syrotsky, sobrinho de Samuel Wainer, apenas pagaria salários aos jornalistas que estivessem efetivamente trabalhando. Meses depois, de acordo com o colunista, o mesmo Sany Syrotsky, aplicando o mesmo princípio discricionário do AI que lhe retirara os direitos políticos, rescindiu unilateralmente o contrato do colunista com seu antigo jornal.<sup>92</sup> Quando retornou do exílio, relembra de mais um revés profissional que sofrera – este, acompanhado de uma grande decepção:

*"(...) Procurei o advogado Benedito Bonfim, profissional sério, competente, especializado em Direito do Trabalho, que patrocinou minha causa contra a direção de meu antigo jornal, sem me cobrar um centavo. Quando o processo estava na fase de conclusão, com minha vitória garantida, ele me transmitiu uma triste notícia, documentada nos autos. Meu amigo e companheiro de redação por mais de cinco anos, o jornalista Moacyr Werneck de Castro, editor do jornal, entregara de mão beijada ao advogado da empresa, para fazer prova contra mim, os bilhetes que eu lhe mandara da embaixada, em confiança, pedindo a sua ajuda na solução de alguns problemas pessoais. Não fiquei com raiva do Moacyr, mas com muito nojo. Isso porém não impediu - embora nada tenha sofrido durante os mais de 20 anos de ditadura - de ser premiado pelo*

<sup>91</sup> Na listagem de cassações em que figura seu nome, editada na página 3313 do Diário Oficial da União de 14 de abril de 1964, Batista de Paula aparece como sexagésimo primeiro. Para maiores informações: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2769955/dou-secao-1-14-04-1964-pg-1/pdf> (Acessado em 16/05/2013). Meses depois, no dia 6 outubro, o mesmo Diário Oficial publicaria, em sua página 9026, ato do governo determinando sua demissão do cargo de técnico administrativo do IAPETC. [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6384/atos\\_%20institucionais\\_oliveira.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6384/atos_%20institucionais_oliveira.pdf) (p. 162 - Acessado em 16/05/2013).

<sup>92</sup> Segundo Batista de Paula, Sany Syrotsky usou de tal expediente por saber que, mesmo tendo o colunista, pelas leis da época, direito à estabilidade profissional, este não podia deixar a embaixada paraguaia para reivindicar seus direitos, pessoalmente ou na Justiça, pois corria o risco de ser preso. Relembra também que, ao lado de Samuel Wainer, foi o único membro da redação de *Última Hora* do Rio de Janeiro a ser cassado e ir para o exílio. PAULA, João Batista de. *Op. cit.*, p. 81.

*INSS com uma gorda "aposentadoria especial", na condição de perseguido político que sequer precisou ser anistiado."*<sup>93</sup>

A experiência do exílio não foi fácil para Batista de Paula, pois o Serviço Nacional de Informações (SNI) o impedira de exercer o jornalismo. Enquanto esteve fora do Brasil, circulou por países como Uruguai, Argentina, onde trabalhou numa fábrica; Paraguai e Venezuela, onde, por um breve período, trabalhou como jornalista. Mesmo após seu retorno ao Brasil, em 1974, evitava ir às redações dos jornais, pois temia comprometer algum colega ou amigo. Segundo definiu: "Cassados na época eram mais discriminados que leprosos no tempo de Cristo".<sup>94</sup> Rememorando seu período de exílio, comenta que a experiência era sempre mais difícil para quem não tinha condições financeiras de se manter em um país estrangeiro.

*"O exílio é sofrimento. Para jornalista, então!... sofrimento. Exílio é só pra rico. Quem for para lá sem dinheiro vai sofrer. Principalmente jornalista, que não sabe fazer outra coisa. Não escreve a língua, e perde contato com os meios de comunicação do país, dos quais poderia ser correspondente. Qual é o jornal que iria contratar um jornalista exilado? Era a luta para sobreviver, fazer qualquer coisa! Fiz tradução de contratos, trabalhei em fábricas na construção civil... e assim por diante."*<sup>95</sup>

Voltando ao Brasil, em 1974, Batista de Paula trabalhou em diversas atividades para sobreviver: vendeu livros, foi relações públicas de uma lavanderia, foi empregado do empresário Carlinhos de Carvalho, da Carvalho Hosken, diretor comercial do King's Boliche, que funcionava no bairro de São Conrado, e revisor *copydesk* de uma editora. Enfrentou problemas ao tentar se aposentar na condição de ex-combatente, pois o enquadramento se sua inatividade, segundo a Lei n.º 4.297 de 23 de dezembro de 1963, que beneficiava os pracinhas da Segunda Guerra Mundial, lhe fora negado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Três anos depois, o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), por unanimidade, lhe deu ganho de causa com a publicação de um Acórdão, com força de lei – que, no entanto, foi descumprido pela Previdência

<sup>93</sup> *Ibdem.*

<sup>94</sup> *Ibdem*, p. 82.

<sup>95</sup> SANTOS, Andrea Paula dos. *Op. cit.*, p. 406.

Social. Anos mais tarde, em 1992, fez requerimento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pedindo o cumprimento da Lei n.º 4.297 de 1963, pois, comparando seus proventos com os de outros colegas em situação idêntica, percebeu que a autarquia estava fraudando o pagamento de sua aposentadoria de acordo com os valores que lhe eram devidos segundo a citada lei.

No entanto, quando o processo estava prestes a ser encerrado, com a alta direção do Ministério da Previdência reconhecendo seus direitos, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas, o fotógrafo Alberto Elias Jacob, negou todas as informações prestadas pelo colunista sobre sua renda salarial, que foram pedidas legalmente pelo INSS a fim de que fossem feitos os cálculos finais de seu novo benefício. Além disso, julgou "nulo de pleno direito" o Acórdão do CRPS, levantando suspeitas sobre as decisões da alta cúpula da Previdência que lhe eram favoráveis, bem como desconsiderou a certidão emitida pelo Ministério do Exército que comprovava sua situação de ex-combatente. Denunciou que a petição emitida pelo Sindicato dos Jornalistas, que, segundo seu ponto de vista, deturpava completamente as Leis de Guerra com o deliberado objetivo de lhe prejudicar, não fora escrita pelo presidente da entidade, mas pelo procurador aposentado do INSS, Bento Gonçalves Gomes Ferreira, deixando a Elias Jacob apenas a tarefa de assinar o documento. Cabe mencionar que, mesmo após a morte do colunista, em fins da década de 1990, este problema ainda não havia sido solucionado.

Fazendo um balanço final da história de sua vida, Batista de Paula considerava-se um homem esforçado, bem intencionado no que referia-se à tentativa de construir, com sua cota de esforço, um país melhor e mais justo para si, seus filhos e o restante do povo brasileiro. Apesar das constantes lutas e inúmeros obstáculos que enfrentou ao longo da vida, considerava-se uma pessoa bem humorada e incapaz de guardar rancor. No entanto, fazia uma análise pessimista, tanto em relação ao resultado suas lutas, quanto ao futuro que então abria-se diante de seus olhos. Se uma esperança havia em sua visão sobre o futuro, esta Batista de Paula depositava nas futuras gerações.

*"Mas hoje faço um retrospecto, vejo o meu presente, e chego à conclusão que fracassei, em relação à construção de um país bom não só para meus filhos, mas também para os meus netos. Tenho três netos, de 20, 18 e 16 anos. Qual é a perspectiva desses meninos que estão na faculdade, que vão sair dela daqui a pouco? O que eles podem esperar do país?"*

*(...) Fui adolescente numa época em que o Brasil estava engatinhando. Era a transformação do Brasil rural para o industrial. Mas eles não! Nasceram num Brasil industrializado e não há perspectiva para eles...Se meu filho e minha nora lutam com dificuldade!*

*(...) Então, acho que as perspectivas são péssimas! (...) Um dia... talvez nós tenhamos homens até mais patriotas, para cuidar disso, que façam a divisão da riqueza, da renda, com um pouco mais de justiça. O Executivo não pode ganhar dez, quinze, vinte mil enquanto o operário ganha 120 reais. É duro...*

*(...) Agora, valeu. Não me arrependo de nenhuma das coisas. Acho que tudo que fiz, valeu. E tenho certeza que fiz muito bem para muita gente. Lutas incríveis que não tinha nenhuma esperança de ganhar, ganhei. Fui até bafejado pela sorte... sempre tive muita disposição, nunca temi nada. Nada. E, por isso, quebrei a cara muitas vezes... Se tivesse mais cuidado, não teria nada disso. mas estou feliz. Meus filhos estão criados, meus netos estudando. tenho um teto. Podia estar melhor...<sup>96</sup>*

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 412-413.

#### 1.4 – Um ponto de encontro :

Com o passar do tempo, as demandas dos militares subalternos ganhavam uma maior amplitude social, passando inclusive a constar da agenda de partidos políticos e movimentos sociais sensíveis às causas das frações mais humildes da população brasileira e inclinados a apoiar o incremento dos direitos de cidadania. Ainda que muitos membros da oficialidade militar encarassem com desconfiança a existência de uma coluna voltada à abordagem jornalística sobre as Forças Armadas, em um jornal de grande circulação como *Última Hora*, "Plantão Militar" foi, aos poucos, gozando de prestígio crescente entre os leitores do diário de Samuel Wainer. E na medida em que crescia a influência de "UH" junto ao seu público leitor, o leque de pautas jornalísticas abordadas por seus colunistas ia se tornando cada vez mais diversificado. No entanto, permanecia como denominador comum o tratamento dos fatos cotidianos segundo a perspectiva nacionalista, vista como trincheira de resistência à influência nociva do imperialismo norte-americano e fator de desenvolvimento e justiça social. Na segunda metade da década de 1950 e na primeira de 1960, o Brasil parecia viver uma intensificação, no aspecto político, do resgate das pessoas comuns, iniciado de forma enviesada pelo getulismo e continuada pela defesa do trabalhismo.

Este resgate das pessoas comuns é melhor compreendido se considerarmos um elemento como o nacionalismo, que, tal como os valores, crenças e códigos de comportamento ancestrais dos trabalhadores, compartilhados (embora devidamente enquadrados) pelo Estado brasileiro e seus interesses, que os manifestava, entre 1945 e 1964, na política trabalhista, também estava sujeito a constantes releituras e ressignificações. Sobre este aspecto, cabe lembrar uma ressalva feita por Eric Hobsbawm: ainda que a construção deste conceito se realize "pelo alto", no campo institucional, o propósito de compreendê-lo torna-se impossível sem considerar a adequação de suas premissas às esperanças, necessidades, aspirações e interesses dos "de baixo".<sup>97</sup> Ao contrário do que ocorrera com o nacionalismo na Europa, cujo desenvolvimento histórico desembocou em ideologias de extrema direita, no Brasil, tal como em outras regiões da América Latina, sua associação com as esquerdas ocorria em função de um discurso anti-imperialista que era comum a ambos – e que era reforçado

---

<sup>97</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 33.

pelas lutas de independência nas antigas áreas coloniais europeias na África e na Ásia nesse período.<sup>98</sup>

O espectro de influência do nacionalismo cresceu consideravelmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, e seus princípios políticos encontrariam defesa entre amplos setores sociais, que buscavam manifestar apoio a uma causa que consideravam importante para a construção de um país mais justo. A defesa do nacionalismo ganhou corpo, também, entre setores sociais que o encaravam como fator fundamental na construção de país mais justo, assim como elemento propiciador de condições mais justas e humanas para seus integrantes. Tal foi o caso dos graduados das Forças Armadas. Uma vez conseguindo ampla veiculação de suas demandas através da coluna "Plantão Militar" no jornal *Última Hora*, necessariamente tiveram que dividir espaço e conviver com outros tipos de reivindicações sociais, as quais, por um processo de reinterpretação e adequação às suas necessidades, acabaram com tempo enquadrando como parte de sua pauta de melhorias a serem conquistadas. Nesse sentido, a importância do trabalho jornalístico de Batista de Paula para os interesses dos subalternos militares é singular. Sua identificação com os valores, propostas e objetivos políticos do Editor Chefe de *Última Hora*, Samuel Wainer, iam muito além da mera aceitação dos interesses do jornal. Ambos partilhavam de origens sociais e trajetórias profissionais muito semelhantes, escolheram o ramo jornalístico não apenas por demonstrarem talento em "narrar e contar histórias", mas também porque enxergavam seu exercício como meio pelo qual externariam à sociedade brasileira a defesa dos valores nacionais e a necessidade de reformas a fim de proporcionar maior justiça social para os brasileiros.

---

<sup>98</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. "O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação". In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, vol. 16, nº 29, jul. 2009. p. 295.

## **CAPÍTULO 2. AS DEMANDAS PROFISSIONAIS DOS SARGENTOS E PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS, NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS.**

Conforme exposto anteriormente, "Plantão Militar" nasceu a partir do livre trânsito de Batista de Paula entre as mais variadas instâncias das Forças Armadas, desde pequenos pelotões até grandes unidades e comandos do alto escalão. Fruto direto dos contatos que estabelecera durante seu tempo de serviço como funcionário do Ministério da Guerra, ainda como militar da ativa, mas também da atividade jornalística, a qual exercia em paralelo desde a segunda metade da década de 1940. Ainda que os assuntos abordados por Batista de Paula em sua coluna tenham por denominador comum o tratamento de questões referentes ao setor militar, a miríade de problemas abordados em "Plantão Militar" era bastante diversificada. Portanto, visando um melhor entendimento dos temas tratados durante os oito anos de publicação desta coluna, estes foram classificados em três conjuntos temáticos distintos, ainda que não haja tópicos específicos separando-os.

O primeiro conjunto temático refere-se às demandas profissionais dos militares, em especial àquelas que afligiam os círculos dos sargentos e dos praças. Fossem as lutas em torno da elaboração de leis que tornassem mais justo o exercício profissional da carreira, ou a fiscalização do bom cumprimento dos dispositivos jurídicos já existentes relativos à concessão de benefícios e premiações pelos comandantes, "Plantão Militar" exerceu, por anos, o papel de tribuna reivindicatória dos militares em ambos aspectos. Ainda em relação às melhorias profissionais que o colunista julgava necessárias, cabe mencionar a luta pela melhoria nas condições dos trabalhadores civis que prestavam serviço às Forças Armadas. Desassistidos pelas leis trabalhistas e sujeitos aos problemas resultantes dos procedimentos labirínticos da burocracia militar e à ingerência de seus comandantes, as demandas destes trabalhadores também encontraram acolhida na coluna de Batista de Paula.

O segundo conjunto diz respeito às demandas por extensão de certos direitos de cidadania, há muito em voga no ambiente civil, dos quais muitos militares estavam alijados. Dentre estes o mais requisitado era a extensão do direito à elegibilidade, para sargentos e praças principalmente. Outras demandas importantes vinham em acréscimo, ilustrando quão limitado era o raio de ação dos escalões subalternos das Forças Armadas em relação ao exercício de sua cidadania. Tal era o caso das lutas tanto em prol da extensão e regulamentação do direito ao casamento, quanto por melhores

condições para aquisição da casa própria. Mesmo que não façam parte do conjunto de direitos civis consagrados pela tradição iluminista, os direitos ao casamento e à aquisição da casa própria para sargentos e praças são variáveis que não podem ser desprezadas ao avaliarmos o real nível do exercício da cidadania por estes militares.

O terceiro conjunto refere-se a questões políticas que, em maior ou menor grau, interferiam no cotidiano das Forças Armadas. Sendo uma coluna diária, "Plantão Militar" era parte integrante de um veículo jornalístico impresso — o jornal *Última Hora* —, que dedicava ostensivo apoio às mensagens, valores e tradições transmitidos pelo trabalhismo getulista. Portanto, o trabalho realizado por Batista de Paula, considerando as características do espaço de que dispunha naquele periódico, não era apenas o de noticiar os fatos relativos às Forças Armadas, mas principalmente, como é de praxe em todo jornal moderno, o de **opinar** sobre as notícias que lhe chegavam às mãos. E o ato de opinar pressupõe uma ação deliberada, portanto consciente, de todo jornalista, em assumir um determinado posicionamento crítico diante de certas circunstâncias factuais dadas pelo real.

A influência da linha editorial adotada por *Última Hora*, de claro apoio às causas governistas, com as quais o próprio colunista demonstrava reiterado alinhamento, convergem como dois elementos fundamentais que irão dar substância às opiniões emitidas em "Plantão Militar" sobre as Forças Armadas. O tipo de abordagem proposta por Batista de Paula gerava reações tanto de admiração, da parte de seus partidários, quanto de repúdio, entre seus detratores. Estes se congregavam, majoritariamente, entre as alas mais conservadoras da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrata (PSD), sobretudo os grupos afeitos ao discurso golpista de Carlos Lacerda, dentro e fora das Forças Armadas. O apelo constante das falas lacerdistas, enfáticas quanto à necessidade de uma maior intervenção dos militares nos rumos do País, e em especial seus efeitos no procedimento de determinados membros da Instituição, quer agissem sozinhos ou em grupo, eram o alvo principal da crítica de "Plantão Militar" no campo das questões políticas. Conforme será demonstrado mais adiante, a proeminência de assuntos políticos foi, gradualmente, se tornando cada vez mais constante nas edições das colunas. Tendência que se fortaleceu no início da década de 1960, particularmente após a tentativa de golpe advinda à renúncia de Jânio Quadros ao final de agosto de 1961, e reforçada, até certo ponto, pelo próprio envolvimento de Batista de Paula com a atividade política. O colunista se candidatou a deputado federal em 1958,

não conseguindo, entretanto, se eleger; e foi nomeado como delegado de imprensa da campanha presidencial do Mar. Henrique Teixeira Lott ao final de 1959.

O conjunto de assuntos que será abordado adiante foi escolhido de acordo com sua recorrência nas inúmeras edições disponíveis de "Plantão Militar". Entretanto, apesar da presença apenas esporádica, no tocante aos temas tratados na coluna de Batista de Paula, merecem aqui menção, pelo fato do colunista ter-lhes dedicado atenção, e até mesmo encabeçado pequenas campanhas em favor, o problema das pensionistas militares, as discussões sobre o direito ao casamento e a questão da casa própria para sargentos e praças das Forças Armadas e Auxiliares.

### 2.1 – O problema das promoções:

Um dos primeiros problemas abordados por "Plantão Militar", que afetava diretamente a vida profissional de muitos subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, dizia respeito à falta de clareza das leis militares quanto ao acesso ao oficialato. Para Batista de Paula, a importância das promoções dizia respeito ao reconhecimento da Instituição Militar do mérito de seus integrantes no seu árduo exercício profissional cotidiano, "(...) para quem vive sob regime de disciplina, em ambiente que o dever está acima de tudo, levantando-se às 4 ou 5 da madrugada e passando o dia empenhado de corpo e alma na luta da caserna."<sup>99</sup>

Ainda que o direito à estabilidade profissional, há muito almejado por estes militares, já estivesse concretizado na Lei Ordinária n.º 2852 de 25/08/1956, este dispositivo legal, visando lhes garantir o direito à promoção ao oficialato no serviço ativo, previa a criação de dois quadros de acesso: o Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE). O problema residia no fato de que, pelo texto da Lei n.º 2852, a criação do QOA e do QOE dependia da aprovação, pelo Congresso Nacional, e de posterior sanção presidencial, de lei específica que regulamentasse as formas de acesso dos suboficiais, subtenentes e sargentos para tais quadros.

Já havia um projeto de lei tratando dessa questão, elaborado pelo próprio Ministro da Guerra do Presidente da República Juscelino Kubitschek, Gen. Henrique Teixeira Lott, tramitando no Congresso. Porém, de acordo com o colunista, este encontrava-se engavetado em algumas das comissões da Câmara dos Deputados.<sup>100</sup> A partir de então, Batista de Paula dedicou-se a publicar várias matérias sobre este problema em sua coluna. O problema da aprovação dos QOA-QOE também explicita a importância adquirida pelo Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott. Para Batista de Paula, o titular da pasta da Guerra será visto como elemento fundamental para conquistas profissionais e de cidadania dos sargentos e praças. Importância que, com o tempo, transbordaria para a esfera política. No início de 1957, por exemplo, Batista de Paula vê justamente no chefe do Exército tanto um referencial para a o bom andamento do governo de Juscelino Kubitschek, quanto um exemplo moral de como outros militares, em cargos políticos, deveriam se portar.

---

<sup>99</sup> Última Hora, 20 de março de 1958, p. 12.

<sup>100</sup> Última Hora, 14 de fevereiro de 1957, p. 11.

*"O General Lott, que tanto se esforçou para que seus comandados não sofressem todo o peso da lei do QAA, ao ponto de pedir ao Congresso a criação de mais dois quadros para oficiais, bem que poderia entender-se com o líder [da Câmara Federal] Vieira de Melo no sentido de ser votada em regime de urgência a lei que regulamenta os citados quadros. Do contrário continuará o projeto a perambular pelos órgãos técnicos como filho órfão, porque as proposições prorrogando mandatos, permitindo a importação de automóveis e outras do mesmo tipo, monopolizam sempre as atenções da maioria dos representantes do povo."*<sup>101</sup>

A morosidade com que as comissões da Câmara dos Deputados apreciavam o projeto foi outra fonte de queixas do colunista. Não estando os QOA-QOE devidamente regulamentados pelo governo, muitos subtenentes e sargentos, já em condições de serem promovidos ao oficialato por seu tempo de serviço, ficavam com suas vidas profissionais paralisadas, dependendo do parecer favorável das referidas comissões do Legislativo Federal para sua votação na Câmara.<sup>102</sup> Mesmo o requerimento do deputado federal Fernando Ferrari, pedindo urgência na conclusão dos trabalhos das referidas comissões, revelou-se inútil para dar mais rapidez a tal processo.<sup>103</sup>

Além disso, para verem garantidos seus direitos quanto à promoção no posto imediato, os subtenentes e sargentos se baseavam no texto, algo confuso, da Lei n.º 2750 de 04/04/1956.<sup>104</sup> Ao criar o Quadro Auxiliar da Administração (QAA), visando promover à reserva não remunerada os oficiais R/2<sup>105</sup> que integravam os Quadros Auxiliares de Oficiais (QAO), a referida lei também garantia este direito àqueles militares no novo quadro que se criava.<sup>106</sup> No entanto, paradoxalmente, tais promoções acabavam, na prática, tendo seu efeito anulado pelo Art. 33 da mesma lei, que extinguiu as vagas de acesso no QAO uma vez promovidos os segundos-tenentes oriundos desse quadro ao posto de primeiro-tenente. Como consequência, os subtenentes e sargentos, que, pela escala hierárquica, seriam os próximos contemplados com a promoção ao posto de 2º Ten, não conseguiriam chegar nesta patente. Apesar disso, era sobre a

<sup>101</sup> *Ibidem* (adendos meus).

<sup>102</sup> Última Hora, 20 de fevereiro de 1957, p. 15.

<sup>103</sup> *Ibidem*.

<sup>104</sup> Última Hora, 28 de fevereiro de 1957, p. 15.

<sup>105</sup> Nas Forças Armadas, existem dois tipos de dispensa do militar do serviço ativo: a reserva remunerada (cujo integrante é identificado pela sigla R/1) e a reserva não remunerada (R/2).

<sup>106</sup> Lei n.º 2750 de 04/04/1956. Art. 7º, letra "f", parágrafo 3º.

garantia de resguardo do direito de promoção ao oficialato para os subtenentes e sargentos, presente na truncada redação da Lei n.º 2750, que estes militares assentavam suas reivindicações, acolhidas e apoiadas pelo colunista.<sup>107</sup>

Um obstáculo que se revelou constante às aspirações dos suboficiais, subtenentes e sargentos quanto à promoção no serviço ativo foi a ausência de uma lei de promoções específica para seus círculos. A falta de um texto legal, de caráter geral, que criasse regras claras para que estes militares chegassem ao oficialato fazia com que a regulação deste direito fosse ocasional, dependendo de portarias e avisos ministeriais feitos, muitas vezes, com o claro objetivo de atender a interesses particulares. O colunista cita sua própria carreira militar como exemplo claro dos efeitos desse problema.<sup>108</sup> Durante o tempo em que serviu como sargento do Exército, tendo realizado dois cursos que equivaliam ao de comando de pelotão – o que, em tese, lhe garantiria promoção ao posto de 2º Ten na ativa –, viu seu direito sendo posto de lado constantemente. Isso porque muitos de seus colegas de patente, que realizavam cursos que não se equivaliam ao de comando de pelotões, tinham tal equivalência decretada momentaneamente, mediante posteriores avisos vindos da pasta da Guerra.<sup>109</sup>

Medidas como essa direcionavam-se, quase sempre, a atender a grupos específicos interessados em alguma providência ministerial que os auxiliasse, perdendo logo sua validade legal quando os objetivos a que se propunham eram alcançados. Por conta disso, Batista de Paula deparou-se, ao longo de toda sua carreira como militar, com casos de sargentos que já contavam mais de 10 anos no mesmo posto. Companheiros de farda que, sem perspectivas de ascensão na carreira militar, perdiam todo estímulo para exercerem suas incumbências profissionais da melhor forma possível.<sup>110</sup> Situação que, aos olhos do colunista, mostrava-se incompatível com o grau de formação cultural que, por força da modernização verificada então nas atividades militares, impôs como elemento imperativo aos sargentos para a melhoria no desempenho de suas funções. Processo que não restringia-se ao espaço e cotidiano dos quartéis, e realçava a importância cada vez maior dos sargentos para a Instituição Militar. Procurava o colunista, dessa forma, justificar a necessidade de auxílio dos chefes das Forças Armadas, a quem sargentos e praças deviam respeito e obediência, para a concretização de suas demandas. O aspecto meritocrático, subjacente à profissionalização nas Forças

---

<sup>107</sup> *Ibidem.*

<sup>108</sup> Última Hora, 27 de abril de 1957, p. 7.

<sup>109</sup> *Ibidem.*

<sup>110</sup> Última Hora, 23 de março de 1957, p. 7.

Armadas, é expresso em "Plantão Militar" como característica amalgamada ao esforço de implemento intelectual como marca distintiva do sargento nas Forças Armadas contemporâneas. Daí provinha, segundo o colunista, tanto sua importância quanto sua diferença às associações civis.

*"Os sargentos, acompanhando passo a passo o desenvolvimento das Forças Armadas, que deles exige inteligência desenvolvida, cultura mais sólida do que antigamente, mergulharam nos livros e tudo estão fazendo para aprimorar seus conhecimentos. É natural que também se esforcem, e para isso contam com a ajuda de seus Ministros, para a conquista de um lugar destacado na sociedade. Quem já assistiu alguma das festas realizadas no Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica ou nos Clubes dos Sargentos do Exército, da Marinha ou da Polícia Militar do Distrito Federal, sabe que esses militares galgaram muitos pontos na escala social, porque o ambiente sadio de camaradagem que impera naquelas associações nem sempre é encontrado nos grandes clubes da classe média, no meio civil."*<sup>111</sup>

Além dos empecilhos colocados pela bancada udenista à apreciação do projeto de criação dos QOA-QOE, sua aprovação ainda defrontou-se com propostas de emendas ao texto original do projeto.<sup>112</sup> Tal circunstância motivou queixas de Batista de Paula quanto à efetiva utilidade de tais acréscimos ao texto do projeto de lei elaborado pelo Ministro da Guerra.<sup>113</sup> Para reforçar os apelos de sua sugestão, o colunista realçou a força adquirida pela "classe" dos sargentos também na esfera política e eleitoral. Força que não podia ser desprezada, não apenas do ponto de vista quantitativo de seus membros integrantes, mas também, e sobretudo, pelo exemplo de suas condutas entre o restante das corporações as quais serviam. Se a importância do círculo dos sargentos cresceria, conforme frisara o colunista anteriormente, não apenas em função de seu constante aperfeiçoamento intelectual, esta também se confirmava em sua crescente influência política.

<sup>111</sup> Última Hora, 27 de março de 1957, p. 15.

<sup>112</sup> Tais propostas foram elaboradas pelos deputados federais Adail Barreto (UDN), Oswaldo Lima Filho (PSP) e Ary Pitombo (PTB). Última Hora, 16 de maio de 1957, p. 17.

<sup>113</sup> Sugere, em contrapartida, aos seus proponentes, que, se de fato estavam interessados em ver a criação dos QOA-QOE aprovada, retirassem imediatamente suas sugestões, em virtude do acréscimo de tempo que somariam à já vagarosa apreciação do projeto de lei pelas comissões da Câmara dos Deputados. *Ibidem.*

*"Os tenentes oriundos da tropa, no exercício do cargo de delegado de recrutamento e nas juntas de alistamento militar por esse Brasil afora, representam sem dúvida poderosa força eleitoral, principalmente nas pequenas cidades. Quanto aos subtenentes e sargentos basta dizer que em estados como o Rio Grande e Pernambuco, e também no Distrito Federal, podem eleger, folgadoamente, representantes nas Casas do Congresso, não só pelo número de votos que somam como **pela influência que exercem no meio em que vivem.**"*<sup>114</sup>

Apesar de todos estes percalços, em 15 de junho de 1957 o projeto de criação dos QOA-QOE foi aprovado na Câmara.<sup>115</sup> Pouco depois de uma semana, foi enviado para votação no Senado. Ao contrário da lentidão com a qual o referido projeto foi analisado pela Câmara Federal, onde passou anos perambulando incógnito em suas várias comissões, sua apreciação pelo Senado, feita em menos de um mês, teve a urgência garantida pela ação do senador Gilberto Marinho (PSD-GA).<sup>116</sup> Finalmente, em 18 de julho de 1957, o projeto de lei criando os QOA-QOE foi aprovado pelo Senado, dependendo da sanção presidencial para que se transformasse em lei.<sup>117</sup> E, uma vez mais, a visão acerca do Gen. Henrique Teixeira Lott como elemento crucial nas conquistas profissionais e institucionais dos sargentos, vinha, em função da aprovação desta lei no Congresso Nacional, manifesta sob a forma de gratidão e comemoração.

*"Em primeiro lugar, como é natural, os tenentes oriundos da tropa e os sargentos, colocam o Ministro da Guerra, que se tem revelado um verdadeiro chefe, tais os cuidados que devota aos problemas de seus comandados, sejam eles oficiais de alta patente ou simples pracinhas.*

*(...) Os tenentes e sargentos estão programando a realização da "Festa da Vitória" no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, no dia 25 de agosto próximo, "dia do Soldado", quando seus representantes terão mais uma oportunidade de*

<sup>114</sup> *Ibidem* (grifos meus).

<sup>115</sup> Última Hora, 12 de junho de 1957, p. 15.

<sup>116</sup> De acordo com dados levantados pelo colonista, a aprovação da lei beneficiaria cerca de 1300 tenentes dos QAA e mais de 35 mil subtenentes e sargentos, cujas promoções estavam em suspenso, aguardando decisão do Congresso Nacional sobre a questão. Última Hora, 24 de junho de 1957, p. 6 (3º caderno) e 11 de julho de 1957, p. 15.

<sup>117</sup> Última Hora, 18 de julho de 1957, p. 13.

*dizer, pessoalmente, ao Ministro da Guerra, quanto lhe são gratos por tudo que fez e ainda poderá fazer em benefício do Exército e de seus comandados."*<sup>118</sup>

Apesar da importante conquista, que sem dúvida trazia novo alento profissional aos subtenentes e sargentos do Exército, no que dizia respeito ao restante das Forças Armadas, em especial a Aeronáutica, o problema permanecia sem que seus prejudicados vislumbrassem alguma solução possível. Mesmo antes da criação de "Plantão Militar" como espaço fixo dentro de *Última Hora* para a exposição de problemas da alçada militar, Batista de Paula já se manifestava em defesa da criação de um quadro de acesso ao oficialato para suboficiais e sargentos da Força Aérea.

Contrariando o que ocorria no Exército e na Marinha, onde a existência desses quadros datavam de, pelo menos, uma década, na Aeronáutica o que vigorava então era a total ausência de leis sobre o assunto. Como consequência, as forças do ar perdiam para as companhias civis de aviação, ou simplesmente dispensavam do serviço ativo, passado o tempo limite de 25 anos de permanência nos referidos postos, militares que eram autênticos donos de suas funções, pelo tempo a elas dedicado e o conhecimento prático sobre elas adquirido. Como culpado por tal situação, o colunista responsabiliza o comando do Estado-Maior da Aeronáutica, devido a sua insistência em não acolher as iniciativas em prol da elaboração de um QAO para seus suboficiais e sargentos.<sup>119</sup> Mesmo a troca de chefia no Ministério da Aeronáutica parece não ter influenciado para que ocorresse uma mudança na problemática situação vivida por seus graduados, em relação ao direito à promoção no serviço militar da ativa.<sup>120</sup> Tentativas no sentido de se obter apoio parlamentar mostraram-se igualmente infrutíferas.<sup>121</sup>

A permanência do problema do acesso dos graduados da Força Aérea mostrava-se periclitante para estes militares, a ponto de motivar envio de uma carta ao colunista,

---

<sup>118</sup> *Ibidem.*

<sup>119</sup> *Última Hora*, 15 de fevereiro de 1957, p. 11.

<sup>120</sup> Foi justamente o que ocorreu em 31 de julho de 1957, onde o então titular da pasta da Aeronáutica, Brig. Henrique Fleiuss, cedeu lugar ao Brig. Francisco de Assis Correia de Melo para a chefia do mencionado ministério. *Última Hora*, 1º de agosto de 1957, p. 15.

<sup>121</sup> Batista de Paula menciona tentativa de colaboração com o deputado federal Fernando Ferrari no sentido de se elaborar emendas ao projeto de lei criado pelo Poder Executivo (Lei n.º 2391 de 07/01/1955), dispondo sobre aumento dos efetivos das forças do ar, onde poderia ser criado um quadro de acesso ao oficialato para seus sargentos. No entanto, de acordo com o colunista, os apelos feitos pelos representantes dos graduados da Aeronáutica ao deputado petebista gaúcho, considerando que o problema das promoções desses militares permanecia inalterado, parecem ter caído no esquecimento. De acordo com a perspectiva de Batista de Paula sobre a questão, dos apelos apenas sobraram as promessas feitas, porém não cumpridas, quanto ao atendimento das demandas dos suboficiais e sargentos da Aeronáutica. *Última Hora*, 21 de agosto de 1957, p. 15.

escrita em 26/08/1957 por um grupo de suboficiais e sargentos da Aeronáutica de São Paulo. Abordam os missivistas a possibilidade de criação de um quadro efetivo de acesso para os suboficiais e sargentos da Aeronáutica, a partir da reestruturação dos Quadros de Especialidades e Subespecialidades contida nos planos de aumento dos efetivos previstos na Lei n.º 2391 de 07/01/1955. No entanto, queixavam-se justamente da postura assumida pelo Ministro da Aeronáutica, que, apesar de apreciação favorável à regulamentação da citada disposição jurídica pelo seu Estado-Maior, ainda não havia oficializado a devida regulamentação desta lei com sua assinatura. Lei que, em relação aos Quadros de Oficiais, fora regulamentada e posta em execução a mais de um ano, apesar de seu flagrante descumprimento por seus comandantes.<sup>122</sup> Ao congratularem seus colegas das forças de terra, os remetentes se alinhavam, e, por seu turno, confirmavam, o papel de importância institucional e política assumida pelo Ministro da Guerra.

*"Congratulamo-nos com a briosa classe dos subtenentes e sargentos do Exército, premiados, ultimamente, com a criação dos QOA-QOE, permitindo-lhes galgar, merecidamente, o oficialato, após dezenas de anos de serviço, resultado da compreensão e espírito de justiça do Exo. Sr. General Teixeira Lott, atual Ministro da Guerra."*

123

Entretanto, da parte do comando da Aeronáutica, principalmente do titular de sua pasta ministerial, Brig. Correia de Melo, a solução proposta por Batista de Paula foi solenemente ignorada. Além disso, o pouco caso do chefe da Força Aérea para com a questão fez com que a disposição legal que criara os Quadros de Especialidades e Subespecialidades, regulamentada apenas em parte, caducasse dentro das várias comissões do Congresso.<sup>124</sup> Assim como procedera em relação aos seus colegas sargentos nas forças de terra, Batista de Paula, realçando o erro da liderança da Aeronáutica em deixar anular uma velha demanda de seus subordinados, frisava a enorme importância dos sargentos fabianos para aquela corporação, tanto no aspecto técnico-profissional, quanto – e sobretudo – no âmbito político.

<sup>122</sup> Última Hora, 30 de agosto de 1957, p. 15.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> Última Hora, 25 de abril de 1958, p. 11.

*"Não é boa política esquecer os problemas que afligem os sargentos, principalmente os da FAB, que tem nesses militares o seu alicerce. Toda a manutenção, o serviço de rádio, o controle de voo, etc., dependem do trabalho e da capacidade dos suboficiais e sargentos. por outro lado, esses militares, pela formação, são verdadeiros escravos da disciplina, da ordem e da lei, conforme revelaram nos acontecimentos político-militares registrados em 1955, quando muitos deles procuravam os chefes sabidamente legalistas para oferecer seus serviços em favor da manutenção do regime e das instituições.*

*Esquecê-los agora, colocando seus problemas em segundo plano, revela mais do que falta de tato político, ingratidão."*<sup>125</sup>

Outra corporação, cujos sargentos também encontravam-se sem perspectivas à promoção no serviço ativo, era a Polícia Militar do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. Problema que, de acordo com o colunista, se instaurou a partir da criação da Escola de Formação de Oficiais (ESFO), cujos requisitos exigidos ao seu ingresso, mais focados em conhecimentos intelectuais do que na experiência propriamente militar de seus pretendentes, acabavam diminuindo as chances dos sargentos nela ingressarem.<sup>126</sup> A seleção para o quadro de oficiais da PM privilegiava, dessa forma, a juventude universitária civil – o que, com o tempo, fez surgir uma espécie de elite dentro da oficialidade dos policiais militares. E como a PM do Distrito Federal seguia uma orientação próxima à organização do Exército, Batista de Paula considerava estranho o fato de ainda não existir naquela corporação um quadro de acesso ao oficialato semelhante ao QAO das forças de terra.

Aproveitando-se do fato da tramitação, na Assembleia Legislativa do Distrito Federal, de um projeto de lei prevendo a criação, na PM carioca, de dois quadros de acesso ao oficialato semelhantes aos QOA-QOE do Exército, o colunista pede ao seu comandante-geral, Gen. Manoel Joaquim Guedes, que proceda a um melhor utilização tanto de seus oficiais quanto de seus sargentos. Para tanto, propõe que serviços como comando de tropas, policiamento ostensivo das ruas e funções especializadas como oficinas e serviços de intendência sejam feitos por oficiais oriundos das tropas, com

---

<sup>125</sup> *Ibidem.*

<sup>126</sup> Última Hora, 26 de abril de 1957, p. 15.

experiência acumulada quando eram praças e sargentos. Aos oficiais formados na ESFO ficariam a chefia sobre a instrução de seus efetivos e o comando do policiamento.<sup>127</sup>

O problema do acesso ao oficialato para os subtenentes e sargentos da PM carioca passou a receber uma maior atenção do governo do Distrito Federal com a nomeação de seu novo comandante-geral, Gen. Oromar Osório, que incumbiu seu Estado-Maior de elaborar projeto idêntico ao que criou os QOA-QOE no Exército.<sup>128</sup> Uma vez terminada a redação do mencionado projeto de lei, dependia o comandante-geral da PM, para encaminhar sua aprovação, de enviá-lo ao Ministro da Justiça para que o mesmo pudesse entregar tal proposta à Câmara Federal, a fim de que se tornasse, de fato, um dispositivo jurídico. Ao felicitar a iniciativa do Gen. Oromar Osório, Batista de Paula menciona, de novo, o chefe do Exército, Gen. Henrique Lott, como exemplo de moral e conduta, quando faz referência ao comandante-geral da PM, a quem considera como discípulo exemplar e admirador incondicional do Ministro da Guerra. Portanto, um modelo a ser seguido pelo então comandante-geral da PM, no que tange ao trato de problemas profissionais de seus comandados, bem como no proceder em posições e ações políticas.

*"Quando era coronel e servia na então Zona Militar Leste, com o general Denys, numa época em que só os idealistas se pronunciavam, o general Oromar proclamava sua posição francamente favorável ao chefe do Exército, que acompanhou resolutivo no movimento de 11 de novembro.*

*Agora, como comandante-geral da Polícia Militar, o general Oromar está dando exemplos do discípulo fiel do general Lott, através de sua atuação em favor da corporação e do seu pessoal de modo geral."*<sup>129</sup>

Tal empenho rendeu ao Gen. Oromar Osório homenagem dos sargentos da PM do Distrito Federal na sede da Associação dos Sargentos da Polícia Militar em 26/10/1957.<sup>130</sup>

No caso da Marinha, o alvo das críticas de Batista de Paula era a forma pela qual as forças do mar procediam à promoção de seus suboficiais e sargentos ao círculo de

---

<sup>127</sup> *Ibidem.*

<sup>128</sup> Última Hora, 19 de setembro de 1957, p. 11.

<sup>129</sup> Última Hora, 16 de outubro de 1957, p. 15.

<sup>130</sup> Última Hora, 28 de outubro de 1957, p. 15.

oficiais. De acordo com o colunista, tal trâmite ocorria mediante a realização de um concurso interno, baseado em perguntas enciclopédicas de "caráter daspiano", sobre assuntos aleatórios, descolados do cotidiano profissional desses militares.<sup>131</sup> De acordo com suas palavras, tal processo seletivo lembrava uma edição mais complicada do programa de TV "O Céu é o Limite". O nível de dificuldade do referido concurso era tamanho que, segundo Batista de Paula, em sua última edição, até mesmo suboficiais formados em Direito e Engenharia foram reprovados.<sup>132</sup>

Um elemento chave no discurso de Batista de Paula sobre as demandas dos sargentos e praças das Forças Armadas, as quais dedicou-se a expor e defender em "Plantão Militar", se relacionava à noção de justiça, sempre inerente ao atendimento destas pelas autoridades competentes. Dentre tantas causas encampadas pelo colunista, a questão da criação de quadros de acesso ao oficialato não fugiria a tal linha argumentativa. Em relação ao aproveitamento dos sargentos da Marinha em quadros específicos de oficiais, a ideia de justiça se vinculava ao aproveitamento da experiência profissional desses militares em princípios, também, mais justos – possíveis, segundo o colunista, apenas com a adoção da "Lei General Lott" nas demais Forças Armadas.

*"Desde que o princípio é aproveitar a experiência de elementos que passaram por todas as graduações, desempenhando as mais diversas funções na administração e nas oficinas, nada mais justo que as condições estabelecidas na "Lei General Lott" sejam estendidas às Forças Armadas, especialmente na Marinha que conserva um concurso ultrapassado, realizado apenas para atender a dispositivos legais, mas que no fundo visa simplesmente não permitir que os suboficiais conquistem o posto de 2º tenente."*<sup>133</sup>

Tão grave quanto a inexistência de leis garantindo o direito à promoção ao oficialato no serviço ativo, era o descumprimento das leis voltadas especificamente à regulação desse aspecto. Não raro Batista de Paula viu-se envolto em circunstâncias onde, mesmo havendo leis claras que resguardavam aos subtenentes, suboficiais e sargentos seus direitos de acesso ao círculo dos oficiais, elas eram, quando não ignoradas, simplesmente desrespeitadas, por quem deveria cumpri-las. Foi exatamente o que

---

<sup>131</sup> Última Hora, 29 de outubro de 1957, p. 15.

<sup>132</sup> *Ibidem.*

<sup>133</sup> *Ibidem.*

aconteceu após a regulamentação dos QOA-QOE do Exército (Lei n.º 3222 de 21/07/1957). Segundo o colunista, as promoções dos subtenentes e sargentos, cujos requisitos se enquadravam nas prerrogativas contidas no texto do mencionado dispositivo legal, deveriam ter sido publicadas, segundo estabelece a própria Lei n.º 3222, no dia 25 de dezembro de 1957. Justamente a data escolhida pelos próprios subtenentes e sargentos para que as esperadas promoções fossem assinadas pelo chefe do Exército, Gen. Henrique Teixeira Lott, como presente de Natal.

No entanto, tal determinação jurídica foi descumprida porque as ditas promoções não haviam sido levadas até o gabinete do Ministro da Guerra, que deveria assiná-las endossando, assim, sua validade legal.<sup>134</sup> E, uma vez mais, é evocada pelo colunista a ideia de justiça e sua relação à figura do Ministro da Guerra, encarada como o grande fomentador deste princípio no Exército, direcionando suas críticas à conveniência com que os órgãos burocráticos daquela pasta, em particular sua Comissão de Promoções, se posicionava ante ao cumprimento de determinações legais.

*"Lamentavelmente, esse excesso de zelo, agora revelado no cumprimento da regulamentação não foi observado na publicação do Quadro de Acesso na data que a lei determina (5 de dezembro), o que teria evitado o retardamento das promoções. Não cumprir a Lei quando ela beneficia uma coletividade e cumpri-la quando prejudica, não é boa norma de administração. O princípio dos dois pesos e das duas medidas não poderá ser aplicado no Exército, pelo menos enquanto o general Lott for Ministro, porque ninguém mais do que ele, como soldado, tem dado exemplos edificantes de respeito absoluto às leis, fazendo-as cumprir no seu Ministério mesmo quando elas contrariam seus pontos de vista pessoais."*<sup>135</sup>

Ainda de acordo com o colunista, a Comissão de Promoções também é culpada pelo atraso na própria regulamentação da Lei n.º 3222, pelos meses que gastou em sua apreciação.<sup>136</sup>

O problema se arrastou sem solução aparente até janeiro do ano seguinte, 1958. Depois da organização dos novos Quadros de Acesso – que, de acordo com o colunista,

<sup>134</sup> Última Hora, 4 de janeiro de 1958, p. 7.

<sup>135</sup> *Ibidem.*

<sup>136</sup> Última Hora, 22 de janeiro de 1958, p. 13.

ultrapassou o tempo necessário e exigido, dada a importância do tema para seus pleiteantes –, o projeto finalmente partiu para a assinatura do Ministro da Guerra em 17 de janeiro de 1958. No entanto, os Quadros de Acesso demoraram ainda mais três dias trancados no gabinete ministerial para serem publicados, levando Batista de Paula a conjecturar a possibilidade alguém estar, deliberadamente, e sob motivações as mais misteriosas, emperrando o processo de aprovação dos QOA-QOE.<sup>137</sup>

Fato era, no entanto, que as almejadas promoções dos subtenentes e sargentos, por conta de todos esses problemas, continuavam suspensas. E que a Comissão de Promoções, mesmo contra a orientação do próprio Ministro da Guerra, continuava negando o acesso destes militares ao oficialato nos dois novos quadros criados no Exército. Motivado por esse entrave burocrático, o colunista expõe o que considera como um contraste entre a justiça sempre presente mesmo nas ações mais corriqueiras do Gen. Henrique Teixeira Lott, e o "jogo golpista", expresso na insensibilidade praticada pelo corpo burocrático da chefia do Exército, que insistia em não assinar as aguardadas promoções dos graduados.

*"Temos sido testemunhas do interesse do Ministro da Guerra em caracterizar todos os seus atos, até mesmo aqueles despidos de importância, da justiça que orienta suas atividades como chefe do Executivo.*

*(...) Assim sendo, admitimos que o General Lott esteja mais ou menos ciente do descontentamento que domina os tenentes oriundos da tropa e também os subtenentes, face a demora que se vem registrando na concretização das promoções para preenchimento de vagas nos QOA-QOE (Lei General Lott).*

*(...) Na verdade, de acordo com a lei que criou os dois Quadros e a sua regulamentação, as promoções deveriam ter sido assinadas sexta-feira última. Infelizmente, a Divisão do gabinete do Ministro, responsável pelo seu encaminhamento, parece não estar percebendo a exploração que já está sendo feita, no seio dos tenentes, por pescadores de águas turvas.*

*(...) Em última análise os prejudicados merecem uma explicação. Deixá-los sem esclarecimento algum é fazer o jogo do golpismo dentro do Exército e contra o Ministro da Guerra."*<sup>138</sup>

<sup>137</sup> *Ibidem.*

<sup>138</sup> Última Hora, 27 de janeiro de 1958, p. 13.

Tal problema apenas encontrou a solução quando o Gen. Henrique Lott, reunindo todos os seus oficiais de gabinete responsáveis pelo trabalho da Comissão de Promoções, determinou a imediata transformação em portaria ministerial dos processos de promoção de todos os tenentes, subtenentes e sargentos nos QOA-QOE.<sup>139</sup> A intervenção ministerial, no entanto, resolveu a questão apenas em parte. Por motivos que nem mesmo Batista de Paula sabia explicar, apenas os subtenentes foram contemplados com a promoção, no posto de 2º Ten, aos dois quadros de acesso ao oficialato.<sup>140</sup>

Os sargentos, que, com a chegada ao círculo dos oficiais de seus antigos colegas subtenentes, deveriam ter completado as vagas deixadas neste posto, continuavam com o direito à promoção suspenso. Mesmo agradecendo ao Ministro da Guerra, a quem faz questão de realçar sua dedicação na resolução do problema – o que, em sua ótica, era expressão maior de seu senso de justiça –, o colunista queixa-se da inexistência de uma Lei de Promoções específica para o círculo dos sargentos.<sup>141</sup>

Queixa que, aliás, alimentava seu temor de que, uma vez terminada a gestão do Gen. Henrique Lott na pasta da Guerra, voltasse a imperar nas promoções dos sargentos a balbúrdia dos avisos e portarias ministeriais sobre o problema. De um lado, a figura do Ministro da Guerra era tida, pelo colunista, como essencial para que o princípio da justiça tivesse se consolidado como *modus operandi* no Exército. Por outro, sua provável ausência futura era uma ameaça à realizações conquistadas a duras penas quanto à questão das promoções.

*"Enquanto o General Lott estiver na chefia do Exército a sua última portaria será respeitada e ela atende a seriedade do assunto. Mas quando ele deixar de o cargo, um dia, se não existir uma lei do Congresso que complete a "Lei General Lott" nas promoções dos sargentos, quem poderá afirmar que o antigo princípio da balbúrdia não voltará a*

<sup>139</sup> Última Hora, 28 de janeiro de 1958, p. 13.

<sup>140</sup> Em 22 de setembro de 1958, mais de duas centenas de subtenentes que não haviam sido promovidos ao posto de 2º Ten obtiveram vitória quanto à garantia deste direito na Justiça. Com a ajuda do advogado, e jornalista, Laert Paiva, os subtenentes obtiveram decisão favorável do Tribunal Federal de Recursos quanto ao mandado de segurança por eles empreitado visando garantir sua promoção a partir de 25 de dezembro. Última Hora, 23 de setembro de 1958, p. 12.

<sup>141</sup> Última Hora, 20 de fevereiro de 1958, p. 11.

*imperar? nesse caso somos daqueles que acreditam no ditado: "antes prevenir do que remediar."*<sup>142</sup>

O atraso na promoção dos sargentos chegou a merecer um requerimento, redigido pelo senador Lino de Matos, endereçado ao Ministro da Guerra, indagando sobre o que estaria motivando tal situação. Alerta o parlamentar que a promoção é condição precípua de incentivo à carreira e à disciplina militares.<sup>143</sup>

Grande parte dos problemas relacionados ao atraso nas promoções dos sargentos do Exército era motivado por um dispositivo legal, a Portaria n.º 2100 de 21/11/1956. Criado pelo Ministro da Guerra para tentar regulamentar a questão, a lei acabou criando complicadores para a plena consecução das pretendidas promoções daqueles militares, ao instituir o sistema de "qualificações militares" (QM), que se subdividem em dois parâmetros: "gerais" (QMG) e "particulares" (QMP). Por conta desses novos obstáculos na jurisprudência militar, o sargento identificado apenas pela sigla I.F.G., que escreveu carta ao colunista relatando seu drama, que teve início quando foi promovido ao posto de 2º sargento. No entanto, o Exército, pouco depois, considerou nulo o ato de sua promoção, alegando que este não cabia ao referido militar por conta de suas QM's.<sup>144</sup> Argumenta Batista de Paula que a Portaria n.º 2100 deveria conter uma disposição que garantisse o gozo da promoção para os sargentos que subiram de posto indevidamente, até que chegasse, por direito, sua chance de ingresso.<sup>145</sup>

Considerando a proximidade de um processo eleitoral como ocasião inadequada para se discutir tal problema, o colunista acha fundamental expor o problema aos leitores e à sociedade, pois acredita que todo direito, para ser válido e dar resposta às demandas que visa atender, deve estar contemplado em lei. E tal dispositivo jurídico deverá ter por objetivo estabelecer normas e criar condições necessárias para que sua aplicação não fique refém de interpretações em contrário.<sup>146</sup> Além dessas importantes prerrogativas, aponta Batista de Paula que, para que uma lei específica sobre promoções de sargentos seja, de fato justa, ela deverá considerar sua antiguidade. Isso evitaria que sargentos mais jovens tivessem acesso rápido, deixando colegas de patente mais velhos

<sup>142</sup> *Ibidem.*

<sup>143</sup> Última Hora, 27 de março de 1958, p. 12.

<sup>144</sup> Última Hora, 8 de julho de 1958, p. 12.

<sup>145</sup> Na edição de "Plantão Militar" de 21 de fevereiro de 1959, Batista de Paula elogia a implementação das "qualificações militares" para ordenar as funções exercidas pelos sargentos dentro do Exército, bem como suas classificações e promoções. Contudo, critica a não adoção desse parâmetro para os 3º e 2º sargentos, que não conseguem optar pela atividade na qual são mais experientes no momento de serem promovidos, já que as portarias permitindo mudanças nas QMP somente abrangiam os 1º sargentos.

<sup>146</sup> *Ibidem.*

e experientes, dependendo da força onde sirvam, marcando passo indefinidamente no mesmo posto, às vezes, por mais de 10 anos. Novamente, a ideia do primado da experiência profissional, expressa na "antiguidade no posto", como requisito necessário e fundamental a um procedimento justo nas promoções de sargentos, ganhou corpo nas argumentações do colunista.

*"Um dos problemas mais sérios nas Forças Armadas e Auxiliares, no meu entender, é o das promoções.*

*(...) Por isso mesmo tenho defendido em vários comentários nesta seção, a elaboração de uma lei de promoções para os sargentos, que têm o acesso na carreira disciplinado por avisos e portarias que sofrem alterações periódicas, prejudicando, muitas vezes, os interessados.*

*(...) E esse lei, para ser justa, terá de levar em consideração a antiguidade, evitando, com isso, que sargentos jovens tenham acesso rápido na carreira, enquanto seus colegas mais velhos, e mais antigos, dependendo da organização militar em que servem, permaneçam dez anos e até mais na mesma graduação, num marcar passo indefinido."<sup>147</sup>*

Ao longo dos anos de publicação de "Plantão Militar", o problema das promoções não se restringiu ao círculo dos subtenentes e sargentos, interferindo também na vida dos praças. Os cabos do Exército, por exemplo, além do curso de comando de pelotão, eram obrigados à prestar uma prova eliminatória que desconsiderava completamente critérios como a antiguidade no posto, bem como a eficiência e disciplina demonstrados em sua lide profissional diária. Os sargentos do Exército continuaram a padecer da falta de indefinição do comando das forças de terra, em especial da parte dos sucessivos chefes de seu Estado-Maior, quanto ao estabelecimento de regras claras para o acesso ao círculo dos oficiais. Mesmo em ocasiões em que os próprios titulares da pasta ministerial da Guerra intercederam em favor de seus comandados, suas determinações eram sistematicamente descumpridas.<sup>148</sup> Batista de Paula denunciou, inclusive, a falta de um almanaque por onde fosse possível controlar a antiguidade dos subtenentes e

<sup>147</sup> Última Hora, 20 de outubro de 1958, p. 12.

<sup>148</sup> Conforme o colunista denuncia nas edições de "Plantão Militar" em 26/01/1959, p. 12.; 13/02/1960, p. 6.; 11/10/1960, p. 8; 24/24/1962, p. 11.; 31/07/1962, p. 11.; 28/01/1963, p. 7.; 09/02/1963, p. 9.; 07/09/1963, p. 8. e 13/12/1963, p. 6.

sargentos em seus postos, tal como acontece no oficialato do Exército.<sup>149</sup> Entre os sargentos e praças das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, eram constantes não apenas o descumprimento das leis relativas à promoção desses militares, como também sua própria estabilidade profissional era frequentemente posta em xeque.<sup>150</sup> Problemas que se repetiam na Marinha e, com especial gravidade, na Aeronáutica.<sup>151</sup> Nem mesmo o fato de alguns desses militares possuírem titulação universitária representava efetiva vantagem no que tange ao bom cumprimento das leis de promoção nas Forças Armadas.<sup>152</sup>

---

<sup>149</sup> Última Hora, 15 de março de 1961, p. 5 (2º caderno).

<sup>150</sup> É o que demonstra Batista de Paula nas edições de sua coluna datadas de 24/09/1959, p. 8.; 31/05/1963, p. 8. e 02/08/1963, p. 8.

<sup>151</sup> No caso da Aeronáutica, ver as edições de "Plantão Militar" em *Última Hora* nas datas de 13/10/1959, p. 8.; 11/03/1960, p. 8.; 15/03/1961, p. 5 (2º caderno); 10/04/1961, p. 4 (2º caderno); 30/06/1961, p. 14.; 03/07/1961, p. 6. e 31/07/1962, p. 11. Para a Marinha, as edições de 08/01/1960, p. 7.; 11/03/1960, p. 8.; 20/12/1960, p. 4 (2º caderno). e 12/06/1963, p. 9.

<sup>152</sup> Conforme é demonstrado nas queixas e apelos publicados pelo colunista em 31/10/1959, p. 8.

## 2.2 – a alimentação nos quartéis:

Um dos aspectos mais traumáticos na vida dos jovens que ingressavam nas Forças Armadas, segundo Batista de Paula, era o relacionado à alimentação servida em alguns quartéis e unidades militares. A fama da péssima qualidade da comida servida nos quartéis, em especial aos sargentos e praças, de acordo com o colunista, servia como argumento para que os jovens em idade de alistamento fugissem às suas obrigações. Fama que também alimentava a queixa das mães quanto à qualidade dos pratos que seus filhos comiam nas unidades militares.<sup>153</sup> E a razão para que tais problemas ocorressem era, conforme seguidamente denunciou Batista de Paula em "Plantão Militar", muito clara. Residiam na prática da "economia administrativa", feita por alguns comandantes.

Em grande medida, o caráter desumano com que o colunista carregava suas tintas ao denunciar as "economias administrativas" se ilustrava no uso indevido, por alguns comandantes chefes de quartéis, das verbas federais que deviam ser usadas no preparo de uma alimentação minimamente decente para a tropa em outros tipos de finalidades. Uma alimentação de má qualidade autorizada por uma soma de vaidade e adulação, de alguns comandantes, em fazer boa figura para as altas autoridades do Exército, através de implementos materiais feitos nos quartéis, custeados, quase sempre, com uma comida intragável a fazer presença constante nos pratos de sargentos e praças.

*"Em algumas unidades, apesar da etapa ter sido fixada em Cr\$ 54,00, comer representa um sacrifício mais pesado que um exercício de maneabilidade. Em compensação, há unidades, e não são poucas, cuja alimentação é melhor que a servida em muitos restaurantes desta cidade. Por quê? Muito simples: os seus comandantes pensam mais no bem estar de seus comandados do que na reforma dos quartéis, na pintura de carros, etc., com dinheiro das economias administrativas. (...) O que não se justifica, porque é até desumano, é que no interior de um bonito quartel, bem pintado, com quadras de basquetebol, etc., o pracinha vá ao rancho e não consiga comer."*<sup>154</sup>

Em contrapartida, comandantes preocupados com seus subordinados dispensavam especial atenção aos pratos servidos nos quartéis ou unidades militares que chefiavam. Como exemplo de tal procedimento, Batista de Paula cita, com a colaboração de um

<sup>153</sup> Última Hora, 21 de fevereiro de 1957, p. 15.

<sup>154</sup> *Ibidem.*

amigo, o cardápio da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do tempo em que serviu sob o comando do Gen. Jair Dantas Ribeiro, em 1955. Enfatiza que o oficial-general fazia questão de organizar pessoalmente o cardápio daquela unidade.

*"Como ilustração, nós deveríamos reproduzir o "menu" de alguns dias, servido com o mesmo dinheiro que custa a etapa das praças. Mas não é preciso. Citaremos apenas alguns pratos comuns no cardápio, onde o peru à brasileira, com rodelas de maçã e farofa com presunto não surpreendeu, temos absoluta certeza, os jovens cadetes. Maionese de frios, mocotó à brasileira, cozido à mineira, arroz ao forno, feijoada completa, ravioli com molho de carne assada, são pratos programados para o dia da semana, com sobremesa de salada de frutas, banana assada, rabanada e vários outros doces. O importante do cardápio é que durante a semana nenhum prato é repetido. No desjejum figuram bife de chapa com ovos estrelados, chocolate, café, leite, pão com manteiga, canjica, banana com aveia, mingau de aveia coalhada, etc. No jantar figura, além dos pratos diversos, uma sopa que pode ser de creme de palmito, de inhame chinês, de creme de batata com pão, ou simplesmente canja de galinha."<sup>155</sup>*

Para o colunista, o exemplo da AMAN quando era chefiada pelo Gen. Jair Dantas Ribeiro revelava-se ainda mais chocante considerando o fato de que a importância recebida pelo referido oficial-general, direcionada para a alimentação de seus cadetes, era a mesma destinada em muitos quartéis para o preparo da comida aos praças, e mesmo alguns oficiais. Logo, não entendia, e não aceitava, a repetição de pratos como "picadinho" – ao qual termos como "horroroso" ou "nefasto" o colunista sempre o associava –, cuja frequência era quase obrigatória em muitas unidades militares.<sup>156</sup> Situação igualmente problemática era apontada por Batista de Paula no próprio Ministério da Guerra. O restaurante do local, de acordo com o colunista, era controlado por concessionários mais preocupados com o lucro do que a qualidade das refeições que serviam. Além disso, o preço das refeições aumentava com autorização da Secretaria da Guerra. Dois fatores que faziam com que a experiência de almoçar no local fosse descrita em "Plantão Militar" como "comer mal como o diabo". Crítica também as

<sup>155</sup> Última Hora, 15 de março de 1957, p. 15.

<sup>156</sup> *Ibidem*.

péssimas condições higiênicas de suas dependências, onde as mesas não eram sequer forradas com toalhas apropriadas. Aponta, como única solução para o problema, a transformação do local em restaurante estritamente militar, chefiado por oficial que entenda do assunto, auxiliado por nutricionistas do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).<sup>157</sup>

Muitas vezes a qualidade da comida influenciava diretamente no nível de disciplina verificado em algumas unidades militares, conforme recordou o colunista, ao rememorar os tempos em que serviu no 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL), em Santa Maria (RS), durante a Segunda Guerra Mundial.

*"A comida do quartel era péssima. A seca que assolava a região era algumas vezes apresentada como causa. Mas os pracinhas, em sua maioria convocados, não se conformavam. Até que um dia foi nomeado fiscal administrativo da unidade o então capitão José Ribamar Raposo. Tudo mudou como por encanto, de um dia para o outro. Desapareceu da mesa o famoso "picadinho", espantinho de todos e surdiu em seu lugar uma comida gostosa, bem feita. (...) A melhoria na alimentação repercutiu favoravelmente no nível disciplinar, no rendimento do serviço e até no resultado das competições esportivas do BCCL. O capitão Raposo passou de simples oficial a ídolo das praças do Batalhão. Fez ele algum milagre? Não. Apenas empregou o dinheiro destinado à alimentação na alimentação."*<sup>158</sup>

Em grande medida, a defesa empreendida por Batista de Paula por uma melhoria na qualidade da alimentação nos quartéis ilustrava, indiretamente, o respaldo com que contava entre seus público leitor. Respaldo manifesto graças a campanhas com a melhoria na alimentação nos quartéis, dentre outras encampadas pelo colunista, e por seu explícito posicionamento de apoio às causas de seus colegas sargentos e praças, com os quais sempre se identificou e solidarizou.

*"Confesso que não esperava tanta receptividade nos meios militares para os comentários que aqui tenho feito sobre a necessidade de ser melhorada nos quartéis, nas bases e nos navios, a alimentação"*

<sup>157</sup> Última Hora, 30 de março de 1957, p. 7.

<sup>158</sup> Última Hora, 11 de abril de 1957, p. 13.

*de nossos soldados. Felizmente a minha posição relativamente ao problema tem merecido o apoio valioso de oficiais de alta patente, de comandantes de corpos, de oficiais subalternos, dos sargentos em geral e até de pais de jovens que se encontram servindo à Pátria, nas Forças Armadas."* <sup>159</sup>

Respaldo que também resultava do tipo de proposta jornalística de Batista de Paula para abordagem sobre o setor militar. O foco investigativo e opinativo das notícias, colhidas através de fontes vindas de dentro das unidades militares, somado à pretendida imparcialidade na abordagem destas, e os atores sociais nelas envolvidas, ficam muito claros no trecho abaixo, em que o colunista comenta sua campanha pela melhoria na alimentação dos quartéis:

*"Nós, quando dizemos que a comida em tal unidade não corresponde à expectativa, temos como objetivo simplesmente alertar o comandante. Não visamos a sua pessoa, tanto assim que em algumas ocasiões temos focalizado unidades comandadas por oficiais que admiramos, que os sabemos capazes, e até mesmo por oficiais que são nossos amigos de velhas épocas.*

*Nossa campanha em favor da boa alimentação nos quartéis, nas bases e nos navios, nada tem de pessoal. E também não veiculamos informações sem antes apurar devidamente a sua autenticidade."* <sup>160</sup>

Fato concreto resultante desta campanha, empreendida por Batista de Paula, em prol da melhoria na qualidade da comida servida nos quartéis, foi sua ressonância entre muitas unidades militares. Em especial aquelas onde os comandantes se acostumaram a promover "economias administrativas" às custas das verbas pagas pelo governo federal para as etapas de alimentação das tropas, visando com isso fazerem melhorias materiais nos quartéis que lhes proporcionem promoções de patente por merecimento. Aponta o colunista que a alegação de muitos desses comandantes era de que a campanha de "Plantão Militar" pela melhoria na comida nos quartéis visava, em verdade, incompatibilizá-los com seus subordinados. Um desses chefes militares, um tanto mais exaltado, chegou a classificar a iniciativa do colunista como "agitação comunista", apesar de manifestações favoráveis à campanha manifestas pelo Gen. Henrique Teixeira

---

<sup>159</sup> *Ibidem.*

<sup>160</sup> Última Hora, 2 de julho de 1957, p. 15.

Lott. Para Batista de Paula, "(...) a pecha de comunista (...) fica muito melhor em quem cuida com mais carinho da pocilga dos porcos do que do conforto e da alimentação dos comandados."<sup>161</sup>

Ainda no campo das denúncias sobre má alimentação em certas unidades militares, e da reação negativa de seus chefes, Batista de Paula relata o desagravo do Ten. Cel. Walter Guimarães, comandante do 4º Batalhão de Infantaria (B.I.) da Polícia Militar do Distrito Federal, em virtude de queixas do colunista tocantes ao problema.<sup>162</sup> Logo nas primeiras linhas do artigo, esclarece que a questão da má alimentação nos quartéis está ligada a uma nova realidade, a que alguns comandantes insistiam em não enxergar, em que novas conquistas no campo social davam o tom nas sociedades modernas. Portanto, atender a uma demanda básica como a relacionada à melhoria nos pratos servidos por certas unidades militares significava afinar-se a uma tendência modernizante.

*"Exclusivamente com o intuito de colaborar, tenho mantido nesta seção uma espécie de campanha em favor da melhoria da alimentação nas unidades das Forças Armadas e Auxiliares (...). É verdade que esta campanha visa apenas umas poucas unidades, pois na maioria delas a alimentação merece cuidados especiais da parte de seus responsáveis. Outras há, infelizmente, cujos comandantes preferem desconhecer a realidade representada pelas novas conquistas sociais da Nação, e continuam tratando o soldado, nesse particular, como se fossem animais autômatos, desde que no fim de cada mês as famigeradas economias administrativas somem alguns milhares de cruzeiros."*<sup>163</sup>

Após reiterar que já vinha alertando, a cerca de cinco ou seis meses, o oficial comandante daquela unidade sobre os problemas vindos de seu refeitório, e convicto de que seus avisos estavam sendo bem recebidos, o colunista surpreendeu-se com a reação negativa do Ten. Cel. Walter Guimarães. O chefe do 4º B.I. queixou-se ao comandante-geral da corporação, Gen. Oromar Osório, sobre as críticas do colunista quanto à alimentação servida aos oficiais, sargentos e praças daquela unidade. Ao desagravo do oficial da PM, o colunista respondeu, em primeiro lugar, que, apesar de ser amigo do

<sup>161</sup> Última Hora, 12 de agosto de 1957, p. 17.

<sup>162</sup> Última Hora, 24 de março de 1958, p. 15.

<sup>163</sup> *Ibidem.*

Gen. Oromar Osório, não era dele nenhum subordinado. Reforçou, uma vez mais, que não era inimigo, nem amigo, do comandante do referido quartel da PM, mas um profissional que, segundo seus próprios termos, "(...) tem a razão como arma e um passado de honestidade que pode ser esmiuçado por qualquer um."<sup>164</sup> E o que havia iniciado, meses antes, como um alerta ao Ten. Cel. PM Walter Guimarães, transformou-se em denúncia franca e aberta contra as práticas do oficial em relação à alimentação servida no 4º B.I.:

*"(...) Gostaria de destacar a alimentação no 4º B.I. Infelizmente isso até agora não foi possível. E não foi possível porque o Tenente-Coronel Walter Guimarães não quis, preferindo dar a mais de 600 homens, oficiais, sargentos e praças, uma alimentação que desestimula qualquer um, pela sua péssima qualidade.*

*Ainda recentemente um banquete foi servido pelo 4º B.I. a convidados ilustres da PM. No mesmo instante em que para um lado saíam perus e outros pratos de luxo, no rancho dos sargentos e praças eram servidos feijão, arroz papa, quiabo e carne dura com farinha.*

*Não tenho, repito, nenhuma má vontade para com o 4º B.I. e seu comandante. Nessa questão sou isento. E basta melhorar a alimentação dos seus oficiais, sargentos e praças, para que com prazer o proclame desta seção."<sup>165</sup>*

As outras duas forças também sofriam com a má qualidade da comida feita nas cozinhas de seus refeitórios. É o que bem demonstra "Plantão Militar", ao criticar a existência desse problema na Aeronáutica, mais precisamente no Parque dos Afonsos. O nível de zelo para com o preparo da comida que era servida aos sargentos daquela base aérea era inversamente proporcional às duras incumbências daqueles militares. Fato que, no entanto, não modificou a situação da alimentação servida no rancho aos sargentos daquela unidade das forças de ar. E, apesar de nem todos os sargentos daquela unidade, muitos deles chefes de família, não realizarem todas as suas refeições do dia no local, continuavam, conforme determinavam os regulamentos, descontando mensalmente os Cr\$ 54,00 relativos ao valor da etapa de alimentação. Tais problemas na alimentação dos sargentos e praças, na perspectiva do colunista, ocorriam em função

---

<sup>164</sup> *Ibidem.*

<sup>165</sup> *Ibidem.*

da inobservância das leis no que tange à aplicação das importâncias destinadas ao preparo do rancho nas unidades militares.

*"Esses militares têm a responsabilidade de cuidar da manutenção dos aviões, pois são todos especialistas. Mesmo assim, não recebem a alimentação que a própria função que desempenham exige. Desconta cada um, de acordo com o regulamento, 54 cruzeiros diários, inclusive aos domingos. Pagam, mensalmente, de alimentação, Cr\$ 1.620,00. Poucos jantam. A maioria apenas almoça, porque o expediente termina às 16:30 horas e o rancho da tarde é servido depois das 17 horas. Como quase todos são casados é natural que façam a refeição em casa, junto com a família, embora tenham pago o jantar no quartel. Colaboram, com isso, para maior economia do Parque, economia essa que deveria reverter em favor da melhoria da alimentação."*<sup>166</sup>

Os funcionários civis daquela unidade da Aeronáutica viviam situação semelhante, pois, também apenas almoçando no local, todo mês esses trabalhadores eram descontados em Cr\$ 50,00 por jantares que não comiam.<sup>167</sup>

A tática das "economias administrativas", feitas por comandantes que desviavam as verbas do governo destinadas à alimentação da tropa para reformar as unidades militares, ou lhes melhorar o aspecto de conservação, também teve sua prática denunciada na Marinha. De acordo com Batista de Paula, a questão do mal preparo da comida servida no rancho nas forças do mar originava-se no descumprimento do novo Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Este determinava que os militares pertencentes ao mesmo ciclo fossem arranchados juntos. O colunista denuncia

<sup>166</sup> Última Hora, 19 de julho de 1957, p. 15.

<sup>167</sup> Outro problema relacionado ao rancho no Parque dos Afonsos estava ligado ao desrespeito diário aos princípios da hierarquia e disciplina. Conforme denuncia Batista de Paula, os 2º e 3º sargentos, que, pelos regulamentos disciplinares da FAB, deveriam entrar formados no refeitório, o faziam em companhia dos funcionários civis, dispensados dessa obrigatoriedade. Além disso, os suboficiais e 1º sargentos, que pertencem ao mesmo ciclo que seus colegas 2º e 3º sargentos, almoçavam em refeitório separado, o qual também era franqueado aos funcionários civis do Parque dos Afonsos. E em relação à comida servida a esses militares, sua péssima qualidade, segundo o colunista, não se justificava, pois a referida unidade da FAB localizava-se nas imediações do Segundo Grupo de Transportes e da Escola de Aeronáutica. Duas grandes oficinas das forças de ar onde, segundo relata Batista de Paula, era servida comida boa em refeitórios confortáveis. Portanto, estes servidores militares, incumbidos da tarefa de zelar pelo bom funcionamento das aeronaves da Esquadria de Guerra, e que, logo, deviam manter alto padrão de produtividade no serviço, dada a enorme responsabilidade profissional que carregavam consigo, não mereciam o tratamento que lhes era dispensado. *Ibidem*.

os comandos de grandes guarnições da Armada, como o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), que insistiam em separar seus sargentos segundo regras não mais em vigor, sob a desculpa de fazer "economia". Uma vez mais, o problema da negligência de alguns comandantes quanto às exigências legais relativas ao rancho é aventada por Batista de Paula.

*"O Código de Vantagens em vigor determina o pagamento de duas etapas aos suboficiais e sargentos das Forças Armadas e Auxiliares. Uma de alimentação - que pode ser paga em espécie - e a suplementar, para em dinheiro. A etapa arranchada para os sargentos e praças é paga pela Nação a Cr\$ 54,00. Na Marinha, antes do atual CVVM, os suboficiais e primeiros sargentos eram arranchados separadamente dos segundos e terceiros sargentos. Mas o novo Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, acertadamente, aliás, reuniu aqueles militares, que pertencem ao mesmo círculo, num único rancho. Nas grandes guarnições, porém, com o objetivo de fazer economia, a exigência regulamentar não está sendo cumprida. No CIAW, por exemplo, com mais de oitocentos alunos, continuam os segundos e terceiros sargentos fazendo refeições juntamente com os marinheiros e grumetes, enquanto os suboficiais e primeiros sargentos são arranchados separadamente."*<sup>168</sup>

Batista de Paula considerava tal situação inaceitável, levando em conta a longa tradição e os bons resultados do trabalho dos taifeiros nas forças do mar. Segundo suas colocações: "Pensávamos que o famoso "picadinho", também chamado de "espanta recruta", não figurasse no cardápio dos marinheiros. Infelizmente figura."<sup>169</sup> Excetuando as notórias irregularidades dos chefes da Marinha que faziam "economias administrativas", não havia, para Batista de Paula, outra justificativa plausível para a continuidade de refeições de tão má qualidade nas grandes unidades da Armada.<sup>170</sup>

O problema da alimentação provocava, mesmo indiretamente, outros tipos de desdobramentos para a vida militar. Batista de Paula cita o caso dos militares brasileiros que integravam o "Batalhão de Suez", enviado ao Egito a fim de fazer parte das forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) que interferiram no conflito entre as

<sup>168</sup> Última Hora, 1º de outubro de 1958, p. 12.

<sup>169</sup> *Ibidem.*

<sup>170</sup> *Ibidem.*

forças israelenses e egípcias pelo controle da Península do Sinai. Segundo denúncia feita ao colunista por uma professora, esposa de um dos militares enviados na referida missão, uma ordem partida do alto escalão do Exército determinava o arranchamento de todos os praças do Batalhão de Suez. Ao comentar a citada denúncia, Batista de Paula buscou realçar, além das evidentes perdas financeiras representadas pela ordem de arranchamento, a injustiça de tal medida, considerando os encargos familiares da maioria destes pracinhas que, por conta dessa decisão, não poderiam ser concretizados. A exortação ao espírito patriótico desses militares mesclava-se às condições humildes em que viviam, somadas ao ambiente inóspito e hostil onde atuavam a fim de cumprirem a missão que lhes havia sido dada, assim como poderem proporcionar uma vida um pouco mais confortável aos seus familiares.

*"Chegou uma ordem ao coronel Iracílio, partida do Itamarati ou do Ministério da Guerra, mandando que todas as praças fossem arranchadas, embora a alimentação seja fornecida gratuitamente à tropa pela ONU. Com esse arranchamento os pracinhas deixam de receber a etapa em dinheiro, ou melhor, deixam de receber mensalmente Cr\$ 1.620,00 em dólares de Cr\$ 31,30.*

*Os planos que fizeram quando daqui partiram, principalmente os casados, que são numerosos, e também os noivos, não poderão ser concretizados, Muitos fizeram até os cálculos do que ganhariam durante determinado tempo, pensando sempre no conforto da família. Para tanto afastaram-se da esposa e filhos e aceitaram a oportunidade que lhes ofereceu. Não pensaram na vida dura no deserto, nas mudanças bruscas de temperatura que teriam que enfrentar, nem tampouco na hostilidade dos árabes. Foram porque tinham um objetivo em mira, além daquele que diz respeito ao patriotismo: ganhar algum dinheiro, fazer economias que lhes permitissem melhorar a situação financeira de suas famílias. Esta é a verdade que devemos reconhecer."*

171

Circunstância realmente angustiante para as esposas e filhos desses pracinhas, que somente chegou a bom termo após interferência do Ministro da Guerra, Gen. Henrique Lott. Após consultar a ONU sobre o apoio logístico às tropas brasileiras e obter da

---

<sup>171</sup> Última Hora, 13 de agosto de 1957, p. 17.

entidade a garantia na continuidade do fornecimento gratuito de alimentos, o titular da pasta da Guerra determinou o imediato desarranhamento de todos os militares que integravam o "Batalhão de Suez".<sup>172</sup>

Buscando corroborar sua luta por uma alimentação de melhor qualidade nas unidades militares entre a oficialidade, Batista de Paula cita artigo escrito pelo Maj. Jaime Rolemberg Lima especialmente para "Plantão Militar". Formado pela Escola de Intendência do Exército, o oficial afirmava a necessidade de se dar um tratamento científico para os problemas relacionados à alimentação no país. Ao expor os argumentos do oficial, especialista em nutrição, Batista de Paula busca colocar a discussão acerca da melhoria da alimentação nos quartéis não apenas como medida imperiosa de justiça para sargentos e praças. Melhorar a qualidade das refeições servidas nas unidades militares significava, para o colunista, a adequação das Forças Armadas a um processo de modernização profissional marcado pela aplicação de avanços científicos com vistas à melhoria nas condições de vida da população.

*"Quando, em 1942, saímos da antiga Escola de Intendência do Exército, trouxemos para o embate da vida profissional, no Quadro de Intendência, uma arraigada noção de que o problema alimentar das Forças Armadas mereceria do Governo providências urgentes para:*

*1º – Acompanhar a tendência lançada anos antes pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, caracterizada pelo tratamento científico dos problemas da alimentação no Brasil;*

*2º – Aproveitar a existência dos Ranchos da tropa e dos navios como verdadeiros laboratórios para experimentação e implantação de hábitos alimentares sadios e econômicos."*<sup>173</sup>

De acordo com o Maj. Jaime Rolemberg, o êxito obtido em suas pesquisas alimentares no 28º B.C. foram auxiliados tanto pela unificação do valor das etapas de alimentação em todas as Forças Armadas, quanto o contato com os oficiais-médicos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que reforçaram a importância do trabalho dos nutricionistas nas unidades de Saúde do Exército.

<sup>172</sup> Última Hora, 14 de agosto de 1957, p. 17.

<sup>173</sup> Última Hora, 15 de agosto de 1957, p. 15.

*"Houve alguma evolução nesse período, principalmente com o advento do Código de Vencimentos e Vantagens, que unificou as etapas das 3 Forças Armadas e, valorizando a do Exército, possibilitou a inclusão do leite entre os artigos da tabela de rações. Além disso, passou a dispor de mais numerário para fornecer alimentos de melhor qualidade, podendo-se ainda acrescentar a criação de etapas especiais para Escolas e algumas unidades, além dos Hospitais.*

*Foi, entretanto, o contato com os médicos do Curso de Saúde da EsAO que ensejou estes comentários.*

*Como nós, os companheiros do Quadro de Saúde reconhecem que há necessidade de fugir ao empirismo (...). Constatamos, então, que no setor propriamente de Saúde houve alguma evolução e já se reconhece que, em um hospital, a presença do nutrólogo é realmente necessária. Daí a existência, no Quadro de Saúde, de médicos especializados, embora em número de todo insuficiente.*

*A questão, todavia, comporta um planejamento que atinge o Quadro de intendência e a formação de elementos para funcionarem como sargentos ou auxiliares do Rancho, dotados de conhecimentos dietéticos mais ou menos do nível dos nutricionistas." <sup>174</sup>*

Batista de Paula também dedicou muitos comentários e opiniões à aprovação do projeto de criação do Serviço Agropecuário do Exército, ao qual considerava elemento de suma importância, que tanto auxiliaria na solução da má qualidade das refeições nos quartéis quanto no abastecimento de gêneros alimentares no setor varejista. Nas primeiras coberturas sobre sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto havia sido vetado por sua Comissão de Justiça – negativa que mereceu edital em forma de alerta aos deputados federais. De acordo com o colunista de "Plantão Militar", tal decisão, para além das graves consequências que trariam ao abastecimento, ilustrava claramente a postura dos adversários do Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott em querer gerar instabilidade política no governo e no regime.

*"Essa decisão, se aceita pelo plenário, destruirá uma iniciativa da maior importância para as forças de terra e para a própria Nação. Através do Serviço*

---

<sup>174</sup> *Ibidem.*

*Agropecuário o Exército colaborará decisivamente com o Ministério da Agricultura na solução do problema do aumento da produção nacional, ao mesmo tempo em que transformará jovens lavradores rudes, que cultivam a terra orientados pela lua, em eficientes técnicos agrícolas, capazes de aproveitar melhor a terra com o emprego de métodos modernos de agricultura, porque durante um ano, no Exército, ele cursariam uma verdadeira escola. Os adversários do General Lott, pensando atingi-lo, tudo fizeram para destruir-lhe a iniciativa do ministro da Guerra. (...) Vários conselheiros, homens experientes também aplaudiram a iniciativa do Ministro da Guerra acentuando que se outros benefícios ela não trouxesse, tornaria pelo menos o Exército autossuficiente em relação ao abastecimento da tropa."*<sup>175</sup>

Tempos depois "Plantão Militar" noticiou, em 4 de novembro de 1957, a aprovação do projeto de criação do Serviço Agropecuário do Exército na Câmara dos Deputados, ainda que com diminuição na verba federal a ser destinada quando de sua regulamentação, que caiu de 1 bilhão para quatrocentos milhões de cruzeiros. Se aprovado, o órgão poderia, segundo o colunista, acabar com o problema da força de trabalho nas áreas rurais brasileiras. De acordo com seus cálculos, a cada dez jovens egressos das áreas rurais que iam para o serviço militar nos grandes centros urbanos, pelo menos metade deles não retornava às suas fazendas de origem, quando estas, a cada dia que passava, necessitavam de braços que nelas trabalhassem. E além da modernização no cultivo da terra, os sítiantes que vivessem próximos das unidades militares no interior do país poderiam, de acordo com o colunista, receber auxílio técnico, com o uso do maquinário das fazendas militares.<sup>176</sup>

O projeto de criação do Serviço Agropecuário do Exército, de autoria do Gen. Taurino de Rezende, responsável por acompanhar sua tramitação no Congresso, visava também tornar menos onerosa a produção da alimentação de suas tropas para a União. Segundo a Comissão de Orçamento da Câmara, o Exército destinava cerca de 80% de seu orçamento ao pagamento de seu pessoal. De acordo com o colunista, a maior parte desse montante se destinava ao pagamento dos militares inativos. E entre estes haviam jovens tenentes-coronéis, oficiais que logo cedo alcançaram o generalato, graças as facilidades estabelecidas pela chamada "Lei da Praia" (Lei n.º 1.156, de 12 de julho de

<sup>175</sup> Última Hora, 9 de abril de 1957, p. 19.

<sup>176</sup> Última Hora, 4 de novembro de 1957, p. 15.

1950<sup>177</sup>).<sup>178</sup> Como prova da importância da aprovação do Serviço Agropecuário do Exército, Batista de Paula menciona mensagem redigida pela Associação Comercial do Rio Grande do Sul, assinada por outras entidades dos produtores gaúchos, apontando a relevância do referido projeto para sanar os problemas agrícolas naquele estado. Projeto que, àquela altura, encontrava-se paralisado, engavetado na Câmara dos Deputados a mais de um ano.<sup>179</sup>

Considera a mensagem dos comerciantes do Rio Grande do Sul muito oportuna, a propósito de uma emenda proposta pelo deputado federal conterrâneo Fernando Ferrari para a lei dos funcionários inativos da União. Conhecida como "emenda 44", tal proposta retirava dos servidores civis e militares federais, quando de sua aposentadoria, uma série de vantagens e gratificações que se somavam aos seus vencimentos — medida que valeu duras críticas do colunista ao seu proponente. No entanto, Batista de Paula via uma chance de redenção para o deputado federal Fernando Ferrari, desde que se empenhasse em ver aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de criação do Serviço Agropecuário do Exército, o que atenderia aos clamores dos produtores e agricultores de seu estado. Com sua juventude e vontade de acertar em benefício do coletivo, o colunista afirmava que o deputado federal Fernando Ferrari poderia assumir a liderança na batalha legislativa pela aprovação do projeto.<sup>180</sup> Aprovação que, segundo "Plantão Militar", vinha de encontro às necessidades de modernização do setor produtivo nacional, passo importante, segundo seu colunista, na promoção social das populações desassistidas das áreas rurais brasileiras. Modernização e amparo social figuravam uma vez mais nos argumentos de Batista de Paula como elementos que legitimavam a aprovação do Serviço Agropecuário do Exército. Em última análise, uma vez que fosse aprovado pelo Congresso, o Serviço Agropecuário significaria a atuação, numa escala mais ampla, das Forças Armadas, com todas suas especificidades de conduta e disciplina, na produção nacional.

*"Mas o representante gaúcho pode se redimir logo que o Congresso comece a funcionar, lutando de corpo e alma pela aprovação do projeto que cria*

---

<sup>177</sup> O artigo único desta lei reconhecia os direitos de todos os militares, inclusive os já falecidos, que prestaram serviço na zona de guerra definida pelo Art. 1º do Decreto nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. Este decreto, por sua vez, transformou toda a faixa litorânea brasileira em "zona de guerra", por conta dos ataques de submarinos alemães contra navios brasileiros durante a última Grande Guerra.

<sup>178</sup> Última Hora, 11 de outubro de 1958, p. 6.

<sup>179</sup> Última Hora, 5 de janeiro de 1959, p. 11.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

*o Serviço Agropecuário do Exército. Atenderá às classes produtoras e também aos agricultores sulinos. E mais do que isso, atenderá às necessidades da Nação, cuja agricultura está se definhando por falta de amparo dos poderes públicos, pois o Ministério da Agricultura, na realidade, está empenhado na campanha de reflorestamento do Distrito Federal, enquanto o caboclo, conforme observei recentemente no interior de São Paulo, completamente abandonado, vive numa miséria criminosa, cultivando terras cansadas sem adubo, usando semente que leva à terra as pragas que mais tarde destruirão toda a lavoura e ainda tendo a enxada como instrumento principal, nesta fase em que a própria China está mecanizando sua agricultura."*<sup>181</sup>

Apesar de todas as opiniões a apelos favoráveis à criação do Serviço Agropecuário do Exército, seu projeto era apreciado com morosidade pela Câmara Federal, "chutado com força para todos os lados pelos fazendeiros e latifundiários, sem despertar o interesse dos parlamentares mais ligados aos problemas do povo".<sup>182</sup> Para Batista de Paula, o Exército, que, de forma bem sucedida, estabeleceu os alicerces da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás, que fazia obras contra a seca no Nordeste e abria estradas no Sul, tinha capacidade para modernizar a produção agrícola brasileira. Bastava ao governo, autor do referido projeto de lei, conseguir sua aprovação na Câmara dos Deputados, sob regime de urgência. Urgência que, mediante análise do colunista sobre os problemas no custo de vida da população, mostrava-se imperiosa, face aos constantes aumentos de preço de bens básicos de consumo. Cita o exemplo do preço do feijão, outrora comida frequente no prato dos mais pobres, no entanto cada vez mais raro nos mercados e importado dos Estados Unidos. Passou a custar Cr\$ 80,00, e poderia subir ainda mais, mediante a pouca atenção dispensada pelo governo federal à produção agrícola. Cita também o abuso que, com a conveniência da Confederação Nacional de Abastecimento e Preços (COFAP), se operava nos preços da carne, cuja oferta havia, segundo o colunista, se tornado um autêntico mercado negro.<sup>183</sup>

Apesar de toda letargia na apreciação do projeto de criação do Serviço Agropecuário do Exército, este conseguiu finalmente entrar na ordem do dia para ser votado na Câmara dos Deputados, conforme noticiou Batista de Paula na edição de "Plantão

<sup>181</sup> *Ibidem.*

<sup>182</sup> Última Hora, 9 de novembro de 1959, p. 10.

<sup>183</sup> *Ibidem.*

Militar" de 19 de fevereiro de 1960. No entanto, o colunista noticiou, também, a movimentação dos setores udenistas, sob a liderança do deputado federal Herbert Levy (UDN-SP), visando apresentar um substitutivo com o objetivo de atacar a iniciativa do Exército de estender suas atividades ao campo. Sendo os aliados políticos da bancada udenista, em sua maioria, fazendeiros latifundiários, estes temiam que, posteriormente, o Exército venha posteriormente a desapropriar as terras devolutas em benefício dos que nela efetivamente trabalham.<sup>184</sup> A maior parte das comissões e órgãos técnicos que apreciavam a questão dentro da Câmara dos Deputados eram compostos, em sua maioria, por membros da bancada udenista. Para Batista de Paula o fato do projeto permanecer engessado naquela casa legislativa, recebendo intermináveis apreciações, era ilustrativo dos interesses das oposições conservadoras em impedir sua votação em plenário, e uma eventual aprovação. Posição que, segundo o colunista, se chocava com a urgência, para o país, em relação à aprovação de um proposta de lei dessa importância. Apenas um de seus artigos, prevendo a permanência do trabalhador rural em seu local de origem, evitando sua transferência para as grandes cidades quando ingressar no serviço militar, já serviria de argumentação sólida o suficiente, de acordo com "Plantão Militar", para que fosse logo aprovado na Câmara Federal.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> Última Hora, 19 de fevereiro de 1960, p. 8.

<sup>185</sup> Última Hora, 14 de março de 1961, p. 5 (2º caderno).

### 2.3 — O descaso com os trabalhadores civis das Forças Armadas:

Apesar do foco privilegiado sobre os problemas que atingiam as tropas nos quartéis, navios e bases aéreas das Forças Armadas, "Plantão Militar" não restringia seu trabalho jornalístico às questões que lhe eram específicas. Prova disso foram os seguidos comentários, denúncias e apelos feitos por Batista de Paula, durante todos os anos de publicação de sua coluna, relativos à situação de total desassistência em que se encontravam os trabalhadores civis que prestavam serviços para as três forças. Sendo parte importante nos mais diversos campos de atuação das Forças Armadas, os trabalhadores civis que lhes prestavam serviço estava, em sua maioria, empregada de forma interina e encontrava-se inserida em funções de caráter burocrático. Chamava a atenção do colunista o fato da maior parte destes servidores se encontrar alijada de direitos a muito consolidados nos círculos profissionais do meio civil.

*"Basta dizer que os trabalhadores dos ministérios militares, pagos com economias administrativas, não têm estabilidade e não descontam para a Previdência Social. Quando suas forças se esgotam na luta árdua pela vida ou a velhice lhes rouba o vigor, eles, simples mulambos, terminam seus dias na miséria com conseqüências funestas também para a família.*

*Milhares desses operários, verdadeiros trabalhadores anônimos, estão ajudando o Exército, a Marinha e a FAB na realização de obras de grande importância. merecem, pelo esforço que dispõem sem reivindicar nem mesmo as regalias que o Estado concedeu aos empregados das empresas privadas, como a estabilidade aos dez anos, férias e aposentadoria, que alguém lembre-se deles. E esse alguém deve ser o próprio governo."*

186

A situação vivida por tais trabalhadores, ilustrada em toda sua dramaticidade por "Plantão Militar", não passaria incógnita, chegando mesmo a ser reconhecida como um sério problema, que demandava urgente solução, pelo Ministério da Guerra. Reconhecido e admirado pelo próprio colunista como oficial sensível e afeito aos problemas que afligiam seus subordinados, o Gen. Henrique Lott mostrou-se surpreso com a grave denúncia feita pelo colunista. A ponto de convocar a elaboração de nota

---

<sup>186</sup> Última Hora, 23 de fevereiro de 1957, página 7.

dirigida ao colunista, tentando esclarecer a questão, redigida por Ana de Moais Paiva, chefe da Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Guerra.

Na referida nota, Ana de Moraes Paiva reafirma os esforços do Ministro da Guerra em solucionar o problema. Para tanto o chefe do Exército ordenou a elaboração de uma comissão ministerial encarregada de levantar todos os servidores civis do Exército espalhados pelo país e buscar meios adequados para poder ampará-los, de acordo com a legislação então em vigor. Relembra que essa mesma comissão, em sua primeira reunião, solicitou presença de representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Trabalhando juntos, os membros da comissão e os representantes do DASP tinham por objetivo criar soluções que pudessem satisfazer estes servidores, apresentando-as sob a forma de projeto ao Congresso Nacional. Afirma que a demora verificada nos trabalhos dessa comissão era fruto do atraso com que as repartições militares, espalhadas pelo Brasil, enviavam as relações de funcionários civis que recebiam economias administrativas.

Atraso que somente não foi maior devido à interferência do próprio Gen. Henrique Lott, determinando urgência às repartições do Exército quanto ao envio destas informações, o que permitiu maior rapidez no trabalho, ora em conclusão, da citada comissão ministerial. Informa ainda que o trabalho conjunto da comissão ministerial com os representantes do DASP resultou na elaboração de um relatório, já finalizado, a ser entregue ao Ministro da Guerra, que posteriormente o encaminhará ao gabinete de Juscelino Kubitschek. No referido relatório, de acordo com Ana de Moraes Paiva, constavam duas sugestões para solucionar o problema dos servidores civis dos ministérios militares que desafogariam suas repartições. Estas se viam obrigadas a readmitir seguidas vezes tais servidores, desde que sua contratação foi proibida a partir de 1954.<sup>187</sup>

Outro problema que afligia os servidores civis das Forças Armadas residia no fato de que, em sua maioria, estes trabalhadores eram extranumerários, ou seja, eram contratados sem a realização de concurso público.<sup>188</sup> Além disso, um instrumento jurídico os excluía da tabela de vencimentos específica da categoria, existente em cada ministério do governo. Foi justamente contra essa exclusão que um grupo de operários especializados, vindos da Fábrica de Material de Comunicações do Exército, escreveu carta a "Plantão Militar".

---

<sup>187</sup> Última Hora, 13 de março de 1957, p. 17.

<sup>188</sup> Tal categoria de servidores públicos federais existiu antes da Constituição de 1988.

*"Os servidores civis do Ministério da Guerra, lotados na Fábrica de material de Comunicações, e por nós abaixo assinados, pedem a sua preciosa atenção, para expor o seguinte:*

*Os "extranumerários mensalistas" das Repartições regionais de Natureza Industrial do Ministério da Guerra, sofrem a longos anos a mais clamorosa injustiça da parte dos Poderes Públicos, no que respeita à REESTRUTURAÇÃO DE VENCIMENTOS, por meio de uma TABELA ÚNICA, determinada pela lei n.º 488 de 15 de novembro de 1948, especificamente no seu art. 21, cujo § único, inexplicável e desequidosa, os exclui dos benefícios desse diploma, a respeito da similitude das funções que desempenham [também existentes no meio civil], agravadas pelo risco ocasional a que se expõe, no convívio diuturno da maquinaria dos Estabelecimentos Fabris." <sup>189</sup>*

Relatam estes trabalhadores que sua situação, sendo tão grave, chegou a motivar a formação de uma comissão interna, chefiada pelo Cel. Tasso Barcelos de Moraes, para apurar o problema e, ao mesmo tempo, formular uma tabela única de vencimentos que os atendessem. No, entanto, conforme fora apontado pelos reclamantes, desde que a referida comissão encerrou seu levantamento, a proposta de tabela salarial dela resultante, enviada à chefia da Divisão de Fabricação daquele estabelecimento industrial sob a forma de ofício (Ofício n.º 337 de 25/06/1951), simplesmente desapareceu. Além disso, de acordo com os denunciantes, pairava sobre eles a ameaça de dispensa imediata, a partir do estabelecimento de uma idade-limite para permanência nas mesmas funções, além da imposição da transferência, em moldes militares, de uma cidade para outra.

*"E como se não bastasse, entretanto, semelhante desapeço à fidelidade e dedicação de velhos serventuários – tantos deles CONTANDO VINTE E MAIS ANOS DE SERVIÇO – a caminho da honrada e merecida jubilação, a recente Portaria Ministerial da Guerra n.º 1.427 de 20 de julho do ano em curso, relegando a plano secundário direitos e prerrogativas legitimamente adquiridos, prescreveu em 35 ANOS a idade limite ao recrutamento dos*

---

<sup>189</sup> Última Hora, 25 de junho de 1958, p. 12.

*Quadros das "Companhias de Serviço Industrial", dos "servidores civis das respectivas organizações" (alínea b, n.º 3, da citada portaria); o que importa, sem alternativas, uma proibição de ansiadas melhorias, para não dizer o encerramento inapelável de uma carreira, já de si desalentadora.*

*Nestas condições, (...) não se justificando a falta de melhores salários, ou promoções neste Estabelecimento, a quinze anos, estão agora ameaçados de sua transferência para o estado de S. Paulo. Acresce, ainda, (...) que, quando das admissões anteriormente feitas a Portaria n.º 1,427, não havia sido especificada a obrigação do admitido se transferir daqui para ali, o que de bom senso só se enquadra nas pessoas dos que se militarizaram, ou venham agora a se militarizar."<sup>190</sup>*

Diante do exposto, os operários da Fábrica de Material de Comunicações apelam a Batista de Paula para que este possa interceder, junto ao Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott, a fim de que o comandante do Exército desse um fim à situação caótica em que se encontravam. Criticavam também as propostas de melhoria quanto à situação profissional dos servidores civis das Forças Armadas, apresentadas pelo próprio Ministério da Guerra, através de sua Divisão de Pessoal Civil. Estas, ao final, apenas fizeram com que velhos mestres se vissem jogados a própria sorte, pois nem sequer a gratificação industrial de 15% lhes foi garantida.<sup>191</sup>

De acordo com Batista de Paula, era comum que, dependendo da necessidade de serviços a serem feitos, os ministérios da Marinha e da Aeronáutica contratassem seus funcionários civis sem a realização de concurso público. Situação que, conforme Batista de Paula tentou deixar claro, diferia do que ocorria na gestão do Gen. Henrique Teixeira Lott no Ministério da Guerra, onde a obediência às leis orientava a administração do Exército. Havia um agravante para este problema nas forças de terra. Conforme apontou o colunista na edição de "Plantão Militar" de 13 de março de 1957, desde 1954 que não se admitiam no Exército servidores extranumerários, o que acabava gerando "buracos" na administração provocados pela aposentadoria desses trabalhadores, após cumprirem seu tempo de serviço. Em paralelo, muitos desses funcionários civis interinos, a maioria deles com mais de dois anos de desempenho em suas funções, a fim de que fossem efetivados em seus empregos, vinham realizando concursos do DASP para os

---

<sup>190</sup> *Ibidem* [adendos meus].

<sup>191</sup> *Ibidem*.

respectivos cargos. Porém, dada a feição enciclopédica das perguntas que constavam do referido concurso, selecionadas aleatoriamente e descoladas do cotidiano profissional militar, Batista de Paula pontua sua crítica ao concurso do DASP<sup>192</sup> por ignorar a experiência profissional do servidor civil e os laços de confiança que, com o tempo, foram construídos entre funcionários civis e comandantes.

*"Ultimamente os funcionários interinos, em sua maioria com mais de dois anos de prática nas funções, fizeram concurso no DASP.*

*Como todos sabem esse concurso não seleciona os melhores para os cargos nas repartições. Passam os que tiveram sorte, porque não há sábio que consiga responder todas as perguntas de algibeira selecionadas para os testes.*

*Será interessante para Ministério da Guerra dispensar os funcionários que não foram aprovados e ficar com as vagas, apesar do volume de expediente de suas repartições?*

*(...) Ninguém poderá afirmar que os novos funcionários, aprovados, entrarão nas funções prestando os mesmos serviços que os atuais, com alguns anos de prática. E no meio militar ainda tem outra exigência: a confiança que o funcionário merece de seus chefes, sem dúvida muito importante em qualquer repartição."*<sup>193</sup>

Os funcionários civis das Forças Armadas sofreram, durante anos, com a exclusão dos benefícios previstos nas leis trabalhistas. Desamparo institucional que era resultante, em grande parte, de sua própria situação profissional, lotados como servidores interinos. Estes trabalhadores ressentiam-se, particularmente, da ausência de um plano de reclassificação de suas carreiras dentro do quadro geral do funcionalismo público federal, o que em muito contribuía para a constante instabilidade enfrentada em seu exercício profissional. A falta de um projeto de reclassificação também fazia com

---

<sup>192</sup> É preciso considerar o fato de que o DASP fora criado em pleno Estado Novo, em 1938, com o claro objetivo de trazer para o funcionalismo público novos parâmetros de funcionamento, baseados em princípios como racionalidade burocrática, tecnicismo no exercício da administração e meritocracia na admissão de novos servidores. Portanto, deve-se enxergar as constantes críticas de Batista de Paula contra o órgão como uma defesa de interesses corporativos do funcionalismo militar, quer tratassem ou não de seus prestadores de serviço civis. Ainda que não seja este o foco da presente, ficam aqui registradas, a título de sugestão, duas referências sobre o DASP: BARIANI, Edison. "DASP. Entre a norma e o fato." e RABELO, Fernanda Lima. "O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945)." [ambos mimeografados]

<sup>193</sup> Última Hora, 17 de julho de 1958, p. 12.

que estes trabalhadores, excluídos de tal benefício, vissem suas carreiras estacionarem por anos a fio em um mesmo posto, sem nenhuma perspectiva de que fossem agraciados com premiações como promoção, mudanças de nível, etc.

Encontrava-se em votação na Câmara dos Deputados um projeto de reclassificação do serviço público federal, que abrangia os funcionários interinos que prestavam serviço às Forças Armadas. Porém, este foi objeto de inúmeras emendas ao seu texto original, propostas por parlamentares que vislumbravam no problema desses trabalhadores um interessante chamariz eleitoral. É justamente o que denuncia Batista de Paula, a propósito de um apelo veemente feito pelo sr. Wilson Menezes, presidente da Comissão Central dos funcionários do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), pedindo a colaboração do colunista para campanha pela aprovação do referido projeto de reclassificação.

*"(...) O projeto de reclassificação acordou os demagogos – que estão habituados a fazer política explorando as classes assalariadas sem medir a capacidade dos cofres públicos – e as emendas forma apresentadas às centenas, tornando o projeto um instrumento de interesse eleitoreiro de cada um, sem levar em conta as reais necessidades dos servidores.*

*Faltou, como qualquer leigo percebe, seriedade de alguns legisladores no trato de assunto de tanta relevância. A ânsia de agradar, de ser tornar simpático a uma classe numerosa e esclarecida, tendo em vista as próximas eleições, foi a perdição do projeto de reclassificação. A ânsia de agradar, de se tornar simpático a uma classe numerosas e esclarecida, tendo em vista as próximas eleições, foi a perdição do projeto de reclassificação.*

*(...) Nem por isso devem os servidores cruzar os braços. Reivindicar de público, junto ao Congresso, a votação do projeto depois de escoimado dos excessos e das injustiças, é dever de todos os funcionários, especialmente dos decetistas, que se encontram quase na mesma situação dos servidores do Ministério da Guerra." <sup>194</sup>*

No entanto, tais reivindicações parecem não ter surtido o pretendido efeito de chamar a atenção dos parlamentares para a grave situação dos trabalhadores civis das

---

<sup>194</sup> Última Hora, 20 de agosto de 1958, p. 12.

Forças Armadas. O projeto de reclassificação do funcionalismo público da União, que se encontrava em votação no Senado, foi sumariamente rejeitado, em cujo episódio tiveram ação destacada, segundo Batista de Paula, os senadores Mem de Sá (PL-RS) e Jeferson de Aguiar (PSD-ES). Em troca, os membros daquela casa parlamentar, de acordo com o colunista, preferiram aprovar um projeto nepotista, partido de suas próprias dependências, onde filhos, parentes e amigos dos senadores eram efetivados como funcionários públicos lotados no Palácio Monroe.<sup>195</sup>

A negativa do Senado para o projeto de reclassificação do funcionalismo da União, no entanto, não diminuiu o ânimo dos movimentos representativos desses trabalhadores, junto aos congressistas, visando verem aprovado um novo projeto de lei que não colocasse fim à equivalência salarial entre militares e civis. Nesse aspecto, a posição favorável às demandas desses trabalhadores, da parte do Mar. Henrique Lott, então candidato à Presidência da República, e de seu substituto como titular da pasta da Guerra. Mar. Odylio Denys, representavam, para o colunista, opiniões de extrema relevância, com peso político suficiente para impulsioná-las junto a opinião pública.<sup>196</sup> Em grande medida, a exposição de Batista de Paula sobre o apoio do Mar. Henrique Teixeira Lott, então em plena campanha presidencial, às demandas dos servidores civis das Forças Armadas demonstra não apenas a aproximação do candidato com os trabalhadores, mas também com a agenda política dos grupos de esquerda do período.

Sobre o apoio do Mar. Odylio Denys, aliás, Batista de Paula destaca a atuação do oficial general, logo após assumir o comando do Exército, na elaboração de uma tabela de vencimentos para os militares que considera justa e digna, aprovada pelo Congresso Nacional. Tal providência já bastaria, segundo o colunista, para que o Mar. Odylio Denys se mantivesse distante de questões mais diretamente ligadas aos problemas sociais de seus comandados. No entanto, sendo conhecedor da situação cotidiana de vida enfrentada por milhares de servidores sob seu comando direto, o Ministro da Guerra não intimidou-se, segundo Batista de Paula, em prestar seu apoio à causa de seus servidores civis, que lutavam pelo nivelamento dos vencimentos militares e civis. Tal posicionamento do Mar. Odylio Denys, ao mesmo tempo em que ajudaria Juscelino Kubitschek a tomar medidas sobre a questão que consideravam urgentes, ajudaria a por

---

<sup>195</sup> Última Hora, 27 de fevereiro de 1960, p. 6.

<sup>196</sup> Última Hora, 3 de agosto de 1960, p. 8.

fim às intrigas da oposição udenista, que buscavam criar incompatibilidade entre servidores militares e civis.<sup>197</sup>

Apesar de todos os apelos e demonstrações quanto à periclitante situação de vida dos servidores civis das Forças Armadas, feitos por Batista de Paula em sua coluna, estes não parecem ter encontrado a devida ressonância no governo, sobretudo em instâncias como o DASP, responsáveis pela organização e provimento do serviço público. Como resultado, segundo noticiou na edição de "Plantão Militar" veiculada em 3 de junho de 1959, centenas de funcionários interinos que trabalhavam no prédio do Ministério da Guerra, muitos deles chefes de família, seriam exonerados de suas funções nas repartições militares. Tudo porque não haviam sido aprovados no concurso público promovido pelo DASP para estas mesmas vagas. E mesmo os que foram aprovados na referida seleção não preenchiam, em quantidade suficiente, as muitas vagas deixadas em aberto, desfalcando, dessa forma, o Ministério da Guerra de centenas de auxiliares civis.

Entretanto, o colunista noticia que o Gen. Henrique Teixeira Lott, notificado sobre as intenções do DASP em promover uma exoneração maciça de funcionários civis em seu ministério, entrou em contato com o Palácio do Catete visando evitar que funcionários de comprovada capacidade no desempenho de suas funções fossem exonerados sem maiores explicações. Considerava a simples possibilidade de exoneração destes servidores como uma medida cruel e desalmada, face às altas constantes no custo de vida da população que vivia de vencimentos e salários fixos. Como solução, Batista de Paula propunha ao Presidente da República que, primeiro, os exonerasse, conforme determinavam os ritos administrativos previstos nos estatutos dos servidores públicos então em vigor. Depois, através de ato específico, Juscelino Kubitschek poderia reaproveitá-los nas mesmas funções que estes trabalhadores desempenhavam no Ministério da Guerra. Se o governo assim não procedesse, o colunista alertava que aquelas vagas em aberto na pasta da Guerra seriam, dessa forma, ocupadas por apadrinhados de políticos vinculados ao Catete, que nada entendiam das incumbências próprias do funcionários civis das Forças Armadas; logo, não perfaziam as particularidades exigidas pelos ministérios militares. Assinalou, ainda, que muitos dos aprovados no concurso promovido pelo DASP evitavam preencher vagas no Ministério da Guerra, onde o expediente semanal ia das 12:00 às 18:00 horas, sem

---

<sup>197</sup> Última Hora, 4 de agosto de 1960, p. 8.

direito à dispensa de ponto, ao contrário do que ocorria na maioria das repartições civis. Circunstância que poderia ser considerada pela Presidência quanto a sua decisão de aproveitar os velhos funcionários do Ministério da Guerra, cuja eficiência já atestaram no exercício das funções a que estavam atribuídos no serviço público.<sup>198</sup>

O funcionalismo civil que prestava serviço às Forças Armadas, sobretudo dentro dos quadros burocráticos dos ministérios militares, permaneciam envoltos em uma atmosfera de leniência quase absoluta do ponto de vista institucional. Comparados aos demais trabalhadores, quer na esfera do serviço público ou na iniciativa privada, viam-se excluídos de toda assistência prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em função disso, apesar de, a todo momento, serem referidos como servidores públicos, estando, inclusive, sujeitos às regras estabelecidas pelo DASP para sua admissão e permanência nesse âmbito profissional, estes trabalhadores simplesmente pareciam não ocupar nenhum lugar, dentro do conjunto geral do funcionalismo da União. Sem contar que muitos destes servidores, em virtude de não terem conseguido obter aprovação nos concursos de admissão promovidos pelo DASP, corriam sério risco de serem exonerados do quadro do funcionalismo público federal. No que se referia especialmente à sua permanência no emprego, eram trabalhadores que dependiam de decisões governamentais que lhes fossem favoráveis. Por se tratarem de prestadores de serviços que trabalhavam nos ministérios militares, sua permanência no funcionalismo público federal necessariamente dependia de decisão partida dos próprios ministros militares.

Para estes servidores, portanto, a coluna "Plantão Militar" cumpria importante papel, ao abrir o leque de questões abordadas por seu articulista, que não se restringiam a aspectos militares *stricto sensu*. Como parte integrante de um jornal comprometido com o universo representativo das ideias nascidas nos setores mais humildes da população, das pessoas definidas – ou que assim se concebiam – como trabalhadores, a defesa de demandas referentes ao servidores civis das Forças Armadas era item que, simultaneamente, ilustrava e referendava esse objetivo.

Parte desse problema havia sido solucionado pelo Ministro da Guerra, conforme informou a edição de "Plantão Militar" de 3 de julho de 1959.

*"O "Diário Oficial" do dia 30 de junho último publica a nomeação de 87 funcionários do*

---

<sup>198</sup> Última Hora, 3 de junho de 1959, p. 9. e 18 de junho de 1959, p. 8.

*Ministério da Guerra, dos 220 exonerados por não terem passado no concurso do DASP.*

*O Marechal Teixeira Lott, sentindo o drama vivido pelos chefes de família seus auxiliares, muitos dos quais prestam serviço às repartições do Exército há mais de sete anos, levou pessoalmente ao Presidente da República o expediente de nomeação, que foi assinado no mesmo dia e publicado no dia seguinte no DO.*

*E desses 87 funcionários nenhum sequer foi indicado pelo Ministro da Guerra. O aproveitamento obedeceu a um critério justo, levando-se em consideração a responsabilidade de família e o conceito de cada um na repartição em que está lotado.*

*Os 113 funcionários restantes serão aproveitados na medida em que forem sendo abertas as vagas, depois do aproveitamento dos candidatos aprovados em concurso. E as vagas vão existir, porque os candidatos aprovados no concurso do DASP preferem os Ministérios da Fazenda, Justiça, Viação e Agricultura; porque nos Ministérios militares o expediente é duro e a disciplina, reflexo do meio militar, atinge até os servidores civis." <sup>199</sup>*

Situação semelhante era enfrentada pelas enfermeiras que trabalham no Hospital Central do Exército (HCE). Exortando a abnegação e dedicação com os quais estas jovens profissionais da área de saúde exerciam sua profissão, Batista de Paula denunciava os problemas que as atingiam. Assim como ocorria com outros trabalhadores civis das Forças Armadas, as enfermeiras do HCE não figuravam entre os quadros do funcionalismo público da União.

*"Por isso aqui estou para pedir em favor das jovens enfermeiras do Hospital Central do Exército, que deixaram a algum tempo os bancos escolares da "Ana Néri" e da "Rachel Haddock Lobo", para prestar serviços ao grande estabelecimento do Serviço de Saúde do Exército, como simples contratadas. Não figuram elas no quadro do funcionalismo público. Recebem por verbas próprias do Hospital e, no começo do ano, face essa situação anômala, ficam até três meses com seus salários atrasados.*

---

<sup>199</sup> Última Hora, 3 de julho de 1959, p. 6.

*Todas estão identificadas com o HCE, onde gozam de alto conceito, tanto junto ao diretor, General Dr. Generoso Ponce, como no seio dos médicos e dos clientes.*

*Podem muito bem, diante da necessidade que o HCE tem de seus serviços, ser aproveitadas como funcionárias, com todas as garantias da lei.*

*Sei que isso não depende do diretor do HCE e, muito pouco do Ministro da Guerra, porque o assunto está ligado mais diretamente ao DASP. Mas tenho certeza, também, que o velho órgão padraço do funcionalismo não resistirá a uma proposta do Marechal Teixeira Lott, encaminhada por intermédio da Presidência da República, sugerindo o aproveitamento das jovens enfermeiras do HCE em um quadro próprio, no qual elas tenham uma carreira."<sup>200</sup>*

A situação de desassistência que atingia os trabalhadores civis das Forças Armadas encontrou, em parte, solução alentadora após a aprovação da Lei n.º 3.780 de 12 de julho de 1960, responsável por classificar os cargos do serviço público civil da União. Dentre as várias providências estabelecidas por esta lei, o esperado Plano de Reclassificação era, certamente, medida das mais aguardadas por estes servidores. Entretanto, mesmo renovando as esperanças do funcionalismo civil das Forças Armadas de que seus integrantes fossem, finalmente, encarados como servidores efetivos da União, a Lei n.º 3.780 atrelava tal efetivação à vontade daqueles que chefiavam os órgãos onde estavam lotados. Ou seja, para que tivesse efetiva validade, a almejada reclassificação dependia dos oficiais comandantes de suas repartições militares.<sup>201</sup>

Nos termos colocados pelo referido dispositivo legal, a reclassificação dos funcionários civis obedeceria a um prévio processo de readaptação de função, cuja validade se daria apenas após o enquadramento definitivo daqueles servidores em suas funções. No entanto, de acordo com o Decreto n.º 49.370, de 29 de novembro de 1960,

<sup>200</sup> Última Hora, 28 de outubro de 1959, p. 8. Conforme denunciou Batista de Paula na edição de "Plantão Militar" de 19 de agosto de 1961, na página 8, o problema vivido pelas referidas enfermeiras também era sentido pelas auxiliares de enfermagem e serventes do HCE, todas desamparadas tanto pela legislação do trabalho quanto pelo Estatuto do Funcionalismo Público Federal. De acordo com o colunista, era praticamente impossível obter alguma melhoria que partisse do próprio comando do HCE. Por maior que fosse a compreensão de seus oficiais gerais quanto a situação que enfrentavam, as profissionais de enfermagem daquele hospital viam-se diante da necessidade de recorrer ao auxílio de algum congressista que se mostrasse solidário às suas demandas. Conseguiram o almejado auxílio na figura do senador Gilberto Marinho (PSB-GB), que, segundo Batista de Paula, comprometeu-se em estudar o melhor meio para dar às profissionais de enfermagem do HCE uma situação estável e digna.

<sup>201</sup> De acordo com as alíneas I e II do Art. 10 da referida lei: "a função gratificada atenderá a encargos de chefia, de assessoramentos e de secretariado e a outros determinados em Lei".

tal readaptação seria *ex officio*, ou seja, apenas quando fosse do interesse da administração militar. Uma vez iniciada a readaptação, o comandante da repartição militar disporia de 120 dias para sua total efetivação, contados a partir da publicação do decreto que enquadrasse o cargo do respectivo funcionário.<sup>202</sup>

Tal situação, para os funcionários civis das Forças Armadas, revelava-se de grande e aflitiva expectativa, a ponto de merecer denúncia feita por um leitor de "Plantão Militar", que a remeteu para Batista de Paula sob a forma de carta assinada pelo pseudônimo "barnabé aflito". Não tendo sido procedido o necessário enquadramento definitivo desses servidores, as repartições militares estavam impedidas de dar prosseguimento aos processos de readaptação de função de seus funcionários. Queixava-se o reclamante em especial da lentidão dos trabalhos da Comissão de Classificação de Cargos, estabelecida pelo Ministro da Guerra para cuidar da questão de seu funcionalismo civil.

*"Depreende-se, pois, que os competentes processos individuais de readaptação de função deixaram, até agora, de ser encaminhados pelas repartições à Comissão de Classificação de cargos do Ministério da Guerra, em virtude do ENQUADRAMENTO DEFINITIVO não ter sido ultimado. Essa anomalia ainda subsiste face ao marasmo que vem caracterizando as atividades daquela Comissão desde sua criação, deixando milhares de funcionários na expectativa do benefício justo que aguardam há longo tempo.*

*A realidade irrefutável aí está: a Lei n.º 3.780, que é de 12 de julho de 1960, decorridos, portanto, nove meses, só apresenta um "filho" – o Enquadramento Provisório, mesmo assim, procedido de afogadilho e eivado de equívocos.*

*Em tais circunstâncias, Sr. Batista de Paula, apelo para V. Sa., o que sintomaticamente representa o anseio de vários milhares de serventuários do M. G. em idêntica situação, no sentido de ser encetada, através de sua vibrante Coluna, mais uma incisiva e veemente campanha, objetivando brevidade nos trabalhos que estão afetos àquela Comissão, cujo procedimento tem suscitado acerbas críticas da totalidade de meus colegas, dada a sua inoperância, indolência e falta de interesse na execução de seus encargos,*

---

<sup>202</sup> É o que estabelece este decreto, em seu Art. 16.

*devidamente expressos em Lei, retardando de modo quase acintoso providências que já deviam ter sido concluídas desde há muito."*<sup>203</sup>

O Plano de Reclassificação, resultante da regulamentação da Lei n.º 3.780, apesar de ter sido aguardado com ansiedade e aplaudido com entusiasmo quando de sua regulamentação, não implicou na devida justiça quanto ao nivelamento de determinados funcionários, em especial os responsáveis pelo sustento de famílias numerosas. Servidores que, segundo Batista de Paula, foram completamente ignorados quando da elaboração do Plano de Reclassificação. Tal era o caso dos ascensoristas do serviço público federal: funcionários que, de acordo com o colunista, realizavam curso específico para a profissão; tinham habilitação técnica, inclusive, para realizar reparos nos elevadores. Servidores que, conforme determinavam as leis do serviço público federal, se apresentavam sempre com impecável elegância, conforme exigiam as normas de sua função.

No entanto, os ascensoristas, pela tabela resultante do Plano de Reclassificação, estavam no nível "5", sem nenhuma possibilidade de promoção ou subida de nível, percebendo como vencimentos Cr\$ 13.000,00 mensais. Comparada à situação dos motoristas, que merecidamente conseguiram subir até os níveis "10" ou mesmo "12" em suas carreiras, os ascensoristas, "(...) que na luta diária para a conquista do pão, sobem e descem, no Plano de Reclassificação, só desceram".<sup>204</sup> Apelou o colunista ao deputado federal Aurélio Viana (PTB-AL) para que intercedesse, na Câmara dos Deputados, em favor destes servidores, procurando movimentar o anteprojeto que altera sua situação, igualando-a a dos motoristas.<sup>205</sup>

Os comentários veiculados em "Plantão Militar" sobre o problema dos ascensoristas serviram, posteriormente, como base para discursos do deputado federal Aurélio Viana e do senador Gilberto Marinho, apoiando a aprovação do anteprojeto que visava atender as demandas daqueles profissionais. Passados poucos mais de um ano, passado o conturbado processo que levou João Goulart à Presidência da República, no entanto, a situação desses trabalhadores na tabela de vencimentos continuava a mesma. Durante o período de vigência do parlamentarismo, o Gen. Segadas Viana, após assumir a pasta

---

<sup>203</sup> Última Hora, 22 de abril de 1961, p. 12.

<sup>204</sup> Última Hora, 19 de julho de 1961, p. 14.

<sup>205</sup> Segundo Batista de Paula, por se tratar um classe numericamente pequena de trabalhadores, o referido anteprojeto não era movimentado entre as comissões da Câmara Federal por não oferecer grandes vantagens eleitorais. *Ibidem*.

ministerial da Guerra, comprometeu-se a auxiliar aqueles modestos trabalhadores, levando o problema aos demais ministros de Estado e ao Primeiro-Ministro Tancredo Neves. Visava, com tal medida, obter do Poder Executivo uma iniciativa, que seria depois enviada ao Congresso Nacional, com a finalidade de dar uma classificação aos ascensoristas mais adequada às suas necessidades como chefes de famílias, considerando também as altas constantes no custo de vida do período.<sup>206</sup> Sobre esta classificação, aliás, Batista de Paula não conseguia entender o que havia levado o DASP a incluir os ascensoristas no "nível 5" da tabela de reclassificação do funcionalismo da União, já que todos eles eram especializados, com carteira própria para exercer a profissão, e se submetiam a exames ocasionais de proficiência.<sup>207</sup>

Os apelos do colunista parecem ter encontrado respaldo junto ao governo, pois, conforme notícia a edição de "Plantão Militar" de 19 de julho de 1963, foi feita uma correção em certos pontos da lei de reclassificação e alguns ascensoristas puderam subir do nível "5", onde se encontravam, para níveis como 8, 10 ou 12. No entanto, graças as seguidas alterações no texto da lei, não apenas muitos de seus beneficiados ainda não tinham recebido os novos vencimentos que lhes era de direito, como também outros trabalhadores da categoria haviam sido excluídos da reclassificação. Era o caso, por exemplo, dos ascensoristas do IAPETC, que continuavam no "nível 5", aguardando a assinatura do decreto de reclassificação, pelo Presidente João Goulart, que os subiria de nível no funcionalismo federal. Na mesma situação encontravam-se os estatísticos e os técnicos assessores de algumas autarquias. Como o dito decreto encontrava-se, então, no Gabinete Civil da Presidência da República, Batista de Paula publica apelo ao seu chefe, Darcy Ribeiro, para que o mesmo levasse com urgência o documento à apreciação de Jango, a fim de dar solução breve para o problema daqueles funcionários.<sup>208</sup>

Analisando as edições de "Plantão Militar" referentes à situação dos servidores civis das Forças Armadas, um problema que revelou-se recorrente no cotidiano destes profissionais, e que dependia de solução partida do governo federal, dizia respeito à sua efetivação nos quadros do funcionalismo público federal. Reflexo específico de um problema administrativo mais amplo, que não estava restrito ao círculo dos trabalhadores civis da Instituição Militar, a questão da efetivação dos servidores interinos ainda mostrava-se em aberto durante o governo de João Goulart na Presidência

---

<sup>206</sup> Última Hora, 9 de outubro de 1961, p. 4.

<sup>207</sup> Última Hora, 16 de abril de 1962, p. 7 (2º caderno).

<sup>208</sup> Última Hora, 19 de julho de 1963, p. 8.

da República. Na edição de "Plantão Militar" de 7 de outubro de 1961, Batista de Paula relata a movimentação na Câmara dos Deputados para a votação do projeto de efetivação dos servidores interinos com mais de cinco anos de serviço, de autoria do deputado federal Arruda Câmara (PSD-PE). Aponta também o papel do senador Gilberto Marinho como elemento esclarecedor da importância do referido projeto para o país, visando assim assegurar a rapidez na votação do projeto quando de sua apreciação no Senado. Face a urgência do assunto, Batista de Paula lança novas críticas contra o DASP e o que classifica como técnica do órgão em incutir terror entre o funcionalismo, ao decidir marcar para o dia 22 do mês corrente um concurso para preenchimento de vagas no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC).

Para o colunista, submeter profissionais que estavam a anos prestando excelentes serviços em órgãos do governo como os Institutos de Aposentadorias e Pensões, aos quais já se encontravam, pela experiência adquirida, enquadrados a anos, era atitude que classificava como ausente de propósito. Para tanto, cita o exemplo das vagas existentes para médicos que desejassem trabalhar no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC). Das 1138 vagas existentes, 971 já estão ocupadas por médicos prestando serviço aos trabalhadores e suas famílias. Desses 971 médicos que já trabalham no IAPETC, 245 são interinos trabalhando em hospitais e ambulatórios espalhados pelo país. Como, no entanto, para adequar-se à Lei Orgânica da Previdência Social, cada sede do IAPETC precisava de 12 médicos, a exoneração dos 245 interinos não concursados pelo DASP implicaria na paralisação de vários hospitais e ambulatórios espalhados pelo país, especialmente no interior, prejudicando milhares de contribuintes deste órgão. E, a título de exemplo, afirma que o Brasil tinha, então, ao todo, 22 mil médicos, sendo que os trabalhadores com direito a assistência médica, tanto no IAPETC quanto no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), demandariam, unidos, 26 mil daqueles profissionais. Aponta ainda que os concursos do DASP, com seu costumeiro bacharelismo de almanaque e perguntas lotéricas de caráter aleatório, seriam incapazes de solucionar o problema então em curso.<sup>209</sup> Problema, este, que motivou um duro ofício, redigido pelo sr. Danilo Melchior, presidente do IAPETC, endereçado ao Presidente João Goulart, do qual Batista de Paula transcreveu apenas um trecho para ilustrar a situação dos trabalhadores interinos dos órgãos de Previdência Social e dos ministérios do governo:

---

<sup>209</sup> Última Hora, 7 de outubro de 1961, p. 8.

*"Os servidores interinos que integram o Quadro Permanente deste Instituto foram admitidos de forma regular, em ato próprio, obedecida a existência de vagas. Permanecem alguns com doze anos de bons serviços, como verdadeiros párias das Instituições, posto que (...) tudo lhes é negado. Assim, estão impedidos de viajar, chefiar, ser removidos, etc., com evidente prejuízo para as administrações, que deixam de utilizá-los em sua plenitude. Há que considerar, ainda, os danos morais que lhes causa a situação de inferioridade em relação aos demais servidores, mesmo os contratados e extranumerários, admitidos em situação menos legítima."*<sup>210</sup>

Comparando a situação destes trabalhadores interinos com a dos sargentos, aos quais sempre apoiou em sua coluna, Batista de Paula reafirma a desassistência governamental que lhes angustiava o dia-a-dia. Lembra que, antes mesmo da criação de "Plantão Militar", como repórter de *Última Hora*, promoveu autêntica campanha pela aprovação da Lei de Estabilidade para os sargentos após 10 anos de serviço. Depois, já com sua coluna diária, lutaria pela estabilidade dos sargentos após 5 anos de serviço. Frisa que, em todas essas ocasiões, pode contar com o apoio de João Goulart, quer fosse como presidente do PTB ou na Vice-Presidência da República, orientando seus liderados para que refletissem no Congresso seus pontos de vista, amparando, assim, os sargentos. Posicionamento que ficou reiterado após felicitar o Gen. Segadas Viana, Ministro da Guerra, por sua recente decisão de sustar o licenciamento dos sargentos que contavam mais de 5 anos de serviço. Portanto, diante de tais atitudes do Presidente, procura tranquilizar os trabalhadores interinos ante sua confiança nas afirmações de Jango. Conforme noticiou, ao entrevistá-lo a respeito de sua posição, após suspender os concursos planejados pelo DASP, João Goulart reafirmou ao colunista o "caráter desumano e anticristão" que representaria a demissão dos servidores interinos dos ministérios e dos institutos de previdência social, muitos deles encarregados de chefiar famílias numerosas, justamente numa época difícil para os brasileiros.<sup>211</sup>

Em relação ao posicionamento do DASP frente a difícil situação dos servidores interinos da União, além das reiteradas denúncias sobre o que considerava como um tecnicismo obsoleto empregado pelo órgão na admissão de novos funcionários e das

<sup>210</sup> *Última Hora*, 17 de outubro de 1961, p. 8.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

generosas gratificações pagas aos seus diretores, o colunista critica a morosidade que caracteriza sua apreciação de problemas urgentes ao país.

*"A situação dos servidores públicos civis é ainda mais difícil, por culpa exclusiva do DASP, que não cuida com interesse da reclassificação de cargos. Seus diretores, sempre bem pagos, com gordas gratificações, não sentem o drama da maioria do funcionalismo e se apegam a fórmulas clássicas e superadas do tecnicismo no exame do problema.*

*Sabemos que o Presidente João Goulart, ao examinar recentemente a participação do DASP no problema da reclassificação, ficou indignado com a morosidade que caracteriza a ação do famoso órgão.*

*Essa morosidade pode ser eliminada facilmente, com uma simples determinação do gabinete civil, no sentido de serem enquadradas as carreiras já examinadas dentro do Plano de cada órgão, ficando as demais para uma aprovação posterior.*

*(...) Bastaria que o DASP aprovasse o Plano com as carreiras consideradas enquadradas dentro das exigências da lei, deixando as que merecessem maiores estudos para uma decisão futura. com isso o DASP estaria auxiliando o governo a apressar a aprovação dos diversos Planos, num atendimento justo do funcionalismo tão necessitado do reajustamento concedido pelo Congresso, ainda no governo JK." <sup>212</sup>*

Havia quem se manifestasse contra as propostas de enquadramento funcional relativas ao aumento do funcionalismo da União, alegando que, se de fato concedido, levaria o país à bancarrota, além de atender a anseios dos comunistas. Argumento que, segundo Batista de Paula, era cinicamente defendido pelo corpo burocrático do governo, a quem classificava como velhos beneficiários do serviço público federal, que apenas defendiam a manutenção do conforto para si e seus pares. Lembra que este mesmo corpo burocrático, durante a crise de agosto e setembro de 1961, autorizou a liberação de mais de 80 bilhões de cruzeiros, sendo que deste enorme montante, pelo menos 50 bilhões entraram em circulação no mercado sem explicação. Enquanto os autores de tal

---

<sup>212</sup> Última Hora, 26 de outubro de 1961, p. 8.

medida permanecessem desconhecidos, ninguém poderia assumir a responsabilidade pelo aumento do custo de vida, que dificultava a sobrevivência da população.<sup>213</sup>

Na edição de "Plantão Militar" de 13 de dezembro de 1961, Batista de Paula noticia a aprovação, em todas as comissões da Câmara dos Deputados, do projeto de efetivação dos funcionários interinos da União, elaborado pelo deputado federal Mons. Arruda Câmara.<sup>214</sup> Face a aprovação do projeto nas comissões da Câmara Federal, o Presidente João Goulart ordenou a suspensão dos concursos públicos programados pelo DASP até que o referido projeto de lei chegasse ao final de sua tramitação no Congresso. Tal decisão, segundo Batista de Paula, beneficiaria, apenas na área da Previdência, mais de três mil médicos interinos, todos com mais de cinco anos de serviço e já plenamente integrados às suas funções. Na mesma situação encontravam-se os funcionários interinos do Ministério da Guerra, cuja efetivação, de acordo com o colunista, era defendida até mesmo pelo titular desta pasta ministerial, Gen. Segadas Viana. No entanto, contrariando uma determinação da Presidência da República, o DASP pretendia realizar seu concurso para o funcionalismo federal em 21 de janeiro de 1962 – pretensão que mereceu dura reprimenda de Batista de Paula.

*"Agora eu pergunto: afinal de contas o Presidente da república manda ou não manda no DASP? Será que nem a ordem do chefe da Nação tem valor para o grupo de burocratas do DASP?"*

*(...) Submeter velhos profissionais a concursos que são verdadeiros cofres de surpresas e nos quais as perguntas de algibeira representam a base do certame é desconhecer e até menosprezar os serviços de profissionais que já se revelaram capazes na prática.*

*É preciso acabar com a mania dipeana do DASP, que se considera uma virgem entre as marafonas, embora seus funcionários sejam os maiores beneficiados de tudo aquilo que a cúpula diz condenar.*

*Entretanto, se os concursos forem marcados para antes do final da tramitação do projeto na Câmara, então eu não mais acreditarei naquilo que mais tenho defendido aqui nesta coluna: o respeito sagrado ao princípio da autoridade."<sup>215</sup>*

<sup>213</sup> Última Hora, 7 de novembro de 1961, p. 8.

<sup>214</sup> Última Hora, 13 de dezembro de 1961, p. 8.

<sup>215</sup> Última Hora, 22 de dezembro de 1961, p. 8.

Dentro das várias instâncias do governo e da oposição, a decisão de Jango em suspender a realização do concurso para o funcionalismo da União não foi recebida com bons olhos. Segundo noticiou Batista de Paula na edição de "Plantão Militar" de 29 de dezembro de 1961, a própria assessoria da Presidência da República acenou contrariamente à sustação do concurso do DASP. Este passou a contar com o apoio da "banda de música" da UDN e sua figura de proa, o deputado federal Aduino Lúcio Cardoso, para que o concurso pretendido pelo órgão fosse realizado antes da votação do projeto de efetivação dos funcionários interinos do serviço público federal. Consegue, em parte, atingir seu propósito ao receber do gabinete civil da Presidência da República a autorização para marcar a data do concurso, mesmo contrariando ordem presidencial. O pânico que se seguiu entre os funcionários interinos do governo federal somente foi demovido após afirmação do deputado federal Mons. Arruda Câmara, atestando o compromisso do Presidente João Goulart em realizar o dito concurso apenas no mês de abril de 1962, quando seu projeto de lei já estaria em pleno vigor.<sup>216</sup>

O projeto de efetivação dos servidores interinos da União foi, finalmente, posto em votação na Câmara dos Deputados no início de fevereiro de 1962. Foi a mobilização da Federação Nacional dos Marítimos, a União dos Portuários e a grande amplitude da campanha promovida pelos médicos interinos do IAPC que, segundo o colunista, influíram de maneira decisiva para que o projeto ocupasse prioridade suficiente a ponto de ser votado na primeira sessão daquela casa legislativa.<sup>217</sup> Apesar das promessas feitas pelo deputado udenista Menezes Cortes de que não tentaria obstruir a votação, suas requisições, primeiro pedindo adiamento da votação, depois solicitando verificação na votação da casa parlamentar – o que exigia quórum mínimo para que qualquer deliberação –, despertaram a ira de dois servidores interinos. Um médico e um dentista, que assistiam à votação do projeto, diante das tentativas de obstrução da votação do citado projeto pelo deputado Menezes Cortes, passaram a gritar, do alto do auditório da Câmara, improperios contra o parlamentar. Ambos juravam que, nas próximas eleições, seriam elementos ativos, dentro de suas autarquias, no sentido de trabalharem para que o citado deputado jamais voltasse a ser eleito de novo. No entanto, todas as proposições de Menezes Cortes foram recusadas pelo presidente da Câmara, Ranieri Mazili, que deu prosseguimento à tramitação do projeto.<sup>218</sup>

---

<sup>216</sup> Última Hora, 29 de dezembro de 1961, p. 8.

<sup>217</sup> Última Hora, 6 de fevereiro de 1962, p. 10.

<sup>218</sup> Última Hora, 10 de fevereiro de 1962, p. 8.

A opinião, manifesta por vários deputados federais ao colunista, quanto à continuidade de se continuar a votação do projeto de efetivação dos servidores interinos, alimentava o otimismo de Batista de Paula em sua aprovação na Câmara dos Deputados, a despeito do pouco quórum verificado, mesmo em período de convocação extraordinária.<sup>219</sup> Em um pouco mais de um mês, o projeto já havia sido aprovado no Congresso Nacional e partiria, então, para sanção ou veto presidencial, a ser realizado até o próximo dia 2 de abril de 1962. Mesmo achando que seria mais prudente, da parte do Presidente João Goulart, vetar o artigo do projeto que limitava a efetivação dos servidores interinos a fim de atender, com plena justiça e coerência, a todos estes trabalhadores, o colunista dava como certa a sanção presidencial. Mais do que isso: Batista de Paula estava convicto de que, sem a interferência de João Goulart e do Ministro da Guerra, Gen. Segadas Viana, em pareceres enviados ao Conselho de Ministros do *premiê* Tancredo Neves, a efetivação dos servidores interinos do funcionalismo público federal jamais teria acontecido.<sup>220</sup>

---

<sup>219</sup> Última Hora, 15 de fevereiro de 1962, p. 8.

<sup>220</sup> Última Hora, 30 de março de 1962, p. 11. Conforme seria noticiado na edição de "Plantão Militar" de 4 de abril de 1962, p. 11., o referido projeto havia sido sancionado por João Goulart no dia anterior.

#### 2.4 – A estabilidade profissional dos sargentos sob ameaça:

Motivo de comemorações entre os sargentos, a estabilidade profissional, consubstanciada pela Lei Ordinária n.º 2852 de 25/08/1956, representou, para milhares destes militares espalhados pelo país, alento profissional dos mais significativos. Mantendo o direito de serem encarados como efetivos profissionais das Forças Armadas e Auxiliares, mesmo após sua saída do serviço ativo, a estabilidade profissional significou, para os sargentos, a manutenção de gratificações financeiras necessárias ao sustento e amparo familiar na velhice. Além disso, tal benefício lhes abria a possibilidade real de continuidade da carreira militar no círculo dos oficiais.

Porém, essa conquista não foi, de todo, bem recebida por determinados oficiais, especialmente dentro de Forças Auxiliares como a PM e o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, capital federal até início da década de 1960. É o que denuncia Batista de Paula na edição de "Plantão Militar" de 4 de junho de 1959, ao mencionar um dispositivo, incluído no projeto de inatividade dos militares, quando este tramitava no Senado, que eliminava a estabilidade dos sargentos das duas corporações após 10 anos. Devido à inclusão do referido dispositivo, o projeto de lei teve de retornar para apreciação da Câmara dos Deputados, onde conseguiu aprovação pela Comissão de Segurança Nacional, graças à atuação do deputado federal Mendes de Moraes.

Para o colunista, a gravidade representada por uma eventual regulamentação do citado dispositivo legal era o perigoso precedente que se abria, já que a eliminação da estabilidade profissional dos sargentos da PM e dos Bombeiros poderia ser, muito possivelmente, estendida aos seus congêneres no Exército, Marinha e Aeronáutica.

*"Não sabemos porque pretendem os legisladores, naturalmente industriados por alguns "espíritos-santos-de-orelha", revogar para uma coletividade trabalhadora, disciplinada, um benefício justo e humano, concedido pelo próprio Congresso.*

*Infelizmente, até agora, (...) nenhum representante do povo teve a coragem de levantar sua voz na tribuna em defesa de um direito que já é sagrado para os sargentos da PM e do CB. Tudo passou silenciosamente e a classe vai sendo relegada a plano secundário, porque seus componentes, soldados disciplinados, não podem vir a público nem mesmo para pedir, quanto mais para reclamar.*

*E o comandante-geral da PM, antigo auxiliar de Lott, que se identificava perfeitamente com a orientação do Ministro da Guerra no sentido de amparar os sargentos?*

*(...) E se nada for conseguido para evitar a concretização desse atentado a um direito de uma classe, estejam os sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica preparados para enfrentar a mesma luta dos seus companheiros da PM e do CB, porque a estabilidade passará a ser sempre visada no Congresso.*

*Sendo essa conquista uma das realizações do Marechal Lott na pasta da Guerra, estará ela sempre na mira de um grupo de políticos, ajudados por militares." <sup>221</sup>*

Apoio político que, pela ocasião da candidatura do oficial general à Presidência da República, não apenas se reiterava, mas também ensejava uma novidade em termos eleitorais. Novidade que, de acordo com a linha argumentativa do colunista, sintetizava todo o ideal de "união nacional" pretendido pelos grupos políticos nacionalistas em torno da vitória do Mar. Henrique Teixeira Lott, símbolo da consolidação do princípio da justiça nas Forças Armadas, que devia ser estabelecido para todo o restante do País.<sup>222</sup>

O otimismo quanto ao apoio político da candidatura presidencial do Mar. Henrique Teixeira Lott, no entanto, não impediu o plenário da Câmara dos Deputados de derrubar a estabilidade dos sargentos da PM e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, através do Art. 34 da Lei de Inatividade dos Militares. Sobre a revogação deste benefício, Batista de Paula direcionou duras críticas ao deputado federal Benjamin Farah, para quem "até no nome é apenas promessa", por ter se ausentado do plenário da Câmara, apesar de ter assinado um requerimento que pedia destaque do referido artigo da lei. O sumiço, e o silêncio, do citado parlamentar foram cruciais, segundo o colunista, para que os demais deputados deixassem de rejeitar o "Art. 34" e não resguardassem uma justa conquista dos sargentos da PM e do Corpo de Bombeiros. Segundo Batista de Paula, em reunião recente, realizada na sede do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército (CSSE), pautada no problema do aumento dos militares, o deputado Benjamin Farah esteve presente. Quando teve a oportunidade de justificar sua falta de responsabilidade, preferiu enganar os sargentos que compareceram

<sup>221</sup> Última Hora, 4 de junho de 1959, p. 9.

<sup>222</sup> Última Hora, 12 de agosto de 1959, p. 8.

à reunião. Alegou na ocasião que o projeto da Lei dos Inativos Militares se encontrava na Câmara dos Deputados e de lá somente sairia se o "Art. 34" fosse revogado.<sup>223</sup>

Criticou também os proponentes do "Art. 34": todos oficiais da PM originários dos mais baixos escalões da hierarquia militar; mas que, para verem garantidos seus próprios benefícios, não se furtaram em elaborar um dispositivo punitivo para os subtenentes, sargentos e praças. Queixas que não pouparam nem mesmo os próprios sargentos daquela corporação, a quem atribuiu o desinteresse pelo problema, permitindo que um direito, conquistado a duras penas por seus colegas das Forças Armadas, estivesse agora correndo sério risco de revogação. Cumprida-se, assim, os planos dos golpistas, dos anti-lottistas e dos sangue azul que, pretendendo indispor os sargentos das três forças com o Mar. Henrique Teixeira Lott, atingiram com covardia um direito dos sargentos das duas forças auxiliares.<sup>224</sup>

Ante ao pânico que tomou conta dos sargentos da PM e dos Bombeiros pela revogação de sua estabilidade aos 10 anos de serviço, e da possível intenção dos deputados oposicionistas em estender a manobra às demais forças militares, Batista de Paula escreve editorial ao Mar. Henrique Lott. Apelando não ao candidato à sucessão na Presidência da República, mas ao ex-Ministro da Guerra duro, porém justo, a quem estimava, pede a interferência do oficial general no sentido de sensibilizar o então Presidente Juscelino Kubitschek para que vetasse o "Art. 34" da Lei de Inatividade dos Militares. De acordo com o colunista, esta era a última esperança dos sargentos "Cosme e Damião" e dos Soldados do Fogo do Distrito Federal para que, mais uma vez, fosse o oficial general o defensor da causa daqueles militares junto ao Poder Executivo.<sup>225</sup>

O apelo de Batista de Paula ao ex-Ministro da Guerra parece ter, de fato, surtido o efeito desejado. O colunista noticiou, dias depois, a iniciativa do Mar. Henrique Lott em solicitar a interferência do Ministro da Justiça, Armando Falcão, junto a Juscelino Kubitschek, pedindo a revogação do famigerado "Art. 34". Esperava, dessa forma, que, com o veto presidencial, um direito adquirido pelos sargentos não fosse anulado apenas porque alguns oficiais da PM, esquecidos de suas origens, achavam que seus comandados não tinham direito a benefícios elementares.<sup>226</sup> Os contatos do Ministro da Justiça com o Palácio do Catete já estavam sendo travados, a fim de conseguir do Presidente da República o veto ao mal fadado artigo. Batista de Paula também

---

<sup>223</sup> Última Hora, 27 de abril de 1960, p. 8.

<sup>224</sup> Última Hora, 8 de abril de 1960, p. 8.

<sup>225</sup> Última Hora, 9 de abril de 1960, p. 6.

<sup>226</sup> Última Hora, 12 de abril de 1960, p. 8.

agradeceu ao empenho demonstrado na tentativa de solução para o problema, demonstrado tanto pelo comandante-geral da PM quanto pelo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Gen. Nelson de Mello, pelas providências tomadas visando salvaguardar a estabilidade dos sargentos da PM e dos Bombeiros.<sup>227</sup>

A luta dos sargentos pela manutenção do direito à estabilidade profissional motivou outros graduados das Forças Armadas e Auxiliares a buscarem a conquista deste benefício junto aos seus comandantes. Em 27 de agosto de 1959, o deputado federal Anísio Rocha (PSD-GO), auxiliado por Manoel Rabello, subtenente reformado do Exército, que colaborou durante dois anos em "Plantão Militar" assinando a subcoluna "Legislação Militar", apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que estendia aos cabos e soldados da PM do Distrito Federal os benefícios da estabilidade profissional após 10 anos de serviço. Considera o projeto de lei justo, pois o Estado brasileiro, que impõe às empresas privadas o amparo aos seus empregados passados 10 anos de serviços prestados, joga à própria sorte muitos de seus militares, cabos e soldados, com o mesmo tempo de atuação profissional. No caso específico dessas duas patentes, quando forçados a abandonarem o serviço após 10 anos, estes militares encontravam muitas dificuldades de reinserção profissional, já que o serviço à Pátria lhes demandara toda sua juventude.

Batista de Paula também contra-argumentou os defensores do fim da estabilidade profissional, que a viam como um meio do Exército para fazer "reserva" desses graduados, ante uma eventual necessidade de mobilização militar.

*"Concordamos plenamente. O Exército precisa fazer sargentos para a reserva. Mas não licenciando profissionais que passaram no serviço ativo tanto tempo e criando, com isso, graves problemas sociais para numerosos chefes de família, que acreditaram no sentimento de humanidade e compreensão dos chefes militares de terra.*

*Pode o Exército fazer sargentos da reserva da mesma maneira que faz cabos e soldados reservistas especialistas, no período de um ano. Bastaria selecionar na tropa os rapazes com conhecimentos do curso ginásial, portadores, ou não, de diplomas, e inclui-los em cursos intensivos que os transformariam em sargentos da reserva.*

---

<sup>227</sup> Última Hora, 13 de abril de 1960, p. 8.

*E quanto aos sargentos da ativa, ressaltados os que já possuem mais de cinco anos de serviço e ainda não conseguiram fazer o curso de aperfeiçoamento, poderia o Exército estabelecer que a sua formação doravante seria obrigatoriamente em escolas como a EsSA, para que tivessem assegurada a permanência nas fileiras."*<sup>228</sup>

A estabilidade profissional dos sargentos não encontrou adversários apenas dentro do poder legislativo. Entre as várias instâncias de comando das Forças Armadas, haviam elementos dispostos a lhe fazer oposição, agindo em nome dos interesses da Instituição Militar. Mesmo que isso implicasse, conforme ressaltou várias vezes Batista de Paula, a dispensa de pessoas com pesados encargos familiares – indivíduos, em sua maioria, sem a devida competência para o exercício de nenhuma outra atividade profissional, além daquelas que realizavam dentro dos quartéis. É nesse sentido que, em janeiro de 1961, o colunista critica a decisão, tomada pelo Estado-Maior do Exército (EME), em licenciar do serviço ativo todos os sargentos com menos de 10 anos de serviço que não possuíssem Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Conhecia bem a dramática situação. Quando fora sargento do Exército, durante a gestão do Gen. Eurico Gaspar Dutra no Ministério da Guerra, Batista de Paula testemunhara a expulsão de muitos colegas, chefes de famílias numerosas, que haviam aprendido apenas suas funções na caserna, passados nove anos de serviço ativo. Por isso, pedia ao então chefe do EME, Gen. Lima Brayer, que revisse a orientação técnica que levou o Ministro da Guerra, Mar. Odylio Denys, a decidir pela revogação da estabilidade dos sargentos.<sup>229</sup>

O anseio em ver assegurada a estabilidade profissional para os sargentos levou Batista de Paula a apelar até mesmo a um adversário político: o Presidente Jânio Quadros. Para tanto, relembra de um comício realizado pelo então candidato udenista à Presidência da República na cidade de São Gonçalo (RJ). Apesar de caracterizar o governo de seu adversário como vingativo, calcado em perseguições mesquinhas perpetradas até mesmo contra modestos funcionários, e deixando claro que votara no Mar. Henrique Teixeira Lott no pleito de 1960, Batista de Paula confiava na humanidade e no senso de justiça de seu opositor no campo político.

*"Entretanto, Sr. presidente, quando V. Exa. era apenas candidato, comparecendo a um comício em*

<sup>228</sup> Última Hora, 16 de fevereiro de 1961, p. 4 (2º caderno).

<sup>229</sup> Última Hora, 19 de janeiro de 1961, p. 4 (2º caderno).

*São Gonçalo, declarou a um grupo de sargentos, naquela hora revelando alguma sinceridade, que esses militares poderiam votar no seu nome. E acentou com ênfase: "Em hipótese alguma prejudicarei, como Presidente, os graduados das Forças Armadas, que podem votar em mim com a consciência tranquila..."*

*(...) Infelizmente a sua promessa não está sendo cumprida. No Exército, por decisão do Estado-Maior, os sargentos com menos de 10 anos de serviço e não possuidores do curso de aperfeiçoamento estão com um pé nas fileiras e outro na rua. muitos, Sr. Presidente, estavam sendo licenciados, apesar de serem chefes de família, até que surgiu o Marechal Odylio Denys, que é, inegavelmente, um soldado duro mas humano, e através de um radiograma circular suspendeu por ora os licenciamentos.*

*(...) Basta, Sr. Presidente, que V. Exa. apoie um projeto que se encontra na Câmara, apresentado pelo Deputado Aurélio Viana, instituindo a estabilidade aos cinco anos de serviço. Porque estabilidade aos 10 anos os sargentos conquistaram com o apoio do Marechal Teixeira Lott, no governo de JK.<sup>230</sup>*

Os apelos do colunista, uma vez mais, foram ouvidos pelas autoridades militares. Dias depois, Batista de Paula noticia, e comemora, a decisão do Ministro da Guerra, Mar. Odylio Denys, em sustar o licenciamento dos 3º sargentos sem o CAS. Realça a injustiça que representaria uma decisão em contrário, considerando o papel importante exercido pelos sargentos no auxílio ao Exército na tarefa de manutenção do clima ordeiro que marcara o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek. Além disso, face a iminente possibilidade de desemprego destes militares, muitas esposas de sargentos enviaram correspondência ao colunista solicitando interferência junto ao Mar. Odylio Denys para que o titular da pasta da Guerra intercedesse em favor de seus maridos.

*"Temos em nosso poder uma volumosa correspondência de esposas de sargentos, principalmente, que bem reflete o estado de desespero que as famílias desses militares foram tomadas diante da ameaça de um desemprego iminente. E em todas as cartas, verdadeiros apelos de gente aflita, o nome do Marechal Denys vem no*

<sup>230</sup> Última Hora, 21 de fevereiro de 1961, p. 4 (2º caderno).

*primeiro parágrafo, como a tábua de salvação para tantos brasileiros que um dia, ainda jovens, acreditaram no Exército.*

*Por isso, em nome das esposas e dos filhos dos sargentos que tiveram seus licenciamentos sustados por ordem do Ministério da Guerra, nós endereçamos nosso agradecimento ao Marechal Odylio Denys, que se antes agiu exclusivamente como chefe militar com os olhos voltados exclusivamente para os interesse do Exército, acabou sendo tocado pelo espírito do chefe de família numerosa que viveu sempre de seus limitados vencimentos e enfrenta todas as dificuldades para educar os filhos, hoje todos encaminhados na vida, graças ao seus enormes sacrifícios."*<sup>231</sup>

Uma solução complementar àquela dada pelo Ministro da Guerra aos 3º sargentos consistia no plano do Mar. Odylio Denys, noticiado em "Plantão Militar" em 20 de março de 1961, em redistribuir o Exército em regiões de baixa densidade demográfica, sobretudo na região amazônica. A partir da construção de unidades militares em regiões inóspitas, acreditava o Ministro da Guerra que elas serviriam como ponta de lança de um processo de ocupação populacional nestas regiões. Assim sendo, o colunista elogiou a intenção, manifestada pelo Mar. Odylio Denys, em aproveitar os sargentos e cabos chefes de família, impossibilitados de reengajarem no serviço ativo por não possuírem os respectivos Cursos de Aperfeiçoamento, em pelotões de fronteira.<sup>232</sup> Indagando ao Ministro da Guerra sobre a necessidade de um aviso ou portaria ministerial que efetivasse tal determinação, o chefe do Exército respondeu ao colunista que bastava os referidos militares manifestarem o interesse em participarem do plano de ocupação, que imediatamente seriam atendidos.<sup>233</sup>

Apesar de todos os obstáculos enfrentados, o projeto de estabilidade profissional aos 5 anos de serviço para os sargentos das Forças Armadas e Auxiliares caminhava com atípica rapidez entre as comissões da Câmara dos Deputados. Em 48 horas, o projeto obteve, com o auxílio do deputado federal, e general da reserva, Raymundo Chaves, aprovação tanto na Comissão de Justiça quanto na de Segurança Nacional.<sup>234</sup> Aproveitando o ensejo, o deputado federal Adylio Viana (PTB-RS), que elaborara

<sup>231</sup> Última Hora, 26 de janeiro de 1961, p. 4 (2º caderno).

<sup>232</sup> Última Hora, 20 de março de 1961, p. 5 (2º caderno).

<sup>233</sup> Última Hora, 24 de março de 1961, p. 5 (2º caderno).

<sup>234</sup> Última Hora, 15 de abril de 1961, p. 12.

projeto de extensão da estabilidade profissional aos 10 anos de serviço dos sargentos para os cabos, noticia a aprovação, na Comissão de Segurança Nacional, de sua proposta de lei. Informou ainda que seu relator, o deputado José Guiomard, elaborou substitutivo ao texto de seu projeto de lei, prevendo um cargo civil com vencimentos equivalentes, aos cabos com mais de 10 anos de serviço.<sup>235</sup>

Em 27 de abril de 1961, o projeto de estabilidade profissional aos 5 anos para os sargentos das Forças Armadas e Auxiliares obteve regime de urgência na pauta das votações da Câmara dos Deputados<sup>236</sup>, e, pouco menos de um mês depois, era aprovado em discussão única na Câmara Federal.<sup>237</sup> Passados alguns dias, Batista de Paula era informado pelo senador Gilberto Marinho que o projeto da estabilidade aos 5 anos para os sargentos havia sido aprovado no Senado, no entanto, sem as emendas aprovadas na Câmara e o artigo que tratava da estabilidade aos dois anos para os sargentos possuidores dos CAS ou equivalentes. Forçosamente, o projeto teria que retornar à Câmara Federal, que poderia manter os cortes promovidos pelo Senado ou revalidar as emendas aprovadas antes pelos deputados.<sup>238</sup> No entanto, ao retornar às mãos dos deputados federais, o projeto teve, graças novamente à atuação do deputado federal Aurélio Viana, suas emendas originais preservadas e foi aprovado na Câmara dos Deputados na madrugada do dia 28 de junho de 1961. De acordo com o colunista, assegurava-se, assim, a estabilidade profissional aos sargentos com mais de 5 anos em geral, e 2 anos, no caso de possuírem o CAS. Para transformar-se, finalmente, em lei, o projeto precisava da sanção de Jânio Quadros, a quem o colunista esperava o cumprimento de uma promessa, feita um ano antes, na cidade de São Gonçalo, durante sua campanha presidencial.<sup>239</sup>

Alguns setores da imprensa não viam com bons olhos a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de estabilidade profissional aos sargentos. Em especial, Batista de Paula criticou o jornal *Correio da Manhã*, ao qual acusa de promover, em tópicos e editoriais, campanha aberta de oposição ao benefício concedido aos sargentos sem sequer procurar conhecê-lo em seus detalhes. Argumenta que os referidos editoriais, publicados em *Correio da Manhã*, além de não entrarem no mérito específico dos conteúdos da lei, confundem o nome de seu autor, e criticam, pura e simplesmente, a

---

<sup>235</sup> Última Hora, 20 de abril de 1961, p. 14.

<sup>236</sup> Última Hora, 29 de abril de 1961, p. 12.

<sup>237</sup> Última Hora, 19 de maio de 1961, p. 14.

<sup>238</sup> Última Hora, 8 de junho de 1961, p. 12.

<sup>239</sup> Última Hora, 29 de junho de 1961, p. 12.

atuação do Congresso Nacional, pedindo a anulação de seu anteprojeto por Jânio Quadros.

*"O jornal que há anos atrás combateu com tanto ardor a vacina obrigatória, continuou, através dos anos, até agora, combatendo as boas iniciativas.*

*(...) Agora sua campanha é outra, ao considerar, em tópicos e editorial, absurda a estabilidade dos sargentos aprovada recentemente no Congresso. Mas não se preocupou, ao tratar de tão importante assunto, de conhecê-lo em seus detalhes.*

*(...) Ao completar cinco anos na tropa o sargento fez pelo menos dois cursos, precedidos de exames de seleção intelectual e físico. Já identificou-se, também, com as suas múltiplas funções. Não deve, por isso mesmo, estar à mercê de ato que o exclua das fileiras por razões técnicas aventadas pelo Estado-Maior, que infelizmente soluciona todos os problemas sem levar em consideração o seu lado humano ou social.*

*Quanto a estabilidade aos dois anos (...) só beneficiará os sargentos possuidores do curso de aperfeiçoamento. E seu efeito é quase nulo, porque os rapazes, ao saírem da Escola de Sargento das Armas ou da Escola de Sargentos Especialistas da Aeronáutica, são obrigados a servir por cinco anos.*<sup>240</sup>

De acordo com o senador carioca Gilberto Marinho, a estabilidade profissional aos cinco e dois anos era uma conquista já plenamente consolidada no funcionalismo civil, entre os servidores que ingressaram sem ter feito concurso e seus colegas concursados, respectivamente. Aos dois anos de serviço serão estáveis apenas os sargentos saídos das escolas de formação com o CAS, com acesso na carreira assegurado até o posto de capitão. Acreditava que a nova lei tranquilizaria milhares de lares pelo país, levando em conta que, em sua maioria, a estabilidade viria beneficiar milhares de chefes de família. Segundo o defensor do projeto de lei na Câmara Federal, deputado federal Aurélio Viana, seria uma surpresa que Jânio Quadros acenasse com o veto a um direito já enquadrado na vida nacional. Segundo ficou constatado na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, tal benefício não traria nenhum centavo de prejuízo para os cofres públicos. Ao contrário, pois, uma vez livres da ameaça de exclusão das fileiras

<sup>240</sup> Última Hora, 13 de julho de 1961, p. 14. e 11 de agosto de 1961, p. 12.

das Forças Armadas, os sargentos seriam muito mais produtivos, pois não estariam com sua atenção voltada para a iminente possibilidade de serem excluídos do serviço ativo das Forças Armadas.<sup>241</sup>

Entretanto, para desagravo e apreensão dos sargentos, Jânio Quadros vetou integralmente a proposta de estabilidade aos 5 anos de serviço, alegando questões de ordem técnica. Com tal decisão – que, segundo Batista de Paula, desconsiderava a situação de chefes de família inteiramente dedicados à carreira militar com quase uma década de serviços prestados –, Jânio Quadros preferia, em nome das soluções de ordem técnica, que desconsideravam os problemas sociais, descumprir uma promessa feita durante sua própria campanha presidencial. No entanto, conclamava os sargentos a não desanimarem, pois o Congresso Nacional, que havia aprovado integralmente a lei por considerá-la justa e humana, poderia rejeitar o veto presidencial. Logo, demonstrar interesse pelo problema e sua solução, pressionando os parlamentares pela aprovação da lei era, para Batista de Paula, postura das mais importantes que deveria ser assumida por todos estes militares.<sup>242</sup>

Ao questionar as ordens técnicas levantadas para justificar o veto presidencial, Batista de Paula inicia com uma crítica ao EME, que passou por cima do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) ao ditar normas para as três forças – competência que não cabia àquele órgão. Por conta disso, essas mesmas ordens técnicas, segundo o colunista, desconsideravam os interesses da Marinha e da Aeronáutica, cujo processo de formação de seus sargentos era oneroso e voltado para funções específicas, o que os tornavam necessários às fileiras de suas forças. No caso específico do Exército, Batista de Paula afirma que tal decisão presidencial não faz sentido numa época de armamentos modernos e transporte motomecanizado, em que o bom funcionamento dos equipamentos depende da manutenção, realizada por um sargento especializado. Se, para o governo Jânio Quadros, conceder estabilidade para os sargentos após 5 anos provocaria um envelhecimento nos quadros, lotando-os de pessoas fisicamente incapazes de suportar a dureza do treinamento militar; como explicar, por exemplo, que um coronel pudesse ser promovido ao posto de general somente após 55 anos de idade e 35 de serviço?<sup>243</sup> Também criticava o governo, quando este se pronunciou, afirmando que a estabilidade para os sargentos com 25 a 30 anos de idade iria paralisar suas

---

<sup>241</sup> Última Hora, 10 de julho de 1961, p. 6 (2º caderno).

<sup>242</sup> Última Hora, 13 de julho de 1961, p. 14. e 11 de agosto de 1961, p. 12.

<sup>243</sup> Última Hora, 14 de julho de 1961, p. 12.

carreiras.<sup>244</sup> Além disso, de acordo com Batista de Paula, se a decisão de suspender a estabilidade dos sargentos dependesse apenas de Jânio Quadros, e não de assessorias, tal benefício jamais seria anulado, pois, apesar de adversário do colonista num plano político, o Presidente da República vinha revelando-se, com o tempo, sensível aos problemas sociais.<sup>245</sup>

Dadas as circunstâncias, Batista de Paula achava pouco provável que o veto presidencial à estabilidade dos sargentos não fosse aprovado pelo Congresso Nacional. Conforme noticiou, o chefe do EME, Gen. Emílio Rodrigues Ribas Júnior, estivera recentemente conversando com os senadores, procurando convencê-los das "ordens técnicas" que o levaram a se posicionar contra o referido projeto. Acrescenta a esse problema a ação política do deputado federal Benjamin Farah, a quem chamava de "deputado demagogo" por querer agradar a todos e "mostrar serviço". Através de três pedidos de destaque, feitos pelo parlamentar, foi permitida a inclusão de dois artigos – em especial o que versava sobre a estabilidade após 2 anos para os sargentos com os respectivos CAS – que, na prática, minavam todo o projeto, atacando assim a estabilidade para os sargentos após os 5 anos de serviço.<sup>246</sup>

Mesmo após a renúncia de Jânio Quadros, e de toda grave crise institucional subsequente, a situação da estabilidade profissional dos sargentos não avançara de maneira significativa, pois continuava mergulhada em incertezas. Conforme analisava Batista de Paula, durante os sete meses de governo janista, simples pareceres e avisos ministeriais tinham poder suficiente para revogar leis, visando prejudicar quem não tinha condições de se defender. Era o caso do Aviso nº 2-D5-F, de 4 de janeiro de 1961, que, revogando os conteúdos do Art. 88 da Lei de Serviço Militar então em vigor, vedava aos 3º sargentos o direito ao reengajamento sem o CAS.

Tal aviso teve seu efeito sustado na gestão do Mar. Odylio Denys na pasta da Guerra. O então chefe do Exército pretendia utilizar os sargentos e praças que não realizaram cursos de aperfeiçoamento nas unidades de fronteira que o oficial general pretendia construir a fim de promover a ocupação de áreas inóspitas do país. O problema, de acordo com o colonista, é que tais transferências para as áreas de fronteira ocorreram "sem ônus para a Fazenda Nacional", o que implicou no endividamento de muitos sargentos, que tiveram que arcar com todas as despesas de alojamento suas e de

---

<sup>244</sup> Última Hora, 15 de julho de 1961, p. 12.

<sup>245</sup> Última Hora, 21 de julho de 1958, p. 12. e 28 de julho de 1961, p. 14.

<sup>246</sup> Última Hora, 1º de agosto de 1961, p. 14.

seus familiares. Para além dessas questões, o referido Aviso estabelecia não ser de interesse do Exército a manutenção de 3º sargentos sem o CAS, que eram forçados a abandonarem o serviço ativo.<sup>247</sup>

Face a grande correspondência que lhe era endereçada, remetida por colegas sargentos, em sua maioria, preocupados com a orientação dada pelos legisladores sobre a estabilidade, Batista de Paula pede a seus leitores que, apesar de todos os revezes, mantivessem a confiança no atual Ministro da Guerra, Gen. Segadas Viana.

*"Pela correspondência que recebo de todo país e nos contatos que mantenho com os sargentos, sinto que muitos deles estão intranquilos, tendo em vista a legislação sobre a permanência nas fileiras do Exército, que os coloca à margem de qualquer amparo.*

*Posso lhes afiançar que esse assunto está merecendo toda atenção do General Segadas Viana, Ministro da Guerra, que encontrará, podem ter certeza, uma solução que atenda aos interesses do Exército, considerando o lado social e humano do problema pessoal dos sargentos e de suas famílias.*

*Não adiante, por exemplo, a sugestão mentirosa, como a que o "deputado demagogo" [Benjamin Farah] anda anunciando nas reuniões, de apresentar um novo projeto de estabilidade, porque a própria Constituição proíbe a tramitação de matéria rejeitada no mesmo período legislativo.*

*O certo é confiar no Ministro da Guerra e aguardar tranquilamente a solução que ele apresentar, com inteiro apoio do Presidente João Goulart."*<sup>248</sup>

Alguns dias depois, ao final de outubro de 1961, em conversa com o chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Gen. Ênio Garcia, Batista de Paula fora informado de que o Gen. Segadas Viana havia assinado portaria suspendendo o licenciamento dos sargentos com mais de cinco anos de serviço. Após relatar, via rádio, a notícia auspiciosa para seus companheiros, seguiu-se uma grande comemoração.

*"Eu sabia, tinha certeza mesmo, que o General Segadas Viana, como Ministro da Guerra, jamais permitiria que se praticasse contra os sargentos,*

<sup>247</sup> Última Hora, 25 de setembro de 1961, p. 4 (2º Caderno).

<sup>248</sup> Última Hora, 29 de setembro de 1961, p. 8 [adendos meus].

*com mais de cinco anos de serviço, as injustiças, incompreensivelmente consubstanciadas em dois avisos de seu antecessor, elaborados pelo Estado-Maior.*

*Essa minha certeza nasceu do conhecimento que tenho do ponto de vista do chefe das forças de terra sobre os problemas com características humanas. Trata-se, não há dúvida, de um homem atualizado, um chefe militar que evolui com a época, acompanhando os acontecimentos que marcam novas etapas na vida da humanidade.*

*Ao chegar na redação para fazer a coluna, a minha preocupação foi tranquilizar os sargentos ameaçados de licenciamento e pedir-lhes que confiassem no Ministro da Guerra (...).*

*Pois bem, na sexta-feira, à tarde, ao realizar a costumeira visita ao General Ênio Garcia, chefe do Gabinete Ministerial, encontrei o dinâmico cavalheiro vibrando de satisfação. É que o Ministro da Guerra (...) havia assinado a portaria que suspende o licenciamento dos sargentos com mais de cinco anos de serviço, e determinado ao seu auxiliar imediato o estudo de uma fórmula definitiva para ser transformada em lei pelo Congresso Nacional, de acordo com uma orientação que solucione o problema social sem ferir os interesses do Exército.*

*A informação que procurei transmitir imediatamente aos interessados através do rádio, provocou numerosas comemorações nos quartéis de todo P, tanto nos sargentos beneficiados como pelos seus colegas já amparados na lei de estabilidade e, até mesmo, por muitos oficiais que vivem mais próximos de seus comandados.*

*As orações de milhares de mães, esposas, irmãs, noivas e simples namoradas de sargentos, subiram, com certeza, aos céus, com o calor próprio dos pedidos feitos com convicção, pela saúde do General Segadas Viana. E Deus ouviu sempre as mães." <sup>249</sup>*

Algum tempo depois, em meados de dezembro de 1961, Batista de Paula publicava, com satisfação, que o projeto de estabilidade para os sargentos das Forças Armadas, redigido pessoalmente pelo próprio Ministro da Guerra, Gen. Segadas Viana (cujo nome o colunista usou para denominar a futura lei) havia sido aprovado na Câmara Federal. Destacou, mais uma vez, o papel do deputado federal Aurélio Viana, que procurou

---

<sup>249</sup> Última Hora, 2 de outubro de 1961, p. 4 (2º Caderno).

sensibilizar seus demais colegas de plenário para que não fossem apresentadas emendas ao projeto. Para tanto, demonstrou o deputado federal que o texto do projeto de lei era de autoria de um oficial general, ministro de Estado, com amplo conhecimento de causa sobre os problemas sociais que afligiam seus subordinados. Logo, de acordo com Aurélio Viana, tratava-se de posição das mais meritórias a assumida pelo então Ministro da Guerra. Do senador petebista gaúcho Gilberto Marinho, o colunista obteve a convicção de que a lei, tendo sido assinada pelo Ministro da Guerra, seria aprovada sem maiores percalços. Batista de Paula credita a vitória da estabilidade dos sargentos na Câmara dos Deputados em especial ao Presidente João Goulart, que, em contato com o líder petebista naquela casa legislativa, Almino Afonso, pedira todo empenho possível da bancada para a aprovação do projeto do Gen. Segadas Viana.<sup>250</sup>

---

<sup>250</sup> Última hora, 14 de dezembro de 1961, p. 8.

### **CAPÍTULO 3. NO CORPO DAS TROPAS, NA ALMA DA NOTÍCIA. DEMANDAS E QUESTÕES DE ORDEM POLÍTICA.**

#### *3.1— O direito ao voto para sargentos e praças:*

Muitos dos problemas que afligiam os sargentos e praças das Forças Armadas, que encontraram em "Plantão Militar" canal privilegiado de divulgação, se originaram, como algumas vezes afirmou Batista de Paula em sua coluna, da falta de efetivos representantes destes militares em cargos eletivos. Na maior parte das vezes, quando seus problemas ganhavam espaço nas pautas de discussão das casas legislativas do governo, precisavam angariar apoio entre deputados e senadores, a fim de que pudessem ser submetidos à apreciação do poder público. O atendimento a determinadas demandas destes sargentos e praças, por conta da ausência de um representante "da classe" nas várias esferas dos poderes legislativos, nos estados e no governo federal, tinha de estar incluída no expediente de outras reivindicações ou bandeiras políticas mais amplas. Quanto ao aspecto jurídico da questão, os sargentos, apesar de poderem votar, não podiam se candidatar a cargos eletivos, o que os deixavam numa situação de inferioridade em relação à população civil ou mesmo os estrangeiros naturalizados, para os quais a elegibilidade era irrestrita e universal.

Em "Plantão Militar", os primeiros comentários sobre a extensão do direito ao voto para os sargentos, por exemplo, foram feitos na edição da coluna de 13 de dezembro de 1957, a propósito de um comentário sobre uma proposta de emenda à Carta de 1946 que sugeria a prorrogação da duração dos mandatos parlamentares. Considerava a ausência do direito ao alistamento eleitoral para os sargentos uma falha daquela Constituição. Em sua defesa do direito à elegibilidade para os sargentos, o colunista exorta a disciplina adquirida por estes militares durante os anos de treinamento nos quartéis, que os tornavam moralmente preparados para o exercício do poder público. A isto se somava o constante aprimoramento intelectual deles exigido por uma Instituição Militar em constante modernização.

*"A emenda que deveria ser apresentada para sanar uma falha da Constituição é a que nivela politicamente os sargentos aos demais eleitores. Até agora esses militares exercem o direito do voto mas são inelegíveis. Estão, em consequência, em situação humilhante, sem os direitos que gozam inclusive os estrangeiros naturalizados, que podem votar e ser votados.*

*E não se diga que o sargento das Forças Armadas e Auxiliares, a esta altura, não está em condições de desempenhar as funções do legislador. Além de moralmente preparados para qualquer cargo, graças ao espírito de disciplina de que estão imbuídos nas casernas, eles hoje estudam e intelectualmente podem competir com a maioria dos atuais representantes do povo.*

*Conhecemos pessoalmente dezenas de sargentos médicos, engenheiros, advogados, professores, jornalistas, homens esclarecidos, responsáveis, que se projetaram no meio militar e mesmo no meio civil, como verdadeiros líderes, mas aos quais a Constituição (...) veda a entrada nas Casas Legislativas."*<sup>251</sup>

Alguns meses depois, em artigo sobre a decisão do então Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott, regulamentando a candidatura de oficiais a cargos eletivos, foi baixada norma que seria defendida pelo colunista, dali por diante, também para a candidatura dos sargentos.

*"O Ministro da Guerra, revelando alta compreensão do problema político no Brasil, que se agrava naturalmente na véspera dos pleitos, baixou aviso regulando a situação dos oficiais que se candidatarem a cargos eletivos. Em síntese o General Lott possibilitou aos seus comandados a participação livre, como cidadãos, da campanha eleitoral (...) e isso sem que os mesmos percam um centavo de seus vencimentos. Os militares do Exército, candidatos a cargos eletivos por qualquer partido, são obrigados a se afastar das suas funções, podendo assim entrar na luta nas mesmas condições dos candidatos civis."*<sup>252</sup>

O mesmo Gen. Henrique Lott, em aviso enviado ao Superior Tribunal Eleitoral (STE), alertou aos seus juriconsultos sobre a interpretação equivocada que se procedia quanto ao direito a elegibilidade dos sargentos. Aproveitando o ensejo, Batista de Paula manifestava, também, o desejo de ver estendido aos cabos e soldados o mesmo direito.

*"De acordo com a interpretação do texto constitucional pelos doutos os sargentos das Forças*

<sup>251</sup> Última Hora, 13 de dezembro de 1957, p. 15.

<sup>252</sup> Última Hora, 12 de junho de 1958, p. 12.

*Armadas e Auxiliares, embora eleitores, não eram elegíveis. O absurdo jurídico, felizmente, graças a uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral, caiu definitivamente. Mas foi o General Lott, em aviso, quem despertou a Justiça Eleitoral, estendendo aos sargentos do Exército os mesmos direitos concedidos aos oficiais candidatos a cargos eletivos.*

*Falta ainda ser corrigido um outro absurdo, mas esse depende de emenda à Constituição. Trata-se de estender o direito do voto aos cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares, que continuam, por incrível que pareça, como os únicos cidadãos brasileiros, alfabetizados, que não participam do processo democrático na escolha dos representantes do povo.*

*(...) Quem está apto a defender a Pátria na guerra, com o risco da própria vida, não pode ser colocado em plano secundário, completamente esquecido, na hora em que são jogados nas urnas os destinos da Nação.*

*(...) Dar-lhes o direito ao voto é aumentar o contingente de votantes esclarecidos, e fazer justiça aos cidadãos fardados que têm todas as condições para escolher livremente os homens que dirigirão o Brasil." <sup>253</sup>*

Exclusão que, para o colunista, tornava-se ainda mais absurda se considerado o fato de muitos desses cabos e soldados já terem sobre os ombros o encargo do sustento familiar, mas que, em cujos lares, no entanto, votavam apenas suas esposas e filhos.<sup>254</sup> Tal situação vexatória foi descrita ao colunista em uma carta escrita por um cabo da Força Pública de São Paulo:

*"Em dia de eleição essa situação se agrava, porque minha mulher e meus quatro filhos, estes formados com o meu sacrifício, dirigem-se às urnas, escolhem livremente através do voto secreto, enquanto eu, que os eduquei, fico em casa, sem o direito que a Constituição de 1946 estendeu até aos estrangeiros naturalizados." <sup>255</sup>*

Sobre o direito ao voto dos cabos e soldados, Batista de Paula comentou que existia um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, apreciando o assunto, mas que, porém,

<sup>253</sup> Última Hora, 22 de setembro de 1958, p. 12.

<sup>254</sup> Última Hora, 23 de maio de 1959, p. 6.

<sup>255</sup> Última Hora, 3 de junho de 1961, p. 10.

acabou engavetado em uma comissão qualquer devido à falta de interesses dos legisladores em vê-lo aprovado. Porém, ante um apelo do colunista, a proposta de lei encontrava-se, agora, nas mãos do deputado federal Aurélio Viana (PTB-AL), que havia obtido vitória importante naquela casa legislativa aprovando a estabilidade profissional para os sargentos das Forças Armadas e Auxiliares.<sup>256</sup>

A defesa do direito ao voto para sargentos e praças não era, entretanto, consensual. Por mais que este direito fosse defendido por amplas parcelas da sociedade, conforme afirmava o colunista em seu favor, sobretudo dentro das Forças Armadas, entre alguns oficiais, a extensão da elegibilidade para os praças não era ponto pacífico. Ao final do mês de julho de 1959, um coronel do Exército, escrevendo para um matutino carioca, afirmara que o direito ao voto para cabos e soldados deixariam as Forças Armadas a mercê das mais abjetas e inescrupulosas explorações. Em resposta, Batista de Paula afirmou que, desde o Império e a Proclamação da República, todos os movimentos político-militares ocorridos no Brasil foram liderados por oficiais com direito a voto. Ainda assim, exclamou o colunista, deste direito os oficiais não deviam abrir mão, assim como qualquer outro cidadão brasileiro.<sup>257</sup> Manifestando publicamente o apoio à extensão do direito ao voto para cabos e soldados, em entrevista para uma rádio gaúcha, o Mar. Henrique Teixeira Lott afirmou que excluir estes militares do processo de escolha dos governantes era negar-lhes algo que era inerente a própria cidadania. E foi mais longe, exclamando que o legislador da Constituinte de 1946 que negou aos cabos e soldados o direito do voto deveria tê-lo feito, também, para os oficiais gerais. Para o oficial general, candidato à Presidência da República, os que estabeleciam a influência dos superiores hierárquicos sobre o voto dos cabos e soldados subestimavam e desconheciam a personalidade e a inteligência destes militares.<sup>258</sup>

Em cerimônia ocorrida na sede da Associação dos Cabos e Soldados da PM da Guanabara, foram homenageados, por seu papel na conquista do direito à estabilidade profissional aos 5 anos, a deputada estadual Adalgisa Nery e os deputados estaduais Naldir Laranjeiras, Paulo Alberto e Souza Marques. Naquela ocasião, além de agradecer aos parlamentares pelo auxílio na bem sucedida iniciativa da concessão daquele do citado benefício, fizeram também um veemente apelo aos parlamentares e jornalistas

---

<sup>256</sup> *Ibidem.*

<sup>257</sup> Última Hora, 28 de julho de 1959, p. 8.

<sup>258</sup> Última hora, 4 de maio de 1960, p. 8. e 3 de setembro de 1960, p. 6.

presentes ao cerimonial para que apoiassem o direito ao voto para a "classe".<sup>259</sup> O colonista chegou a apelar para o próprio João Goulart para que, então com seus plenos poderes políticos de volta, após o Plebiscito de janeiro de 1962, cumprisse a promessa feita pelo Mar. Henrique Teixeira Lott, quando de sua candidatura à Presidência da República. Que o Presidente, ao enviar mensagem ao Congresso propondo mudanças para uma possível reforma constitucional, aproveitasse a ocasião para estender o direito ao voto para os cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares.<sup>260</sup>

Em relação à conjuntura referente às eleições para o poder legislativo, realizadas em 1962, Batista de Paula, ao comentar a candidatura de sargentos e a profunda e variada formação intelectual de tais candidatos, notificou seus leitores acerca da identificação que nutriam pelas causas populares, expressa nas legendas em que haviam se lançado candidatos.

*"A Constituição da República assegura a todos os cidadãos, eleitores, o direito da elegibilidade. Quem vota pode ser votado. Entre esses cidadãos estão os sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, muitos dos quais decidiram candidatar-se a cargos eletivos na Guanabara e nos demais Estados da Federação, pelos diversos partidos.*

*(...) Importante, porém, é que dos muitos sargentos candidatos, nenhum se registrou pela UDN nem pelos partidos satélites dessa agremiação granfina, dos poderosos. Estão todos em partidos populares, identificados com as aspirações da maioria da Nação."*<sup>261</sup>

O fato político da candidatura de um sargento a um cargo eletivo seria, para o colonista, trâmite normal em um país democrático, não fosse uma declaração, feita pelo Mar. Mendes de Moraes em um programa de TV, denunciada pelo Sgt. Luís Augusto Pereira da Costa em carta ao colonista. Expressando opinião corrente entre os oficiais contrários à elegibilidade para sargentos e praças, declarava o oficial general sua recusa em parlamentar com um sargento eleito, ao não desejar tratar um subordinado por "Vossa Excelência".

<sup>259</sup> Última Hora, 9 de maio de 1962, p. 14.

<sup>260</sup> Última Hora, 27 de março de 1963, p. 8.

<sup>261</sup> Última Hora, 6 de outubro de 1962, p. 11.

*"(...) Conforme carta que nos enviou o sargento Luiz Augusto Pereira da Costa, que gravou o programa do ex-Prefeito, ele teria declarado: "...a continuar essa calamidade chegaremos ao absurdo de um marechal do Exército ter de parlamentar com um simples sargento, pois nossas leis eleitorais permitem que uma classe semi-alfabetizada indique seus candidatos..."*<sup>262</sup>

Mais do que simplesmente recusar-se a tratar um sargento por um igual, a fala do Gen. Mendes de Moraes manifestava, também, o desejo de que a política civil também fosse demarcada pela mesma estrutura descendente de comando e obediência que caracteriza a hierarquia militar, servindo-lhe como uma espécie de reflexo. Ao aparente desconforto manifesto pelo Mar. Mendes de Moraes à candidatura de sargentos, Batista de Paula fez, ao mesmo tempo, uma sugestão e uma resposta.

*"(...) O marechal tinha uma solução para evitar o seu confessado constrangimento: não se candidatar. E como já se candidatou, caso seja reeleito, renuncie ao seu mandato. porque eu não tenho dúvida de que alguns sargentos chegarão nessas eleições às casas do Poder Legislativo, como representantes autênticos do povo. E os eleitos serão chamados, como qualquer representante das elites, de Excelências, porque assim determina o regimento das Casas Legislativas.*

*Mas isso não os tornará mais do que sargentos, nem eles pretendem ser menos do que os outros deputados, inclusive os deputados-marechais."*<sup>263</sup>

Não era apenas entre membros das Forças Armadas que o direito ao voto para sargentos e praças se deparava com obstáculos. Manobras políticas, capitaneadas por parlamentares da UDN e do diretório do PSD da Guanabara, pretendiam usar partidos menores para levantarem, junto a Justiça Eleitoral, o problema da inelegibilidade das chamadas "praças-de-pré". Para tanto, seus autores pretendem se basear em análises do Parágrafo Único do Art. 132 e do Art. 138 da Carta de 1946.<sup>264</sup> Para Batista de Paula, aos partidários da UDN e do PSD carioca responsáveis por tal manobra política, pouco

---

<sup>262</sup> *Ibidem.*

<sup>263</sup> *Ibidem.*

<sup>264</sup> Segundo o Parágrafo Único do Art. 132 da Constituição de 1946, "também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior". Em complemento a este texto jurídico, estabelece o Art. 138: "São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do Art. 132."

importavam as leituras capciosas que viessem a realizar do texto constitucional: o grande objetivo era retirar o mandato de deputado federal do Sgt. Antônio Garcia Filho.

Conforme demonstrou o colunista, o candidato seguira todos os trâmites exigidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ao registrar-se como candidato; adotou, inclusive, orientação dada pelo STE a respeito de uma consulta sobre o assunto, feita em 1958. Uma candidatura, portanto, legítima, de um deputado federal legalmente eleito.<sup>265</sup> A manobra udenista ficou, finalmente, sob encargo do advogado Luís Mendes de Moraes Neto, que entrou com recurso no TRE tentando impedir a diplomação de Garcia Filho como deputado federal. Segundo Batista de Paula, a iniciativa udenista estava fadada ao fracasso, pois Garcia Filho se inscrevera como candidato a deputado federal amparado por uma decisão do STE. Além disso, contava o Sgt. Garcia Filho com o auxílio jurídico de advogados constitucionalistas como o Ministro Cândido de Oliveira e o Prof. João Mangabeira.<sup>266</sup>

Apesar da decisão do STE, que, pelo voto de desempate de seu presidente, considerou os sargentos inelegíveis, Batista de Paula mantinha o otimismo numa orientação em contrário pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, segundo o colunista, o Presidente João Goulart havia solicitado empenho ao Procurador-Geral da República, Dr. Evandro Lins e Silva, no julgamento dos recursos impetrados na justiça pelos candidatos sargentos. Por isso mesmo, incentivou seus colegas suboficiais, subtenentes e sargentos a comemorarem a vitória dos candidatos da "classe", eleitos no último pleito, em cerimônia a ser realizada na sede do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, no bairro de Campinho, Rio de Janeiro.

Alertava Batista de Paula que os sargentos não esmorecessem, pois os grupos udenistas pretendiam usar qualquer descontentamento de seus colegas de posto contra o governo e contra o Plebiscito, que decidiria pela continuidade, ou não, do sistema parlamentarista.<sup>267</sup> No entanto, analisando os apelos feitos pelo colunista para que seus companheiros sargentos se mantivessem dentro do espírito ordeiro que sempre os caracterizara seu, o veto do STE fora a pior das notícias para estes militares. Alertava em especial o colunista contra a ação de extremistas à esquerda e à direita, que, sob a desculpa da insatisfação ao veto do STE à elegibilidade dos sargentos, vinham

---

<sup>265</sup> Última Hora, 23 de outubro de 1962, p. 13.

<sup>266</sup> Última Hora, 6 de novembro de 1962, p. 13.

<sup>267</sup> Última Hora, 7 de dezembro de 1962, p. 11.

conseguindo adeptos entre seus congêneres.<sup>268</sup> Pedido de tranquilidade, somado à necessária orientação quanto ao respeito e obediência às autoridades constituídas, reiterada por circular redigida pelo CSSE e direcionada àqueles militares, em que repetia-se o apelo do colunista para que os demais sargentos do Brasil mantivessem sua postura cordial diante da situação difícil que diante deles se descortinava.<sup>269</sup>

Apelo à tranquilidade que se reiterava, em "Plantão Militar", com a publicação de uma carta escrita pelo jornalista e advogado, também ex-sargento, Nelson Silva. Segundo o remetente, apesar da decisão contrária do TSE, a grande votação obtida pelos candidatos sargentos dava uma mostra do grau de conscientização política a que tais militares haviam chegado. E mesmo a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, contrária aos interesses dos sargentos, poderia, de acordo com o missivista, servir para alertá-los sobre quem eram seus reais inimigos, dentro do parlamento. E, caso o direito à elegibilidade dos sargentos não fosse aprovado pelo STF, muitas pessoas, de variadas atividades profissionais, estariam dispostas a não mais exercerem seu direito de voto. Portanto, considerava exemplar a reação que a maioria dos sargentos vinha demonstrando em um momento que lhes era tão adverso:

*"Disciplinados, sem ódios, sem ressentimentos, sem acusar perseguidores, sem nenhuma inferioridade, aguardam com impressionante tranquilidade a votação dos "homens de toga", que lhes dará ou não ganho de causa. Não há conformismo, entretanto. A discussão está posta em termos políticos, analisada pelos sargentos com serenidade e cabeça fria, mostrando um amadurecimento de que muita gente não suspeitava".*<sup>270</sup>

Em editorial de "Plantão Militar" do final de agosto de 1963, face à proximidade da apreciação, no STF, quanto à constitucionalidade da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que negou o direito ao voto aos sargentos das Forças Armadas, Batista de Paula alertava os eleitores para a conjuntura potencialmente conflitiva que se abria. Segundo o colunista, qualquer decisão do STF que mantivesse vedado o direito à elegibilidade para os sargentos e praças, além de instaurar, do ponto de vista institucional, uma situação discriminatória, certamente repercutiria de maneira muito

<sup>268</sup> Última hora, 12 de dezembro de 1962, p. 13.

<sup>269</sup> Última Hora, 19 de dezembro de 1962, p. 13. e 20 de dezembro de 1962, p. 9.

<sup>270</sup> Última Hora, 6 de fevereiro de 1963, p. 9.

negativa nos círculos desses militares. Frisava o colunista que uma negativa do STF à elegibilidade dos sargentos, por certo, criaria um ambiente propício para o proselitismo político dos "falsos líderes" e sua disposição para transformar estes militares em "vítimas das circunstâncias". Afirma que o julgamento do STF seria a ocasião perfeita para esse tipo de campanha, dedicada a lançar militares contra o governo. As dificuldades sociais com as quais os sargentos se deparavam em seu cotidiano, somadas a uma eventual decisão do STF, negando esse básico pressuposto de cidadania aos sargentos, poderia facilitar um consenso negativo destes militares quanto a seu papel constitucional.<sup>271</sup>

Ainda que Batista de Paula houvesse tentado alertar seus leitores, e a sociedade em geral, sobre os possíveis efeitos negativos advindos da manutenção, pelo STF, do veto dado pelo TSE à diplomação dos sargentos eleitos no pleito de 1962, os fatos que se seguiram, ainda que confirmassem os temores do colunista, escapavam ao mais pessimista dos prognósticos. Na madrugada do dia 11 para 12 de setembro de 1963, após a referida decisão da Suprema Corte, sargentos da Aeronáutica, auxiliados por colegas do Corpo de Fuzileiros Navais, tomaram de assalto alguns prédios ministeriais e pontos estratégicos da cidade, como a Central Telefônica. Mesmo com a rápida resposta das Forças Armadas no sentido de debelar o levante e prender suas principais lideranças, o colunista, um tanto aturdido, num misto de surpresa e apreensão, pronunciou-se sobre o evento, classificando-o como um "Aragarças" dos praças.

*"Ninguém de bom senso tira dos sargentos a razão que têm de estarem magoados com a decisão do Supremo tribunal Federal que, não tomando conhecimento do recurso antes rejeitado pelo Superior Tribunal Eleitoral, os considerou inelegíveis. Mas ninguém de bom senso apoia o pequeno grupo de inconformados que tentou através da violência, da indisciplina e da sedição, conquistar um direito que deverá ser em breve reconhecido pelo Congresso e ao mesmo tempo comprometendo os companheiros perante a opinião pública e as altas autoridades do País.*

*É necessário, porém, que o povo brasileiro saiba que os suboficiais, subtenentes e sargentos, em sua imensa maioria, embora desejosos de que o Poder Legislativo restabeleça o princípio de justiça no capítulo da elegibilidade da Carta Magna,*

---

<sup>271</sup> Última Hora, 31 de agosto de 1963, p. 8.

*conduzem-se sempre como soldados enquadrados, disciplinados e respeitadores das leis, procedimento esse que tem sido uma tradição da classe."*<sup>272</sup>

Como culpado pela eclosão do levante, Batista de Paula apontava suas críticas para Antônio Garcia Filho. Conforme acusava o colunista, o referido parlamentar usava o mandado judicial, com o qual pode ser eleito deputado federal, para insuflar seus companheiros contra os poderes constituídos e contra a disciplina militar.

*"Nem precisamos dizer que o culpado por tudo que aconteceu é o Sr. Garcia Filho que, de posse de um mandato para representar seus colegas na Câmara, o utiliza para insuflá-los contra os Poderes constituídos e a disciplina militar, desde que as imunidades o salvam das penas que pesarão sobre todos os sargentos que o seguem e cumprem sua orientação.*

*(...) Vamos explicar melhor: se o STF considerasse o sargento elegível, o que seria correto, (...) qualquer um desses militares estaria em condições de se candidatar a cargo eletivo no âmbito federal, estadual ou municipal. Surgiriam, com certeza, como das demais classes, vários sargentos candidatos à Câmara Federal, naturais concorrentes do Sr. Garcia Filho, cujo mandato nada sofreu nem sofrerá com a decisão do Supremo Tribunal Federal e só poderia ser cassado pela própria Câmara, o que jamais ocorrerá. E daqui a quatro anos, quando o Sr. Garcia Filho estiver com seu mandato esgotado, pedirá ele com certeza transferência para a reserva e será feito 1º Tenente, fugindo às restrições constitucionais que pesam sobre os sargentos."*<sup>273</sup>

Em meio ao clima de apreensão provocado pelo levante dos sargentos de Brasília, assumiu o Ministério da Guerra o Gen. Jair Dantas Ribeiro. Em seu discurso de posse, realizado no plenário da Câmara dos Deputados, deixou claro que qualquer militar – fosse oficial, sargento ou praça – que desejasse se candidatar a cargo eletivo, deveria pedir transferência para a reserva, remunerada ou não. A manutenção de seus vencimentos militares iria depender do seu tempo de serviço "ex officio", desde a aceitação do registro da candidatura do militar até a sua efetiva diplomação como

<sup>272</sup> Última Hora, 13 de setembro de 1963, p. 8.

<sup>273</sup> Última Hora, 13 de setembro de 1963, p. 8.

candidato eleito. No mesmo discurso, sem mencionar especificamente algum posto ou graduação militar, incluiu o Gen. Jair Dantas Ribeiro os cabos e soldados como cidadãos com direito ao voto. Tais medidas, segundo Batista de Paula, visavam afastar os militares da política partidária, e eram apoiadas pela imensa maioria dos chefes militares, da oficialidade e dos sargentos.<sup>274</sup> Três dias depois, a Câmara dos Deputados reunia-se para discutir a proposta lançada pelo Ministro da Guerra, Gen. Jair Dantas Ribeiro, sobre a passagem para a reserva de todo militar, do soldado ao general, no momento em que o registro de sua candidatura é aceita pelo TRE. Proposta que seria apresentada como emenda à Constituição e que, de acordo com Batista de Paula, excetuando-se grupos mais reacionários dentro da UDN e do PSD, contava com aceitação quase integral das bancadas parlamentares.<sup>275</sup>

De acordo com o colunista, as responsabilidades pela eclosão do levante dos sargentos deveriam ser creditadas à ala lacerdista da UDN, que não permitiu a adaptação e modernização da Carta de 1946 de acordo com a conjuntura política que se verificava então. Afirmou que seria exigir demais de um Congresso em que a maioria de seus membros estão comprometidos com organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma vivência mais íntima dos problemas que asfixiam a Nação. Denunciou a tática udenista que, através do deputado federal Pedro Aleixo, pretendia responsabilizar o Presidente João Goulart pela rebelião, alegando que o mesmo não havia solicitado ao Congresso Nacional a revogação e substituição dos dispositivos constitucionais que vedavam o direito aos voto para sargentos e praças. Dispositivos que, conforme lembrou o colunista, foram aprovados no texto da Carta de 1946 graças ao votos do Sr. Pedro Aleixo. Recordou ainda Batista de Paula que Jango não mediu esforços para ver aprovado o direito à elegibilidade para estes militares. Primeiro, junto ao TSE, onde o então Procurador-Geral da República, Sr. Evandro Lins e Silva elaborou parecer onde defendia a citada aspiração dos sargentos e praças. Depois, no STF, através do novo Procurador, Sr. Cândido de Oliveira, onde fez uma veemente defesa oral da inconstitucionalidade do cerceamento daqueles militares a uma premissa básica da cidadania.<sup>276</sup>

Sobre a rebelião em si, Batista de Paula classificou-a como uma reação impensada e emocional dos sargentos e praças sublevados ante a decisão do STF em negar-lhes a

---

<sup>274</sup> Última Hora, 16 de setembro de 1963, p. 8.

<sup>275</sup> Última Hora, 19 de setembro de 1963, p. 8.

<sup>276</sup> Última Hora, 20 de setembro de 1963, p. 8.

elegibilidade. Reiterou, uma vez mais, seu apelo aos companheiros de patente para que não embarcassem no uso político que a oposição vinha promovendo acerca do levante, o que, segundo o colunista, somente traria ainda mais prejuízos à causa democrática que os sargentos sempre defenderam. Recorda que todas as conquistas obtidas pela "classe" vieram a partir do apoio aos poderes constituídos e à autoridade do governo. Relembra que a defesa da ordem legal e o respeito ao princípio da disciplina e da autoridade sempre foram uma marca tradicional dos sargentos, e que foi esse posicionamento que tornou possível conquistas como a estabilidade profissional e o acesso ao oficialato.<sup>277</sup>

Ante ao ambiente propício para explorações políticas sobre a rebelião dos sargentos, e tentando evitar sua penetração dentro dos quartéis, o Ministro da Guerra, Gen. Jair Dantas Ribeiro, via como urgente a necessidade de aprovação da emenda constitucional que iria alterar os dispositivos legais sobre o voto e a elegibilidade dos militares. Contando o chefe do Exército com o apoio dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica, ressaltou Batista de Paula que cabia, agora, ao Congresso Nacional, assumir todas as responsabilidades por todos os atrasos que eventualmente ocorressem na apreciação da proposta de emenda constitucional.

Sobre o problema do adiamento na apreciação, pelo Congresso, da emenda constitucional referente ao problema da inelegibilidade dos sargentos, Batista de Paula fez importante revelação, muito ilustrativa sobre as diretrizes políticas, empregadas pela bancada da UDN e pela ala mais conservadora do PSD, claramente voltadas à obstrução de toda e qualquer proposta vinda da base parlamentar que apoiava Jango, quer fossem projetos de lei ou propostas de emenda à Carta de 1946.

*"Pouca gente sabe, porém, que diante da promessa feita por deputados camponeses da mesa da Câmara de que a emenda corrigindo o dispositivo constitucional da inelegibilidade dos sargentos teria tramitação, o Sr. João Goulart obteve de amigos seus no Supremo Tribunal Federal que o julgamento da decisão do Superior Tribunal Militar fosse adiada por três vezes.*

*O último adiamento foi obtido a pedido do Presidente da República e também do General Jair Dantas Ribeiro, depois que o Deputado Henrique La Rocque, comparecendo ao Palácio do Planalto, revelou ao chefe da Nação temores fundamentados sobre as consequências de uma decisão do Supremo*

---

<sup>277</sup> Última Hora, 21 de setembro de 1963, p. 8.

*contra os sargentos eleitos deputados, no julgamento do recurso do Sargento Almoré Cavalheiro. (...) Mesmo assim o Presidente da República e seu Ministro da Guerra voltaram a conversar com o presidente do STF, Ministro Lafayete de Andrada e tiveram êxito. O Deputado La Rocque, (...) depois de esgotados os seus esforços junto à mesa da Câmara para fazer tramitar a emenda retornou ao Sr. João Goulart e confessor francamente a falta de ambiente e de boa vontade dos seus pares em favor da iniciativa. Ficou então o Supremo tribunal Federal liberado para decidir, o que fez negando o direito à elegibilidade dos sargentos, decisão que serviu de estopim para a rebelião de Brasília."*<sup>278</sup>

Uma vez que os três ministros militares, com o apoio de Jango, haviam elaborado a proposta de emenda à Constituição de 1946, versando sobre o direito ao voto e alistamento eleitoral para todos os militares, não tardaram a surgir empecilhos à sua tramitação. Denunciou Batista de Paula a ação da bancada do PSD, sobretudo na figura dos deputados federais Amaral Peixoto e Tancredo Neves, visando anular a extensão da elegibilidade para os cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares.<sup>279</sup> Refletindo, segundo o colunista, o posicionamento mais retrógrado da ala udenista liderada por Carlos Lacerda, o deputado federal Armando Falcão, em suas declarações mais recentes, afirmava que a Câmara não aprovaria nenhuma emenda à Constituição, muito menos uma que estendesse aos cabos e soldados o direito ao voto.<sup>280</sup>

Alertava aos comandantes para que olhassem para seus subordinados, especialmente numa época de dificuldades materiais enfrentadas pela maioria da população, e considerando os avanços testemunhados, sobretudo, na legislação social. Esperava dos chefes militares a inclusão de seus subordinados nos benefícios que a Nação concedia aos oficiais e sargentos, através de uma revisão na legislação, que não mais permitisse que um homem fosse menosprezado apenas porque não obteve destaque na hierarquia social, mais por culpa do Estado do que dele.<sup>281</sup> Em entrevista ao Presidente João Goulart, realizada no Palácio do Rio Negro em janeiro de 1964, na cidade de Petrópolis (RJ), indagando-o sobre o direito ao voto para cabos e soldados, obteve resposta de Jango reafirmando seu interesse em que o projeto de emenda

<sup>278</sup> Última Hora, 23 de setembro de 1963, p. 2 (2º Caderno).

<sup>279</sup> Última Hora, 26 de setembro de 1963, p. 8.

<sup>280</sup> Última Hora, 1º de outubro de 1963, p. 8.

<sup>281</sup> Última Hora, 2 de janeiro de 1964, p. 6.

constitucional fosse votado ainda naquele ano. Falando sobre a elegibilidade dos cabos e soldados, o Presidente João Goulart comentou:

*"Esse é um dos pontos pelo qual tenho me batido desde a minha primeira campanha como candidato a Vice-Presidência da República e nele tenho insistido, porque não entendo a exclusão do processo político brasileiro de milhares de cidadãos bem formados, em condições de participarem ativamente do aperfeiçoamento do regime democrático, mas que estão impedidos de fazê-lo pela simples razão de serem cabos e soldados das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. (...) O direito ao voto aos cabos e soldados, exercido livremente nos países mais adiantados, como nos Estados Unidos, inclusive em plena guerra, quando os soldados americanos votaram nas trincheiras, é tido em nossa Pátria como um autêntico tabu que precisa ser derrubado".<sup>282</sup>*

Da entrevista com o Presidente João Goulart veio a autorização para que o colunista, acompanhado do deputado federal Hélio Ramos (PSD-BA) elaborassem uma emenda à Constituição, a ser apresentada na Câmara Federal, depois de serem ouvidos os chefes militares e os líderes das associações de cabos e soldados pelo país.<sup>283</sup> Contava esta proposta de emenda com o apoio integral das bancadas do PTB na Câmara e no Senado. Apesar de majoritariamente contrária ao direito ao voto para os praças, grande parcela dos parlamentares do PSD estava disposta a acompanhar o colega Hélio Ramos na aprovação da proposta de lei. Mesmo sem saber o posicionamento da UDN sobre a questão, o colunista achava plausível supor que sua bancada assumiria posição contrária a sua aprovação, sobretudo se decidissem após ouvir Carlos Lacerda.<sup>284</sup> Sobre a elegibilidade dos cabos e soldados, afirmou Batista de Paula que os parlamentares então resolutos a não apreciarem a proposta de emenda à Constituição, eram os mesmos que, no pleito de 1960, adotaram a defesa desta causa apenas como um chamariz eleitoreiro, usado para atrair votos dos cabos e soldados e seus familiares.<sup>285</sup>

Fora do legislativo federal, a Justiça Eleitoral, a partir de um mandado de segurança impetrado, segundo o colunista, por um "advogado aragarciano", ameaçava cassar o

<sup>282</sup> Última Hora, 17 de janeiro de 1964, p. 6.

<sup>283</sup> Última Hora, 23 de janeiro de 1964, p. 6. e 25 de janeiro de 1964, p. 6.

<sup>284</sup> Última Hora, 18 de fevereiro de 1964, p. 6.

<sup>285</sup> Última Hora, 27 de janeiro de 1964, p. 8.

mandato do Sgt. Antônio Garcia Filho. Não escondia as duras críticas que nutria à atuação política do sargento-deputado, a qual classificava como sectária e radical, que o divorciava da maioria de seus colegas de posto, esclarecidos porém obedientes às leis e às autoridades. Porém, não se podia ignorar uma ameaça vinda da mesma Justiça Eleitoral que, um ano antes, dera condições ao registro de candidatura e à diplomação do citado parlamentar, e agora queria repetir a postura do STF quanto ao veto à elegibilidade dos sargentos. Questionou o colunista sobre os motivos que levavam a Justiça Eleitoral não cassar os mandatos dos deputados que, desafiando o regime, admitiram ter recebido vultuosa ajuda financeira do IBAD, e querer anular o de um deputado pelo simples fato do mesmo ser um sargento.<sup>286</sup>

Tal como outros problemas vividos pelos sargentos e praças das Forças Armadas e Auxiliares, o problema do direito ao voto e ao alistamento eleitoral, ao longo dos anos de publicação de "Plantão Militar" foi, muitas vezes, visto ora como medida importante para o aperfeiçoamento da cidadania, entre seus defensores, ora como tabu ou incômodo que deveria ser evitado a qualquer custo, entre seus detratores. Em certos contextos, a elegibilidade contou com grande apoio e ambiente favorável; já em outras situações, angariou adversários dentro e fora da Instituição Militar, que enxergavam nesta medida um precedente perigoso de intromissão da política nos meios militares.

---

<sup>286</sup> Última Hora, 14 de outubro de 1963, p. 8.

### 3.2 – *Outras questões:*

"Plantão Militar" foi um espaço criado dentro do jornal *Última Hora* em meio a um ambiente de intenso conflito político na sociedade brasileira, ao qual as Forças Armadas não ficariam incólumes. Como parte integrante de um periódico com uma linha editorial dedicada a apoiar os valores, tradições e propósitos do trabalhismo, e sua identificação com os anseios e demandas dos trabalhadores e dos mais humildes, a coluna de Batista de Paula refletiria essas intenções. Dedicada à abordagem jornalística sobre as Forças Armadas e Auxiliares, tendo como sinal distintivo a presença de um colunista conhecedor do assunto, com experiência e vivência do cotidiano militar que lhe valeram acesso e trânsito privilegiados entre as principais autoridades militares e civis da República, a coluna "Plantão Militar" prestava-se a um objetivo muito específico. Dentro do escopo de assuntos que caracterizava a orientação do diário, a coluna de Batista de Paula, de maneira geral, pautava seu tratamento do setor militar a partir da conciliação entre os anseios e demandas dos trabalhadores com finalidades inerentes à função militar, como a defesa da Pátria, por exemplo. Entretanto, esse patriotismo, ao longo de seus anos de publicação, incluiu também a ideia das Forças Armadas como elemento de promoção do desenvolvimento nacional.

Com o passar do tempo, especialmente após o governo de Juscelino Kubitschek, percebendo que o desenvolvimento, em alicerces nacionais, apesar de sua importância, não poderia promover a necessária justiça social, fundamental para a construção de um país mais justo, o colunista vê na agenda reformista defendida por João Goulart o princípio pelo qual as Forças Armadas deviam prestar sua colaboração e defesa. No entanto, um aspecto permanece constante ao longo do tempo de existência de "Plantão Militar": a defesa do respeito às autoridades constituídas, quer fosse a hierarquia de comando militar, ou os governos legítima e democraticamente constituídos. Para Batista de Paula, não importava qual fossem as reivindicações ou conquistas a serem obtidas pelos militares em geral, ou a "classe" dos sargentos em particular: o respeito à hierarquia e à disciplina, caros à formação militar, que também pressupunha a obediência aos governos, desde que eleitos pela vontade do povo, eram princípios basilares. Autênticos alicerces do que, face à crescente influência das oposições conservadoras ligadas, sobretudo, à ala lacerdista da UDN dentro das altas esferas de comando militares, considerava como a urgente união dos militares com os trabalhadores na defesa do regime democrático, de um país socialmente mais justo e de um Estado voltado às necessidades da maioria da população.

Sobre a ação da oposição udenista, Batista de Paula procurou sempre demonstrar a falácia presente em suas argumentações, quando estas demonstravam flagrante choque contra o que via como atividades promovidas pelas Forças Armadas de grande importância para o desenvolvimento da Nação. Por exemplo, na edição de 2 de maio de 1957, Batista de Paula criticava comentário de um deputado federal da oposição, ao qual não cita nome nem partido, que, do plenário da Câmara, bradou contra os milhões destinados pelo orçamento da União ao Exército. Segundo os termos do colunista, "manifestando uma falsa pureza franciscana e um patriotismo retardado", o referido parlamentar posicionava-se contra o alto valor do montante que o governo direcionava aos militares, por não achar justo que tantos milhões servissem apenas para financiar treinamento de ordem unida. Batista de Paula, contrapondo o conforto material proporcionado pela Câmara Federal aos deputados aos protestos vociferados pelo citado parlamentar, argumenta em defesa das atividades do Exército, mesmo em ambientes os mais inóspitos. Atividades que encarava como vitais ao desenvolvimento do país e que não mais se restringiam ao treinamento dos jovens para a defesa da Pátria.

*"No sul e no nordeste, em regiões que tornam a vida militar ainda mais árdua, porque sem nenhum conforto, Batalhões Rodoferroviários abrem estradas, fundam escolas e socorrem as populações, aumentando as vias de comunicação e levando com isso o progresso e a civilização em zonas até a pouco esquecidas pelos poderes públicos. Quem vive em contato diários com as "boites" e respira ar refrigerado no plenário da Câmara, refastelado em confortáveis poltronas, não pode sentir o amargor da vida dos engenheiros militares, dos sargentos e soldados da Engenharia no sertão nordestino ou nas campinas do sul, nem tampouco julgar o empreendimento que eles realizam no anonimato, com o espírito de pioneiros que caracteriza a atuação do Exército de Rondon. As estradas que estão sendo construídas no Tronco Principal Sul e Tronco Principal Nordeste, bem como as obras contra as secas nas regiões mais afetadas pelas longas estiagens, representam uma colaboração que os milhões destinados ao Exército, no Orçamento, jamais pagariam. Porque além do dinheiro a realização de obras desse porte exige dedicação, capacidade e principalmente muito patriotismo."*<sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> Última Hora, 2 de maio de 1957, p. 19.

Já na edição de 18 de junho de 1957, criticava o processo de honra ultrajada, aberto em conjunto pelo Gen. Juarez Távora, Brig. Muniz Guedes e Alm. Penna Boto, contra o Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott. Processo que era uma reação dos citados oficiais contra uma circular punitiva expedida pessoalmente pelo Ministro da Guerra, que, baseando-se em artigos presentes no Estatuto dos Militares, proibia terminantemente quaisquer militares da ativa de se manifestarem politicamente. O Gen. Henrique Lott lançara tal circular em represália ao manifesto apoio daqueles oficiais generais à tentativa de sublevação de alguns oficiais inferiores da Aeronáutica na base aérea de Jacareacanga (PA).

Realçando a ação conspiratória contumaz dos citados oficiais generais, que, de acordo com o colunista, ganhou notoriedade nacional a partir do suicídio de Getúlio Vargas, classifica a iniciativa daqueles militares como uma ridícula tentativa de agitação. Peça, portanto, de um jogo mais amplo, que há muito vinha sendo montado "(...) ora à beira do Túmulo de Etchegoyen, ora nos artigos acafajestados do líder de toda essa gente, no pasquim da Rua do Lavradio". Remendo-se ao período referente ao início do ano seguinte, quando o país ainda vivia clima de tensão e conflito em função do contragolpe legalista bem sucedido do Ministro da Guerra, assim como a recente repressão da revolta de Jacareacanga. Sobre essa conjuntura, comentou Batista de Paula: "(...) o ambiente era ainda de conspiração e expectativa e o general Lott era o alvo natural de todos os ódios, de todas as frustrações, de todas as manobras e articulações do golpe inconformado com a derrota. Na guerra como na guerra". E prosseguiu – em tom irônico, às raias do deboche –, sua crítica, não apenas contra os citados oficiais generais, mas também, e principalmente, contra a assessoria prestada pela ala lacerdistas da UDN no episódio.

*"Seria, pois, injuriar o ínclito brigadeiro Gomes, o nobre almirante Pena Boto, o honesto brigadeiro Guedes Muniz e o recatado general Juarez Távora, acusá-los de conspiradores? Ridículo seria quem dissesse o contrário – e eles próprios jamais esconderam sua condição de inconformados, como jamais desistiram do propósito de derrubar do Ministério o general Lott que, como soldado da Legalidade sempre foi considerado o inimigo número um dos que inutilmente tentaram destruir o regime.*

*(...) E mais: esse processo não pode esconder, em suas dobras, o propósito evidente de alimentar a conspiração e formar a agitação (...). A própria coincidência com as "homenagens" à memória de Etchegoyen e a volta ao circo do palhaço do Lavradio, dá bem uma ideia do que se esconde por trás dessa maquinação.*

*No fundo, só um ultraje existe: é o ultraje do 11 de novembro que os golpistas não esquecerão jamais."*<sup>288</sup>

Alguns dias depois, na edição de 27 de junho de 1957, mais uma vez o propósito de agitação e geração de instabilidade política, com insistência atribuídos pelo colunista aos grupos civis e militares aliados à UDN e sua fração lacerdista foi, uma vez mais, posta em pauta por Batista de Paula. Relembrando o episódio do parlamentar de oposição que se levantara, no plenário da Câmara dos deputados, contra o orçamento que o governo destinara ao Exército. Lembra, em particular, da objeção do referido parlamentar às verbas que o governo destinava ao Exército para a alimentação de seus cavalos. Apesar de não fazer nenhuma referência à cifras específicas, Batista de Paula concentra seus ataques ao que entende como uma demonstração de cinismo, partida do citado deputado. Este, contrariado com as vultosas quantias governamentais destinadas à ração animal no Exército, afirmava ser este um dinheiro jogado fora, que poderia ter sido investido na recuperação de menores abandonados, na construção de escolas para as crianças pobres, etc.

Tratando sobre a possibilidade de se mecanizar as Divisões de Cavalaria espalhadas pelo país – a sua maioria, espalhada pelas regiões de fronteira –, afirmava Batista de Paula que tal iniciativa seria duplamente interessante para o "entreguismo golpista". Além de ser um processo que demandaria tempo considerável, pois tal medida referia-se à substituição de uma modalidade de divisão militar com finalidades definidas pela Constituição, a mecanização das Divisões de Cavalaria obrigaria o Exército a adquirir, pagando-se preços em dólar, além do combustível, óleos diesel e lubrificante para seus carros de combate. Aponta os interesses dos trustes internacionais envolvidos na defesa da mecanização das Divisões de Cavalaria, expressos na fala do deputado, o que atrapalharia a produção petrolífera nacional: problema que, na ótica do colunista, enfraqueceria o Exército em sua função de elemento fomentador do desenvolvimento nacional; de guardião dos interesses nacionais.

---

<sup>288</sup> Última Hora, 18 de junho de 1957, p. 15.

*"Na realidade não pretendem os golpistas, que representam uma elite em decadência, solucionar o problema da infância abandonada, nem tampouco dar escolas às crianças, pois isso viria esclarecer o povo que eles pretendem enganar eternamente em proveito próprio. O que eles querem é tornar o Exército uma força amorfa ou então fazê-lo aparentemente mais forte com a mecanização das tropas de Cavalaria, e assim as nossas minguadas divisas, que devem ser empregadas na solução do problema de nossa total independência econômica seriam canalizadas para os cofres dos "trusts" do petróleo.*

*Como se vê, por trás da alfafa, nos discursos inflamados dos entreguistas, está o dedo das forças que lutam para manter o Brasil como País subdesenvolvido. Mas não conseguirão atingir esse objetivo, porque a opinião pública já os conhece sobejamente."*<sup>289</sup>

Outras escaramuças envolvendo a oposição udenista, e sua influência dentro das Forças Armadas, foram denunciadas por Batista de Paula em "Plantão Militar". Invariavelmente, as ações dos grupos militares adversários eram transmitidas aos leitores sob termos como "entreguistas", "agitadores", "conspiradores" e o mais comum e corriqueiro deles, "golpistas". Para os aliados das oposições conservadoras dentro das Forças Armadas, por outro lado, qualquer posicionamento que não fosse a obediência aos princípios da hierarquia e disciplina militares eram pintado com os tons carmesim da subversão e, principalmente, do comunismo. Em especial, incomodava os grupos conservadores, dentro e fora da Instituição Militar, a ascensão simbólica do Mar. Henrique Teixeira Lott como elemento principal da união, pretendida pelas esquerdas, entre Exército e trabalhadores. Como Ministro da Guerra, o Gen. Lott ocupava a chefia de uma força institucional, e social, que, desde a década de 1930, ocupava papel de destaque nas decisões políticas do país.<sup>290</sup> Por conta do papel de liderança que o oficial general exercera na manutenção da ordem legal e democrática no 11 de novembro de 1955, as Forças Armadas, além do papel de ponta de lança na construção dos destinos nacionais, passou a aglutinar outras demandas, associadas ao desejo de renovação social, econômica e política dos grupos sociais progressistas.

<sup>289</sup> Última Hora, 27 de junho de 1957, p. 19.

<sup>290</sup> CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Niterói, UFF, 2010 (Tese de Doutorado).

Essas novas prerrogativas políticas incomodavam setores das Forças Armadas que as observavam como clara manifestação de um processo subversivo em gestação, que devia ser combatido de maneira incisiva. Desde a vitória do contragolpe do Gen. Lott, e o seu destaque como pedra angular do governo de Juscelino Kubitschek, fator que tornou possível sua governabilidade, mesmo em meio a clara, e crescente, cisão política e ideológica verificada durante, e após, seu governo, a identificação crescente das Forças Armadas com os anseios populares, representadas na figura do Ministro da Guerra, serviam de argumento para ações de desafio à ordem.

Ao final do mês de outubro de 1958, por conta de uma viagem do Ministro da Aeronáutica, Brig. Correia de Melo, aos Estados Unidos, o Gen. Henrique Lott, seguindo ordens presidenciais, ocupou interinamente o cargo de Ministro da Aeronáutica. O episódio serviu para que parte considerável do oficialato da FAB, alinhada à tendências conservadoras, e com a amarga lembrança da derrota impingida pelo Gen. Henrique Lott ainda viva na memória, demonstrassem sua insatisfação com o que consideravam uma provocação. Durante a cerimônia de transmissão temporária do cargo, em 1º de novembro, o Diretor da inspetoria Geral de Aeronáutica, Brig. Ivo Borges, recusou-se a cumprimentar o Ministro da Guerra após bater continência para o oficial general, no que resultou, dias depois, em ordem de demissão daquele oficial general da FAB. Além disso, o Gen. Lott não foi cumprimentado pelos demais oficiais fabianos presentes à cerimônia – demonstração de indisciplina complementada pela ausência de vários outros oficiais da Aeronáutica à cerimônia. Tal atitude, acrescida de uma carta aberta publicada no *Jornal do Brasil*,<sup>291</sup> onde outros oficiais da Aeronáutica elogiaram a atitude de seus colegas na cerimônia de transmissão de cargo ao Gen. Lott, não passaria indiferente à "Plantão Militar", que fez duras críticas ao episódio, ao mesmo tempo que expunha o ponto de vista do Ministro da Guerra sobre o ocorrido.

*"Fui soldado e nessa situação sempre tive pela disciplina um respeito quase sagrado. Atualmente, como civil, ainda entendo que a disciplina é a base de uma força armada. Do contrário a força armada transforma-se, forçosamente, em bando armado.*

*Felizmente não é esse o caso da Aeronáutica. O pequeno grupo, cerca de 10% dos seus oficiais, não representa a totalidade dessa corporação. Não entendo, porém, como esses oficiais indisciplinados,*

---

<sup>291</sup> Citado em *Ibdem*, p. 161.

*que se rebelam contra uma decisão do presidente da República, podem comandar com a autoridade que o cargo exige. E amanhã, quando um soldado, um cabo ou um sargento, resolver não se subordinar a um desses oficiais que hoje dão à Nação tão triste espetáculo, qual providência ele tomará, levando-se em consideração o seu exemplo?*

*Tudo o que aconteceu bem mostra que ainda não foram cicatrizados os ressentimentos dos golpistas, os mesmos que pretenderam evitar a posse dos eleitos, mas na hora da decisão deram no pé.*

*(...) Fossem eles levados ao Tribunal, como réus de crimes militar, e possivelmente agora não teria surgido o movimento de rebelião que tanto diminuiu o Brasil no exterior.*

*Tenho comigo um princípio de velho soldado que manda não transigir com a indisciplina. Os que não se enquadram não podem receber as vantagens que a carreira proporciona, levando-se em consideração os sacrifícios da vida militar.*

*(...) O tratamento dada pelo Exército ao brigadeiro Correia de Melo, na pasta da Guerra, deveria por uma questão de equidade de ética, ser retribuído ao General Lott na Aeronáutica. Como isso não aconteceu só mesmo enquadrando, como militares que são, os responsáveis pelos tristes acontecimentos registrados na Aeronáutica."*<sup>292</sup>

O governo de Juscelino Kubitschek aproximava-se do fim, envolto em acusações de corrupção, leniência quanto ao ritmo inflacionário do aumento nos preços, presença crescente do capital estrangeiro, a despeito da agenda nacional-desenvolvimentista que constara nos "50 anos em 5" propostos pela aliança política entre PSD e PTB, que tornara possível sua vitória eleitoral.<sup>293</sup> Ao longo da década de 1950, o Partido Trabalhista Brasileiro vivenciou uma gradual, e importante, guinada à esquerda, ao defender, sobretudo no final do decênio, um programa reformista. Orientação que aproximou os comunistas das teses defendidas então pela ala mais radical do PTB, que encontrou na figura de Leonel Brizola sua principal liderança.

Diante deste quadro conjuntural, Juscelino achou, por bem, não prestar apoio a nenhuma coligação político-partidária ou candidato para as eleições de 1960. Apostava

<sup>292</sup> Última Hora, 10 de novembro de 1958, p. 12.

<sup>293</sup> Ao final do governo de Juscelino Kubitschek, já não havia mais um apoio unânime à aliança política entre PTB e PSD, acabando com o que Maria Victória Benevides chamou de "ponto ótimo de equilíbrio" entre as duas forças político partidárias. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

numa derrota eleitoral do Mar. Henrique Teixeira Lott, que, muito relutantemente aceitou candidatar-se à Presidência fazendo coligação política com a maior parte dos trabalhistas, que defendiam, novamente, a candidatura de João Goulart como Vice-Presidente da República. Da parte dos nacionalistas, que já vinham de um processo de questionamento quanto à legitimidade da liderança de seus partidos, passou a tomar corpo a tendência à formação de grupos suprapartidários, dedicados à defesa de reformas na sociedade brasileira. Entre as elites políticas e empresariais, ganhou fôlego uma tendência à polarização entre os nacional-reformistas, de um lado, e os conservadores, de outro. Polarização que, em última instância, representou o antagonismo entre duas propostas diametralmente opostas de organização da sociedade brasileira. Uma, inclinada à defesa de um país independente do ponto de vista econômico e político e voltada á promoção de uma maior justiça social. Outra, que se pautava no apoio à uma maior integração do Brasil ao capitalismo internacional, ao estreitamento de relações com os Estados Unidos e impedimento da consecução de qualquer proposta de reforma de base.<sup>294</sup>

Ao final de 1959, o Diretório Distrital do PSD no Estado da Guanabara escolheu Batista de Paula, juntamente com o jornalista Milton Senna, dos *Diários Associados*, como assessores militares da candidatura do Mar. Henrique Teixeira Lott à Presidência da República. Convite que, de acordo com o ofício redigido pelo referido Diretório Distrital pessedista, transcrito pelo colunista, deu-se em função dos "(...) relevantes serviços prestados ao povo carioca, e, mui especialmente à candidatura presidencial do Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott por V. Exa., através de sua brilhante coluna PLANTÃO MILITAR."<sup>295</sup> Ao falar sobre a campanha de seu candidato à Presidência da República, mesmo diante do visível cuidado do colunista para não expor a quase ausência de apoio da legenda partidária de origem do Marechal, Batista de Paula acaba ilustrando, de maneira enviesada os problemas desta candidatura. Nos argumentos do colunista, a sinceridade nos pronunciamentos de seu candidato, que compensavam seu pouco talento para discursos, contrapunham-se aos "dons artísticos" de seu adversário, em quem enxergava um político profissional.

*"Sem fazer campanha, sem um contato mais íntimo com o eleitorado, o Marechal Lott está superando em prestígio e popularidade o seu*

<sup>294</sup> CARLONI, Karla Guilherme. *Op. cit.* p. 186-187.

<sup>295</sup> Última Hora, 22 de dezembro de 1959, p. 8.

*adversário, com o início da campanha pelo interior do Brasil é natural que sua posição melhore ainda mais.*

*(...) Temos conversado com muitos políticos da situação que há dois meses atrás não acreditavam no êxito da candidatura Lott. Agora, porém, eles próprios confessam não entenderem o fenômeno do crescimento da candidatura nacionalista.*

*(...) E o povo, esta é a verdade, está desejoso de ter na Presidência da República um homem sério, que não sabe mentir, que não é político profissional, que não tem nenhuma falha ou omissão na sua vida pública em quase meio século.*

*Os políticos profissionais, especialmente os da oposição, apontavam como uma falha séria do candidato nacionalista não ser ele um "grande orador, um mágico das palavras". Nesse particular Jânio levaria grande vantagem porque é apenas um "bom orador" mas um excelente artista." <sup>296</sup>*

Batista de Paula também expos os motivos que levavam o Mar. Lott a ser um ídolo entre os sargentos. Até a gestão do oficial general no Ministério da Guerra, os sargentos do Exército, passados 10 anos no serviço ativos, com tempo de reengajamento previsto para mais 10, os sargentos eram dispensados de suas funções e, em virtude dos anos passados dentro do quartel, não conseguiam se readaptar à vida civil. Com a aprovação da lei da estabilidade para os sargentos (Lei n.º 2.852 de 25 de agosto de 1956), o então Ministro da Guerra angariou imensa gratidão destes militares, que se tornariam o grande fiel da balança, em termos eleitorais, dentro das Forças Armadas, em especial o Exército. É o que demonstra o colunista na edição de "Plantão Militar" de 14 de março de 1960.<sup>297</sup>

*"No discurso que pronunciamos na noite memorável de 25 de agosto de 1956, na sede do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, na qualidade de sócio-fundador n.º 2 da prestigiosa instituição, perante o Ministro da Guerra e outros doze generais, (...) afirmamos que daquela data em diante o então General Lott passaria a ser uma espécie de ídolo dos sargentos do Brasil, porque tinha tido a coragem de defender publicamente, através de declarações divulgadas neste jornal, a estabilidade desses militares aos 10 anos de serviço,*

<sup>296</sup> Última Hora, 22 de fevereiro de 1960, p. 10.

<sup>297</sup> *Op. cit.* p. 129.

*cuja promulgação da lei estávamos festejando naquela histórica reunião.*

*Naqueles dias, o Ministro da Guerra nem pensava na presidência da República. (...) Mas nós, antevendo os acontecimentos futuros, afirmamos que "um posto mais alto que o de Ministro da Guerra estava á espera do General Lott".*

*(...) Nesse acontecimento os sargentos, que representam uma parcela considerável da opinião pública e vivem no meio do povo, tiveram uma boa dose de culpa. Eles iniciaram o processo de popularização do chefe militar, propagando suas qualidades e virtudes por todo o País, e ainda formaram uma sólida base nas Forças Armadas no movimento de 11 de novembro." <sup>298</sup>*

As eleições de 1960, além de marcarem uma derrota política os grupos nacional reformistas, representaram também um ponto de inflexão na orientação editorial de *Última Hora*. Para além da expressiva vitória eleitoral de Jânio Quadros à Presidência da República, a subida ao poder de Carlos Lacerda no governo do Estado da Guanabara, e a certeza no recrudescimento de seu discurso antigetulista e antitrabalhista, marcaria a opção, adotada por *Última Hora*, relativa a atacar, sem descanso e sem dó, a presença do líder udenista na imprensa e na política nacional. Onde quer que fosse o governador da Guanabara, lá estava, atrás dele, um repórter do *Última Hora* a lhe seguir os passos. Graças a tal estratégia, o jornal de Samuel Wainer noticiou graves irregularidades no governo de Lacerda na Guanabara, tais como denúncias de que moradores de rua estavam sendo friamente assassinados com tiros na cabeça, a remoção da população faveladas que viviam nas áreas da Zona Sul carioca, a truculência da polícia da Guanabara e reclamações como a falta d'água em alguns bairros do Rio de Janeiro.<sup>299</sup>

No caso específico da coluna "Plantão Militar", as ações de Carlos Lacerda que se chocassem a determinações de autoridades militares eram, invariavelmente, classificadas como ato de provocação política. Foi o caso de denúncia feita pelo colunista contra uma ordem, expedida pelo governador da Guanabara, determinando a derrubada de uma ponte que fazia ligação à Ilha de Gigóia, destino de fim de semana de alguns oficiais do Exército, e muitos civis, adeptos da pescaria, onde muitas pessoas possuíam casas onde passavam sábados e domingos. Esclarece que os moradores do local construíram legalmente as suas casas na região, com autorização do Ministro da

<sup>298</sup> *Última Hora*, 14 de março de 1960, p. 15.

<sup>299</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Op. cit.* p. 87.

Marinha, Alm. Amorim do Vale, responsável pela concessão do terreno, que pertencia à União, então sob administração do Gen. Altair de Queiroz.

*"Primeiramente devemos esclarecer que a área ocupada pertence à União e ninguém construiu seu barraco na valentia, mas com autorização dada pelo Ministro da Marinha, na época o Almirante Amorim do vale, insuspeito para o Sr. Carlos Lacerda.*

*Mas na onda de provocação ao Exército, por sinal gratuita, (...) o Governador permitiu que seu chefe de gabinete, excelente jogador de futebol na praia, mas na realidade um meninão irresponsável, atingisse o General Altair de Queiroz, em programa de TV onde que se apresentou como vedeta.*

*(...) Tanto repúdio e tanta indignação provocou a atitude do Governador contra o General Altair de Queiroz, que na terça-feira última (...) recebeu o ilustre chefe militar uma grande homenagem de seus camaradas e amigos.*

*(...) De qualquer maneira o General Altair de Queiroz, aos amigos que o procuram para apresentar solidariedade, declara sempre: "Eles podem tirar meu barraco de pesca, levar meu barco, os meus anzóis, ocupar o terreno. Mas que não tentem respingar de lama a minha honra, que aí eu vou me defender..."<sup>300</sup>*

Pouco durou a satisfação da bancada udenista com a vitória eleitoral de Jânio Quadros, face o estilo político personalista e independente adotado pelo Presidente da República. Mesmo contando com numerosa bancada parlamentar e alguns ministérios do governo, a UDN se ressentia do isolamento imposto pelo governo janista, sobretudo, no que se referia às decisões governamentais.<sup>301</sup> Sem consultas a figuras de proa do partido, como Carlos Lacerda, ou mínimas negociações quanto a cargos importantes para se compor um esquema de poder, a independência política expressa nas ações de Jânio Quadros não tardou a se transformar em motivo de insatisfação entre seus antigos aliados udenistas, que passaram à carga contra seu governo. Em 21 de agosto de 1961, Batista de Paula trata da crise institucional que se abatera sobre o governo de Jânio Quadros como ilustração clara da tendência golpista que se apossara das Forças Armadas. Para o colunista, toda a crise que então se descortinava no cenário político

<sup>300</sup> Última Hora, 20 de janeiro de 1961, p. 4 (2º Caderno).

<sup>301</sup> BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit., p. 117.

nacional era fruto direto do golpismo udenista, expresso, entre os militares, no desejo de fazer política – o que os punha em divórcio com suas obrigações profissionais.

*"A crise que envolveu o Presidente da República e o governador da Guanabara, pelas suas conseqüências políticas, vai determinar novas mudanças nas Forças Armadas, especialmente na Aeronáutica, onde todos os comandos estão entregues a oficiais mais ou menos ligados ao Sr. Carlos Lacerda, pela amizade ou politicamente.*

*Neste momento JQ, se necessitasse, contaria com poucos elementos da FAB, desde que os oficiais legalistas, apenas porque apoiaram o governo passado e exerceram funções estritamente militares, estão sem função ou em cargos de gabinete, longe da tropa.*

*(...) A verdade que surgiu por trás da crise é que o Presidente da República, se realmente deseja ordem e tranquilidade no País e governar com segurança, terá de fazer voltar aos postos de comando os militares que serviram no governo passado, não por simpatia a JK, mas por convicção legalista, evitando entregar a tropa a militares que preferem a política, esquecidos dos seus deveres e do juramento de servir sempre à Nação, defendendo as instituições, o regime e a ordem."*<sup>302</sup>

A crise política advinda à renúncia de Jânio Quadros resultou, na Guanabara, em prisões arbitrárias ordenadas por Carlos Lacerda. Os alvos principais dessas ações repressoras eram os jornais que se opunham à tentativa de golpe dos ministros militares. Com apreensões de jornais contrários à ação golpista (*Diário de Notícias, O Jornal, Correio da Manhã e Última Hora*), apenas a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, contou com liberdade suficiente para veicular as notícias que lhe convinha, cuja tônica procurava reforçar um clima de tranquilidade apenas aparente.<sup>303</sup> Em paralelo à imagem de tranquilidade que o periódico de Lacerda esforçava-se em transmitir, ações favoráveis à manutenção da ordem legal eram noticiadas como atos comunistas. Já *Última Hora*, ao contrário, foi o periódico que teve de suportar o maior peso da repressão e da censura lacerdista, em função de seu franco apoio ao ideário getulista, trabalhista e nacionalista – posição, portanto, contrária ao golpe. Prova disso foi a prisão, não apenas de Batista de Paula, como também de outros seus colegas de

<sup>302</sup> *Última Hora*, 21 de agosto de 1961, p. 4 (2º Caderno).

<sup>303</sup> CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Op. cit.*, p. 95-96.

profissão, por policiais paisanos chefiados pelo Cel. Carlos Ardovino Barbosa, chefe de polícia da Guanabara. Na edição de "Plantão Militar" de 12 de setembro de 1961, Batista de Paula, expõe, com base em fontes do Serviço de Informações do Exército, o esquema golpista tramado por Carlos Lacerda na Guanabara. Em especial, o colunista destaca o que entende como um trabalho gradual de envolvimento político de Carlos Lacerda sobre o Mar. Odylio Denys.

*"Poderia atrapalhar seu plano visando empolgar os três Ministros militares, o Marechal Odylio Denys, que dois anos antes tinha sido uma das mais visadas vítimas de sua penas leviana. Seu trabalho de envolvimento do Ministro da Guerra foi lento mas objetivo. Começou como uma simples visita de cortesia ao Marechal e acabou numa falsa fraternal amizade.*

*Ninguém entende, até hoje, como o Marechal Denys, depois de ter sofrido o diabo nas mãos de Lacerda, que o feriu na honra do homem e de soldado, aquiesceu em recebê-lo e no final até em ser seu aliado."*<sup>304</sup>

Meses depois, já sob a égide do sistema parlamentarista, Batista de Paula escreve artigo em "Plantão Militar" em que elogia a atenção dispensada pelo Presidente João Goulart às demandas dos sargentos. Nesse ponto, chama a atenção o destaque dado pelo colunista à boa vontade do Presidente para com as demandas destes militares, mesmo em meio a um cotidiano assoberbado de trabalho.

*"Embora não disponha de tempo, pois é o centro de todos os acontecimentos aqui em Brasília - apesar do Parlamentarismo - o Presidente João Goulart recebeu-nos ontem, duas vezes, para ouvir com a atenção de sempre as nossas ponderações e apelos.*

*E por justiça declaramos: todas as vezes em que conversamos com o Presidente sobre problemas dos militares, especialmente dos Sargentos, ele mostrou-se satisfeito e disposto a envidar todos os esforços possíveis para não desapontar a disciplinada classe.*

*A verdade, meus amigos, é que o Presidente mesmo sem tempo, cheio de atribuições e pesadas*

---

<sup>304</sup> Última Hora, 12 de setembro de 1961, p. 8.

*responsabilidades que lhe impõe o cargo, não esquece nunca os seus amigos sargentos."*<sup>305</sup>

Dentro do espírito de conciliação nacional após uma grave crise política e institucional – nítida orientação editorial então assumida por *Última Hora* – o reforço, feito pelo colunista, das referidas qualidades e adjetivos do Presidente João Goulart vinham bem a calhar. Estando aliado às instituições e ao poder vigente, dentro e fora da Instituição Militar, tais menções elogiosas à figura de João Goulart tanto expressavam a real e efetiva admiração de Batista de Paula para com o chefe do Poder Executivo, visto pelo colunista como peça fundamental na promoção de uma sociedade mais justa, quanto uma orientação de caráter mais geral, a nortear as edições de *Última Hora* a partir de então.

A solução parlamentarista, fórmula encontrada para dar fim à crise institucional de agosto / setembro de 1961 que deu condições à subida de João Goulart ao poder, ia contra os planos reformistas dos grupos nacionalistas de esquerda do período. Já os grupos conservadores de oposição esperavam que o sistema parlamentarista de governo lhes permitissem a manutenção de certo nível de tutela sobre as propostas de reforma demandadas pelos grupos e movimentos sociais progressistas do Brasil.<sup>306</sup> A cisão entre nacional-reformistas e conservadores ia tomando, gradualmente, posições e direções cada vez mais não tergiversantes. Para o jornal de Samuel Wainer, a presença de Jango na Presidência da República representou seu retorno à órbita do poder, a reconstrução de uma aliança consolidada desde o segundo governo de Getúlio Vargas, continuada na gestão de Juscelino Kubitschek, porém rompida no breve mandato de Jânio Quadros. Samuel Wainer mantinha estreitos laços de amizade com João Goulart, o que, certamente, facilitava seu acesso ao chefe do governo, tanto no papel de braço direito quanto no de contato entre o governo e grandes empresários. Isso explica, também, o recrudescimento do periódico no que tange aos ataques contra Carlos Lacerda. Pelos motivos expostos, não é de estranhar que tenha sido justamente *Última Hora* a apoiar, abertamente e entusiasticamente, a realização de um plebiscito, em ostensiva campanha em defesa do retorno do presidencialismo. Plano que fazia parte de uma estratégia mais ampla do jornal de Samuel Wainer em servir como ponto de referência, tornando sua toda uma gama de pontos de vista nascidos entre seu público leitor.

<sup>305</sup> *Última Hora*, 16 de novembro de 1961, p. 8.

<sup>306</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas?* São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 187-188.

O retorno do presidencialismo, e o consequente resgate dos plenos poderes políticos de João Goulart, e o otimismo subsequente a estes acontecimentos foram, com o tempo, cedendo espaço a um certo distanciamento crítico, onde o jornal noticiava apenas o que julgava importante sob o prisma da agenda política e dos valores e tradições do getulismo e do trabalhista – que, em última análise, também era a do referido jornal. Na edição de "Plantão militar" de 10 de janeiro de 1963, Batista de Paula comentava sobre a atuação de alguns militares, assim como do próprio Presidente da República João Goulart, no sentido de sua colaboração tanto na realização do plebiscito quanto do próprio retorno do regime presidencialista. Nomeando-os individualmente, os militares citados pelo colunista – todos pertencentes às alas legalista e nacional reformista nas Forças Armadas – têm em comum, segundo sua perspectiva, o apreço pela ordem estabelecida e as autoridades governamentais.

*"Embora o plebiscito seja um acontecimento puramente político, decidido pelo Congresso Nacional, a sua realização teve uma força diferente a impulsioná-la. E sem essa força, estejam certos os brasileiros, este país continuaria vivendo crises e mais crises até cair no caos para satisfação dos "gorilas", que no Brasil usam gravata e combatem a farda.*

*(...) É bem verdade que nas Forças Armadas, em todos os escalões, a esmagadora maioria sempre optou pelo regime de responsabilidade e de autoridade, já que o soldado, pela sua formação, não aceita nenhum sistema de governo que tem como base a divisão dos poderes e responsabilidades, transformando o País numa casa em que todos mandam e ninguém obedece."*<sup>307</sup>

Desde que a rebelião dos sargentos havia sido reprimida pelo governo, Batista de Paula insistia na necessidade de alteração do dispositivo constitucional da Carta de 1946 que tratava do direito ao voto para os militares, colocada pelo Ministro da Guerra, Gen. Jair Dantas Ribeiro, em virtude da perigosa situação que então se descortinava, propícia para que dela se aproveitassem "perigosas explorações políticas destinadas a penetrar fundo nos quartéis". Segundo o colunista, a opinião do oficial general era de que todo militar, independente da patente que ocupasse, deveria ser transferido para reserva assim que obtivesse o registro de seu nome na Justiça Eleitoral. Dali por diante, passaria a pressionar o Congresso Nacional, através dos editoriais de sua coluna, no sentido de

---

<sup>307</sup> Última Hora, 10 de janeiro de 1963, p. 9.

ver consolidado tal objetivo através da aprovação de emenda à Constituição.<sup>308</sup> Três dias depois, em 26 de setembro, seu artigo em "Plantão Militar" queixava-se especialmente do papel exercido pela bancada do PSD, em especial os deputados Amaral Peixoto e Tancredo Neves, que retiraram os cabos e soldados do texto da proposta de emenda constitucional relativa ao direito ao voto dos militares, marginalizando-os do processo político. Segundo conversa que mantivera com o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, a inclusão dos cabos e soldados na proposta de emenda constitucional era fundamental, pois atendia a uma vontade manifesta pelo Presidente da República em suas campanhas eleitorais anteriores.<sup>309</sup>

Paralelamente, recrudesciam as acusações de Batista de Paula contra a bancada da UDN no Congresso, em especial sua ala lacerdista, a quem aponta como responsável direta pela rebelião de Brasília, por deliberada e intransigentemente se fecharem em torno da não aprovação do direito à elegibilidade para os militares.<sup>310</sup> Dentro das Forças Armadas, crescia o temor, sobretudo dos grupos de oficiais gerais preocupados com a ausência de uma postura mais enérgica da parte de João Goulart em relação à aplicação das punições previstas nas leis militares para os praças envolvidos na fracassada tentativa de rebelião na Capital Federal. Em ordem-do-dia, escrita sob a forma de manifesto, divulgado na imprensa, o comandante do II.º Exército, Gen. Peri Constant Bevilacqua, manifestava sua contrariedade não apenas com a fracassada rebelião em Brasília, a qual interpretava como fruto da crescente influência sindical de esquerda entre as baixas patentes das Forças Armadas. Na avaliação de Batista de Paula, o citado manifestado, além de clara demonstração de indisciplina, pois saíra à imprensa dentro de uma capa usada em típicas "notas de instrução" visando, assim, burlar o Regimento Disciplinar do Exército (RDE), vinha a público em momento nada oportuno, por atizar a fogueira das manifestações políticas dentro das Forças Armadas, a qual o Ministro da Guerra vinha tentando apagar. Acha estranho que o mesmo general, que na crise de agosto e setembro de 1961, por permanecer favorável à posse de Jango, sofreu ataques de todos os lados da imprensa, agora se mostrasse disposto a comprazer-se com seus antigos algozes. Relembra que circunstância parecida ocorreu quando o mesmo oficial general comandava a 3.ª Região Militar.

---

<sup>308</sup> Última Hora, 23 de setembro de 1963, p. 2 (2º caderno).

<sup>309</sup> Última Hora, 26 de setembro de 1963, p. 8.

<sup>310</sup> Última Hora, 20 de setembro de 1963, p. 8.

*"Quando o General Peri, ainda comandante do 3.<sup>a</sup> Região Militar, pediu que fosse amarrada uma lata no rabo dos golpistas, o mundo da reação quase lhe caiu sobre a cabeça e não foram poucos os que pediram a sua presença no pelourinho. Esses mesmos cavalheiros, que ontem o combatiam, hoje lhe balançam o turíbulo, pretendendo transformar, pretendendo transformar o velho positivista num instrumento da reação contra os trabalhadores e contra, principalmente, o Governo do Presidente João Goulart, ao mesmo tempo em que seu pronunciamento feriu também a posição do Ministro da Guerra e abriu o precedente para outras manifestações no âmbito do Exército.*

*Conhecemos a posição do General Peri de defensor intransigente da legalidade. Mas em São Paulo, naturalmente pelo envolvimento, passou ele a fazer o jogo de Ademar e, fazendo o jogo do Governador de São Paulo, embarca na mesma canoa do Governador da Guanabara, fortalecendo com sua ação o chamado "Eixo Rio-São Paulo".<sup>311</sup>*

Outro fato que exaltou os ânimos políticos dos militares foi a entrevista concedida por Calos Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*, publicada na edição de 1º de outubro do jornal *Tribuna da Imprensa*. Na entrevista, recebida com contrariedade pelos chefes militares, o governador da Guanabara aconselhava o governo norte-americano a negar ajuda e financiamento financeiro ao governo brasileiro, prevendo que, dentro em breve, o Presidente João Goulart seria derrubado. Para o líder udenista, conceder ao governo brasileiro qualquer tipo de ajuda financeira, dado o delicado momento político vivido então pelo país seria, segundo seus termos, "vender rosas numa taverna de ópio ou tranquilizantes a quem já está totalmente descontrolado". Não por acaso, o momento da entrevista de Carlos Lacerda coincidia com a viagem do Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, aos EUA, a fim de estabelecer negociações com o governo norte-americano. Em tom acusatório, afirmou que o governo brasileiro estava nas mãos dos comunistas, que, por sua vez, estavam decididos a parar o país e a degenerar toda a economia e o espírito público.

Em consonância à opinião manifestada pelo governo, em especial os três ministros militares, em reação à entrevista de Carlos Lacerda, Batista de Paula solidarizava-se com o sentimento geral de indignação externado não apenas pelas mais variadas

---

<sup>311</sup> Última Hora, 24 de setembro de 1963, p. 8.

instâncias do governo, como também organizações sindicais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e grupos legislativos nos estados. Alertou o colunista que, com sua entrevista, o líder udenista, além de motivar dura resposta da parte dos chefes militares ao que estes entendiam como uma clara conspiração contra o governo, incorrera em, pelo menos, sete crimes contra a Lei de Segurança Nacional e que, se cumprida pelo governo a exigência, então corrente na opinião pública, de que fosse processado, acabaria condenado a alguns anos de prisão. O mesmo alerta era estendido pelo colunista à Adhemar de Barros, que, de acordo com o colunista, resolvera lançar ameaças públicas afirmando poder mobilizar sessenta mil homens em São Paulo – ao que Batista de Paula respondeu, dizendo que o governador paulista se esquecera que "basófia de gagá não amedronta mais o Governo Federal".<sup>312</sup>

A situação criada pela entrevista de Carlos Lacerda motivou reunião de João Goulart com seus assessores e ministros mais próximos, sobretudo os três comandantes das Forças Armadas, onde decidiu-se pela decretação do estado de sítio. Segundo Batista de Paula, a solicitação que Jango fazia então ao Congresso para a decretação do estado de sítio justificava-se em função do perigo em que se encontrava o regime. Numa analogia à medicina, afirmou que estando o governo brasileiro, necessitado de uma incisiva intervenção cirúrgica, e não de remédios homeopáticos, precisava da habilidade de um bom cirurgião, cujo bisturi fora colocado nas mãos de João Goulart pelos três ministros militares antes que o mal se tornasse epidêmico, com graves consequências para a população. Denunciou o que denominou como grupos políticos e econômicos inconformados que se valiam das liberdades constituídas para conspirarem e armarem seu dispositivo de terror, visando a submissão da Nação aos seus caprichos e interesses. Como grave consequência da ação desses grupos, apontava para a crescente indisciplina em algumas unidades militares, que considerava fruto direto da crise que era alimentada pelos inimigos da ordem e da democracia, que faziam de tudo para se utilizar dos homens de farda para concretizar suas jogadas ambiciosas e impatrióticas. Como principal justificativa para o pedido de estado de sítio apontava as atividades subversivas de Carlos Lacerda, que tentava torpedear as missões econômicas do governo no exterior, e Adhemar de Barros, que conspirava abertamente contra o governo ameaçando recrutar sessenta mil homens, que poderiam ser utilizados contra o Presidente João Goulart. Expostas as ameaças, o colunista afirma que o pedido do

---

<sup>312</sup> Última Hora, 2 de outubro de 1963, p. 8.

estado de sítio visava, acima de tudo, proteger o governo federal da atuação dos conspiradores e, com o apoio das Forças Armadas, resguardar a Constituição.<sup>313</sup>

Não tardou, entretanto, para que o pedido de estado de sítio proposto por Jango provocasse reações, tanto à direita, como no caso da Associação Comercial de São Paulo, quanto à esquerda, entre os trabalhadores vinculados ao CGT. Na apresentação do pedido de estado de sítio, documentos do Ministério da Justiça, que vinculavam as constantes greves à atividade conspiratória, servindo-lhe de pretexto. Particularmente entre os grupos de esquerda do período, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a fração mais à esquerda do PTB e frações politicamente mais radicalizadas dos sargentos e marinheiros, o pedido de estado de sítio foi visto como um plano para silenciar, primeiro, a direita; depois, a esquerda.<sup>314</sup>

Segundo Batista de Paula, no entanto, o pedido de decretação do estado de sítio feito visava atender ao clamor dos grupos oposicionistas, que diariamente levavam ao conhecimento do país denúncias de conspiração e tramas diabólicas contra o regime, que eram confirmadas por investigações do Serviço Secreto das Forças Armadas, sobretudo pelos governos estaduais de São Paulo e da Guanabara. No entanto, bastaram os ministros militares levarem ao conhecimento de João Goulart toda essa conspirata, motivando-lhe o pedido de estado de sítio, para que esses mesmos governadores e outros parlamentares da oposição passassem a achar que tudo estava ótimo, sem nada que ameaçasse a ordem constituída. Tal situação, no entanto, não os impediria de continuarem conspirando até o baixar da poeira e a morte da repercussão de suas últimas iniciativas em algum canto da Câmara Federal ou do Senado. Afirma, todavia, que esse jogo de empurra pode trazer consequências sérias para os conspiradores, pois, conscientemente ou não, brincando com a autoridade das Forças Armadas, acreditando que podem, ao sabor da volatilidade de seus interesses, se valerem do sentimento de cumprimento do dever característico dos militares.<sup>315</sup>

Paralelamente ao pedido de estado de sítio por Jango, um novo incidente militar reforçaria ainda mais o clima já tenso entre governo, militares e a oposição. Um grupo

---

<sup>313</sup> Última hora, 5 de outubro de 1963, p. 8.

<sup>314</sup> FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964." In: \_\_\_\_\_ e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 372.

<sup>315</sup> Última Hora, 8 de outubro de 1963, p. 8.

de sargentos paraquedistas elaboraram uma fracassada tentativa de sequestro de Carlos Lacerda, durante uma série de eventos públicos. O plano foi rapidamente debelado, pois Carlos Lacerda havia sido avisado com antecedência pelo Secretário de Segurança da Guanabara, Gustavo Borges, que, por sua vez, fora encontrado pelo chefe da seção carioca do DOPS, Cecil Borer.

De acordo com Batista de Paula, no entanto, tal notícia não passava de boato, tendo em vista que os "PQD's" não costumavam falhar em suas missões.<sup>316</sup> Reforçava seu ponto de vista com base no depoimento do Ten. Cel. Abelardo Mafra, para quem o episódio não passava de simples exercício de rotina, no qual a oposição, querendo transformá-lo numa tentativa de sequestro, visava apenas diminuir o conceito de que aqueles militares gozavam dentro das Forças Armadas e da opinião pública e torná-lo matéria de exploração política contra o Exército e o governo.<sup>317</sup> Ainda de acordo com o colunista, a insistência da bancada udenista em querer instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a tentativa de sequestro de Carlos Lacerda teria irritado profundamente alguns sargentos da Divisão Aeroterrestre estavam dispostos a tomar de assalto a sede do *Tribuna da Imprensa*, no que foram dissuadidos pelo comandante da unidade, Gen. Alfredo Pinheiro Filho. O mesmo comandante, em reunião com os demais oficiais e sargentos da unidade, decidira não comparecer a nenhuma convocação de CPI que lhes chegassem às mãos.<sup>318</sup> Informou também Batista de Paula que, em solidariedade à Divisão Aeroterrestre, nenhum general do I.º Exército não compareceria à referida comissão da Câmara Federal.<sup>319</sup> Para o colunista, a insistência da bancada da UDN em constituir a CPI dos paraquedistas visava unicamente criar mais uma crise institucional no governo, sobretudo entre as Forças Armadas e o Poder Judiciário. Conforme argumenta, uma vez que os "PQD's" não obedecessem à convocação da CPI, iria o líder da bancada udenista, deputado federal Aduino Lúcio Cardoso, obrigá-los na Justiça à comparecerem "debaixo de vara" para depor na citada comissão, conforme desejava. No entanto, perguntava-se: quem estaria disposto a fazê-los cumprir tal decisão?

Ainda durante os últimos dias de 1963 e ao longo dos três primeiros meses de 1964, Batista de Paula bateu-se em sua coluna pela anistia dos sargentos envolvidos no levante de Brasília. Reiterando suas críticas ao movimento, o qual classificou como

---

<sup>316</sup> Última Hora, 9 de outubro de 1963, p. 8.

<sup>317</sup> Última Hora, 10 de outubro de 1963, p. 8.

<sup>318</sup> Última Hora, 11 de outubro de 1963, p. 10.

<sup>319</sup> Última Hora, 17 de outubro de 1963, p. 8.

"eclosão sentimental" contra decisões do STF e da Câmara Federal que lhes retirava um direito básico de cidadania, o que caracterizaria sua não intenção de derrubar o governo e as instituições.<sup>320</sup> Além disso, argumenta o colunista que outros militares, sobretudo os oficiais gerais que ostensivamente apoiaram a tentativa de golpe dos ministros militares em fins de agosto de 1961, não apenas foram perdoados pelo governo, como até mesmo promovidos de patente, citando os casos do Brig. Grun Moss e do Gen. Nestor Souto de Oliveira.<sup>321</sup> Concordando com críticas feitas pelo deputado federal Vieira de Melo (PSD), que se referiu ao Congresso Nacional como um "clube de conservadores" que não havia votado nada de interesse do povo nos últimos meses, o colunista, insistindo em classificar a rebelião de Brasília como um protesto fruto de uma reação emocional, pedia aos "sócios do clube" que votassem a anistia para os participantes da insurreição, a fim de acabarem com a aflição de seus familiares.<sup>322</sup> Pessoas que, segundo Batista de Paula, confiavam na sensibilidade de sua situação da parte dos homens públicos, e que, portanto, acreditavam no anistiamiento de seus chefes de família antes que as Auditorias e Conselhos de Justiça da Marinha e da Aeronáutica os expulsassem. Apelou em especial para a bancada do PSD, a maior do Congresso, para que refletissem sobre os efeitos punitivos sobre as famílias dos envolvidos no levante de Brasília caso os órgãos de Justiça das forças de mar e ar os expulsassem.<sup>323</sup>

Ao passo que defendia a anistia para os envolvidos no levante de Brasília, Batista de Paula também passou a dedicar atenção aos problemas dos praças da Armada. Certamente o colunista percebia o acirramento das tensões que se estabeleceram, no início de 1964, entre o comando da Marinha e os marinheiros e fuzileiros navais, que encamparam reivindicações que tradicionalmente figuravam nas pautas de luta dos sargentos: direito ao associativismo, à estabilidade profissional, à elegibilidade, à casar, dentre outros. Na edição de "Plantão Militar" de 10 de janeiro de 1964, por exemplo, narra o drama de um marinheiro que, tendo já servido metade de seu tempo de engajamento nas fileiras da Marinha, solicitava sua dispensa ao seu comandante. Este, por sua vez, não apenas negou o pedido, alegando considerar imprescindível sua permanência nos quadros da Armada até o término efetivo de seu engajamento, por

---

<sup>320</sup> Entretanto, como bem caracterizou Paulo Parucker, a derrubada do governo não apenas fazia parte do programa dos sargentos rebelados, como também estes, a fim de concretizarem esse fim, estabeleceram, durante o motim, o que denominaram como "Comando Revolucionário de Brasília", com ramificações e contatos em São Paulo. PARUCKER, Paulo. *Praças em Pé de Guerra. O movimento político dos militares subalternos no Brasil (1961-1964)*. UFF / ICHF. 1992 (Dissertação de Mestrado).

<sup>321</sup> Última Hora, 6 de dezembro de 1963, p. 6.

<sup>322</sup> Última Hora, 6 de janeiro de 1964, p. 8.

<sup>323</sup> Última Hora, 16 de janeiro de 1964, p. 6.

trata-se a requisição de uma solicitação de caráter pessoal, como ainda sugeriu que, se caso o marinheiro insistisse em querer sua dispensa, que se dispusesse a suportar o ônus da deserção.<sup>324</sup>

Procedendo a um breve retrospecto, em princípios do século XX, a austeridade dos regulamentos da Marinha com relação aos escalões inferiores de sua hierarquia, ilustrada na aplicação de castigos físicos cuja contundência variava de acordo com a gravidade das faltas disciplinares cometidas, motivou a eclosão da chamada "Revolta da Chibata" em 1910. Ainda que a passagem do tempo tenha permitido um ajuste dos Regimentos Disciplinares da Marinha (RDM), fazendo-os perder grande parte de seu rigor punitivo, continuavam vigorando, entre marinheiros e fuzileiros navais, as restrições ao casamento, cuja ingerência dos oficiais permaneciam até a graduação de cabo. Além disso, em muitos navios as condições de trabalho eram temerárias e péssima a qualidade da alimentação servida.<sup>325</sup>

Buscando justamente o abrandamento dessas duras condições profissionais, grupos de marinheiros e fuzileiros se mobilizaram e, em 2 de março de 1962, fundaram a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), sediada no Rio de Janeiro. A princípio benemerente, pois procurava soluções para questões como estabilidade profissional, direito ao voto, vencimentos, etc., a associação não ficaria alheia à efervescência política que marcou todo o transcorrer do governo João Goulart. Dentro da AMFNB não demorou para que discussões sobre as Reformas de Base, apoio ao movimento operário e proteção contra medidas repressivas vindas do alto comando da Marinha tornaram-se corriqueiras, em especial a partir das eleições para a diretoria da entidade, em 1963. Dentre os nomes elencados para integrarem a diretoria da entidade, foram mencionados os dos marinheiros José Anselmo dos Santos, Avelino Capitani e os irmãos Antônio e José Duarte.

Dois anos depois, em 25 de março de 1964, os marinheiros e fuzileiros navais da AMFNB planejaram comemorar o segundo aniversário da entidade usando, a título de empréstimo, o auditório da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Na véspera do evento, alguns membros da diretoria da associação haviam sido presos e expulsos dos quadros da Armada, sob a acusação de "reincidência disciplinar", por ordem do Ministro da Marinha, Alm. Sylvio Motta, por terem marcado presença em ato público realizado pelo Sindicato dos Bancários. Portanto, além das questões

---

<sup>324</sup> Última Hora, 10 de janeiro de 1964. p. 6.

<sup>325</sup> PARUCKER, Paulo. *Op. cit.*, p. 248.

corporativas presentes em suas reivindicações, os marinheiros reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos pediam a imediata revisão das penas impostas àqueles membros diretores da associação no dia anterior. Entidades e partidos políticos, como o PCB e a UNE prestaram sua solidariedade à reunião; manchetes do jornal brizolista O Panfleto anunciavam: "Regime feudal na Marinha vai acabar"; "Marujos venceram primeira batalha".<sup>326</sup>

Falando de "forças ocultas" que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia e tentaram impedir a posse de Jango e a realização das reformas; conclamando a unidade dos marinheiros com operários, camponeses, mulheres, estudantes, funcionalismo público e burguesia progressista; lembrando os esforços ancestrais do "Almirante Negro" durante a Revolta da Chibata, pretendendo acabar com a "chibata moral" ilustrada na negação do direito ao voto para os marinheiros; o discurso do "cabo" Anselmo causou desconforto entre as autoridades da Marinha. Ao saberem que alguns marinheiros que serviam na Ilha das Cobras haviam morrido tentando aderir ao movimento, e de que uma tropa armada de fuzileiros navais rumava ao Sindicato dos Metalúrgicos com a missão de dar cabo do evento, os ânimos se exaltaram. No entanto, os membros da tropa de fuzileiros, sob comando do Alm. Cândido Aragão, diante do dilema de reprimir colegas de farda, resolveram, para surpresa geral, se juntarem aos companheiros ali reunidos, no que foi seguido pelo oficial general que comandava a fracassada operação.<sup>327</sup>

Aos olhos dos comandos militares das Forças Armadas, a gravidade do episódio estava manifesta não apenas na passeata de marinheiros, que se encontravam presos no Batalhão do Exército, pela Avenida Presidente Vargas, ostentando o "v" da vitória nos dedos e os Almirantes Pedro Paulo Suzano e Cândido Aragão nos ombros, carregados como "mártires" de suas conquistas. Tal gravidade também se ilustrava na iniciativa dos Almirantes Suzano e Aragão em não punir os marinheiros envolvidos naqueles acontecimentos, mas principalmente no silêncio do Presidente da República diante da

---

<sup>326</sup> De acordo com o depoimento de Narciso Júlio Gonçalves, o apoio dado ao evento pelos movimentos populares não foi unânime. Indivíduos, entidades e partidos de esquerda, como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), a "ala brizolista" do PTB, o CGT e os comunistas ligados à redação da revista *Novos Rumos* não prestaram, em uníssono, sua solidariedade ao movimento dos marinheiros. Até mesmo o marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910 e considerado figura lendária entre os marinheiros, alertava aos colegas ali presentes que aquela reunião era um erro estratégico, pois facilitava a reação dos comandos da Marinha, já que estavam se reunindo num sindicato e não tomando navios. Citado em MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 105-107.

<sup>327</sup> PARUCKER, Paulo. *Op. cit.*, p. 250.

gravidade dos fatos que se sucediam então no Rio de Janeiro.<sup>328</sup> Para os altos comandos militares, criara-se então uma situação de insubordinação e indisciplina, com o aval da Presidência da República, que não podia mais ser tolerada.

O problema da fundação da AMFNB não passou em branco em "Plantão Militar". De forma geral, Batista de Paula criticava então o posicionamento do comando da Marinha, que vinha empreendendo dura perseguição contra a diretoria da entidade, que classificava como odiosa e reveladora da falta de preparo de muitos oficiais em não querer aceitar a evolução e as conquistas de seus comandados. Direcionava estas críticas a alguns comandantes da Marinha que insistiam em negar aos seus subordinados o mesmo direito que fez seus antecessores fundarem, em princípios do século XX, entidades como o Clube Militar e o Clube Naval. Apontava que a repressão contra a AMFNB, longe de enfraquecê-la, somente a fez ganhar ainda mais força, pois que advinda de uma situação que lhe era adversa.

*"Tenho ouvido pessoas não evoluídas ou mal informadas que consideram um absurdo e mais do que isso, quase um crime, marinheiros e fuzileiros navais se associarem. Acontece que marinheiros e fuzileiros navais fazem da carreira profissão, nela constituem família e vivem exclusivamente dos vencimentos que percebem, o que não acontece com os soldados do Exército que apenas cumprem os oito meses de permanência obrigatória na caserna e retornam à vida civil.*

*(...) Deixem os oficiais e chefes da Armada que os marinheiros se associem e se reúnam ostensivamente, de portas abertas, porque do contrário eles passarão a se reunir nos bastidores e aí então, espremidos, encurralados, poderão esquecer seus deveres de soldados disciplinados e muita dor de cabeça vão dar ao próprio Ministro."*<sup>329</sup>

O colunista enxergava, como causa da grave crise que vinha assolando a Armada, em especial o clima conflituoso que se instaurara entre o alto comando e a direção da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, nas duras condições de vida a que

<sup>328</sup> Segundo depoimento do ex-Ministro da Marinha, e almirante da reserva, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, João Goulart estava disposto a punir tanto os praças quanto os almirantes envolvidos no episódio do Sindicato dos Metalúrgicos. Porém, diante da situação desconfortável que seria punir colegas de patente, o Alm. Paulo Mário declinou as ordens presidenciais. Por sua vez, João Goulart deu carta branca para que o oficial general agisse como bem entendesse. Conforme MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 111-112.

<sup>329</sup> Última Hora, 1º de fevereiro de 1964, p. 6.

marinheiros e fuzileiros navais estavam sujeitos. Estes eram, em sua maioria, "chefes de família que não mais suportavam a falta de pão para os filhos" que, num último esforço de encontrar solução para seus problemas, estavam dispostos, inclusive, a romper com seu compromisso com a disciplina. Lembra que o princípio da disciplina, fator de manutenção e coesão das Forças Armadas, não foi feito apenas para os praças, já que não faz distinção de círculos, postos ou graduações, e que se alguma demonstração existia, seu precedente havia sido aberto pelas entidades de oficiais, como o Clube Naval, cujos sócios constantemente se manifestam sem que sejam enquadrados disciplinarmente pelo Regimento Disciplinar da Armada (RDA). Princípio que perdia sua validade quando se tratava de manifestações de marinheiros e fuzileiros navais, em que uma simples assembleia de sua entidade se transforma em motivo de ira para certos chefes, que contra seus subordinados lançam pesadas punições sob a forma de Inquéritos Policial Militares (IPM's), que nunca foram instaurados para apurar a responsabilidade de conhecidos conspiradores fardados contra o governo e o regime.<sup>330</sup>

Em artigo de "Plantão Militar" de 30 de março de 1964 – logo, editado após os incidentes ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro –, Batista de Paula insistia na questão da profissionalização dos marinheiros, diferente da dos soldados do Exército que neste posto permanecem apenas alguns meses. Para os praças da Marinha, ser marinheiro era não apenas atividade na qual se estabeleciam profissionalmente, construindo e sustentando sua família, mesmo recebendo soldos irrisórios e incompatíveis com a dureza de seu trabalho, como também se mostrava como uma experiência de conhecer lugares novos e adquirir conhecimento. Afirma que milhares desses marujos frequentavam a Casa do Marinheiro e que uma outra centena deles frequentavam escolar particulares noturnas a fim de se aprimorarem intelectualmente, sendo que alguns deles já possuíam até mesmo nível universitário – citando, para tanto, o exemplo do líder da AMFNB, o "cabo" José Anselmo dos Santos.<sup>331</sup> Lembrou que, quando da criação da associação, as queixas sobre perseguição, dentro e fora dos navios, contra seus membros por oficiais alinhados aos grupos políticos de oposição ao governo já figuravam. Pontuou também que, ao contrário do que alegavam os comandantes da Armada quanto à proibição de seus praças se reunirem em sociedade, a Constituição de 1946 não fazia nenhuma distinção a

---

<sup>330</sup> Última Hora, 6 de fevereiro de 1964, p. 6.

<sup>331</sup> Na verdade, aqui Batista de Paula reproduz informações sobre José Anselmo dos Santos que, então, circulavam na imprensa sem que fossem devidamente apuradas; já que, além de marinheiro, José Anselmo dos Santos sequer tinha concluído o antigo Ensino Científico do período.

esse respeito. Fatores que, somados, apenas fizeram crescer o prestígio da AMFNB em meio às represálias do comando da Marinha, cuja insistência nas prisões arbitrárias contra integrantes da entidade apenas fomentou ainda mais a indisciplina verificada na Marinha nos últimos dias.

*"Ninguém mais do que nós na imprensa tem defendido com tanto ardor o princípio da disciplina e hierarquia. Sabemos perfeitamente, pela longa experiência que tivemos no Exército, que uma tropa sem disciplina é um bando armado. Nem por isso somos favoráveis ao massacre em nome do Regulamento Disciplinar, do inferior pelo superior.*

*A crise na Marinha, pela sua profundidade e pela divergência que açulou ainda mais um grupo de oficiais contra seus comandados marinheiros, só poderá ser resolvida pela ação do Congresso, votando regulamentos drásticos, mas humanos, que não permitam ao superior hierárquico fazer tudo que lhe convém contra o subordinado, em nome de uma coisa realmente sagrada que é a disciplina militar."*<sup>332</sup>

A edição de "Plantão Militar" de 31 de março de 1964 destacava a iniciativa do novo Ministro da Marinha, Alm. Paulo Mário da Cunha Rodrigues, em instaurar três IPM's, com o apoio do Presidente João Goulart, a fim de apurar tanto os atos de indisciplina praticados na última semana pelos marinheiros, quanto o que considera como pontos de origem da crise: o tratamento dispensado aos praças nos quartéis e navios da Armada, quer seja na parte disciplinar ou no rancho. Afirma que nesses IPM's serão enquadrados eternos conspiradores, que vêm comprometendo a Marinha com a opinião pública desde agosto de 1954, quando um presidente da República foi levado ao suicídio. Logo, estava convicto de que a iniciativa do Ministro da Marinha seria bem recebida pela opinião pública geral, que fortaleceria a posição do oficial general.<sup>333</sup>

Em tom recordatório, Batista de Paula rememora todas as circunstâncias em que chefes militares, contrariando os regimentos e códigos disciplinares das forças que lideravam, manifestaram-se contra o cumprimento dos dispositivos constitucionais e combateram a posse de presidentes eleitos ou agiram no sentido de derrubá-los do poder. Mais uma vez retorna ao referencial de 24 de agosto de 1954 com o suicídio de

<sup>332</sup> Última Hora, 30 de março de 1964, p. 8.

<sup>333</sup> Última Hora, 31 de março de 1964, p. 8.

Getúlio Vargas, passando pelo contragolpe preventivo do Mal. Henrique Lott em novembro de 1955, os levantes de oficiais golpistas da Aeronáutica nos episódios de Jacareacanga e Aragarças em 1956 e 1959, respectivamente; até a crise advinda à renúncia de Jânio Quadros e a tentativa dos ministros militares em impedir a posse de João Goulart. Em todos estes momentos nenhum dos militares envolvidos nas conspirações sofreu nenhuma sanção: ao contrário, muitos foram anistiados e continuaram livres para praticar suas ações conspiratórias contra o governo. Com o propósito de debater sobre a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, na noite anterior, classificada pelas autoridades militares como mais uma demonstração de indisciplina de seus subordinados, o colunista argumenta:

"E nós perguntamos aos que hoje, embaçados, tentam se apresentar ao povo e à Nação como defensores da disciplina militar e da Constituição que rasgaram em 1961: a disciplina só deve existir para os praças? Para os sargentos? Talvez não saibam esses lobos vestidos de cordeiro que o Regulamento Disciplinar não discrimina entre os militares. Todos são iguais perante seus dispositivos.

(...) A manifestação dos subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas ao Presidente da República, pacífica, em ambiente de ordem, foi considerada pela reação como de indisciplina. As reuniões e manifestos dos Clubes Militar e Naval, com passeata dos reformados pela Avenida Rio Branco, não é para os retrógrados indisciplina e sim demonstração de civismo.

É preciso colocar no seu lugar verdadeiro o conceito sobre disciplina, que não aceita dois pesos e duas medidas."<sup>334</sup>

Através destes referenciais, *Última Hora* se propunha a construir, no âmbito da atividade jornalística impressa, uma dada orientação, tanto para as "leituras", quanto para o próprio "olhar" de seu público leitor em relação às notícias veiculadas em suas páginas. Sendo parte integrante de *Última Hora*, a coluna "Plantão Militar" também se guiava por tais princípios norteadores, onde Batista de Paula propunha aos seus leitores

---

<sup>334</sup> *Última Hora*, 1º de abril de 1964, p. 8. Tal testemunho do colunista se choca sobre as memórias referentes ao evento, todas unânimes em referência ao clima de forte agitação política como tom fundamental em que a citada reunião transcorreria, com discursos inflamados em defesa das reformas e conclamando união dos sargentos em praças, o "povo em armas", com os operários, camponeses e estudantes. Além disso, o Presidente João Goulart, através de seu chefe da casa civil, Darcy Ribeiro, dera permissão para a presença de representantes de entidades civis naquele evento.

um tipo de "olhar" sobre as Forças Armadas nada habitual, considerando a conjuntura em que realizou seu trabalho, bem como a correlação das forças sociais e políticas então em disputa, durante os seus mais de oito anos de publicação e circulação. Tinha na defesa do desenvolvimento nacional com vistas a uma maior justiça, somados ao respeito e obediência às autoridades constituídas, nos meios civil e militar, princípios *sine qua non*, sem a qual tornava-se impossível ao colunista conceber as Forças Armadas como elementos de promoção de um país mais justo e democrático. "Plantão Militar" procurou consubstanciar a união entre os valores e tradições dos trabalhadores, que o periódico tomava por seus, com os princípios de respeito e deferência para com as autoridades, sejam ou não militares. ´

Através das inúmeras edições de "Plantão Militar" pesquisadas, algumas imagens políticas emergiram de suas linhas como fatores simbólicos de importância fundamental nas linhas argumentativas de Batista de Paula na defesa de suas opiniões ou pontos de vista. Quer fosse o sargento visto como elemento estratégico ao funcionamento das tropas, a quem os governos precisavam ampliar uma série de benefícios profissionais e direitos de cidadania, não apenas por reconhecimento da importância de tais militares para o funcionamento das Forças Armadas, como também como reflexo de uma política mais ampla de extensão e promoção de uma maior justiça social. Quer fossem personalidades como o Mar. Henrique Teixeira Lott ou João Goulart, encarados não apenas como importantes aliados e defensores dos interesses dos sargentos e praças em sua busca por melhores condições de exercício profissional e por efetiva inclusão como cidadãos de fato, como também importantes lideranças que capitaneariam todo o gradual processo de desenvolvimento e justiça social. Quer tratasse das oposições conservadoras, dentro e fora das Forças Armadas, e sua atuação marcada pela agitação, pelo fomento de conflitos que desestabilizavam a Instituição Militar, desviando-a de suas funções constitucionais, e pelo seu golpismo empedernido, fruto de sua repulsa a tudo que dissesse respeito a valores, tradições e pontos de vista nascidos no mundo do trabalho assalariado, e não no universo do capital. Estas imagens, políticas por excelência, tinham um propósito a cumprir, a partir do ato de compartilhamento de pontos de vista, pretendido entre o articulista e seu público leitor, que se realizava pela mútua aceitação destas mesmas imagens na construção de uma determinada perspectiva sobre uma realidade histórica específica.

E não apenas no que estas imagens se relacionam a questões políticas mais amplas, relacionadas às Forças Armadas como um todo, presentes no período focado neste

trabalho. Ou que ainda se liguem a problemas específicos dos sargentos, grupo de militares do qual o articulista era egresso e com quem se identificava em suas ânsias por melhorias efetivas em suas condições de vida e cidadania. Por mais que existam interferências de toda ordem na produção de um discurso jornalístico, sua validade apenas pode ser verificada quando, de fato, sua experiência é vivencial e concreta entre os atores envolvidos no ato de transmissão de uma notícia.

## CONCLUSÃO

Ao longo de toda pesquisa promovida para a realização do presente trabalho, procurou-se demonstrar que, para sargentos e praças das Forças Armadas e Auxiliares, a coluna "Plantão Militar", veiculada por oito ininterruptos anos no jornal *Última Hora* representou um privilegiado canal difusor de suas demandas. Reivindicações que, para além do posicionamento fechado por esses militares em torno de melhorias profissionais que julgavam necessárias, também incluíam em sua agenda a extensão de direitos de cidadania, aos quais estavam alijados. E tal difusão trouxe, como importante consequência, a elevação destes militares ao papel de importantes interlocutores no cenário político brasileiro. E, a despeito dos comandos militares insatisfeitos com a abordagem jornalística *in loco*, promovida por Batista de Paula, sobre o setor militar, o apoio prestado por destacados oficiais às demandas dos sargentos e praças demonstrava que estes problemas dispunham da atenção dos comandos das três forças. A forte oposição com que "Plantão Militar" se defrontou dentro, e fora, das Forças Armadas não conseguiu impor força suficiente para impedir que os problemas profissionais e de cidadania, que se abatiam sobre os graduados, ganhassem a opinião pública.

Essa atuação como canal difusor "extraoficial" das demandas destes militares também trouxe, como consequência, o respaldo não apenas de sargentos e praças, que enxergavam no colunista de "Plantão Militar" o porta-voz de seus problemas junto à sociedade. Através de seus esforços em expor aos leitores suas análises e pontos de vista, quer fossem técnicos ou políticos, sobre os assuntos relativos ao setor militar averiguados entre suas fontes e informantes, Batista de Paula acabou por tornar-se referência, no universo jornalístico, quanto à abordagem sobre as Forças Armadas. Eram constantes as correspondências mantidas com militares dos mais variados postos e ocupações, tratando dos mais diversos assuntos relativos à Instituição Militar em geral, ou problemas específicos de suas patentes. Uma miríade de assuntos que se apresentavam sob formas igualmente variadas: consultas, denúncias, pedidos, apelos, elogios, etc.

No entanto, cabe realçar que as cartas endereçadas a "Plantão Militar" não eram remetidas apenas por colegas de farda. Muitas entidades coletivas de trabalhadores, sobretudo dentro do funcionalismo civil federal, ou mesmo simples cidadãos, também se correspondiam com Batista de Paula. O constante problema da alta nos preços de itens de consumo básico, aliado à falta de uma tabela única de vencimentos para o

funcionalismo civil e a uma política desenvolvimentista calcada na austeridade e ortodoxia financeira, que estrangulavam as parcas economias da população assalariada mais pobre, eram problemas que tornavam aflitivo o cotidiano das porções mais pobres da sociedade brasileira. Contingências que acabavam unindo muitos militares e civis na luta por uma melhor regulamentação do funcionalismo federal.

O trabalho jornalístico sobre as Forças Armadas, proposto pelo colunista de "Plantão Militar", não se furtava em apreciar o panorama político a sua volta, e, em especial, seus efeitos ou implicações para as Forças Armadas. É justamente a partir dessa perspectiva que vislumbra-se não apenas as vinculações políticas e ideológicas de Batista de Paula, como também, e principalmente, sua adequação à linha editorial preconizada por *Última Hora*. Sendo parte do jornal criado por Samuel Wainer, cujo apoio às bandeiras políticas do trabalhismo nunca escondera, "Plantão Militar" acabava representando, sob o ponto de vista jornalístico e editorial, um elemento de endosso ao discurso de valorização do trabalhador, seus anseios e tradições. Afinal, sendo organizado segundo premissas empresariais, *Última Hora*, através dos contatos e da vinculação políticos mantidos por seu editor-chefe, impunha ao seu corpo de profissionais jornalistas regras e limites claros a seguir. Apoiar as propostas políticas e sociais do trabalhismo e, em contrapartida, atacar as iniciativas das oposições conservadoras lideradas pela ala lacerdista dentro da UDN e do PSD, mais do que uma mera adequação editorial, significava que Batista de Paula se identificava com a proposta de ação política de *Última Hora* no cenário nacional.

Esse apoio aos valores de práticas do trabalhismo, e, por conseguinte, a defesa dos mandatos presidenciais pautados em suas bandeiras políticas, somados a sua própria formação militar, faziam com que, de maneira geral, as opiniões e posicionamentos políticos manifestos por Batista de Paula em "Plantão Militar" fossem marcados por um profundo respeito à ordem governamental e ao legalismo democrático. Graças a suas experiências políticas, primeiro como candidato a deputado federal pela legenda do PTB, depois como membro da delegação responsável pela campanha presidencial do Mar. Henrique Teixeira Lott, Batista de Paula encontrava em "Plantão Militar" um espaço privilegiado de expressão para suas próprias crenças políticas. A fé nos poderes constituídos e na ordem legal democrática, além de serem adjetivos que, reiteradamente, atribuía como função e missão das Forças Armadas, eram com frequência referidos pelo colunista como os meios pelos quais as necessárias mudanças na sociedade brasileira deveriam se processar. "Plantão Militar" caracterizou-se como um espaço de defesa das

Forças Armadas como força mantenedora do estado de direito e elemento de defesa de governos voltados aos anseios dos trabalhadores. Valores que, nas argumentações diárias do colunista, eram como uma mistura de princípios políticos e preceitos de fé.

Uma importante ressalva deve, porém, ser feita. Apesar de toda defesa feita pelo colunista em torno da ordem legal e democrática, esta não deixava de vislumbrar a necessárias mudanças que deveriam tornar mais justa a sociedade brasileira, e mais humano o exercício profissional dos militares. Nesse sentido, ao apoiar transformações que julgava urgentes para que subtenentes, suboficiais, sargentos e praças pudessem se aprimorar em suas funções, a fim de melhor exercê-las, julgava estar defendendo princípios que interessavam não apenas às Forças Armadas, mas ao povo em geral. Acreditava que era possível a existência de uma Instituição Militar que, ao mesmo tempo que submetia seus membros à dureza de sua formação profissional, exercia sua autoridade de forma justa e humana. Humanidade e justiça que se realizavam na medida em que as Forças Armadas pudessem garantir aos seus membros o exercício de benefícios garantidos em leis, porém conquistados pelo mérito presente em suas atuações profissionais cotidianas.

Um estudo como o de uma personagem histórica como Batista de Paula, cuja coluna editada em um jornal de grande circulação lhe permitia níveis privilegiados de inserção social e política, sobretudo entre aqueles que eram, por excelência, seu público alvo: militares pertencentes aos círculos dos sargentos e dos praças, demonstra que grandes questões políticas debatidas na sociedade nem sempre têm sua origem em conjunturas marcadas por embates entre projetos antagônicos de grande alcance. Sobretudo em uma sociedade como a brasileira, tão marcada por interdições de toda ordem no que tange à conquista e efetivo exercício da cidadania por sua população, muitas questões a princípio tidas como pontuais, vinculadas a interesses corporativos de um ou mais setores da sociedade, quando irmanadas a outras demandas de natureza semelhante, encampadas por outros grupos, podem levar a discussões e debates políticos mais amplos. Nem sempre contextos históricos marcados por embates de interesses e projetos opostos de organização da sociedade têm sua origem no proselitismo de grandes blocos em disputa franca e aberta: há muitas variáveis relativas à apropriação, assimilação e releitura que devem ser consideradas no cálculo desta equação, sendo que o choque será determinado pelas circunstâncias em jogo em um determinado contexto histórico.

Levando-se em conta, porém, todas as tensões vividas pelas Forças Armadas durante o tempo de publicação de "Plantão Militar", com rebeliões, motins, levantes –

tanto de oficiais quanto de sargentos e praças –, percebe-se que tal modelo coesivo defendido por Batista de Paula não correspondia à realidade que se viva então. Cindidas politicamente, os "partidos" que se formaram, com o tempo, dentro das Forças Armadas, além de grande autonomia de ação e pensamento político, conseguiam angariar apoio nos meios civis. E tais cisões, conforme explicado em momento anterior, perpassavam todos os escalões hierárquicos tanto ocidental quanto verticalmente. Como não poderia deixar de ser, "Plantão Militar" e seu colunista não ficariam incólumes ante o conflito gerado pela polarização que, sobretudo a partir do início da década de 1960, foi-se radicalizando até que grupos políticos civis e militares, à direita e à esquerda, chegassem a posicionamentos não tergiversantes. Conjuntura bipolar que encontrou quem se dispusesse a manifestá-las dentro das Forças Armadas, como nos exemplos do levante de sargentos de Brasília, em setembro de 1963, e na reunião dos marinheiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em março de 1964. Episódios que despertaram a pronta reação da Instituição, no sentido de garantir a sua salvaguarda contra os "agentes da subversão", cuja resposta foi o rompimento com a ordem democrática, a partir de abril de 1964.

Sobre tais episódios extremos de desafios franco e aberto à Instituição Militar, cabe apontar o fato de que se, carecendo ou não de uma maior feição organizativa, expressavam o resultado de questões profissionais e de cidadania relativas aos sargentos e praças das Forças Armadas – grupo com quem o colunista se identificava e solidarizava – que ainda não se encontravam resolvidas. Ou que, para dizer o mínimo, haviam perspectivas nebulosas para sua consolidação de fato. Portanto, tratavam-se de questões importantes para estes militares, dada a interferência direta que produziam em seu cotidiano profissional e familiar, mas que, em sua grande maioria, ainda permaneciam em aberto.

Portanto, de um lado, os problemas que afetavam os sargentos e praças das Forças Armadas, expostos por Batista de Paula em "Plantão Militar", não podem, por si, explicar ocasiões como, por exemplo, o Levante dos Sargentos de Brasília. Por outro, muitas dessas questões, por estarem em aberto, sem nenhuma aparente solução a surgir no horizonte político, deviam – plausível supor – gerar grande descontentamento entre seus pares. Insatisfação que, em muitos casos, dependendo da arma a que o militar pertencia, poderia estar se arrastando a anos. Tal situação, somada a um ambiente de crescente polarização política e ideológica, sobretudo a partir da década de 1960, e os seus efeitos, manifestos na crescente politização em todos os escalões hierárquicos das

Forças Armadas, se não explicam, ao todo, a eclosão dos dois levantes de graduados, pelo menos nos permitem compreender o nível alto de insatisfação que perpassava esse grupo de militares. Fator que, certamente, os tornavam mais propícios a se inclinarem para discursos militantes, à esquerda ou à direita, que propunham soluções de força contra tal estado de coisas.

**FONTES:**

- PAULA, João Batista de. *Plantão Militar (Miscelânea)*. s/d.
- \_\_\_\_\_ . "Depoimento". In: SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras. História Oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo (Dissertação de Mestrado) FFLCH-USP, 1998.
- WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1987.

**REFERÊNCIAS VIRTUAIS**

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/10204404/art-42-da-constituicao-federal-de-88> e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6880compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880compilada.htm) (acessados em 15/07/2012)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm) (acessado em 19/07/2012).

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6384/atos\\_%20institucionais\\_oliveira.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6384/atos_%20institucionais_oliveira.pdf) (p. 162) (Acessado em 16/05/2013)

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2769955/dou-secao-1-14-04-1964-pg-1/pd> (Acessado em 16/05/2013)

**BIBLIOGRAFIA:**

- ABREU, Alzira Alves de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954". In: *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará. 1994, p. 23-60.
- ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo Leme a Bombordo. Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. UFF-ICHF, 2010 (dissertação de Mestrado).
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo". In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR. Ano 4, nº 12, 1999. p. 35-66.
- ATASSIO, Aline Prado. "A formação de praças do Exército: a experiência de campo na Escola de Sargentos das Armas (EsSA)". In: CASTRO, Celso e LEINER, Piero (orgs.). *Antropologia dos Militares. Reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 171-185.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- BORGES, Vavy Pacheco. "História e Política: laços permanentes". In: *Revista Brasileira de História*. Política & Cultura. ANPUH / Ed. Marco Zero. São Paulo. Vol. 12, n.º 23 / 24. 1992. p. 07-18.
- BOURDIEUR, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8.ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-192.
- \_\_\_\_\_ . *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. *Visões e Vozes. O governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora*. Niterói (Dissertação de Mestrado). UFF, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. "As forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2.ª edição. 1978. São Paulo. Editora Difel. Tomo III: O Brasil Republicano, vol. 2: Sociedades e Instituições, 1889-1930. p. 181-234.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.
- COSTA, Vânia Ribeiro. "Com Rancor e Com Afeto: rebeliões militares na década de 30". In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS / Cortez. p. 260-291.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2002.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. "O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação". In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, vol. 16, nº 29, jul. 2009. p. 293-313.
- DUTRA, Eliana de Freitas. "História e Culturas Políticas. Definições, usos e genealogias." In: *Vária História*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, nº 28. Dezembro de 2001, p. 17-18.
- FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: *O Populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. pp. 59-124.
- \_\_\_\_\_. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964." In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 343-404.

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas?* São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 8.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. "Política, História, Ciência, Cultura, etc.". In: *Estudos Históricos*, vol. 9, ANPOCS. n.º 17. 1996. p. 59-84.
- GRENDI, Edoardo. "Microanálise e história social." In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 19-38.
- HAYES, Robert. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". In: *História e Memória*. 5.<sup>a</sup> edição. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003, p. 419-476.
- LEINER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.
- LEVILLAIN, Phellipe. "Os protagonistas: da biografia." In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.
- MARTINS FILHO, João Roberto. "Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. 2.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 97-126.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.
- MOREL, Edgar (org). *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Letras e Arte, 1963.
- MOROSINI, Liseane. *Mais Direitos que Deveres. Os sargentos e a luta pela cidadania negada*. UFRJ / IFCS. Rio de Janeiro. 1998 (dissertação de Mestrado).

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In: *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. pp. 13-37.
- PARUCKER, Paulo. *Praças em Pé de Guerra. O movimento político dos militares subalternos no Brasil (1961-1964)*. UFF / ICHF. Niterói. 1992 (dissertação de Mestrado).
- PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Ed. Record. Rio de Janeiro. 1992. pp. 27-42.
- RODRIGUES, Flávio Luíz. *Voices do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ROSAVALLON, Pierre. "Por uma História Conceitual do Político.". In: *Revista Brasileira de História*. Historiografia, propostas & práticas. ANPUH / Ed. Contexto. vol. 15, n.º 30. 1995. São Paulo. 1995. pp. 09-22.
- ROSSI, Paolo. "Relembrar e esquecer". In: *O Passado, a Memória e o Esquecimento: seis ensaios da história das idéias*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 15-38.
- ROUQUIÉ, Alain. "Os processos políticos nos partidos militares no Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". In: *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992. pp. 09-26.
- SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras. História Oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. São Paulo (Dissertação de Mestrado) FFLCH-USP, 1998.
- SANTOS, Stefan Freitas dos. *Batalha pela Democracia (1961-1964). Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart*. CPDOC-FGV, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A Vez e a Voz dos Vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.